

DEGRADAÇÃO ANUNCIADA DO TRABALHO FORMAL NA SADIA, EM TOLEDO (PR)



Fernando Mendonça Heck

Orientador: Antonio Thomaz Junior

FERNANDO MENDONÇA HECK

**DEGRADAÇÃO ANUNCIADA DO TRABALHO
FORMAL NA SADIA, EM TOLEDO (PR)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Regional.

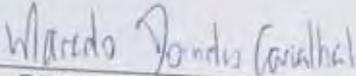
Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior

Presidente Prudente, abril de 2013

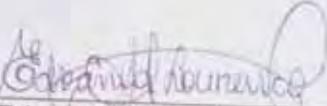
BANCA EXAMINADORA



PROF. DR. ANTONIO THOMAZ JUNIOR
ORIENTADOR



PROF. DR. MARCELO DORNELIS CARVALHAL
(UNESP/Ourinhos)



PROFA. DRA. EDVANIA ANGELA DE SOUZA LOURENÇO
(UNESP/Franca)



FERNANDO MENDONÇA HECK

Presidente Prudente (SP), 19 de fevereiro de 2013.

RESULTADO: Aprovado

FICHA CATALOGRÁFICA

Heck, Fernando Mendonça.

H352d Degradação anunciada do trabalho formal na Sadia, em Toledo (PR) /
Fernando Mendonça Heck. - Presidente Prudente : [s.n], 2013

217 f.

Orientador: Antonio Thomaz Junior

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
Ciências e Tecnologia

Inclui bibliografia

1. Trabalho. 2. Território. 3. Saúde do trabalhador. I. Thomaz Junior,
Antonio. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e
Tecnologia. III. Título.

Dedico

Aos trabalhadores que corajosamente autorizaram a gravação das entrevistas, compartilhando as suas angústias, seu sofrimento e insatisfação com as injustiças que vivem elemento importantíssimo para a construção da resistência. Espero ter conseguido expor minimamente os seus desejos como parte da busca pela emancipação humana, nossa luta coletiva.

Aos meus pais pelo estímulo constante e apoio incondicional para que meus sonhos também pudessem se realizar, sendo que essa dissertação é parte importante disso.

A Cristiani pelo apoio, companheirismo e amor necessários para a construção desse trabalho e dos vários anos juntos.

Aos camaradas que se espalham em inúmeras frentes de luta pelo país na busca pela emancipação do capital.

A todos que acreditam numa ciência transformadora e seguem defendendo as teses emancipatórias fundamentais para nos precaver do conformismo e da falsa neutralidade científica.

Agradecimentos

Talvez essa seja sempre uma das partes mais difíceis de todo o nosso “trampo” desde o início ao fim de um trabalho: encontrar as pessoas que foram importantes e porque não imprescindíveis que merecem nosso agradecimento, pois de alguma forma ajudaram a construir nosso trabalho.

Em primeiro lugar ao orientador que ao longo da construção desse trabalho se tornou mais um dos grandes amigos. Ao professor Thomaz que me empolgou desde o início ao “amassar o barro” na construção da pesquisa, sem se esquecer da necessária reflexão teórica no âmbito dos referenciais emancipatórios. Muito obrigado!

A CAPES pelo auxílio financeiro para a concretização da pesquisa sem o qual também não poderia ter realizado esse trabalho.

Ao Marcelo, Terezinha e Murilo, pela amizade e por serem os “culpados” da minha vinda para Presidente Prudente estudar. Tenham certeza de que vocês são muito importantes para mim.

A querida Daia, pela leitura do texto, pelas sugestões constantes e por compartilhar dos mesmos sonhos que os meus, da construção de uma geografia que possa servir aos trabalhadores e referenciais emancipadores.

Ao Paulo e a Monique pela ajuda com as transcrições e revisões de algumas das entrevistas, ajuda essa imprescindível para o término desse trabalho. Ao Luciano pela charge que expressa bem os resultados dessa pesquisa e das mazelas vividas pelos trabalhadores de frigoríficos.

A AP-LER pela disposição em compartilhar e construir minha pesquisa que se transformou em “nossa pesquisa”, pois sem a ajuda de vocês não seria possível chegar aos resultados aqui apresentados. Um agradecimento especial ao Anderson e Laerson, pois sempre me empolgaram na luta pela dignidade do trabalho laços que alimentam uma amizade muito importante.

Ao Ministério Público do Trabalho, por também acreditar na pesquisa e abrir as portas para a investigação. Estejam certos, Procuradores Sueli Bessa e Sandro Eduardo Sardá que sem o auxílio de vocês essa pesquisa não teria muitas das informações que somente com a sua ajuda foram possíveis de ser acessadas.

Ao GEOLUTAS pelo vínculo eterno que manteremos por ser o grupo de pesquisa que iniciou as minhas preocupações em torno da temática do trabalho e da geografia do trabalho. Ao, João, Douglas (Caxuxa), Marcelo (Marceleza ou Gnomo de Jah), Solange (Sol), Djoni, Gabriel,

Daiana, Anderson, Teresa, Alexandre e todos os outros que ainda irão ingressar no grupo de pesquisa meu muito obrigado.

A todos os meus amigos da Geografia na UNIOESTE e também do movimento estudantil (os quais seria impossível citar todos os nomes), mas saibam que estou pensando em cada um de vocês com um agradecimento especial embora citar seus nomes no papel seria muito difícil perder um ou outro pela própria memória “fraca”, “esquecida” e “atrapalhada” que é a minha.

Aos camaradas da AGB-Seção Local de Marechal Cândido Rondon e de todas as AGB's espalhados pelo Brasil, entidade com a qual aprendi que a geografia não se encerra na academia, mas que também pode vir a ser um movimento de intervenção na sociedade, de construção de resistências, de apoio à luta dos trabalhadores pela emancipação do capital.

Ao CEGeT de todas as bases espalhadas pelo país e especialmente em Presidente Prudente lugar onde agora estou “acolhido” e onde fui recebido com um sentimento de amizade e respeito, importantíssimos para qualquer pesquisa. Agradecimento especial ao Juscelino (ou Dr. Juscelino), José Alves (Zé), Karina, Sônia, José Roberto, José Dourado, Jô, Guilherme, Fredi, João, Gerson, Gabriel, Priscila, Jaque, Day, João Baccarin, Sidney, todos esses que além de companheiros de trabalho são amigos e camaradas.

A todos os meus amigos, de Toledo, Marechal Cândido Rondon e de Presidente Prudente. Em Toledo, agradecimento especial aos “Pedilari's” grupo de amigos desde a infância, ao Arlindo e Carol amigos de inúmeros debates, ao Lorenzo, Ana, Aislan, Eber, Anderson (o “povo” das Ciências Sociais da UNIOESTE e do movimento estudantil com quem tive o prazer de construir lutas em conjunto), ao Gustavo, Caio e Jeferson (Danzer) pela força que sempre me deram para seguir em frente nos estudos e pela amizade que estende há muitos anos. Em Rondon, além de todos os já citados do GEOLUTAS e que também integram o movimento estudantil, agradecimento especial aos amigos do curso de História, Danilo, Guilherme (Guizão), Fagner (Fago), Calegari, Vânia, Karen (Karezinha), aos professores que ajudaram inclusive a embasar os referenciais dessa dissertação, Antonio, Rinaldo, Vagner e Cida. Em Presidente Prudente a todos que nesses dois anos conheci e construí ótimas relações de amizade: o João (“tôtor” Jão), Natacha (Nati), Lindberg (Baiano), Vinicius (Cirso), Mauro, Marine, Diego, Pira, Rodrigo (Simão, Peixe, entre outros), Juliana (Ju, por enquanto...), Italo, Marlon, Wagner, Edna, Melina (Mélis), Raquel (Raquelzinha), Rafael (Rafa), Nino, Marioto, Guilherme, Philipe e tantos outros.

Aos funcionários da pós-graduação da UNESP especialmente a Cinthia pela forma gentil que sempre trata a nós pós-graduandos no que se refere aos relatórios, atividades e tantas outras coisas.

Por fim aos meus familiares, quase todos de longe (entre o Rio Grande do Sul e a Paraíba), mas que me dão força para seguir em frente. A família da Cris, mais de perto e que acompanhou parte de um final de 2012 em que eu me dividi entre o “trampo”, as conversas e comemorações, especialmente aos seus pais, João e Edith que sempre me recebem muito bem nas terras do sudoeste paranaense.

"Independente de terem ou não atuação política pessoal e sem deixarem de se dedicar rigorosamente à ciência, os cientistas estão sempre colaborando com uma determinada política e se opondo a outra, sancionando a ordem vigente ou ajudando efetivamente a transformá-la" (Leandro Konder).

RESUMO

A presente dissertação trata da relação entre o processo de trabalho em frigoríficos (aves e suínos) e o adoecimento dos trabalhadores, bem como, das resistências construídas pelos trabalhadores para enfrentar a degradação do trabalho em frigoríficos. Para tanto, escolheu-se estudar especificamente o território fabril da Sadia localizada no município de Toledo (PR), através do emprego de metodologias qualitativas (entrevistas baseadas em história oral) e quantitativas (acesso a base de dados, verificação de documentos sobre o adoecimento relacionado ao trabalho principalmente do Ministério Público do Trabalho). Pelas bases teóricas da geografia do trabalho em conjunto com as abordagens do campo saúde do trabalhador, foi possível chegar aos resultados que apontam uma intensa degradação do trabalho com fortes consequências para a saúde e vida dos trabalhadores, entendendo os frigoríficos como territórios da degradação do trabalho, que são parte de uma geografia da degradação do trabalho materializada no adoecimento relacionado ao trabalho em inúmeras outras inserções laborais que ultrapassam o limite campo-cidade, do informal-formal. Também, é perceptível que há uma fragmentação na luta dos trabalhadores em frigoríficos entre as entidades formais de representação os sindicatos (Sindicatos da Alimentação e de Cooperativas) e uma auto-organização de trabalhadores lesionados – Associação dos Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos (AP-LER) – que tem colocado desafios importantes para o movimento do trabalho. A compreensão de todos estes aspectos nos leva a perceber que mesmo na luta fragmentada há alguns passos coletivos críticos visando mudanças no processo de trabalho em frigoríficos que tem maior respaldo na ação da AP-LER em detrimento da ação sindical.

Palavras chave: trabalho, território e saúde do trabalhador.

ABSTRACT

This dissertation treats the relationship between the working process in meatpackings (poultry and pork) and the illness of workers, as well as the resistances built by workers to face the degradation of labor in meatpackings. To do so, was chosen to study specifically the factory territory of Sadia located in the city of Toledo (PR), through the use of qualitative methodologies (based in oral history interviews) and quantitative (access to database, documents about illness work related of the Public Ministry of Labor). By the geography of labor theoretical basis together with the approaches of the worker's health field, it was possible to get results that indicate an intense degradation of labor with strong consequences for the health and lives of workers, understanding the meatpackings as territories of labor degradation, that are part of a geography of labor degradation materialized in work-related illness in innumerable others labor insertion that exceed the rural-urban limit, the informal-formal. Also, it is perceptible that there is a fragmentation in the struggle of workers in meatpackings between the formal representation entities the unions (Food unions and cooperatives) and a self-organization of injured workers - Association of People with Repetitive Strain Injuries (AP-LER) – which has placed significant challenges for the labor movement. The understanding of all these aspects leads us to realize that even in the struggle fragmentation there are some collective steps critical in the seeking of changes in the working process in meatpackings that have greater endorsement in the actions of the AP-LER than the actions of the unions.

Keywords: labor, territory, worker's health.

FIGURAS

Figura 1 Vista Parcial da Fábrica da Sadia em Toledo (PR)	87
Figura 2 - Vista Parcial de Granja de Matrizes em Toledo (PR)	95
Figura 3 - Foto Aérea das Granjas de Matrizes, em Brotas (SP)	96
Figura 4 - Cadeia Produtiva de Frangos e Suínos	100
Figura 5 - Remédios consumidos por um trabalhador.....	150
Figura 6 - Caravana da NR dos Frigoríficos em manifestação no Paraná (2011).....	175
Figura 7 - Trabalhadores da Sadia reunidos em Assembleia para a criação do Sindicato dos Trabalhadores em Frigoríficos de Toledo.....	180

MAPAS

Mapa 1 - Emprego em Abate de Frangos e Suínos por UF (2010).....	77
Mapa 2 - Emprego em Abate de Frangos e Suínos por Mesorregião Paranaense (2010)	79
Mapa 3 - Emprego em Abate de Frangos e Suínos por Mesorregião: Sul do Brasil (2010)	82
Mapa 4 - Emprego em Abate de Frangos e Suínos: duas principais regiões empregadoras do Brasil (2010)	84
Mapa 5 - Localização do Município de Toledo no Paraná.	86

TABELAS

Tabela 1- Abate de Frangos por UF (2011).....	73
Tabela 2 - Abate de Suínos por UF (2011).....	75
Tabela 3 - Emprego em Frigoríficos de aves e suínos: dez principais Mesorregiões brasileiras (2010).....	81
Tabela 4 - Rotatividade (<i>turnover</i>) dos Trabalhadores (Magarefes e Abatedores) Paraná/Toledo (Janeiro de 2007 à Fevereiro de 2012).	92
Tabela 5 - Acidentes de Trabalho na variável Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais (2006-2010) - Paraná.....	93
Tabela 6 - Movimentos repetitivos realizados pelos trabalhadores em três funções da Sadia em Toledo (2009).....	109
Tabela 7 - Trabalhadores da Sadia de Toledo (PR) acometidos por Doenças osteomusculares (CID-M) e Transtornos mentais (CID-F) 2006-2008.....	112

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção de Carne de Frango Mundial: dez principais países (2011)	71
Gráfico 2 - Exportação de Carne de Frango Mundial: dez principais países (2011)	72
Gráfico 3 - Produção de Carne Suína Mundial: dez principais países (2011)	74
Gráfico 4 - Exportação de Carne Suína Mundial: dez principais países (2011)	74

Gráfico 5 - Emprego Industrial no Oeste Paranaense (2010)	80
---	----

QUADROS

Quadro 1- Resumo das informações dos trabalhadores da Sadia que autorizaram a gravação das entrevistas	25
Quadro 2 - Constatações e Pedidos na ACP movida contra a Sadia (2009).....	106
Quadro 3 - Pedidos de Antecipação de Tutela (2009).....	108
Quadro 4 - Denúncias da AP-LER junto ao Ministério Público do Trabalho (2010).....	183

LISTA DE SIGLAS

ABIPECS – Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína

ACP – Ação Civil Pública

AEAT – Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho

AP-LER – Associação dos Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos

BRF – Brasil Foods

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (Laboratório)

CEMOSi – Centro de Hemeroteca Sindical Florestan Fernandes

CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

CID – Classificação Internacional de Doenças

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CONTAC – Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Agroindústrias, Cooperativas de Cereais e Assalariados Rurais

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CTA – Central de Tele-Atividades

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

DORT – Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRAPA/CIAS – Central de Inteligência de Aves e Suínos

EPI – Equipamento de Proteção Individual

FS – Força Sindical

FTIA-PR – Federação dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação do Paraná

FTIA-RS – Federação dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação do Rio Grande do Sul

HRW – Human Rights Watch

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

LER – Lesões por Esforço Repetitivo

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MPS – Ministério da Previdência Social

MPT – Ministério Público do Trabalho

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MS – Ministério da Saúde

NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores

NIOSH – National Institute for Occupational Safety and Health

NR – Normativa Regulamentadora

NTEP – Nexo Técnico Epidemiológico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OCRA – Occupational Repetitive Action

ONG – Organização Não-Governamental

OSHA – Occupational Health and Safety Administration

PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PI – Procedimento Investigatório

PISTA – Projeto Integrado de Saúde do Trabalhador Avícola

PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

PRT – Procuradoria Regional do Trabalho

PT – Partido dos Trabalhadores

SINTRASCOOPA – Sindicato dos Trabalhadores em Cooperativas Agrícola, Agropecuária, Agro-Industrial de Palotina e Região

SRTE – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego

STIA-Toledo – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Toledo

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

UBABEF – União Brasileira de Avicultura

UGT – União Geral dos Trabalhadores

USDA – United States Department of Agriculture

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1	
<i>Uma Geografia da degradação do trabalho</i>	29
1.1 DO METABOLISMO SOCIAL DO CAPITAL E SUAS MEDIAÇÕES.....	33
1.3 A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO SOB AS MEDIAÇÕES DE SEGUNDA ORDEM DO CAPITAL QUE SE EXPRESSA NOS INÚMEROS FORMATOS SOCIAIS DO TRABALHO... ..	47
1.4 A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO PELAS <i>LENTE</i> S DA SAÚDE DO TRABALHADOR	55
1.5 DIANTE DA GEOGRAFIA DA DEGRADAÇÃO DO TRABALHO.....	58
CAPÍTULO 2	
<i>Território da degradação do trabalho: a Sadia em Toledo (PR).....</i>	69
2.1 PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO, E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO EMPREGO EM FRIGORÍFICOS DE FRANGOS E SUÍNOS.....	71
2.2 DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO?	88
2.3 CADEIA PRODUTIVA, SUAS CONTRADIÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO DO CAMPO À CIDADE	94
2.4 A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO NA SADIA E FRIGORÍFICOS DO OESTE DO PARANÁ: ANÁLISE DE RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO DO MPT, TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUITA E AÇÃO CIVIL PÚBLICA	101
2.5 AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO TERRITÓRIO FABRIL NA PERSPECTIVA DOS TRABALHADORES	115
2.6 OS IMPACTOS DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DEGRADANTES NA SAÚDE E VIDA DOS TRABALHADORES.....	129
2.7 O QUE OS RESULTADOS DA PESQUISA NOS APONTAM?.....	150
CAPÍTULO 3	
<i>As resistências dos trabalhadores frente à degradação do trabalho no território fabril</i>	155
3.1 AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E A ESTRUTURA SINDICAL EM <i>XEQUE</i> !.....	158
3.2 AS FISSURAS NA LUTA DOS TRABALHADORES NO OESTE PARANAENSE.....	166
3.3 CONSIDERAÇÕES PARA UM DEBATE INACABADO!	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS	196
ANEXOS.....	211

APRESENTAÇÃO

A epígrafe de Leandro Konder que abre essa dissertação não foi escolhida por acaso. Este é um trabalho que não defende a neutralidade, tampouco que a ciência deve ser entendida como algo “neutro”, distante da política, dos conflitos e embates. Todos os cientistas carregam consigo ideologias e servem no limite para a transformação da realidade ou para a manutenção da estrutura de poder. Esse trabalho de Mestrado foi produzido a partir de referenciais que tenham como convicção a emancipação dos trabalhadores do capital.

Portanto o autor não se distancia de tomar posicionamentos na tentativa de construir mais uma referência para aqueles que têm a emancipação do capital como horizonte histórico, imprescindível e iminente, mesmo com os seus limites facilmente perceptíveis ao longo do texto. Assim a discussão da degradação do trabalho na Sadia em Toledo (PR), não é um tema neutro, é sim carregado de ideias que apontam para a erradicação do capital na sua inteireza, pois somente essa luta coletiva poderá vir a garantir a construção de territórios¹ livres do domínio do capital sob o controle dos trabalhadores e que não se configurem como no momento em territórios da degradação do trabalho com sérias consequências para a saúde dos trabalhadores.

Porém, o foco na discussão sobre a saúde dos trabalhadores em frigoríficos avícolas/suinícolas não é temática nova no âmbito das nossas preocupações de pesquisa. Desde a graduação desenvolvemos projetos de Iniciação Científica, tendo por objetivo compreender o processo de trabalho em frigoríficos e seus desdobramentos para os trabalhadores, que desde então já indicavam sérios impactos na sua saúde e vida.

Nossa trajetória no assunto iniciou-se em 2008, no primeiro projeto de pesquisa de Iniciação Científica, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *campus* de Marechal Cândido Rondon (PR), sob a orientação, do professor Marcelo Dornelis Carvalhal, quando buscamos compreender a dinâmica territorial do trabalho - enquanto eixo referencial das pesquisas em consecução no CEGeT, em nível nacional, nesse caso, pela via da dimensão fabril, no município de Marechal Cândido Rondon (PR), particularmente, mediatizadas pelas questões centrais em torno das relações de trabalho, ou os processos/relações/organização do trabalho, e os desdobramentos/consequências do emprego para os trabalhadores vinculados às indústrias alimentícias.

¹ Essa abordagem pressupõe entender o conceito de território a partir da sua multidimensionalidade-multiescalaridade, para além da sua formatação dentro dos limites territoriais do Estado-Nação (HAESBAERT, 2005; SAQUET, 2007), pois, do ponto de vista da apropriação do espaço através das relações de poder (RAFFESTIN, 1993) não podemos compreender enquanto território apenas os limites estatais, já que as relações de poder não se limitam somente à escala do Estado-Nação (SOUZA, 2002). Através desses referenciais podemos pensar a fábrica (por exemplo) enquanto território e como veremos através dos resultados colhidos, aos trabalhadores se configura em territórios da degradação do trabalho. Essa compreensão do território é fundamental para a presente dissertação.

Esse trabalho de pesquisa resultou nas bases da nossa monografia de conclusão de curso², onde além de compreender a dimensão das condições de trabalho impostas no território fabril de três indústrias alimentícias de Marechal Cândido Rondon (PR), Faville (fábrica de biscoitos), Frimesa (fábrica de derivados de queijo) e Copagril (frigorífico de aves), buscamos entender quais eram os principais descumprimentos no âmbito da legislação trabalhista, algo que analisamos via levantamento de processos judiciais movidos contra as empresas no período de cinco anos (2005-2010).

Dos resultados dessas pesquisas realizadas em nível da Graduação, foi possível perceber que as condições de trabalho em todas as indústrias alimentícias, impunham ritmos frenéticos e que existia o adoecimento dos trabalhadores. Mas, destaque especial estava em torno do setor de frigoríficos, onde o adoecimento aparecia com maior frequência, seja nos processos trabalhistas, ou ainda nos estudos de outros colegas e também nas entrevistas que realizamos com um conjunto de 25 trabalhadores. Nos processos trabalhistas vinculados à Copagril apareciam alguns cenários dos desdobramentos do trabalho aos trabalhadores que em razão dos esforços repetitivos, desenvolviam sérias dores articulares que reduziam a sua capacidade laboral. E, nas entrevistas, desde então, os trabalhadores diziam que, como “herança” do trabalho havia impossibilidades para a vida, tendo em vista as doenças que adquiriram, sendo que em alguns casos nem mesmo era possível realizar tarefas cotidianas sem sentir dores com frequência. Dois casos em especial, encontrados nos processos da Copagril, foram citados na monografia, como representativos do adoecimento pelo trabalho. Um deles se refere ao trabalhador Evanildo Gimenez que adquiriu tendinite trabalhando na empresa e outro de Carmen Lucia da Cruz que em razão do esforço repetitivo desenvolveu sérias dores articulares, dor nos dedos das mãos (que adormecem, nos punhos e em toda a extensão dos braços, principalmente do direito até o ombro) e devido a estas dores a trabalhadora não conseguia nem realizar as tarefas domésticas.

Desta forma, nos chamou a atenção o adoecimento que não se resumia apenas a esses dois casos, sendo que, inclusive em entrevistas com trabalhadores da empresa, estes associavam as condições de trabalho com o adoecimento. Numa das entrevistas que realizamos com uma jovem trabalhadora ela argumentava que repetidas vezes “colocava” o braço no congelador de sua geladeira para amenizar as dores que sentia diariamente.

Assim, nessa trajetória de pesquisa, ficou evidente que havia intrínseca relação entre o processo de trabalho e adoecimento dos trabalhadores. Portanto, foi através dessas experiências acumuladas que o projeto de Mestrado foi surgindo com o intuito de investigar esses

² O texto integral da monografia intitulada “Dinâmica territorial do capital e a expansão das indústrias alimentícias no Oeste Paranaense: relações de trabalho precárias e ilegalidades frente à legislação trabalhista em Marechal Cândido Rondon/PR” está disponível em: <<http://cac-php.unioeste.br/projetos/geolutas/docs/2012/Fernando.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

desdobramentos nefastos do trabalho em frigoríficos, que se traduziam em fatos concretos de adoecimento e sofrimento de homens e mulheres que por não ter opções se sujeitaram a tal emprego.

INTRODUÇÃO

Não é, afirmação esvaziada de sentido, dizer que há uma relação intrínseca entre o trabalho em frigoríficos e o adoecimento dos trabalhadores. Os rebatimentos de um processo de trabalho/condições de trabalho que se move em ritmo frenético e repetitivo resultam em inúmeras doenças (físicas e psicológicas), que tem relação com o trabalho desempenhado.

Tais informações certamente podem não convencer a todos (tendo em vista a multicausalidade das Lesões Por Esforços Repetitivos – LER/DORT – e a dificuldade em estabelecer o nexos causal entre transtornos mentais e o trabalho pelas vias “legais”), mas jamais poderiam ser encaradas como um dado sem sentido ou mentiroso. Pelo menos não o são para inúmeros trabalhadores que venho entrevistando ao longo da minha trajetória de pesquisa, também não o são para o Ministério Público do Trabalho (MPT), entidades sindicais, dentre outras organizações, intelectuais do campo saúde do trabalhador e nem mesmo para inúmeras pesquisas realizadas com trabalhadores do setor seja no âmbito local (Oeste Paranaense), nacional (Pesquisas espalhadas pelo Brasil) e até internacional conforme apresentaremos algumas dessas referências.

A pesquisa de Mestrado procura mostrar que há sim uma intrínseca relação entre o processo de trabalho em frigoríficos e as doenças ocupacionais, através do recorte específico vinculado aos resultados do trabalho desempenhado na planta fabril da Sadia em Toledo (PR). Os indicadores mesmo subnotificados, a análise de documentos junto ao Ministério Público do Trabalho, e o conjunto de entrevistas com a abordagem qualitativa (história oral), mostram que quando procuramos dar voz aos trabalhadores lesionados à relação entre o seu adoecimento e o trabalho desempenhado são evidentes, mesmo que peritos médicos, médicos de empresa e representantes patronais neguem seus problemas. Fato é que nenhum dos entrevistados que tive acesso (trabalhadores e ex-trabalhadores da Sadia em Toledo), afirmou que suas dores crônicas que os impossibilitam para a vida cotidiana não tivessem nada a ver com o trabalho. Pelo contrário, estes sempre narraram que antes de se empregar na empresa nada sentiam e após o labor nesta herdaram doenças por vezes crônicas, relacionadas aos esforços repetitivos e também à saúde mental.

Logo, o foco da pesquisa está com as atenções voltadas para o trabalho na planta fabril da Sadia S/A de Toledo (PR) e os desdobramentos deste para a saúde e vida dos sujeitos que trabalham/trabalharam nessa empresa. O recorte foi privilegiado tendo em vista que a Sadia de Toledo tem mais de 7.400 trabalhadores, sendo o maior frigorífico da região e do estado do Paraná, concentrando somente nessa empresa 19% do estoque de empregos formais da cidade de Toledo (IPARDES, 2010). E até mesmo pelo fato de estar sendo movida uma Ação Civil Pública (ACP) contra essa mesma empresa, o que nos proporcionou ter acesso aos dados públicos dessa ação no que tange ao adoecimento dos trabalhadores junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT)³.

Aliás, a Ação Civil Pública nº01428-2010-068-09-00-5 mereceu uma atenção especial de nossa parte. É um documento muito rico em informações sobre a empresa, com ampla prova documental e técnica que mostra a relação entre os adoecimentos e as condições de trabalho impostas pela Sadia. Isso sem contar que “materializa” nas vias judiciais um histórico de denúncias da Associação dos Portadores de Lesões Por Esforços Repetitivos (AP-LER) e descumprimentos de acordos firmados anteriormente por parte da empresa com a entidade.

Em consonância com a análise da ACP, quando vamos entender quem denunciou tais condições de trabalho penosas na Sadia, surge outro problema de pesquisa: as “fissuras” que ocorrem no âmbito da luta dos trabalhadores. Isso porque não foi o sindicato quem pleiteou a denuncia das péssimas condições de trabalho e o adoecimento na empresa, mas sim a auto-organização de trabalhadores lesionados em torno da AP-LER.

O entendimento, desse assunto nos leva para a discussão da estrutura sindical fragmentada e corporativa imposta pelo Estado e seus limites (herança varguista). Nessa, há uma fragmentação na representatividade dos trabalhadores encimada na divisão técnica do trabalho com claros limites para a atuação política dos trabalhadores. No caso mais específico da pesquisa, temos de pensar também no “racha” entre sindicatos de cooperativas e da alimentação e suas estratégias de luta e atuação⁴, sindicatos estes que ao menos formalmente representam os trabalhadores de frigoríficos no Oeste Paranaense, bem como o surgimento da AP-LER.

³ Ter acesso aos dados do adoecimento é de extrema importância, mas, desde o início é preciso alertar que estes são absolutamente subnotificados, situação essa que o MPT, através da sua atuação fiscalizatória está querendo mudar com o objetivo de reduzir o índice de subnotificação. Portanto, uma análise estatística dos dados pode até revelar que há número reduzido de trabalhadores doentes, mas, isso não é uma realidade, até porque as atuações do MPT tem mostrado que as condições de trabalho são absolutamente penosas aos trabalhadores, sendo que esses podem adoecer. Assim, o problema maior esta na subnotificação, pois há trabalhadores doentes e sem assistência, e dessa forma os números não atestam que as condições de trabalho são boas e que os trabalhadores não adoecem. Nesse sentido, metodologias qualitativas com o foco em compreender as vivências dos trabalhadores e o adoecimento no trabalho podem ser muito proveitosas para expressar a dura realidade vivida por esse conjunto notório de trabalhadores.

⁴ Assunto que carece de maiores informações, mas que já há pesquisas importantes que denunciam uma atuação de colaboração entre estes e as empresas, bem como, o não reconhecimento por parte dos trabalhadores através de

No âmbito regional formalmente, os trabalhadores de frigoríficos são representados por sindicatos ligados à alimentação e de cooperativas. Isso porque aproximadamente 64% dos empregos em frigoríficos do Oeste Paranaense estão em abatedouros de cooperativas. Além disso, há também a atuação da AP-LER, que têm se destacado na defesa da saúde dos trabalhadores em frigoríficos e coloca novos questionamentos no âmbito da luta já fragmentada dos trabalhadores.

Assim, surgiu um dos objetivos da nossa pesquisa, que é verificar como os trabalhadores estão se organizando para enfrentar o adoecimento, tendo em vista que o trabalho, seja nos frigoríficos de empresas, seja nos abatedouros de cooperativas, expõe os trabalhadores às condições de trabalho degradantes.

Sinteticamente, os nossos objetivos na presente dissertação estão em verificar os desdobramentos para os trabalhadores, principalmente no que tange a sua saúde, do trabalho em território fabril, bem como, entender de que forma estes trabalhadores estão buscando resistir coletivamente a este trabalho que adocece, mutila e degrada o corpo e a mente.

O “cuidado” metodológico que tivemos para alcançar os resultados foi então, alcançado através de variáveis quantitativas, como acesso à base de dados e informações do número de adoecimentos em frigoríficos junto ao MPT, análise documental com Procedimentos Investigatórios (PI) buscando dados de adoecimento e descumprimento das leis, bem como, através da pesquisa qualitativa resultantes dos trabalhos de campo, quando analisamos as narrativas de trabalhadores, representantes sindicais, procuradores do trabalho, priorizando a metodologia da história oral.

Tentamos não pormenorizar nenhuma das abordagens, pois tanto os dados quantitativos como a “produção da informação” qualitativa, sobretudo os depoimentos dos trabalhadores nos ajudam a mostrar o cenário nefasto do adoecimento relacionado ao trabalho.

Se o que define a opção metodológica é a problemática da pesquisa (TURRA NETO, 2012), percebemos que para entender a saúde do trabalhador em frigoríficos não basta apenas focar nos dados estatísticos (como muitos estudos referenciados pelo paradigma da saúde ocupacional priorizam), nem tão somente focar na abordagem qualitativa (depoimentos dos trabalhadores). É preciso que combinemos esses dois enfoques metodológicos, pois há fontes quantitativas de extrema importância como dados do Ministério Público do Trabalho (MPT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Ministério da Previdência Social (MPS), bem como, é imprescindível dialogar com os sujeitos diretamente atingidos pelas doenças, conhecer sua história de vida, suas subjetividades. Esse foi o caminho metodológico que buscamos.

narrativas que expressam esses serem “Sindicato da Sadia” ou “Sindicato da Cooperativa”. Cf. Bosi (2012) e Varussa (2012).

Quanto às entrevistas a metodologia priorizada foi à história oral. Segundo exemplifica Harres (2008, p.10):

Em história oral, dificilmente trabalhamos com um quadro de perguntas fixas, isso porque o interesse é estimular o processo de rememoração, o qual tem um fluxo próprio que inclui cadeias de associações reveladoras da lógica interna do depoimento. Recomenda-se não propriamente uma entrevista, mas uma conversa livre em que a pessoa é convidada a falar de um assunto de interesse comum.

A opção pela história oral se deu para compreender as narrativas dos trabalhadores sobre o seu trabalho, bem como, as interpretações dos sindicalistas, representantes da AP-LER e do MPT. Optamos por essa metodologia pela sua natureza interdisciplinar (THOMPSON, 1992), e por não ter essa característica de questionário fechado, pouco proveitoso para entender o adoecimento dos trabalhadores na perspectiva dos próprios sujeitos. Assim como, as suas vivências e experiências pessoais de sofrimento após a doença relacionada com o trabalho.

É importante frisar que não priorizamos através das entrevistas a busca por informações para traçar perfis socioeconômicos dos entrevistados ou tabular dados quantitativos. Tampouco, utilizou-se de questionário rígido e inflexível, a “entrevista” tradicional com perguntas fechadas. Procurou-se trabalhar na perspectiva de que os próprios trabalhadores têm a voz para falar de um assunto comum, no caso os resultados do trabalho na Sadia para sua saúde e quais os nexos que estes fazem através das suas narrativas.

E para entender essa perspectiva dos trabalhadores a partir deles mesmos é necessário compreender como os próprios sujeitos narram seu trabalho e os impactos na sua saúde e vida. Como metodologicamente diz Thompson (1992, p.258):

O argumento em favor de uma entrevista completamente livre em seu fluir fica mais forte quando seu principal objetivo não é a busca de informações ou evidência que valham por si mesmas, mas sim fazer um registro “subjetivo” de como o homem, ou uma mulher olha pra trás e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma das suas partes. Exatamente o modo como fala sobre ela, como ordena, a que dá destaque, o que deixa de lado, as palavras que escolhe, é que são importantes para a compreensão de qualquer entrevista; mas para esse fim, essas coisas se tornam o texto fundamental a ser estudado. Assim, quanto menos o seu testemunho seja moldado pelas entrevistas do entrevistador, melhor.

Por isso, na pesquisa de campo priorizamos um roteiro de entrevistas sem perguntas fechadas, buscando uma “conversa” com os (trabalhadores/procuradores/sindicalistas/representantes da AP-LER), com o objetivo de apreender as suas experiências/narrativas com relação ao emprego, atuação política e de fiscalização em frigoríficos e na Sadia de Toledo (PR). Em particular a metodologia consiste em “não necessariamente uma ‘entrevista’, mas uma ‘conversa’ livre em que o entrevistado, o

‘portador-de-tradição’, a ‘testemunha’, ou o ‘narrador’ é ‘convidado a falar’ sobre um assunto de interesse comum” (THOMPSON, 1992, p.257).

Certamente o interesse está em deixar o entrevistado falar, sem interrupções bruscas por parte do pesquisador. As perguntas foram pensadas no roteiro para serem curtas, priorizando o tempo para os sujeitos falarem. Também, em casos de entrevistados que “falaram bastante” por vezes o roteiro ganhou outros temas que nos possibilitou narrativas ainda mais ricas.

“Conversamos” então com 22 trabalhadores que atuaram ou atuam (3 destes ainda estão trabalhando) nas linhas de produção da Sadia (frigoríficos: aves e suínos e fábrica de industrializados). Apenas 2 não autorizaram a gravação da entrevista. Também, conversamos com 1 dirigente sindical, 2 representantes da AP-LER e 2 Procuradores do Trabalho. Apenas, os procuradores e 1 representante da AP-LER tiveram as entrevistas gravadas. Todas as entrevistas registradas foram também transcritas integralmente.

Os trabalhadores foram entrevistados nas suas casas⁵ e quando foram gravados, pedimos autorização sendo que, nesse momento entregamos um documento com assinatura do pesquisador e orientador, no qual contém que serão mantidos em sigilo os seus nomes verdadeiros, e nenhuma informação será repassada para a interpretação de terceiros. Portanto, os nomes que utilizaremos na discussão são todos fictícios.

Esse procedimento da história oral nos mostrou “outra história” sobre o território fabril dos frigoríficos, a qual demonstra (na perspectiva dos trabalhadores) que por traz das altas cifras de geração de empregos e lucratividade das empresas (“desenvolvimento” para alguns) há o adoecimento de muitos sujeitos, por vezes com sequelas incuráveis, e lesões irreversíveis.

Só pudemos chegar a resultados que consideram o território fabril como território da degradação do trabalho pela via das fontes estatísticas, documentais e orais, o que expressa à ideia de que a combinação das metodologias (quantitativa e qualitativa), para a presente pesquisa foi fundamental.

As narrativas dos trabalhadores a nós confiadas foram basilares para compreender o que se passa no território fabril a partir das suas perspectivas e compreender de maneira mais profunda a degradação do trabalho que impacta nas suas vidas, algo que os dados expressivos de adoecimento no setor frigorífico não conseguiriam expressar.

Para os sujeitos o trabalho no território fabril da Sadia se mostrou como território da degradação do trabalho com impactos na sua saúde e vida. E também, como discutiremos no terceiro capítulo, a luta por saúde ao mesmo tempo em que demonstra a face dramática do emprego em frigoríficos é o que fez surgir uma Associação de classe que tem se colocado na

⁵ Lugar que julgamos ser o mais apropriado para as entrevistas, pois pensamos que a casa é um local onde o informante sente-se à vontade. Cf. Thompson, 1992. O documento entregue a cada entrevistado consta no Anexo A.

defesa dos interesses dos trabalhadores agora lesionados.

Antes vejamos algumas sínteses com base nos dados coletados nas entrevistas com os 22 trabalhadores do setor industrial (frigorífico de aves, suínos e industrializados) que autorizaram a gravação (Quadro 1).

Quadro 1 - Resumo das informações dos trabalhadores da Sadia que autorizaram a gravação das entrevistas

Nome	Idade	Função	Descrição
Lúcia	52 anos	Trabalhou na enforma de presunto, embalagem e bacon.	Trabalhou por 13 anos na Sadia e após 6 anos começou a sentir dores.
Valdir	28 anos	Trabalhou no setor de pernil (frigorífico de suínos) e no empanado (fábrica de industrializados).	Até dois dias antes da entrevista estava afastado, sofreu acidente de trabalho vinculado à máquina sem proteção ficando com o braço preso na mesma cerca de 15 minutos.
Mércia	33 anos	Trabalhou na desossa de pernil no frigorífico de suínos.	Do emprego trouxe consígio tendinopatia do supra-espinhoso, tendinite e tendinose.
Carlos	47 anos	Trabalhou na desossa no frigorífico de aves.	Trabalhou 20 anos, mas já tinha problemas com 17 anos na função. Teve doença crônica devido aos movimentos repetitivos e hoje tem um pino inserido num de seus braços.
João	53 anos	Trabalha ainda hoje na empresa no frigorífico de aves.	Está na Sadia há 28 anos e nunca adoeceu no trabalho. Não acredita que os colegas que adoecem estejam mentindo sobre sua saúde, inclusive tem um familiar que adoeceu trabalhando na mesma empresa.
Paula	30 anos	Trabalhou 12 na Sadia na evisceração no frigorífico de aves.	Tem CAT registrada dizendo que os problemas de saúde têm a ver com os movimentos repetitivos realizados no exercício do trabalho.
Joana	29 anos	Trabalhou 4 anos no empanado, linguíça e bacon.	Sofreu acidente de trabalho devido a falta de proteção na máquina e além disso, foi diagnosticada com cervicologia e bursite.
Fernanda	32 anos	Trabalhou no setor de evisceração no frigorífico de aves.	Hoje está afastada. Herdou do emprego tendinite e bursite.
Roberta	45 anos	Trabalhou no frigorífico de aves 8 anos.	Teve problemas na coluna decorrentes do trabalho.
Fabrcio	48 anos	Trabalhou 16 anos na empresa onde desempenhou funções ligadas ao abate de bovinos (quando ainda se abatiam bovinos em Toledo) e suínos onde laborou por mais tempo.	Trabalhou arrancando banha, “coreando” paleta, eviscerava, barbeava, desnucava, tirava cabeça dos suínos. Hoje se encontra com problemas agudos na coluna que o impedem de trabalhar.
José	35 anos	Trabalhou 14 anos na Sadia, começou trabalhando no frigorífico de aves, mas ficou mais tempo no setor de girofreezer.	Tem problemas nas pernas e os médicos dizem que no seu caso “não tem o que fazer”. Está afastado e por vezes na entrevista esboçou o desejo de suicídio por sentir dores 24 horas por dia.
Angela	42 anos	Trabalhou no setor de miúdos no frigorífico de suínos.	Tem problemas nos braços e perna e relatou também problemas de estômago e de esquecimento em decorrência do consumo dos inúmeros remédios consumidos para aliviar as dores.
Claúdia	52 anos	Trabalhou no setor de presuntos e empanado.	Além das doenças teve também acidente de trabalho vinculado à máquina sem proteção. Ela mesma nos conta a precariedade da sua saúde “ai o doutor falou, nossa tá cheio de desgaste na coluna se eu operar a senhora não anda”.
Elis	41 anos	Trabalhou 27 anos no frigorífico de suínos.	Herdou do emprego problemas nos dois ombros e na coluna. Foi diagnosticada com tendinite e bursite.
Teresa	38 anos	Trabalhou no frigorífico de suínos e no setor de bacon por 16 anos.	Tem problemas nos ombros e mão e conseguiu apenas uma CAT com relação às dificuldades que teve e está em busca de outra CAT. Sente hoje que está entrando em depressão.
Aparecida	46 anos	Trabalhou 22 anos na empresa no frigorífico de suínos.	Está afastada há 4 e tem problemas no braço e coluna.
Flávia	45 anos	Trabalhou 5 anos no frigorífico de suínos.	Está afastada há 8. Tem problemas crônicos e sem cura estando com B-91 (Auxílio Doença Acidentário) no INSS.
Rogério	52 anos	Trabalhou 26 anos no frigorífico de aves.	Foi seu primeiro emprego e também o último, sente algum cansaço relacionado ao trabalho, mas relata que nunca adoeceu com relação ao mesmo.
Luis	45 anos	Trabalhou 13 anos no frigorífico de suínos.	Se afastou pela coluna e hoje encontra-se aposentado por invalidez.
Lígia	45 anos	Trabalhou 12 anos no setor de empanados.	Nesse período relata que adoeceu e relaciona com o trabalho.
Roberto	46 anos	Trabalhou no frigorífico de aves desossando pernas de frango.	Herdou 5 hérnias de disco com relação ao trabalho, dentre outras doenças relacionadas ao esforço repetitivo.
Vinicius	34 anos	Trabalhou 13 anos na empresa, frigorífico de aves/granja.	Há cerca de 6 anos afastado em benefício acidentário para tratamento de doença do trabalho

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

A partir dessas informações foi possível observar que o processo de trabalho no território fabril teve impactos na saúde dos trabalhadores. Sua consequência se materializou em doenças momento a partir do qual aparecerá uma série de outros conflitos (com médicos, peritos do INSS etc.) que não reconhecem as doenças à degradação “vívida”, pois os trabalhadores ficam incapacitados até de realizar atividades rotineiras. Como Sr. Carlos, que nos conta ter de cortar o cabelo sempre porque não consegue utilizar a mão para realizar essa empreita diária, assuntos que serão tratados centralmente no segundo capítulo dessa dissertação.

Deste modo, organizamos o trabalho em três capítulos. No primeiro, o objetivo é apresentar uma proposta teórica, para entender, mesmo que de maneira preliminar, uma geografia da degradação do trabalho, na sua pluralidade de marcas territoriais do trabalho degradante, que atinge a saúde dos trabalhadores de inúmeros setores. Portanto, buscou-se pesquisas na área da saúde do trabalhador com resultados que tenham por objetivo identificar, em diferentes inserções laborais, a relação entre o processo de trabalho e o adoecimento dos trabalhadores. Também procuramos referenciais nacionais e internacionais sobre o trabalho em frigoríficos que apontam para os mesmos resultados.

A reflexão teórica que embasa esse primeiro momento é entender que as mediações de segunda ordem (Mészáros, 2002) historicamente construídas, que se edificam na sociedade do capital através da propriedade privada dos meios de produção, no trabalho alienado e na produção para os valores de troca, é a base para compreender a degradação do trabalho, que vai se expressar em múltiplas ocupações que vai do campo à cidade, do trabalho material ao intelectual etc. Com essa reflexão estamos querendo apontar, que não é o trabalho concreto, produtor de valores de uso que adocece e degrada, mas sim o trabalho abstrato, imposto historicamente, que deixa suas marcas nos corpos e mente dos trabalhadores (LOURENÇO, 2009).

Por isso, é importante mostrar que o conceito de degradação do trabalho conforme apresentamos nessa pesquisa está relacionado a um processo histórico que reduziu o trabalho (categoria fundante do ser social e eterna necessidade do mundo dos homens) à mera mercadoria vendável (MARX, 2004). É essa condição histórica que funda as mediações de segunda ordem (MÉSZÁROS, 2002), que fundamenta a degradação do trabalho. No caso da nossa pesquisa se materializa no limite biomecânico do corpo humano através principalmente das doenças por esforços repetitivos. Isso quer dizer que, a degradação do trabalho não é encarada somente quanto aos impactos do trabalho na saúde, mas sim, como um processo histórico que reduz o trabalho à mercadoria, sendo que as doenças relacionadas ao trabalho são parte do trabalho degradante, mas não necessariamente são as únicas formas de entender

esse conceito. Daí ser o trabalho degradante um processo que no caso da nossa pesquisa pôde ser entendido através dos adoecimentos relacionados ao trabalho.

No segundo capítulo apresentamos os resultados colhidos nos trabalhos de campo, principalmente através das fontes documentais e orais (pesquisa quantitativa-qualitativa), que estão interligados a ideia de uma geografia da degradação do trabalho, pois o território fabril dos frigoríficos é uma das expressões territoriais do trabalho que degrada e mutila, por estar imerso na sociedade do capital que através das suas mediações de segunda ordem intemperiza o trabalho nas mais diversas formas de inserção laboral (THOMAZ JUNIOR, 2011a).

Na primeira parte do texto apresentamos dados relacionados à produção, exportação, número de abates e empregos gerados pelo setor de frigoríficos de aves e suínos no Brasil. Os números expressam uma grande concentração do emprego principalmente no Sul do país, com 60% dos empregos nacionais, sendo que, somente o Paraná representa 24,8% dessa cifra. Com relação aos dados estaduais paranaenses, o Oeste concentra 42% do emprego em frigoríficos e o município de Toledo assume a liderança na geração de emprego para o estado no setor.

Essas informações em consonância com outros indicadores têm levado um conjunto de autores à associação destas com o desenvolvimento regional. Nesse momento, intentamos travar um debate com estes para mostrar que do ponto de vista dos trabalhadores, nos resultados que colhemos na pesquisa, os impactos nefastos do trabalho os adoeceu e por isso o desenvolvimento pode e deve ser relativizado. Também, há um debate que busca compreender preliminarmente que desde a avicultura integrada até o frigorífico existe a marca de um trabalho degradante principalmente através das fontes e contribuições de outras pesquisas.

Depois, apresentamos a discussão da pesquisa documental que fizemos junto ao Ministério Público do Trabalho, onde obtivemos importantes indicativos do adoecimento generalizado dos trabalhadores da Sadia de Toledo. E, após isso, apresentamos também os depoimentos dos 22 trabalhadores e ex-trabalhadores da empresa que nos autorizaram a gravação da entrevista e que expressam resultados importantes do trabalho que os adoeceu.

Por fim, no terceiro capítulo, discutimos as “fissuras” nas lutas dos trabalhadores. Apontamos os resultados que alcançamos através das entrevistas, com trabalhadores, sindicalistas e representantes da AP-LER, fontes documentais (jornais sindicatos, AP-LER, outros documentos), que expressam uma fragmentação na representatividade dos trabalhadores.

Há uma fissura na representação formal dos trabalhadores, pois, os trabalhadores estão representados por dois sindicatos diferentes. Nos frigoríficos vinculados às empresas

(não-cooperativas), a representação sindical está com os sindicatos do ramo da alimentação e nos frigoríficos das cooperativas os trabalhadores estão na base dos sindicatos dos trabalhadores em cooperativas. Além destes, no âmbito dos resultados nefastos do trabalho que são as lesões por esforço repetitivo, entre outros agravos, surge também a AP-LER que passa a atuar na defesa da saúde dos trabalhadores de frigoríficos.

Esse cenário, fragmentado no âmbito da luta dos trabalhadores, ao que parece, aponta para fragilização no enfrentamento com o capital, pois, o trabalho é degradante seja nos frigoríficos das cooperativas, seja nas empresas. E, assim, a ação da AP-LER tem ganhado notoriedade, pois, essa Associação tem atuado na defesa dos trabalhadores sem essa diferenciação no âmbito formal entre trabalhadores de cooperativas ou de empresas realizando uma atuação política crítica à relação intrínseca entre processo de trabalho e adoecimento dos trabalhadores, procurando através da sua ação impor minimamente limites para a exploração do trabalho.

Eis as discussões que iremos travar e das quais esperamos contribuir para as perspectivas críticas ao processo de trabalho em frigoríficos e às lutas e resistências dos trabalhadores.



Trabalhadores em canaviais (CEGET.BLOGSPOT.COM.BR)



Trabalhadores em frigorífico (O PRESENTE RURAL.COM.BR)

CAPÍTULO 1

Uma Geografia da degradação do trabalho



Trabalhadores da construção civil (OIONET.NET.BR)



Pulverização aérea (PORTALDOAGRONEGOCIO.)



Acidente de trabalho em Jirau (LIGAOPERÁRIA.ORG)



Lesionada após ser usada como modelo de ritmo de produção no frigorífico Seara, ex-funcionária tenta na Justiça uma decisão "para que nunca ninguém passe pelo que estou passando"(REDEBRASILATUAL.COM.BR)



Acidente de trabalho com Operador de Máquina de Corte (CABULOSO.COM)

Quando se aposta na Geografia do trabalho, com as atenções para desvendar as marcas territoriais do trabalho, ou seja, suas manifestações nos territórios, seja nos campos ou nas cidades, é preciso recuperar a centralidade do trabalho, conforme as premissas emancipatórias.

Entender o trabalho e a sua centralidade para o mundo dos homens é a base teórica fundamental da presente dissertação, pois concordamos com Lessa (2007) que o trabalho é a categoria fundante, a eterna necessidade do mundo dos homens. Desde logo, compreendemos que “o trabalho em todas as suas dimensões, é a base fundante do auto-desenvolvimento da vida material e espiritual” (THOMAZ JUNIOR, 2002).

Ou, para recuperar Marx (1985, p.50):

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto da vida humana.

O trabalho é, portanto a primeira das categorias (RANIERI, 2011a). É o estatuto ontológico do ser social, é o que nos diferencia dos outros animais, pois através dele projetamos o que fazer (teleologia), antes mesmo que seu produto exista de fato. Portanto o trabalho é para nós a categoria ontológica central baseando-nos em Marx.

Que este tenha se transformado no desenvolvimento da história em fonte de (des) realização e estranhamento se deve à sociedade do capital (uma específica formação social), que impulsiona através dos seus mecanismos próprios de dominação/controla sobre o trabalho a sua condição como “coisa” ou sua redução à condição de mercadoria vendável (MARX, 2004).

Dessa maneira, a geografia do trabalho, surge para identificar as marcas territoriais do trabalho, suas localizações, suas manifestações territoriais, mas é importante ressaltar que não se limita somente em localizar e distribuir o fenômeno do trabalho no espaço. São as categorias da geografia (paisagem, território e espaço) que irão nos ajudar a compreender o trabalho e suas marcas territoriais subordinadas a estrutura social do capital de onde já se pressupõe que advém toda a série de conflitos de classe, bem como os dissabores e degradações impostas à perda constante da qualidade de vida dos trabalhadores, dentro e fora do trabalho, com forte impacto na saúde.

É esse o papel das pesquisas no Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGeT onde nas diferentes frentes de investigação (pesquisas de diversos estágios), tem-se percebido que a (des) realização do trabalho, seja no campo ou na cidade é uma marca territorial da contemporaneidade. Nossas preocupações se dão na busca de entender “as

marcas territoriais do trabalho e seus significados topológicos na sociedade em que vivemos; apreender os significados e sentidos do trabalho, no seio da classe trabalhadora” (THOMAZ JUNIOR, 2011a, p.308).

Dessa forma o estudo que por ora estamos apresentando, se refere à escala de um município em particular, Toledo (PR) e a discussão da degradação do trabalho vivenciada pelos trabalhadores do frigorífico da Sadia S/A (Brasil Foods), que emprega cerca de 19% da mão-de-obra formal da cidade, ou seja, 7.400 trabalhadores.

Esse é o fenômeno empírico que investigamos, condição necessária para compreender a realidade social do trabalho, mas que não será abordado somente na escala local ou como se nada tivesse a ver com a totalidade viva do trabalho (escala global).

De antemão é preciso ressaltar que a pesquisa não se reserva a mero empirismo positivista, todavia o enunciado central está vinculado à existência e significado da degradação do trabalho sob as condições da sociedade do capital. O fato de investigar a realidade social do trabalho através de metodologias qualitativas como a história oral é necessário para compreender e amplificar a discussão teórica, até porque as informações primárias são escassas e subnotificadas. Entretanto, baseados na ontologia e nas referências marxianas das quais a dimensão da totalidade é inescapável, avaliamos e buscamos compreender as doenças/acidentes de trabalho como reflexos de uma ordem social global estabelecida hierarquicamente pela construção dos próprios homens, ou seja, o metabolismo social do capital (MÉSZÁROS, 2002).

É como observa Ranieri (2011a, p.136) “o singular contém a totalidade, uma vez que toda singularidade depende de aspectos exteriores a ela, que a determina, ou seja, que a torna aquilo que efetivamente é”.

Seria o mesmo que dizer com Porto-Gonçalves (1978) numa leitura geográfica de que o lugar é único por ser a síntese de múltiplas determinações, sendo que este conceito não pode ser entendido em si mesmo. Isso pressupõe pensar que a especificidade da nossa investigação sobre a realidade do trabalho em um frigorífico de um município específico, não pode ser entendida em si mesma, como se nada tivesse a ver com a totalidade viva do trabalho.

O recurso teórico da totalidade a qual estamos nos referindo está sendo construído a partir da análise, que para nós é fundamental, que trata da categoria da mediação da “mediação” imposta pelo capital. Esta atinge todos os territórios, espaços e lugares através daquilo que Mézáros (2002; 2006; 2009) chama de *mediações de segunda ordem*. Como bem resume Antunes (2009, p.19):

A inversão da lógica societal, ao se efetivar, consolidou então, as mediações de segunda ordem, que passaram a se constituir como elemento fundante do *sistema de metabolismo social do capital*. Desprovido de uma orientação humanamente significativa, o capital assume, em seu processo, uma lógica em que o *valor de uso* das coisas foi totalmente subordinado ao seu *valor de troca*. O sistema de *mediações de segunda ordem* passou a se sobrepor e a conduzir as *mediações de primeira ordem*. A lógica societal se inverte e se transfigura, forjando um novo metabolismo societal estruturado pelo capital.

Dessa forma pensamos que essa discussão permeia os nossos objetivos na pesquisa. E, portanto é imprescindível esse debate teórico quando se está procurando compreender porque tantos trabalhadores adoecem ou são vitimados por acidentes de trabalho nos mais diversos territórios, seja nos campos, nas cidades, nas fábricas, nos *call centers*, nos canaviais, no serviço público, entre outros, ou no caso específico da nossa pesquisa: por que tantos trabalhadores adoecem em frigoríficos, sobretudo na Sadia em Toledo (PR)?

Portanto, não se aposta aqui numa leitura geográfica na qual os territórios, seja na cana, nos bancos, nos *call centers*, entre outros, estejam apartados da estrutura social que aprisiona os trabalhadores e lhes impõe intensa degradação, e (des) realização no trabalho. Isso significa dizer que é necessária à compreensão histórica do sistema sociometabólico do capital que subverte os valores de uso (a produção livre da natureza em si) em valor de troca (THOMAZ JUNIOR, 2011a, p.317). De tal modo, acreditamos que a compreensão da subordinação das mediações de primeira ordem às mediações de segunda ordem é necessária para compreender o adoecimento dos trabalhadores na contemporaneidade, isso porque entendemos que, o trabalho subsumido à produção do valor (que degrada/mutila) é essencial ao capitalismo, mas não necessariamente para a humanidade (THOMAZ JUNIOR, 2011a).

Por conseguinte, nossa aposta é situar o metabolismo social do capital, suas mediações primárias e as imposições históricas das de segunda ordem de mediações, portanto, mediações reificadas/alienadas, que não são permanentes e imutáveis. O objetivo é mostrar que a redução do trabalho à mera mercadoria vendável (MARX, 2004) sob o domínio do metabolismo social do capital, é a base para compreender a geografia da degradação do trabalho que impactará na saúde e qualidade de vida dos trabalhadores, na pluralidade de marcas territoriais do trabalho. E, que, portanto, está na luta por uma ordem alternativa de mediações, radicalmente diferente, a saída para o adoecimento de tantos homens e mulheres, o que significa a fundação de um novo metabolismo social *para além do capital*.

1.1 Do metabolismo social do capital e suas mediações...

Poderíamos argumentar que o metabolismo social do capital e suas mediações fetichizantes de segunda ordem subvertem o trabalho a uma condição de mera mercadoria. Aí reside diferença apresentada por Marx (1985) em *O Capital* entre o trabalho concreto, produtor de valores de uso, e o trabalho abstrato, produtor de valores de troca, forma específica do trabalho estranhado sob o jugo do capital. Tal diferenciação é primordial na nossa leitura, pois é o metabolismo social do capital que motiva os acidentes e as doenças do trabalho na contemporaneidade. Ou seja, a primazia do trabalho abstrato voltado para a produção de valores de troca, que configura as mediações de segunda ordem, que emana por sua vez, do sistema de metabolismo social do capital.

Em síntese as formas de mediação primárias, na qual o trabalho é produtor de valores de uso, foram subordinadas às mediações de segunda ordem e representam a estrutura social que encontramos na sociedade do capital. É por esse motivo que acreditamos ser imprescindível compreender o metabolismo social do capital quando se pretende desenvolver a geografia do trabalho.

Isso quer dizer que a emergência do metabolismo social do capital e suas mediações alienantes/reificadas resultam das ações dos próprios homens porque o homem é essencialmente social (LESSA, 2007). Isso nos dá margem para crer que a sociedade do capital não é natural e muito menos insuperável, daí que compreender seus mecanismos de dominação e controle pela via da dinâmica geográfica do trabalho é o caminho para desvendarmos as tramas territoriais da luta de classes.

Assim, quando se subverte o trabalho como fonte produtora de valores uso aos imperativos impostos por um modelo societal do valor de troca, se subverte, a capacidade ontológica do homem de se relacionar com a natureza, pelo trabalho, para a produção da riqueza humano social (mediações de primeira ordem), que contrarresta os objetivos da acumulação e reprodução do capital, fundamentados na alienação e estranhamento dos homens (mediações de segunda ordem) (THOMAZ JUNIOR, 2011b).

Dessa forma, o movimento do trabalho se realiza por dentro do movimento da sociedade, daí debater as diferenças entre as mediações de primeira e segunda ordem é extremamente necessário, pois é uma questão de método. O alerta vem de Mészáros (2010, p.7) quando argumenta ser necessária uma reorientação do método submetendo a uma “crítica radical a modalidade estabelecida de mediação de reprodução social sob o domínio do capital”. E recuperar essa discussão é imprescindível para entender a saúde do trabalhador na contemporaneidade.

O mesmo autor desenvolve o capítulo final da sua obra *Estrutura Social e Formas de Consciência I*, publicado pela Boitempo no ano de 2009, chamando a atenção para a compreensão da categoria mediação e sua importância. Para ele é preciso que coloquemos as mediações de segunda ordem hierárquicas do capital sob o crivo da crítica radical.

Portanto é necessário demarcar teoricamente a diferença entre as mediações primárias e as que surgem historicamente a partir do predomínio do capital (mediações de segunda ordem).

Para Mészáros (2002; 2006; 2009; 2010) as mediações de primeira ordem não necessitam da subordinação hierárquica do trabalho ao capital. Ou seja, são formas de intercambio metabólico entre os homens e a natureza em que a divisão hierárquica do trabalho inexistente. Como diz Mészáros (2009, p.192) nenhum dos “imperativos mediadores primários em e por si mesmos implica o estabelecimento de hierarquias estruturais de dominação e subordinação como a estrutura necessária da reprodução sociometabólica”. Na concepção de Mészáros (2009, p.192) as mediações fundamentais para formas viáveis de reprodução social são:

- 1) a regulação necessária, mais ou menos espontânea, da atividade biológica reprodutiva e o tamanho da população sustentável, em conjunção com os recursos disponíveis;
- 2) a regulação do processo de trabalho por meio do qual o necessário intercâmbio da comunidade com a natureza possa produzir os bens necessários para a satisfação humana, como também as ferramentas de trabalho, empreendimentos produtivos e conhecimentos apropriados pelos quais o próprio processo reprodutivo possa ser mantido e aprimorado;
- 3) o estabelecimento de relações de troca adequadas sob as quais as necessidades historicamente cambiantes dos seres humanos possam ser interligadas com o propósito de otimizar os recursos naturais e produtivos disponíveis – incluindo os culturalmente produtivos;
- 4) a organização, a coordenação e o controle da multiplicidade de atividades por meio das quais as exigências materiais e culturais do processo de reprodução sociometabólico bem-sucedido de comunidades humanas progressivamente mais complexas possam ser asseguradas e protegidas;
- 5) a alocação racional dos recursos materiais e humanos disponíveis, lutando contra a tirania da escassez por meio da utilização econômica (no sentido de economizar) dos modos e meios de reprodução da sociedade dada, na medida do viável sobre a base de um nível de produtividade alcançável e dentro dos limites das estruturas socioeconômicas estabelecidas;
- 6) e a promulgação e a administração de regras e regulamentos da sociedade dada como um todo, em conjunção com outras funções e determinações primárias mediadoras;

Essas formas de mediação obviamente não implicam na subordinação hierárquica do trabalho ao capital (MÉSZÁROS, 2002; 2006; 2009; ANTUNES, 2009; 2011a; 2011b;

THOMAZ JUNIOR, 2009; 2011a; 2011b). Não implicam também que seja o trabalho fonte de criação de valores de troca, pelo contrário, nesse tipo de mediação primária o trabalho é concreto, fonte de produção dos valores de uso.

As mediações primárias são determinações ontológicas fundamentais de intercâmbio do homem com a natureza. Naturalmente, o trabalho não assumirá nesse caso a sua forma abstrata (produtor de valor de troca), mas sim a sua forma concreta enquanto produtor de valores de uso.

Essa compreensão é de extrema importância para nossa dissertação, pois queremos defender a tese de que as doenças ocupacionais relacionadas aos frigoríficos não são meros casos, frutos de uma suposta ação descuidada dos trabalhadores, mas sim que se relacionam aos ritmos intensos de trabalho, motivados pelas metas de produção, inadequação do ambiente de trabalho às normas de segurança, entre outras, que levam os trabalhadores a adoecer no território fabril. Tal ritmo não consta como algo natural na forma de realizar o trabalho, mas sim uma imposição hierárquica e que tem referência nas mediações de segunda ordem predominantes sob o jugo do metabolismo social do capital. Como bem sintetiza Lourenço (2009, p.229):

Acredita-se que a questão dos agravos à saúde dos trabalhadores, antes de ser um problema biológico, é fruto de um processo social, marcado pela exploração, alienação, subalternidade e violência do trabalho e afeta objetiva e subjetivamente o organismo e revela-se como uma das expressões da questão social.

O que nos inspira pensar que os acidentes/doenças ocupacionais também não podem ser entendidos em si mesmo, ou seja, na delimitação que o fenômeno é constado, senão considerá-las como parte de um processo complexo de tramas sociais radicadas na irracionalidade sistêmica do capital e que dão fundamento a todo o sistema de exploração e degradação do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2011a).

Dessa forma, para entender o adoecimento que o trabalho abstrato contemporaneamente impõe aos trabalhadores é preciso entender de que trabalho se está falando, ou seja, de compreender a categoria trabalho.

Entendemos que o trabalho é o que nos diferencia dos animais porque é o devir teleológico, é prévia-ideação, ou seja, materialização da capacidade de pensar/projetar o resultado final do trabalho antes da ação propriamente dita, característica que pertence somente ao mundo dos homens. Isso é absolutamente diferente dos animais, pois, “no caso do animal, a consciência não fez de si mesma objeto” (RANIERI, 2011b, p.73).

Conhecemos muito bem a distinção feita por Marx em *O Capital* entre o pior arquiteto e a melhor abelha. A diferença entre eles é que o pior arquiteto planeja o seu trabalho (antecipação de consciência prévia-ideação/teleologia) e a abelha apenas age por instinto. Portanto a base ineliminável do mundo dos homens é a transformação da natureza e isso só se dá através do trabalho que é a marca que diferencia o mundo dos homens do mundo natural. Eis a centralidade teórica do trabalho no mundo dos homens. Conforme Lessa e Tonet (2011, p. 18):

Entre os homens a transformação da natureza é um processo muito diferente das ações das abelhas e formigas. Em primeiro lugar, porque a ação e seu resultado são sempre projetados na consciência antes de serem construídos na prática. É essa capacidade de idear (isto é, de criar idéias) antes de objetivar (isto é, de construir objetiva e materialmente) que funda, para Marx, a diferença do homem em relação à natureza, a evolução humana.

Compreender a centralidade do trabalho para o mundo dos homens, ou seja, a sua condição ontológica é essencial para diferenciar as mediações primárias e de segunda ordem impostas pelo capital. Isso nos faz perceber a diferença entre a condição ontológica do trabalho (sua centralidade) e a sua forma reduzida ao trabalho abstrato.

Em condições historicamente determinadas e construídas pelos próprios homens a sociedade de classes faz emergir o metabolismo social do capital modificando profundamente as mediações primário-ontológicas. Disso decorre uma série de consequências. Uma delas reside nas teorias que legitimam a ordem vigente utilizando os argumentos de que os homens são essencialmente egoístas e individualistas e, portanto é impossível superar o capital, pois os homens são seres por natureza egoístas. Teríamos então que aceitar essa “essência humana” e por isso perceber que a sociedade de classes, o capital e o trabalho abstrato-alienado são naturais e insuperáveis⁶.

Mas, o que isso tem a ver com o trabalho? Tudo! Primeiramente porque as mediações reificadas do capital que criam as visões/teorias das quais emanam as ideias de que os homens são egoístas por natureza, enxergam com naturalidade também o trabalho abstrato. E segundo, são impossibilitados de crer que é possível transformar a sociedade como se o trabalho abstrato fosse eterno e imutável quase como uma condição ontológica do mundo dos homens. E terceiro, é preciso lutar contra essas formas de mediação impostas para superar o gigantesco adoecimento no trabalho, algo central para nossa discussão.

Assim, sob o jugo do capital e suas mediações o trabalho assumirá um caráter de

⁶ Sobre esse assunto há o debate no livro *Estrutura Social e Formas de Consciência I*, de István Mészáros, publicado pela Boitempo, em 2009. Nessa obra o autor apresenta vários teóricos, que no limite, acabam por legitimar a “naturalidade” do capital e suas mediações, o que não os permite enxergar uma sociedade para além do capital, criando teorias “reconciliadoras” com a ordem vigente.

duplicidade, pois a sua condição por excelência/ontológica de produção de valores de uso estará subordinada pela produção de valores de troca, como já adiantou Marx. Isso não significa que o trabalho concreto acabou, mas sim que os meios se tornaram os fins últimos “sendo que, por sua vez, os fins ontológicos da humanidade (produção de valores de uso) são subsumidos aos tais fins reificados” (THOMAZ JUNIOR, 2011a, p.310).

A compreensão da diferença primordial que existe entre as mediações de primeira e segunda ordem, expõe uma chave importante para compreendermos o pensamento marxiano de István Mészáros que contribui para o entendimento do adoecimento dos trabalhadores. Isto é, a imposição hierárquica da “mediação da mediação” decorrente da propriedade privada, da troca, da divisão do trabalho, que culminam no complexo da alienação não provém de “fatalidades da natureza” (MÉSZÁROS, 2006, p.14).

Pelo contrário, é uma imposição em determinado período de desenvolvimento da história na qual se expande o metabolismo do capital que é fruto das ações dos próprios homens. É da imposição desse metabolismo social que hoje enxergamos números astronômicos de acidentes, mutilações, descarte e morte dos trabalhadores no mundo todo.

E somente se alcança esse estágio no desenvolvimento histórico através da alienação dos produtores dos meios de produção e do seu próprio trabalho transformado em “coisa” (MARX, 2004). Conforme Mészáros (2006, p.39):

A alienação caracteriza-se, portanto, pela extensão universal da “vendabilidade” (isto é a transformação de tudo em mercadoria) pela conversão dos seres humanos em “coisas”, para que eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a “reificação” das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em “indivíduos” isolados (*vereinzelte Einzelnen*), que perseguem seus próprios objetivos limitados, particularistas, “em servidão à necessidade egoísta”, fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade.

Eis as mediações de segunda ordem que surgirão em decorrência do poder de alguns homens sobre os outros que só pode ocorrer através do trabalho no seu formato estranhado/alienado. Como diz Marx (2004, p.86, *grifo nosso*) “se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho [que] está diante dele, então isso só é possível pelo fato de [o produto do trabalho] pertencer a um *outro homem fora o trabalhador*”.

Isso só será possível sob o desenvolvimento histórico no qual o projeto de sociedade burguesa pôde ser efetivado. É pela ascensão do “trabalho livre” que o estranhamento emerge. Para isso o homem tem de estar fora da natureza, não pode se reconhecer na sua atividade estando exteriorizado/estranho a ela, ou seja, tem de ter seu trabalho transformado em trabalho abstrato, o trabalho que não o efetiva como ser social, mas sim que possibilita a

acumulação de capital em poucas mãos (apropriação privada da riqueza produzida coletivamente), fato histórico fundamental para entender, a degradação do trabalho e, por consequência, o adoecimento dos trabalhadores.

Nos dizeres de Marx (2004, p.83, *grifo nosso*) “o seu trabalho não é, portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*”. E, é essa característica do trabalho abstrato, que legitima as mediações de segunda ordem impostas pelo capital.

São essas as condições históricas para a emersão da degradação do trabalho que impacta na saúde e vida dos trabalhadores. É dessa imposição do metabolismo social historicamente construído pelos próprios homens, portanto não-natural, que transforma o trabalho em mercadoria vendável (a mediação da mediação), o ponto de partida para compreender a degradação do trabalho nas múltiplas manifestações territoriais.

1.2 A degradação do trabalho que impacta na saúde e vida dos trabalhadores

Pensamos a degradação do trabalho que impacta na saúde e vida de milhares de trabalhadores no mundo a partir do predomínio dessas mediações fetichizantes que subordinam a condição ontológica do trabalho criador de valores de uso aos imperativos do valor de troca.

Trabalhamos como degradação do trabalho a imposição das hierarquias estruturais reificadas pelo mando do capital (mediações de segunda ordem), que degradam o trabalho e podem impactar na saúde e vida dos trabalhadores.

Em tais condições de predomínio da tirania da lei do valor, o trabalho torna-se cada vez mais degradante, pois a sua razão agora é a produção para a mais-valia (lucro). Ou seja, “apenas será produzido àquilo que for lucrativo: ao produzir carros, televisores ou remédios, o que o capitalista está de fato interessado em produzir é a mais-valia” (LESSA, 2007, p.167).

Assim, se o consumidor resolver destruir ou se desfazer desses bens após adquiri-los não tem nenhuma importância para o capital e para o sistema metabólico produtor de mercadorias, ou seja, o mais importante é que as mercadorias foram compradas e o capitalista realizou o seu intento maior: realizar a mais-valia e reproduzir o seu capital.

Portanto, o capitalista não está preocupado se o trabalho necessário para produzir esses bens é adequado à saúde dos trabalhadores, ou se sua jornada de trabalho é intensa, repetitiva, cansativa e estressante. Isso não importa (a não ser quando a sociedade reage de maneira organizada frente a essa realidade), o que é relevante e crucial é a acumulação de capital.

A afirmação de Marx (1985, p.215) “o capital não tem a menor consideração pela saúde e duração da vida do trabalhador, a não ser quando é coagido pela sociedade para ter consideração”, continua extremamente atual e é basilar para a compreensão do que estamos entendendo por degradação do trabalho.

É por isso que agora o conceito de degradação do trabalho deve ser mais bem esmiuçado. A degradação do trabalho nasce de alguma forma com a perda da dimensão ontológica do trabalho produtor de “coisas” úteis para a imposição hierárquica do trabalho sob o domínio de *outrem*⁷. Ou seja, o trabalho degradante nasce com a imposição de um metabolismo social em que os sujeitos estão alheios aos meios de produção e controle do seu trabalho.

Dessa forma, o trabalho degradante está intimamente relacionado às mediações de segunda ordem, pautadas na alienação/estranhamento do trabalho, sendo que os próprios homens impõem de maneira geral a dominação do homem pelo próprio homem.

A degradação se encaixa na perspectiva de que o trabalho abstrato é a negação do humano e das condições de sua plena realização. Na medida em que o trabalho é subordinado aos imperativos do metabolismo do capital ele se acha como a forma por excelência da produção do valor. E, portanto, pensamos ser esse o ponto de partida para compreender a degradação do trabalho que impacta na saúde e vida dos trabalhadores.

O trabalho, sob o capital é então uma condição de (des) realização para o trabalhador e a degradação do seu próprio corpo é uma das consequências da subordinação ao domínio do capital e suas mediações reificadoras. O trabalho alienado/estranhado, abstrato, é sinônimo e central para a compreensão do trabalho degradante. A superexploração, a intensificação, a velocidade, a repetitividade (que impactam na saúde física e mental), são resultados do trabalho sob o capital e, portanto, intrínsecas da degradação do trabalho.

As formas de trabalho “flexíveis”⁸ destituídas de direitos trabalhistas que desembocam no desemprego estrutural e na informalidade são sinônimos também do trabalho degradante. Ou seja, talvez a definição mais ampla da degradação do trabalho está na dimensão da perda da sua condição ontológica, quando o reduz a expressão simplória do trabalho produtor de mercadorias de onde advém os formatos sociais do trabalho que ultrapassam os limites do formal-informal, do campo-cidade, pluralidade essa que expressa à

⁷ O fato de o trabalho ser reduzido à mera condição de mercadoria enquanto trabalho abstrato sob o domínio de *outrem* já demonstra a sua degradação, pois, “o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador, produz palácios, mas cavernas para o trabalhador produz beleza, mas deformação para o trabalhador” (MARX, 2004, p.82).

⁸ O uso das aspas refere-se a uma ironia por parte do autor desse texto. Principalmente porque concordamos com Mészáros (2007) quando diz que a flexibilização parece soar atraente e progressista, mas que na verdade contém a prática regressiva de desregular os direitos dos trabalhadores.

degradação da totalidade viva do trabalho⁹.

Isso significa que as expressões geográficas do trabalho, se na cidade ou no campo, se material ou imaterial, se na produção ou reprodução por se encontrarem sob o domínio do sociometabolismo do capital e suas mediações reificadoras, representam a degradação da totalidade viva do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Ou ainda, “entender o par saúde-enfermidade encimado à categoria trabalho implica sintonizá-lo à totalidade do processo social de trabalho (produção e reprodução da vida) e ao conjunto das relações que os homens estabelecem entre si, enquanto sujeitos históricos” (THOMAZ JUNIOR, 2011a, p.323).

Daí o leitor pode compreender o porquê da opção em iniciar o debate nessa dissertação pela categoria da mediação e a prevalência da segunda ordem de mediações sob a sociedade do capital que são à base da degradação do trabalho, nos seus inúmeros “formatos”, na sociedade em que vivemos.

Entretanto a opção¹⁰ que assumimos em trabalhar o conceito de degradação do trabalho está na sua inter-conexão com o trabalho degradante na fábrica (território), seus impactos na saúde (doenças/acidentes) e vida (dentro e fora do trabalho) dos trabalhadores. Isso, esperamos, será possível ver ao longo da construção dos capítulos.

Adiantando a discussão, é por isso que vamos constatar nos frigoríficos a não preocupação com a saúde dos trabalhadores, a não ser quando estes reagem contra o capital por meio de ações coletivas. Os trabalhadores não são vistos como sujeitos no processo de produção, embora desgraçadamente os denominem “colaboradores”, a propósito, ingredientes de uma ideologia poderosa, mas sim como meros fatores de produção. Os frangos/suíños e industrializados que cortam, separam e embalam, com movimentos rápidos e repetitivos que impactam na sua saúde, são mercadorias que não pertencem a eles e lhes estão alheias, portanto são consideradas coisas vendáveis, assim como os próprios trabalhadores.

É sob a prevalência de mediações de segunda ordem como estas, no caso, constatáveis empiricamente, que a degradação do trabalho materializar-se-á nos inúmeros casos de doenças/acidentes de trabalho, que impactam na saúde e vida dos trabalhadores.

Dessa forma, quando nos preocupamos com a saúde dos trabalhadores, percebemos que o fato do seu trabalho estar alheio a si mesmo e pertencente ao capitalista que objetiva a usura do lucro, estaremos constatando o impulso para que ocorram acidentes/doenças do trabalho. Isso porque, o objetivo do processo de produção é a mais-valia, o lucro, a

⁹ Cf. MÉSZÁROS (2007).

¹⁰ Trata-se de uma opção e de maneira alguma de uma imposição para todos que quiserem trabalhar o conceito de degradação do trabalho tem de estar atrelado a essa compreensão. Portanto o objetivo não é, jamais, encerrar o debate, mas sim contribuir com aqueles que têm pensado a degradação do trabalho.

acumulação de capital o que significa a intensificação, rapidez, destreza, repetitividade dos movimentos que culmina no adoecimento dos trabalhadores.

Vejam algumas estatísticas. O relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) “Tendências mundiais e desafios para saúde e segurança do trabalho”, demonstra que há uma média diária de 6.300 mortes relacionadas ao trabalho, e 317 milhões de trabalhadores feridos em acidentes de trabalho por ano. Conforme a OIT isso equivale à média de cerca de 850.000 lesões diárias com quatro dias ou mais de afastamento do trabalho¹¹.

O mesmo relatório ainda mostra que: 1) em 2008 houve 2,34 milhões de doenças e acidentes relacionados ao trabalho no mundo; 2) destes 2,34 milhões, 2,02 milhões correspondem a falecimentos causados por doenças ocupacionais, sendo que 30% são casos de câncer; 3) 900 mil pessoas perderam suas vidas por conta da exposição a substâncias perigosas no trabalho em 2008, sendo que em 2003 ocorreram 650 mil registros e, 4) na maior parte dos países os números elevados de acidentes, fatalidades e doenças relacionadas ao local de trabalho não são conhecidos, reportados e sequer registrados, isto é a forte presença da subnotificação que ainda persiste.

Seriam meros frutos do acaso, ou ações descuidadas dos trabalhadores (como querem os defensores do capital) todos estes casos? Ou seriam os reflexos da condição dos trabalhadores, na contemporaneidade que laboram em diferentes setores econômicos sob a lógica da maximização da produção impostas por *outrem*, que aumentam a repetitividade dos seus gestos/rotinas para alcançar as metas de produção, deixando-os acometidos por doenças ocupacionais? Ao que parece a segunda pergunta é a opção mais coerente.

Almeida (2011) é referência para pensarmos que os acidentes de trabalho não devem ser encarados como “atos inseguros”, pois essa é uma visão despolitizada da questão. Esse tipo de abordagem, “alimenta e reforça a visão de que a segurança depende exclusivamente da atenção e do cuidado de cada um (...)” (ALMEIDA, 2011, p.211).

Pensamos a partir desse referencial na mesma perspectiva de Thomaz Junior (2011a, p.323):

Vis a vis, as doenças ocupacionais relacionam-se menos com as disposições biológicas e anormalidades orgânicas, que têm incidência isolada sobre os trabalhadores, que, fundamentalmente com a organização e a realização da atividade laboral. Isto é, sob determinadas condições que, nas sociedades contemporâneas, primam pela flexibilização, intensificação dos processos exploratórios, ligados aos descumprimentos da legislação trabalhista, acentuando ainda mais a degradação do trabalho.

¹¹ Fonte: <<http://www.oit.org.br/content/xix-congresso-sobre-seguran%C3%A7a-e-sa%C3%BAde-no-trabalho-discute-constru%C3%A7%C3%A3o-de-locais-de-trabalho-m>> ao final da notícia há o link para download do Relatório. Acesso em: 24 abr.2012.

Outra informação relevante encontra-se no Ministério da Saúde (MS) que apresenta dados mundiais, dos quais aproximadamente dois milhões de trabalhadores perdem suas vidas no trabalho anualmente. São cinco mil mortes por dia e três vidas a cada minuto, o que representa o dobro das baixas em guerras e número maior que as perdas por AIDS¹².

Mesmo os dados subnotificados do Ministério da Previdência Social (MPS) demonstram que em 2009, no Brasil, ocorreu uma morte a cada 3,5 horas e ainda cerca de 83 acidentes e doenças do trabalho a cada 1 hora, na jornada diária, com a média de 43 trabalhadores/dia que não voltaram mais ao trabalho devido a invalidez ou morte¹³.

Isso porque esses dados só equivalem aos segurados do sistema previdenciário (INSS), que abrange somente 30% da População Economicamente Ativa (PEA)¹⁴. Dentre estes números do MPS, estima-se que o Brasil perde de 2,5% a 4% do Produto Interno Bruto (PIB), anualmente, com o pagamento de benefícios previdenciários.

Portanto estamos percebendo que o poder de destruição do capital sobre o trabalho é iminente, impactando na saúde dos trabalhadores mundialmente o que indica que estes têm adoecido em escala mundial.

Isso porque os dados de acidentes/doenças/mortes no trabalho apontam os reflexos da busca desenfreada pela acumulação capitalista que impacta na saúde dos trabalhadores (degradação do trabalho). Isso, conforme vimos construindo, está relacionado com o trabalho sob o domínio das mediações de segunda ordem, que inverte os princípios ontológicos primordiais para o limitado formato social do trabalho abstrato que adoce os sujeitos do labor.

Vejamos no caso dos frigoríficos, no Brasil, pois o maior risco de adoecimento tem chamado à atenção de pesquisadores, juristas, sindicalistas, etc., dá-se em decorrência dos movimentos repetitivos, isto é, muitos trabalhadores são acometidos por Lesões Por Esforço Repetitivo (L.E.R) que também são conhecidas como Doenças Osteomusculares Relacionadas com o Trabalho (DORT). Trataremos destas com a nomenclatura LER/DORT.

Fato é a matéria publicada pela Federação dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação do Paraná (FTIA-PR) no seu *site* oficial em 29 de setembro de 2011 na qual consta que entre todos os trabalhadores brasileiros de frigoríficos “cerca de 23% está afastado ou no aguardo de decisão judicial por conta da grande incidência de doenças ocupacionais” (FTIA-PR, 2011, p.1).

¹² Disponível em: < http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=25608>. Acesso em 12 set. 2012.

¹³ Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=39>>. Acesso em 12 set. 2012.

¹⁴ Os dados correspondem aos trabalhadores formais com vínculo celetista. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=25608>. Acesso em 12 set. 2012.

Outra informação de grande contundência é que “dos 750 mil¹⁵ trabalhadores nas empresas frigoríficas do Brasil, cerca de 150 mil sofrem algum distúrbio osteomuscular, como lesões por esforço repetitivo (LER), e já recorreram ao auxílio-doença” (PRT 12ª REGIÃO, 2012)¹⁶.

É possível agora indicar alguns exemplos concretos de adoecimento no setor frigorífico. Conforme a Ação Civil Pública (ACP) nº3497-2008-038-12-00-0, movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) de Santa Catarina, contra a Brasil Foods¹⁷(BRF), de Chapecó (SC), em cinco anos (2004-2009), cerca de 20% dos seis mil trabalhadores receberam benefícios previdenciários em razão das doenças osteomusculares¹⁸.

Na mesma empresa, em sua unidade localizada em Capinzal (SC), conforme matéria publicada pela Procuradoria Regional do Trabalho do Paraná (PRT-9ª Região), no dia 12 de dezembro de 2011, 20% dos 4.500 trabalhadores tem algum tipo de doença ocupacional¹⁹.

Ainda, conforme a ACP nº 2545-25.2011.5.18.0101 movida contra a BRF de Rio Verde (GO), chegou-se aos dados de que os afastamentos por distúrbios osteomusculares (campeões nos afastamentos) no período de janeiro a setembro de 2011 tiveram uma média de 28 atestados por dia e 842 ao mês. No período foram totalizados 25.736 afastamentos do trabalho, média de 95 por dia e 2855 ao mês²⁰.

Também há outras publicações nas quais não são divulgados números exatos, mas contam com indicações de acidentes e doenças do trabalho em frigoríficos. Como por exemplo, a afirmação sobre investigação na Cooperativa Agroindustrial LAR – localizada em Medianeira (PR) Oeste Paranaense – onde “foram constatados vários afastamentos de empregados por doença ocupacional, além de lesões decorrentes de esforço repetitivo” (PRT-9ª REGIÃO, p.7, 2009)²¹.

Entrementes em nível internacional o emprego nas atividades de frigorificação de carnes também são extremamente degradantes.

¹⁵ Isso corresponde a totalidade dos trabalhadores em frigoríficos de aves/suínos/bovinos. Deste número, estima-se que 500 mil estejam vinculados ao abates de aves e suínos, objetos da nossa pesquisa.

¹⁶ Disponível em: <http://www.prt12.mpt.gov.br/prt/noticias/2012_02/13_02.php>. Acesso em: 12 set. 2012.

¹⁷ Empresa fruto da fusão entre Perdigão e Sadia aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) com restrições em 2011.

¹⁸ Disponível em: <http://www.prt12.mpt.gov.br/prt/noticias/2010_09/2010_09_29.php>. Acesso em: 12 set. 2012.

¹⁹ Disponível em: <http://www.prt12.mpt.gov.br/prt/noticias/2011_12/12_12.php>. Acesso em: 12 set. 2012. O conteúdo da decisão judicial está disponível em: <<http://consultas.trt12.jus.br/SAP1/DocumentoListar.do?pdsOrigem=AUDIENCIAS&plocalConexao=joacaba&pnrDoc=200363>>. Acesso em 12 set. 2012.

²⁰ Disponível em: <http://www.prt12.mpt.gov.br/prt/noticias/2012_04/19_04.php>. Acesso em: 12 set. 2012.

²¹ Disponível em: <http://www.prt9.mpt.gov.br/Boletim/informativo_23.pdf>. Acesso em: 12 set. 2012.

Cintas (2011) analisando o relatório da Human Rights Watch (HRW) intitulado *Blood, Sweat and Fear: worker's rights in the U.S. meat and poultry plants*²², publicou um artigo sob o título “Trabajadores en el matadero: la seguridad y salud en la industria cárnica y avícola norteamericana una asignatura pendiente”²³. No texto realçou alguns dados com base em estatísticas da Occupational Health and Safety Administration (OSHA), para o ano 2000, em que “más del 14% de los trabajadores em mataderos avícolas habian sufrido heridas en su trabajo, doblando el promedio de todas las industrias privadas” (CINTAS, 2011, p.2)²⁴. E também ressaltou que “los trabajadores avícolas tienen también 14 veces más posibilidades de sufrir afecciones invalidantes provocadas por traumas repetitivos (...)” (CINTAS, 2011, p.2)²⁵.

A organização não-governamental GRAIN, em sua reportagem publicada em 2010²⁶, demonstra que o trabalho intenso e repetitivo é algo existente nos frigoríficos avícolas estadunidenses:

Hoy, el obrero promedio en las plantas avícolas estadounidenses repite los mismos movimientos de 10 mil a 30 mil veces por turno, y la industria de la carne se volvió el sitio más peligroso para trabajar en Estados Unidos²⁷(GRAIN, 2010, p.28).

Quandt et.al. (2006) encontraram altas taxas de doenças relacionadas ao trabalho na Carolina do Norte, sendo que os sintomas relacionados às desordens musculoesqueléticas foram os principais, tendo em vista o trabalho repetitivo e intenso realizado nos frigoríficos avícolas. Este estudo mostra a grande possibilidade do adoecimento dos trabalhadores em frigoríficos americanos.

Outro fato marcante no caso dos EUA é que os trabalhadores em sua maioria são imigrantes, especialmente latinos, em condições ilegais no país (JACOBS; KRIEBEL; TICKNER, 2011), por isso estão expostos à exacerbada exploração, pois, em tese, há mais possibilidades de violação dos direitos trabalhistas.

Inclusive, segundo GRAIN (2010), essa foi uma estratégia das empresas norte-americanas, pois os trabalhadores estadunidenses estavam organizando sindicatos combativos

²² “Sangue Suor e medo: direitos dos trabalhadores em frigoríficos bovinos e avícolas dos Estados Unidos”. Tradução Livre.

²³ “Trabalhadores em frigoríficos: A segurança e a saúde na indústria de bovinos e aves norteamericana, um assunto pendente”. Tradução livre. Disponível em: <<http://www.periodistes.org/entblog/44876>>. Acesso em: 18 mai. 2012.

²⁴ “mais de 14% dos trabalhadores de frigoríficos de aves tinham sido feridos no trabalho o dobro da média de todas as empresas privadas”. Tradução livre.

²⁵ “Os trabalhadores de frigoríficos de aves são também 14 vezes mais propensos a sofrer de condições incapacitantes causadas por esforços repetitivos (...)”. Tradução livre.

²⁶ Disponível em: <<http://www.grain.org/article/entries/4092-la-enorme-industria-de-la-carne-crece-por-el-sur>>. Acesso em: 12 set. 2012.

²⁷ “Hoje o trabalhador nas plantas avícolas estadunidenses repete os mesmos movimentos de 10 mil a 30 mil vezes por turno, e a indústria da carne se tornou o lugar mais perigoso para trabalhar nos Estados Unidos”. Tradução livre.

que, “(...)forzaron a las compañías a otorgar condiciones decentes de trabajo e salário”²⁸. E, para acabar com a mobilização dos trabalhadores, as empresas começaram a contratar o trabalho dos imigrantes, geralmente ilegais o que, pode tornar mais fácil a burla dos direitos trabalhistas.

Mas, mesmo que seja em tese mais fácil burlar os direitos trabalhistas dos imigrantes, Gabriel (2006) argumenta que a condição de ser imigrante latino-americano não implica necessariamente que estes aceitem passivamente as condições de trabalho impostas somente pelo fato de na maioria das vezes estarem na condição de ilegais. A autora participou de uma greve que envolveu cerca de 4.000 trabalhadores imigrantes latinos²⁹ em South Omaha’s nos Estados Unidos no ano de 2000, o que mostrou que estes trabalhadores também estão se organizando para enfrentar o penoso trabalho em frigoríficos mesmo nessas condições adversas de serem imigrantes.

Seja como for, um fato evidente desse processo é que os trabalhadores (imigrantes ou não) estão adoecendo pela imposição de jornadas e ritmos de trabalho intensos. No caso específico das jornadas de trabalho o relatório da HRW demonstra que os trabalhadores americanos também perfazem jornadas extenuantes, como de dez a doze horas diárias, situação semelhante com a realidade brasileira e da planta da Sadia de Toledo (PR). Com base num depoimento de especialista que trabalha numa clínica de Northwest (Arkansas), que presta serviços aos trabalhadores de frigoríficos avícolas, percebe-se que:

Según el mismo, existen “problemas relacionados con la estricta imposición de horas extras de trabajo en las plantas. Los pacientes me explican que tienen que trabajar de diez a doce horas diarias, seis días a la semana. Detecto muchos problemas psicológicos además de las lesiones físicas. Este implacable sobreesfuerzo es causa de fatiga y depresión en muchos de los pacientes” (CINTAS, 2011, p.3)³⁰.

Para, demonstrar como as precárias condições de trabalho não são novas nos EUA, Ashdown (2001) expõe informações estatísticas retiradas de um estudo do National Institute for Occupational Safety and Health (NIOSH), realizado em 1990, no qual as taxas de traumas acumulados/lesões por esforços repetitivos em trabalhadores nos centros de produção avícola norte-americanos oscilaram entre 20 a 30%.

Na França, por exemplo, as lesões por esforços repetitivos representaram 80% das doenças ocupacionais na agricultura em 2001, e, somente nas regiões avícolas o adoecimento

²⁸ “(...) forçaram as companhias a oferecer condições decentes de trabalho e salário”. Tradução livre.

²⁹ A maioria deles eram do México, El Salvador, Guatemala e Honduras.

³⁰ “Segundo ele mesmo, existem ‘problemas com a imposição estricta de horas extras de trabalho nas fábricas. Os pacientes me explicam que tem de trabalhar de dez a doze horas diárias, seis dias por semana. Detecto muito problemas psicológicos além de lesões físicas. Este esforço incansável causa fadiga e depressão em muitos pacientes’”. Tradução livre.

por esse motivo corresponde a 36% ou 1/3 do conjunto das doenças ocupacionais (PRESSANTI, 2007). A autora apresenta também os dados de doenças específicas do setor avícola colhidas na sua pesquisa e o resultado é que 83% corresponde a doenças osteomusculares, seguido das doenças respiratórias, com 6%.

Cohidon et.al. (2009) estudando a região da Bretanha na França que corresponde a cerca de 30% dos empregos no setor frigorífico, também apontam a vulnerabilidade aos fatores físicos e psicológicos que recai sobre os trabalhadores, e assinalam que são necessárias ações preventivas no setor como a redução da pressão pelo tempo. Dessa forma, os pesquisadores estão apontando para condições de trabalho com impactos na saúde dos trabalhadores nos frigoríficos franceses.

Na Itália, num frigorífico avícola do Grupo Amadori que emprega mil trabalhadores na cidade de Mosciano Sant'Angelo, pertencente à província de Teramo, cerca de 70% dos trabalhadores executam tarefas repetitivas de risco médio e alto³¹ (VISCIOTTI et al. 2005). Conforme o método utilizado pelos autores, atividades em que os movimentos repetitivos são de risco médio e alto, a possibilidade de haver o adoecimento é alta, o que demonstra a elevada repetitividade no trabalho no frigorífico analisado pelos autores, que pode resultar no adoecimento dos trabalhadores.

Esses exemplos demonstram que a degradação do trabalho é consentânea na atividade frigorífica, tanto nos frigoríficos brasileiros quanto na escala internacional. As publicações citadas que tratam do trabalho em frigoríficos americanos, italianos e franceses apontam para os esforços repetitivos constantes, ritmos de trabalho intensos, pressão por produção o que resulta no adoecimento físico e mental dos trabalhadores. As extenuantes jornadas de trabalho, as estatísticas de riscos para o desenvolvimento de problemas físicos e psicológicos apontam um cenário em que o processo de trabalho tem impactos nefastos na saúde dos trabalhadores.

Todo esse panorama aponta para a constatação de um modelo de sociedade na qual o trabalho é transformado em emprego, descartável e degradado, cujo objetivo é o lucro a qualquer custo e não há preocupação com a saúde dos trabalhadores.

Por isso, nos territórios fabris dos frigoríficos brasileiros aos territórios fabris frigoríficos americanos, franceses e italianos, salvo as especificidades, teremos uma marca territorial em comum: a degradação do trabalho, evidenciada pelo elevado risco de adoecer

³¹ Os autores utilizaram o método OCRA (Occupational Repetitive Action) que serve para análise e avaliação de risco em atividades repetitivas que foi proposto por pesquisadores da Universidade de Milão (Antonio Grieco, Enrico Occhipinti e Daniela Columbini) e é referência para análise ergonômica de membros superiores devido a movimentos e esforços repetitivos na União Européia. No Brasil, a Ação Civil Pública (ACP) movida contra a Sadia de Toledo (PR) e a ACP movida contra a Aurora de Maravilha (SC) utilizaram desse método. Atualmente o OCRA é Norma ISO Internacional (ISO 11228-3) e Norma Européia (EM 1005).

física e mentalmente. Portanto, fica claro que o adoecimento desses trabalhadores, não é fruto do acaso, mas antes, a imposição de um metabolismo social em que o trabalho é reduzido à mera mercadoria vendável (MARX, 2004), a segunda ordem de mediações que nada tem de natural.

Por isso, concordamos com Albuquerque (2007, p.56), quando diz: “entendemos saúde e a doença não de forma isolada, mas como um processo articulado ao modo de produção e ao tipo de desenvolvimento proposto por uma sociedade num dado contexto histórico”.

Com base nessa assertiva, reiteramos que as doenças e acidentes de trabalho nos frigoríficos são consequências do metabolismo social do capital.

Os dados apresentados corroboram para concluirmos que o adoecimento relacionado ao trabalho é evidente, como os dados da OIT e do MS nos ajudam a demonstrar essa problemática. A especificidade dos frigoríficos também evidencia que o setor adoecce os trabalhadores em escala local/regional/estadual/internacional como são exemplos os casos concretos apresentados.

Portanto, a degradação do trabalho também se apresenta através dos adoecimentos dos trabalhadores. O trabalho sob o domínio das mediações de segunda ordem é, por assim dizer, significado de (des) realização para os trabalhadores, podendo inclusive ter sérios impactos na sua saúde e vida.

Por isso concordamos com Alves (2010, p.351) quando diz que: “(...) cada vez mais, sob a dinâmica do capitalismo global, torna-se incompatível o modo de produção capitalista e a saúde dos trabalhadores”.

E, portanto, está no metabolismo social do capital e suas mediações secundárias hierarquicamente impostas em período determinado da história, as causas da degradação do trabalho que impactam na saúde e vida dos trabalhadores. E, por ser fruto das ações dos próprios homens, não podemos imaginar que sejam mediações eternas e imutáveis.

1.3 A degradação do trabalho sob as mediações de segunda ordem do capital que se expressa nos inúmeros formatos sociais do trabalho...

As condições de trabalho sob a estrutura social do capital desde os setores “arcaicos” aos mais dinâmicos da economia apresentarão sempre a marca da degradação do trabalho. Isso porque, pensamos que essa é uma condição insuperável na sociedade do capital, que só

pode ser suplantada por uma ordem social radicalmente nova e emancipada, ou seja, por meio da construção de um novo metabolismo social, em que o capital seja erradicado na sua inteireza. Mészáros (2002, 2007, 2011) está fundamentado nos aspectos estruturantes da sociedade do capital, e tem sido por essa via de referência que os estudos protagonizados no âmbito do CEGeT apresentam resultados e posicionamentos em respeito à degradação do trabalho e os formatos sociais dessa trajetória destrutiva comandada pelas mediações de segunda ordem (THOMAZ JUNIOR, 2011a). Com base nesses referenciais de pesquisa é que faremos as aproximações entre as diferentes dimensões e dinâmicas territoriais do trabalho e os impactos na saúde dos trabalhadores, em múltiplas ocupações laborais.

Assim, a afirmação de Thomaz Junior (2007, p.4) “seja na cana, seja na laranja, seja na Scania, seja na IBM, seja no Bradesco, seja no McDonald’s, seja na Odebrecht, enfim o trabalho é precarizado” é uma referência importante para iniciarmos esse debate.

O que está em jogo para compreendermos nas pesquisas é a permanência de um modelo societal ultrapassado no qual a destrutividade se expressa entre outras formas pela degradação do sujeito que trabalha, impactando na sua saúde e vida.

Isso significa entender que *o capitalismo é um padrão civilizatório incapaz de incorporar os limites humanos (saúde física e mental) e da natureza*, se mostrando como um tipo de sociedade que alimenta forças destrutivas da vida e não o contrário, por sua perspectiva de dominação, controle e apropriação (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, *grifo nosso*).

Dessa forma, a degradação do trabalho se expressará nas diferentes escalas territoriais, com diferentes formas e procedimentos que só as pesquisas poderão ajudar a desvendar. E é por esse motivo que seja na cana, nos frigoríficos, nos bancos, nos *call centers*, o trabalho, sob a égide do capital, é e será degradado.

Mas é preciso que foquemos nas condições de trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores em diferentes territórios. Ou seja, estudar o meio ambiente de trabalho/processo de trabalho através da observação direta³², das pesquisas concluídas, de pesquisa documental, sobretudo junto ao Ministério Público do Trabalho e obviamente ouvir os trabalhadores (principais informantes), pois são eles que vivenciam todos os dias o labor.

Oliveira (2010), estudando os trabalhadores majoritariamente migrantes envolvidos nas frentes de corte de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (SP) esboça alguns

³² Se possível, pois muitas empresas/instituições não “abrem as portas” para as pesquisas. Mas, mesmo que haja esse impedimento por parte destes, é possível buscar outros recursos para a pesquisa. Um deles está na Justiça do Trabalho através dos processos trabalhistas movidos contra as empresas/instituições que demonstrem as condições de trabalho. Ou ainda, acessar o Ministério Público do Trabalho fazendo uma pesquisa documental em Procedimentos Investigatórios, Ações Cíveis Públicas ajuizadas, que contém informações seguras sobre o meio ambiente de trabalho, logo das condições de trabalho.

desdobramentos da organização do trabalho e das relações laborais sobre a saúde dos trabalhadores. Denomina essas constatações de *mal estar* do trabalho. Na sua pesquisa expõe os desdobramentos da voracidade destrutiva do projeto societário do sistema do capital para os trabalhadores que são “as câimbras, dores de cabeça, escolioses, tonturas, vômitos, náuseas, mutilações de pernas, braços, dedos (...)” (OLIVEIRA, 2010, p.89).

Thomaz Junior (2007), pesquisando aquilo que denominou de “bárbaras condições de trabalho e vida dos cortadores de cana-de-açúcar”, mostra alguns dados. São doze toneladas de cana cortadas ao dia, através de 370.000 golpes de podão e 37.000 flexões nas pernas. O trabalhador caminha quase 9000 metros e carrega nos braços as 12 toneladas de cana em montes de 15 quilos cada um perfazendo 800 trajetos. Com isso, perde de 7 a 9 quilos de água por jornada de trabalho, sob o calor intenso e quando conta com os EPI’s tem maior desconforto térmico, pois tem aumento na sua temperatura corporal. Por fim, não está imune a outras mazelas como, picadas de cobra, cortes no pé, pernas e ferimentos nos braços, sem contar que não está isento da influência da poeira e da fuligem (THOMAZ JUNIOR, 2007).

Não bastassem essas condições de trabalho extremamente degradantes nos canaviais paulistas há também os casos de morte por exaustão. Conforme Silva (2006), entre os anos de 2004 – 2005 foram 13 mortes nos canaviais paulistas como o caso do trabalhador citado pela autora, José Mário Alves Gomes, de 47 anos, que teve enfarte após cortar 25 toneladas de cana para o grupo Cosan. Conforme a autora:

Enquanto esta barbárie ocorre no mundo do trabalho, o mundo do mercado internacional coloca este mesmo país no patamar do sucesso absoluto do *agribusiness*. Este é o paradoxo dos dois mundos da sociedade contemporânea. *O trabalho que produz esta enorme riqueza é o mesmo que mutila e pode matar os “Severinos”, que deixam suas terras em busca de sobrevivência individual e familiar* (SILVA, 2006, p.23, grifo nosso).

Se ampliarmos nossos referenciais para outros estudos de caso, podemos perceber o processo crescente e intenso de adoecimento de trabalhadores. Nas madeiras do Mato Grosso³³, Pignati e Machado (2005) desenvolveram uma pesquisa com 4.381 trabalhadores do setor e os resultados apontaram que “11% estavam mutilados, outros 25% apresentavam sequelas de acidentes de trabalho e 28% estavam com deformidades na coluna vertebral, dentre outros agravos diagnosticados” (p. 961). Os autores, concluíram que os trabalhadores

³³ Os autores investigaram 774 serrarias, 121 laminadoras, 449 beneficiadoras e 45 fábricas de compensados, 1381 no total, e se apoiando em outros autores argumentam “(...) em todas essas etapas da produção conformam-se situações de riscos sociais, tecnológicos, ergonômicos e organizacionais que produzem doenças e acidentes relacionados com o trabalho, com alta incidência de graves sequelas e mutilações, trazendo grande repercussão na vida social dos trabalhadores” (PIGNATI e MACHADO, 2005, p. 962).

do processo produtivo das madeireiras se referem a uma população marcada por acidentes e deformada pelo trabalho.

Outro assunto importante se refere às intoxicações de trabalhadores por venenos, base do modelo de agricultura monocultora de *comodities*. Trata-se de impactos que não se resumem somente a intoxicação dos trabalhadores. Também há impactos ambientais, como a contaminação da água, com efeitos sobre a fauna (desde invertebrados até peixes), podendo trazer alterações fisiológicas em alguns organismos ou até a morte maciça de populações (ARIAS et.al., 2007).

É possível ainda dizer que há impactos sobre a população urbana através, por exemplo, da ingestão de alimentos contaminados, ou pela prática da pulverização, geralmente feita por tratores ou aviões, extrapolando os impactos sob a saúde do trabalhador que maneja diariamente esses equipamentos e produtos, atingindo o ar, solo, água, moradores, animais no entorno dessas áreas “tratadas” pela pulverização (PIGNATI et al., 2007), ou até o leite materno onde foram encontrados 100% de contaminação em amostras analisadas, em Lucas do Rio Verde (MT) (PALMA, 2011).

Tudo isso, se relaciona à destrutividade e irreformabilidade do capital, pois, são consequências inevitáveis do seu projeto societal, que impacta nocivamente sobre os seres humanos, sob a fauna, bem como degrada o trabalho, com péssimas condições de trabalho.

Waissmann (2007) ressalta a possibilidade de associação entre vários agrotóxicos e o desenvolvimento de diferentes tipos de cânceres. Jobim et al. (2010), não rejeitam essa hipótese e estudando a Microrregião de Ijuí (RS), grande produtora de soja, alertam que apesar das limitações metodológicas os resultados da pesquisa “(...), não descartam a influência de exposição de agrotóxicos como fator contribuinte para a maior taxa de mortalidade de neoplasias observadas na microrregião de Ijuí em relação ao Rio Grande do Sul e ao Brasil” (JOBIM, et al., 2010, p.286).

Essas informações contidas nas pesquisas citadas nos levam a pensar que o modelo do capital tem adoecido os trabalhadores (através das mutilações, acidentes de trabalho, intoxicação), bem como tem consequências para a saúde ambiental num sentido amplo, como a contaminação dos rios, impactando na fauna, biodiversidade.

Se partirmos para pesquisas com o foco na saúde dos trabalhadores urbanos como a de Navarro (2003), com os envolvidos no setor calçadista em Franca (SP), encontrar-se-á resultados nefastos sobre a saúde dos sujeitos. No seu estudo a autora mostra que, entre 1984-1999 o número de trabalhadores caiu, mas a produção média por trabalhador/ano (pares de calçados) aumentou. Isso significa, por exemplo, que em 1984 havia 36.000 trabalhadores na indústria calçadista em Franca (SP) e cada trabalhador tinha produção média de 888 pares de

calçados por ano, média de 2,4 pares de calçados por dia. Já em 1999 o número de trabalhadores diminuiu significativamente para 17.000 trabalhadores, mas a produção média por trabalhador é de 1941 pares de calçados, e 5,3 pares de calçados por dia.

Navarro (2003) demonstra que o trabalho está ainda mais intenso e tem impactos na saúde dos trabalhadores entrevistados pela pesquisadora. Mesmo as estratégias empresariais de implantação de maquinários têm impactos significativos na saúde dos seus entrevistados, pois não se levou em conta, por exemplo, as condições ergonômicas adequadas. Existem máquinas em que os trabalhadores trabalham em posições estáticas (mesma postura), no caso em pé, o que para a autora certamente “trará problemas de saúde” (NAVARRO, 2003, p.38).

Prazeres e Navarro (2011), focando na atividade de pesponto (costura mecânica do calçado), que pode ser feito no interior das fábricas, nas bancas ou no trabalho domiciliar, avaliaram os impactos à saúde dessas trabalhadoras. Essa atividade exige (na fábrica) eficiência e rapidez para acompanhar o ritmo da esteira, repetitividade, em um ambiente de trabalho com alta exposição a ruídos, calor, solventes, tintas e vernizes. Os depoimentos das trabalhadoras exibidos na pesquisa demonstram as dores constantes que sentem casos em que não conseguem nem mesmo dormir por esse motivo. Ou seja, impactos significativos que podem incapacitar a vida dessas trabalhadoras (PRAZERES e NAVARRO, 2011, p.1936).

Ou ainda se buscarmos pesquisas em setores que expressam mais claramente o capitalismo contemporâneo, “flexível”, de predomínio financeiro, como o setor de serviços, especificamente o trabalho dos teleoperadores em Centrais de Tele-Atividades³⁴ (CTA's) ou *call centers*, encontramos as marcas da degradação do trabalho. Essas atividades consolidam-se mais ou menos a partir da década de 1990 quando se efetiva o regime de acumulação sob a hegemonia financeira (BRAGA, 2006). Esse modelo empresarial, ensejado pela reestruturação produtiva resulta numa nova morfologia no mundo do trabalho, que segundo a lógica da flexibilidade inseriu:

(...) novas modalidades precarizadas de trabalho, dos *novos proletários de serviços*, de que são exemplos as trabalhadoras de telemarketing e *call center*, os motoboys que morrem nas ruas e avenidas, os digitalizadores que laboram (e se lesionam) nos bancos, os assalariados do *fast-food*, os trabalhadores jovens dos hipermercados, etc. (ANTUNES, 2009, p.237).

Os resultados da reestruturação produtiva impactam no trabalho e as condições de trabalho dos teleoperadores são exemplo vivo dos contratos de trabalho instáveis e trabalho intenso, pois, por exemplo, “o trabalho submete-se agudamente ao fluxo informacional: ao final de uma chamada, sucede a seguinte, seja automaticamente (em intervalos de 0 a 20

³⁴ Ruy Braga prefere chamar de CTA's ao invés de *call centers* principalmente por se tratar de uma forma de atividade de produção e não simplesmente de chamada ou contato telefônico. Cf. BRAGA, 2006, p.10.

segundos, dependendo dos *call centers*), seja manualmente, após um máximo de dois ou três sonsidos” (BRAGA, 2006, p.11).

Isso permitiu o autor formular a idéia da taylorização do trabalho intelectual, “uma comunicação instrumental sob a coerção do fluxo informacional e prisioneira do *script*”³⁵ (BRAGA, 2006, p.13). Ainda, para ele os ganhos de produtividade são alcançados tendo em vista a intensificação do trabalho e conseqüente degradação da atividade e das condições de trabalho do teleoperador (BRAGA, 2006).

Venco (2008) estudando a organização do trabalho no setor de teleatendimento observou vivências que corroboram com algum tipo de desordem mental, ou seja, os resultados do trabalho intelectual atingem a saúde do trabalhador. A autora aponta na sua pesquisa que 7 em cada 10 trabalhadores do setor sofrem de depressão ou síndrome do pânico. Os dados de adoecimentos em atividades de teleatendimento, retratados por notícia recente da Agência Brasil, demonstra que os transtornos psíquicos são 27% dos casos, LER/DORT 39%, problemas de audição e voz 25% e outros 9%³⁶.

Uma ressalva deve ser feita com relação ao adoecimento psicológico. As empresas “flexíveis”, hoje com o discurso da “dissolução das hierarquias”, com os “colaboradores”, têm contribuído, através dessas falácias, para o adoecimento dos trabalhadores. Elas instauram então uma gestão desgastante pautada na ideologia da excelência que se torna o motor central da produção de agravos à saúde mental dos trabalhadores (SELIGMANN-SILVA, 2011).

A imposição de metas, regrada pela excelência são na verdade mecanismos de dominação que instauram uma incompatibilidade dos tempos sociais do trabalho (ritmos, intensidade, hora extra, banco de horas...) e os biorritmos dos indivíduos que geram adoecimentos como as LER/DORT e os transtornos mentais (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010).

E, os resultados da gestão adoecedora, que revela a degradação do corpo e mente imposta na sociedade do capital, se materializa, por exemplo, nos 12 suicídios ocorridos em duas unidades chinesas da empresa Foxconn. Nessa terceirizada fornecedora de produtos eletrônicos, o chinês Ma Xiangqian de 19 anos, se suicidou e no mês do ocorrido trabalhou 286 horas, incluindo 112 horas extras recebendo pelo trabalho US\$ 1 por hora³⁷.

³⁵ Protocolo de comunicação no qual o objetivo central consiste em aumentar a eficácia comercial associada à redução do tempo de conexão tendo em vista a multiplicação das chamadas por hora trabalhada afetando a autonomia do teleoperador. Cf. BRAGA, 2006, p.12.

³⁶ Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2010-10-12/depressao-e-sindrome-do-panico-doencas-cada-vez-mais-comuns-em-quem-trabalha-com-teleatendimento>>. Acesso em: 12 set. 2012.

³⁷ Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/radar-economico/2010/06/07/suicida-chines-trabalhava-11-horas-por-dia-a-us-1-a-hora/>>. Acesso em: 12 set. 2012.

Em tempos de capital “flexível”, a ideologia do “colaborador” que deve sempre buscar a “excelência” no trabalho, se traduz em um eufemismo para ocultar a precarização/degradação do trabalho e no seu limite revela novas formas de adoecimento mental das quais o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), a síndrome do esgotamento profissional (*burn-out*), os quadros depressivos, o alcoolismo crônico relacionado ao trabalho e a paranoia situacional são exemplos (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Tais situações de adoecimento físico e mental serão encontradas em todos os territórios do labor³⁸, salvo as especificidades do trabalho realizado, desde os campos às cidades, rompendo os limites do formal-informal, no trabalho intelectual, que expressa a destrutividade do projeto societal do capital, baseado na segunda ordem de mediações, que pode ser evidenciado na pluralidade das marcas territoriais do trabalho.

Laureth (2008) investigando acidentes de trabalho relacionados à indústria automobilística na Região Metropolitana de Curitiba (PR), concluiu que o trabalho desempenhado pelos trabalhadores os leva ao adoecimento físico e mental. Para a autora as mudanças implementadas por novas plataformas de produção, orientadas pela racionalidade técnica com o objetivo de aumentar a produção estão influenciando “em novas formas de adoecimento tanto físico como mental da classe trabalhadora” (LAURETH, 2008, p.22).

Conforme a autora:

As consequências mais imediatas das relações sociais de trabalho, como ampliação da jornada de trabalho, rotina, pressão psicológica, ritmo intenso do processo, são as principais causas de acidentes do trabalho que têm como sintomas a LER/DORT, a depressão, a extenuação e o tédio. (LAURETH, 2008, p.32).

Outro exemplo pode ser destacado também com relação ao adoecimento dos docentes universitários relacionado, sobretudo à psique. Gradella Júnior (2010) parte de uma concepção, que concordamos, a qual “em um modo de produção que produz e reproduz alienação nenhum setor de trabalho está descolado dessa relação” (p.146). O autor demonstra no seu texto que o sofrimento psíquico dos docentes universitários está intimamente relacionado às condições de trabalho.

³⁸ Estamos entendendo os territórios de labor, como as fábricas, as agroindústrias, as propriedades camponesas, os *call centers*, etc, obviamente que todos estes tem suas diferenças, mas são faces do trabalho. Não são também equivalentes, pois o território camponês possui condições de trabalho extremamente diferentes de um território fabril, mas ambos são de alguma forma territórios de labor. Ou seja, não entendemos o território restrito aos parâmetros do Estado-Nação, mas sim na sua multidimensionalidade/multiescalaridade como os geógrafos atualmente tem defendido. Por isso, os objetos espaciais como a fábrica também são territórios, assim como podemos falar em território camponês, território quilombola, entre outros, o que expressa a multiescalaridade do conceito. Daí o porquê de pensar as marcas territoriais do trabalho ou as manifestações territoriais do trabalho que representam as particularidades dos territórios de labor.

[...] o que entendemos como sofrimento psíquico, não é patologia, caracterizada, mas sim a descompensação provocada pela organização do trabalho, provocando angústias, ansiedades, medos, frustrações, infelicidade, impossibilitando o indivíduo de se apropriar das objetivações necessárias para a realização de sua atividade em relação à atividade humano-genérica (GRADELLA JÚNIOR, 2010, p.141).

Dessa maneira o autor chama a atenção para a compreensão da condição do trabalho docente sob o domínio do capital. Observando os docentes universitários ele chega a resultados que estes trabalham muito mais que oito horas diárias e levam trabalho para casa se ocupando também em finais de semana e nas próprias férias³⁹. E por isso, Gradella Júnior (2010) demonstra que o sofrimento psíquico dos docentes está relacionado com a condição da alienação do trabalho, ou seja, com o capitalismo.

Sendo assim, os exemplos das pesquisas citadas demonstram o adoecimento dos trabalhadores em diferentes territórios. Por isso seja nos campos ou nas cidades, do canavial aos *call centers*, do setor calçadista, madeireiras, automobilístico e frigorífico aos docentes universitários, os trabalhadores têm adoecido⁴⁰.

Isso para nós demonstra que as marcas territoriais do trabalho estão sinalizando para uma constante degradação do trabalho. As condições de trabalho que adoecem os trabalhadores (física e mentalmente) têm suas especificidades dependendo do emprego exercido em diferentes territórios, mas algo tem em comum: são parte do mesmo sistema de metabolismo social que impõe condições de trabalho (ritmos, metas, etc.), degradantes que impactam na saúde e vida dos trabalhadores. São as mesmas consequências do metabolismo social do capital, que impõe para a saúde ambiental toda a ordem de contaminações, dos trabalhadores, dos rios, do alimento e das populações, através da utilização dos agrotóxicos⁴¹.

Isso indica que a essência do capital e seu sistema de mediações de segunda ordem têm resultados nefastos para os trabalhadores. Apreendemos disso que a degradação do trabalho é um conceito que nos ajuda a entender o trabalho sob as imposições estruturais da sociedade do capital e que irá se manifestar na pluralidade de ocupações em diferentes territórios.

³⁹ O autor proferiu palestra no ciclo de debates do CEMOSi (Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical "Florestan Fernandes") no dia 04/04/2012 no Anfiteatro V da FCT/UNESP Presidente Prudente, onde expôs estas informações.

⁴⁰ Obviamente que estes casos não são os únicos, pois existem inúmeras ocupações em que a degradação do trabalho se expressa (é uma condição estrutural da sociedade do capital), mas utilizamos como exemplos de resultados de pesquisa que são representativos do adoecimento.

⁴¹ Aqui vale uma menção importante para o livro "Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE", organizado pela Professora Raquel Rigotto, que é resultado de pesquisa que durou mais de quatro anos, trazendo, portanto uma importantíssima contribuição para os estudos sobre os impactos do agrotóxico para a saúde ambiental e saúde dos trabalhadores, não entendendo esses conceitos separadamente.

1.4 A degradação do trabalho pelas *lentes* da saúde do trabalhador

Se, temos encontrado essas realidades sociais do trabalho degradante que mutila e adocece em diversos territórios, na pluralidade de ocupações, o enfoque que mais nos parece pertinente enquanto caminho teórico é pela via do campo saúde do trabalhador. É por isso que para entendermos a geografia da degradação do trabalho e os territórios da degradação do trabalho, as contribuições e a perspectiva crítica dos autores que constroem o campo saúde do trabalhador são extremamente pertinentes.

A demarcação teórica-política com as discussões do campo saúde do trabalhador se dá principalmente pelo seu caráter do discurso contra-hegemônico, da necessidade da emancipação dos trabalhadores, da compreensão histórica da categoria trabalho e da necessidade de entender o trabalho sob o modelo societal como indutor dos acidentes e doenças (determinação social da doença). É como resume Lacaz (1996, p.411):

A saúde por referência ao trabalho deriva de seus componentes econômicos, sociais, tecnológicos, organizacionais e ambientais, sendo dotada de historicidade, em que o perfil de morbi-mortalidade, de sofrimento e de mal-estar dos coletivos de trabalhadores, bem como o controle da nocividade, das cargas e desgaste do processo de trabalho são determinados pelas relações político-econômicas e sócio-culturais estabelecidas entre capital e trabalho em cada sociedade concreta.

Dessa forma, os referenciais do campo saúde do trabalhador, são importantes para entendermos que a discussão sobre a relação saúde e trabalho, tem de ser entendidas no âmbito da historicidade da sociedade, ou seja, entender essa relação hoje é compreender que o trabalho sob as mediações de segunda ordem do capital (conforme trabalhado nos itens 1.2 e 1.3), é que induzem aos agravos e adoecimentos relacionados ao trabalho.

Portanto, as abordagens tradicionais da medicina do trabalho (MT) que em parte constroem o campo da saúde ocupacional (SO), devem ser colocadas sob o crivo da crítica, pois a sua abordagem sobre o tema se pautam numa visão a-histórica, em descompasso com as relações econômicas, político ideológicas e sociais que tem influência direta nos nexos entre trabalho e saúde (LACAZ, 2007).

A SO entende o trabalho dentro dos limites do capitalismo, ou seja, a sua busca se dá principalmente em “adaptar” os ambientes de trabalho com suas nocividades (físicas, químicas e biológicas), numa perspectiva de “(...) adequar o ambiente de trabalho ao homem e cada homem ao seu trabalho” (LACAZ, 2007, p.759). Nesse caso ainda há a forte presença do enfoque tradicional da medicina do trabalho, “(...) sob uma visão eminentemente biológica e

individual, no espaço restrito da fábrica, numa relação unívoca e unicausal, buscam-se as causas das doenças e acidentes” (MINAYO-GOMEZ e THEDIM-COSTA, 1997, p.22).

Trata-se de uma compreensão que Donnangelo (1976) já criticava e alertava, quando a medicina é utilizada para garantir a continuidade da acumulação do capital. Ora, o fato de objetivar “adaptar” os ambientes de trabalho, sem reflexão crítica da sociedade de classes e do processo de trabalho sob o domínio do capital, pode recair na noção de que é preciso de um médico para “cuidar” (leia-se diagnosticar, medicalizar etc.), dos trabalhadores para garantir a reprodução do capital.

Um profissional para “cuidar” dos trabalhadores servindo aos interesses do capitalista, daí o porquê da necessidade deste não refletir sobre as classes sociais, ou do papel da medicina numa sociedade de classes (DONNANGELO, 1976), se apoiando na individualização dos adoecimentos, considerando estes como infortúnios. Em partes, esse parece ser o papel assumido pela perspectiva da MT e da SO.

Está fora das preocupações da SO o entendimento da categoria trabalho e sua centralidade para o mundo dos homens. E, assim também fica de fora das suas abordagens as discussões em torno das determinações sociais do adoecimento. O trabalho limita-se à atividade empírica, não há o que se falar em trabalho degradante sob o signo da sociedade do capital que impulsiona o adoecimento. Os seus limites são claros, pois se pautam numa visão empirista e positivista trazida da clínica (LACAZ, 2007).

Essa abordagem geralmente desloca suas discussões para a escala dos indivíduos. É daí o porquê de a SO se preocupar com ações educativas e promoção da saúde, que se por um lado avançou em reconhecer a multicausalidade dos agravos à saúde (LACAZ, 1996), na prática permaneceu na perspectiva que geralmente aborda “(...) os agravos relacionados ao trabalho como um mal inerente a ele, mantendo na prática a ideia desses agravos como infortúnio ou infelicidade (...)” (LOURENÇO, 2009, p.104).

Por isso, parte-se da visão limitada do assistencialismo, se resumindo às ações clínicas, terapêuticas e de cunho individual (LOURENÇO, 2009). Lacaz (1996, p.16, **grifo** do autor) arremata sobre as ideias do “infortúnio” (visão da Medicina do Trabalho e Higiene Industrial), com relação aos acidentes de trabalho:

É importante assinalar que tais noções **naturalizam** a ocorrência dos agravos à saúde no trabalho, aliando a **fatalidade** da **propensão** individual aos acidentes, com a do trabalho como algo inevitavelmente nocivo à saúde.

Por outro lado, o campo saúde do trabalhador emerge com o objetivo de romper com essas práticas da SO e MT, sendo fortemente influenciado pela Medicina Social latino-americana (LOURENÇO, 2009; LACAZ, 2007). Autores como Laurell e Noriega (1989)

deslocam a discussão para a compreensão do processo de trabalho como espaço concreto da exploração e desgaste dos trabalhadores, subsidiando as discussões da saúde do trabalhador. Conforme explicitam Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997) sobre as perspectivas do campo saúde do trabalhador:

Essa perspectiva é resultante de todo um patrimônio acumulado no âmbito da Saúde Coletiva, com raízes no movimento da Medicina Social latino-americana e influenciado significativamente pela experiência italiana. O avanço científico da Medicina Preventiva, da Medicina Social e da Saúde Pública, durante os anos 60 e o início da década de 70, ao suscitar o questionamento das abordagens funcionalistas, ampliou o quadro interpretativo do processo saúde-doença, inclusive em sua articulação com o trabalho (MINAYO-GOMEZ e THEDIM-COSTA, 1997, p.25).

Em conjunto com essas referências na área da saúde, também está o enfoque das Ciências Sociais para a construção do campo saúde do trabalhador em que o pensamento marxista é fundamental e amplia a visão da SO e MT (MINAYO-GOMEZ e THEDIM-COSTA, 1997).

Isso significa que os aportes teóricos da construção do campo saúde do trabalhador tem um caráter interdisciplinar, pois não se resume somente ao médico ou ao profissional de saúde pensar a relação entre trabalho-saúde. Portanto, as contribuições das Ciências Sociais em geral são de extrema importância para a construção do campo, assim como o saber “não formal” dos trabalhadores e de suas instâncias organizativas (movimentos sociais). Daí advém também o seu caráter de permanente construção e sua proposta muito mais abrangente que rompe com as ações individualizadas da SO e MT.

Com a saúde do trabalhador, temas como a diminuição da produtividade, ritmo e redução da jornada do trabalho se tornam essenciais, o que modifica o enfoque dado pela SO. Isso porque, quando se propõe diminuir o ritmo de trabalho, por exemplo, pode por em xeque a acumulação do capital, deslocando a discussão da “adaptabilidade do ambiente de trabalho aos trabalhadores” (visão que individualiza os agravos à saúde), para a problemática da degradação do trabalho que através dos ritmos intensos tem adoecido os trabalhadores.

É por isso que como diz Lourenço (2009) às abordagens e as práticas profissionais dos serviços de MT e SO são limitadas para a transformação dos ambientes que oferecem risco à saúde dos trabalhadores, porque para se alcançar tal objetivo é necessário diminuir a produtividade, jornada de trabalho, algo que só se alcança se opondo ao sistema de acumulação.

A formulação teórica do campo saúde do trabalhador cumpre esse rompimento com as abordagens tradicionais. Mas, ainda há nos dias atuais a observação da hegemonia do seu

discurso (LACAZ, 2007), o que nos coloca como desafio sempre pensar no rompimento com esse pensamento que, como já dissemos é limitado.

Por esse motivo é que quando estamos observando os inúmeros adoecimentos relacionados ao trabalho, seja pela intoxicação por agrotóxicos, seja pelos acidentes em territórios fabris dos frigoríficos, seja pelo adoecimento físico e mental no trabalho “imaterial” (*call center* por exemplo), discutidos no item 1.3, o que nos permite pensar uma geografia da degradação do trabalho na sua pluralidade de ocupações, os referenciais da saúde do trabalhador se tornam extremamente importantes.

É por não pensar a discussão trabalho-saúde de forma individualizada que no fundo “culpabiliza” os trabalhadores pelos seus adoecimentos, e por construir uma visão de totalidade, da determinação social da doença, que as contribuições dos estudos e pesquisas no campo saúde do trabalhador, podem ser muito proveitosas para entender o gigantesco adoecimento no trabalho nas múltiplas inserções laborais. Tais contribuições são a base para a discussão que vem a seguir.

1.5 Diante da geografia da degradação do trabalho

Todo o debate apresentado nos leva a refletir a degradação do trabalho pela via da geografia do trabalho, o que indicamos enquanto uma geografia da degradação do trabalho, fundamentada na pluralidade de marcas territoriais do trabalho. Mas o que seria pensar esse tema incorporando a discussão da saúde do trabalhador na geografia?

Uma primeira aproximação deve estar no entendimento do conceito de trabalho, ou seja, de que trabalho se está falando, em qual formação social, assunto já discutido no item 1.1. Essa aproximação é imprescindível para entender o que estamos chamando de geografia da degradação do trabalho, pois o olhar do geógrafo deve estar sob os territórios que degradam e mutilam os trabalhadores em meio às múltiplas inserções laborais.

Destarte, com o embasamento teórico na centralidade do trabalho e sua redução sob a sociedade do capital à mera mercadoria vendável estamos tentando debater o tema a partir das categorias da geografia (MOREIRA, 2002; THOMAZ JUNIOR, 2002b), daí o porquê de estarmos pensando no conceito de territórios da degradação do trabalho, que são todos aqueles que pela via da inserção laboral expõe os trabalhadores à contaminação, às doenças e mutilações conforme trabalhamos no item 1.3.

Outras aproximações teóricas também são necessárias, como o entendimento do que significa pensar a temática do trabalho na geografia e como se está construindo coletivamente a geografia do trabalho no Brasil. Aquilo que estamos chamando de geografia do trabalho não se trata de nova subdivisão na geografia, mas tão somente de “explicitar como o tema do trabalho pode ser investigado pelas categorias da paisagem, do território e do espaço, as categorias de base da geografia” (MOREIRA, 2002, p.21).

Portanto para a geografia do trabalho não basta apenas localizar o (fenômeno) trabalho no espaço e suas relações de domínio (os territórios), marcas territoriais do trabalho. Tudo isso é muito importante para a leitura geográfica, mas não se resume a isso.

Se apenas localizarmos o fenômeno do trabalho no espaço não conseguiremos entender para além da sua distribuição espacial. Ou seja, o fenômeno do trabalho ficará apenas na esfera da aparência o que não permite entender os impactos desse trabalho na saúde (relação trabalho-saúde).

O geógrafo francês Pierre George na sua obra *Sociologia e Geografia* publicada no Brasil em 1969 foi quem primeiro usou a denominação geografia do trabalho (MOREIRA, 2002; THOMAZ JUNIOR, 2002b). É uma análise que se debruça em investigar não o trabalho na sua centralidade ontológica (categoria fundamental do mundo dos homens), mas numa geografia das ocupações (trabalho confundido com emprego) que vão das formas de trabalho agrícola, ao trabalho industrial, urbano e dos serviços.

Mas, conforme Thomaz Junior (2002b, p.3) se voltarmos à estrutura fundante do pensamento de Pierre George “chegaríamos a Vidal de La Blache, que atrelou a noção de trabalho ao ato transformador capaz de permitir ao homem extrair do meio (*habitat*) as condições e os meios de vida”. O conceito de trabalho nesses geógrafos está no sentido de força-de-trabalho e não como categoria central (THOMAZ JUNIOR, 2002b).

Assim, em George (1969) a tarefa da geografia do trabalho está na localização do emprego (conjunto de atividades) e sua distribuição no espaço (áreas culturais/zonas de civilização). Nesse caso estamos frente ao homem como um fator, é o homem estatístico com um pé na geografia da população, criticada por Moreira (1993; 2009). O tratamento do trabalho como sinônimo do emprego e sua distribuição espacial significa ver e reduzir o Homem ao homem-força-de-trabalho.

Dessa forma, a degradação do trabalho, precarização, os conflitos protagonizados pelos trabalhadores não fazem parte dessa leitura de geografia do trabalho, já que o papel do geógrafo é limitado, apenas enxergar a distribuição do trabalho no espaço, as suas localizações. É como se os sujeitos estivessem fora do espaço, não protagonizassem ações de resistência, não houvesse conflito.

De tal modo, George (1969) localiza o emprego no espaço, mas não inclui na sua análise os sujeitos (trabalhadores) que estão nesse espaço, suas vivências no trabalho, os conflitos que protagonizam, etc. É como se isso não fosse central na sua proposta de geografia do trabalho.

Porém, é certo que uma primeira tarefa do geógrafo está na localização e distribuição no espaço do fenômeno que estuda. Com a temática do trabalho também não é diferente. Mas, não se limita a isso. Isso porque o espaço geográfico não deve ser entendido e tido a partir da mera demarcação das coordenadas geográficas, ou da dimensão escalar do fenômeno em apreço, sem indicar os conflitos territoriais, os conteúdos e significados das ações dos sujeitos sociais e os projetos de sociedade (THOMAZ JUNIOR, 2011a).

Dessa forma, a geografia do trabalho que tem sido construída no Brasil, principalmente com relação às pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), busca compreender o trabalho na sua condição ontológica central e não meramente numa “localização do emprego no espaço”. Observamos a crítica feita por Thomaz Junior (2002b) ao tema trabalho quanto tratado pela Geografia:

Se pudéssemos puxar uma linha na história, o trabalho na Geografia, invariavelmente esteve (des) sintonizado da sociedade (enquanto parte do processo social movido pela fúria reprodutiva do capital ancorada na extração da mais-valia e da vinculação do trabalho abstrato ao empreendimento societário reinante), portanto distante do pacto de classes que a burguesia orquestrou para consolidar seu projeto de dominação. Fora também da natureza, enquanto elemento distante do corpus natural e visto somente como atividades humanas, já que o homem estava fora da natureza (THOMAZ JUNIOR, 2002b, p.4, grifo nosso).

É nessa concepção ontológica que o autor entende o trabalho na sua expressão geográfica no nível da relação homem-meio quanto na regulação da sociedade-espaço nas “suas diferentes manifestações (assalariado, autônomo, informal, domiciliar, terceirizado, etc.)” (THOMAZ JUNIOR, 2002b, p.1).

Isso significa, portanto assumir o trabalho na sua condição da centralidade para o mundo dos homens, enquanto central teórico e politicamente. Portanto, é diferente da concepção da geografia do trabalho em George (1969) na qual a geografia deveria buscar compreender as “formas de trabalho” e localizá-las no espaço o que é muito mais uma geografia do emprego conforme já aludimos.

A geografia do trabalho que estamos tentando construir, se difere, então, na sua abordagem das subdivisões tradicionais na nossa ciência, como a geografia industrial ou a geografia econômica. Nossa proposta não se refere a uma nova subdivisão na ciência como se tivéssemos agora que incorporar as “gavetas” tradicionais uma geografia do trabalho.

A geografia do trabalho busca pelas categorias da Geografia entender esta temática. Portanto, está voltada, para a apreensão das marcas/manifestações territoriais do trabalho na especificidade dos lugares, as formas de dominação/exploração/degradação do trabalho seja nos campos ou nas cidades e os conflitos de classe. Ou seja, encimados na categoria trabalho e sua centralidade, ultrapassa-se, por exemplo, os limites estabelecidos entre o urbano e o agrário, pois tendo foco no trabalho é possível ver que a dominação/exploração/degradação na sociedade do capital ultrapassa essas “fronteiras” disciplinares.

Com base na categoria trabalho poderíamos dizer que este não se encerra e restringe-se ao operário ou ao proletário urbano como querem alguns autores do marxismo ortodoxo e fiel às formulações presentes, sobretudo no livro I de O Capital. Nesta estrutura de argumentação “outras formas de expressão do trabalho, como os camponeses, nem sequer são consideradas, para tomarmos um exemplo concreto” (THOMAZ JUNIOR, 2006, p.134).

O contrário também é verdadeiro, pois, os estudos, discursos, documentos e posicionamentos que têm como referência o campesinato restringem o campo aos camponeses, como se o campo ficasse restrito a essa forma específica da realidade social, “resguardando às formas assalariadas uma segunda ordem de importância” (THOMAZ JUNIOR, 2006, p.134).

Parece prevalecer nas leituras críticas que tratam destes assuntos dentro ou fora da geografia, a idéia de que estes sujeitos nada têm em comum, como se não pertencessem aos oprimidos pelo capital. Eis um problema de difícil resolução, mas que encimados na centralidade do trabalho, podemos recolocar em pauta (o que não significa necessariamente solucioná-los).

Nos dias atuais o grande capital se expande sobre as terras indígenas, camponesas de comunidades “tradicionais”, quilombolas, faxinais, etc., gerando inúmeros conflitos. Ou seja, o grande capital é inimigo, dos indígenas, camponeses, quilombolas, dos operários, dos proletários. São os projetos do capital desenvolvimentista que se expandem no campo e na cidade que têm recolocado em pauta os inúmeros conflitos que envolvem a demarcação das terras/território indígenas e quilombolas, a expulsão dos camponeses (que lutam ocupando terra), o Estado por meio das políticas públicas as hidrelétricas em pleno século XXI, e que superexploram os trabalhadores impactando inclusive na sua saúde, desde os canaviais aos *call centers*, passando pelos bancos, carvoarias, frigoríficos, etc.

E a geografia do trabalho que vem sendo construída no Brasil, com base na referência da unificação orgânica do trabalho, contribui para compreender esse universo do trabalho na sua pluralidade de manifestações territoriais (THOMAZ JUNIOR, 2009). Na formulação de Thomaz Junior (2009, p.32) encontramos a maneira como se tem trabalhado a

geografia do trabalho, pois, “é dessa animadora caminhada que estamos agregando o conceito de universo do trabalho, com o propósito de reunir, do ponto de vista analítico, diversos mundos do trabalho (...)”.

Ainda segundo o autor:

A complexa trama de relações que envolve as contradições presentes no universo do trabalho, no século XXI, requer, para ser compreendida na sua totalidade, que promovamos a transgressão das fronteiras que limitam as diversas faces que a compõem (por exemplo, se no campo, se na cidade). Caso contrário não conseguiremos compreender, sob o foco da Geografia, as territorialidades das formas de ser do trabalho e suas contradições, como parte intrínseca do metabolismo do capital (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 231-232).

Ou seja, sob o enfoque da categoria trabalho, temos entendido as marcas territoriais do trabalho sob a ótica de um conceito de classe trabalhadora ampliada que incorpora as diferentes manifestações territoriais do trabalho. Isso recoloca a questão cidade-campo para além das fragmentações e gavetas (especializações) da Geografia, na busca constante da unificação orgânica do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2011b).

Deste modo vemos uma diferença quanto à formulação presente na geografia do trabalho de Pierre George para aquela que geógrafos como Ruy Moreira e Antonio Thomaz Junior têm construído. Para os últimos o foco está na centralidade do trabalho elegendo-o como categoria central para o mundo dos homens, conforme a formulação de Marx.

Por isso, para estes autores não basta somente localizar o emprego no espaço, mas observar também o caráter histórico do trabalho, os conflitos, a escala da precarização/degradação do trabalho, a identidade e os conflitos de classe dos sujeitos, no tecido social intensamente fragmentado.

Isso os permite chegar a conclusões da irreformabilidade do capital e na iminência da emancipação para o conjunto dos trabalhadores, seja nos campos ou nas cidades, o que os distancia também de uma leitura ortodoxa da classe revolucionária restrita ao proletariado tão cara ao marxismo.

Das indicações em Moreira (2003, p.53) onde consta “não dá mais para continuarmos a encarar como trabalhador, o trabalhador da fábrica, e como mundo do trabalho a fábrica”. Passando, pelas valiosas contribuições de Ricardo Antunes, da noção de uma classe trabalhadora ampliada que consta ao longo da sua vasta produção intelectual. Chegamos também à formulação que consta nos escritos de Antonio Thomaz Junior nas quais a noção do quadro social de pluralidade do trabalho e suas manifestações territoriais, não se restringem somente aos trabalhadores urbanos (formais/informais) e tampouco ao

proletariado, mas compõe também as suas bases os camponeses, entre outros formatos sociais do trabalho.

Ou seja, uma noção ainda mais ampliada de classe trabalhadora, como ele mesmo indica, “para além da fragmentação cidade campo (...)” (THOMAZ JUNIOR, 2011b, p.21).

Precisamente demarcamos que não há uma tentativa de se distanciar do marxismo e seus referenciais de emancipação, nem da centralidade do trabalho, ou dizer que a revolução não seja mais viável, mas somente, de ampliarmos a noção dos sujeitos do trabalho que protagonizam resistências para além do formato clássico do proletariado.

E é com base nesse arcabouço-teórico metodológico que estamos tentando discutir a escala da degradação do trabalho com relação aos impactos na saúde e vida dos trabalhadores de frigoríficos, especificamente os que laboram na Sadia em Toledo (PR), bem como numa escala mais ampliada pensar sob as demarcações teóricas da irreformabilidade do capital, na geografia da degradação do trabalho.

Como os frigoríficos não são os únicos territórios do labor em que o adoecimento é percebido, a formulação teórica que nos apoiamos é pensar que em múltiplas inserções laborais os trabalhadores tem adoecido (item 1.3), o que pressupõe pensar essa geografia da degradação do trabalho.

Dessa forma é preciso entender o trabalho em frigoríficos, essa marca territorial do trabalho específica do Oeste Paranaense e, sobretudo em Toledo (PR), não de maneira isolada, mas como parte da totalidade imposta pelo metabolismo social do capital. E, pesquisar suas particularidades, o conflito de classe protagonizado pelos trabalhadores está no centro das nossas preocupações.

O foco está no desafio de entender o fenômeno do trabalho e da saúde por meio das categorias de base da Geografia (lugar, paisagem, território e espaço), sobretudo por meio da especificidade do recorte territorial (trabalho em frigoríficos, no caso a Sadia) e os impactos para a degradação do trabalho que especificamente tem nos chamado a atenção os inúmeros acidentes/doenças. Isso sem contar os conflitos que estão postos no cenário local, as “fissuras” existentes entre o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Toledo (PR) – STIA-Toledo – e a Associação dos Portadores de Lesões Por Esforços Repetitivos (AP-LER), conforme trabalharemos no terceiro capítulo.

Mas, não nos basta reduzir a análise somente à escala do local de pesquisa, pois com base na totalidade viva do trabalho temos percebido que com relação aos impactos na saúde dos trabalhadores há uma geografia da degradação do trabalho que atinge os trabalhadores dos campos à cidade, dos frigoríficos aos *call centers*, dos bancos aos docentes universitários.

Daí então a nossa opção em trabalhar a escala da degradação do trabalho com relação à pluralidade de marcas territoriais do trabalho, citando estatísticas, resultados de pesquisas relacionadas às formas diversas de manifestações do trabalho nos territórios em que há o adoecimento físico e mental de um amplo conjunto de trabalhadores.

Isso para indicar com mais contundência que o modelo de sociedade do capital e suas mediações reificadoras que a tudo abrangem (MÉSZÁROS, 2002), tem levado os trabalhadores ao adoecimento físico e mental ou até à morte.

Portanto, cremos que há um ponto de cisão que leva a degradação do trabalho (entendida nos impactos na saúde e vida) destes sujeitos que laboraram em territórios específicos e com singularidades. Para nós isso se encontra no entendimento da estrutura social do capital e das mediações reificadas de segunda ordem impostas a todo o conjunto dos trabalhadores. São delas que emanam toda a ordem de doenças, acidentes e mortes relacionadas ao trabalho, que explicitam a degradação do trabalho.

É por isso que as pesquisas têm demonstrado que o adoecimento físico e mental de um trabalhador envolvido com a linha de desmontagem de frangos é evidente, assim como também o é no caso de um trabalhador envolvido em *call center*, salvo, naturalmente, as especificidades.

Portanto, acreditamos que a estrutura social emergida com as mediações de segunda ordem, hierarquicamente e historicamente impostas, são responsáveis pelo imenso adoecimento por que passam o conjunto dos trabalhadores nos diversos territórios de labor seja nos campos ou nas cidades.

Entretanto, temos como referência a junção de todos esses formatos sociais do trabalho nos territórios, que estão subordinados a estrutura social de mando do capital. E são as mediações alienantes, reificadas, estranhadas que levam os trabalhadores ao adoecimento dos campos às cidades. Eis os territórios da degradação do trabalho uma possibilidade analítica da interface entre a Geografia e o campo saúde do trabalhador.

Por isso estamos em meio a uma geografia da degradação do trabalho, nos diferentes territórios do labor. Essa se expressa nas mais variadas escalas territoriais de manifestação do trabalho, que ultrapassam os limites do campo-cidade, do formal-informal, material-imaterial, etc. Impactam também na saúde e vida dos sujeitos que laboram podendo incapacitá-los temporariamente, eternamente ou então ceifar a sua vida.

As estatísticas da OIT anteriormente demonstradas sobre o número de trabalhadores que se acidentam, adoecem ou morrem no trabalho são alarmantes. Os casos concretos denunciados pelas Ações Civis Públicas (ACP) contra frigoríficos, os resultados das pesquisas que envolvem trabalhadores de inúmeros formatos de ocupação (desde os campos, às cidades,

do trabalho informal ao formal, do imaterial ao material, etc.), estão corroborando para uma geografia da degradação do trabalho na contemporaneidade.

Portanto vemos que é imprescindível discutirmos que pensar a degradação do trabalho, na sua especificidade, que impacta na saúde e vida dos trabalhadores, perpassa a discussão do metabolismo social do capital e sua irreformabilidade. Isso para assumirmos uma concepção de que é preciso relacionar as doenças/acidentes/mortes no trabalho, menos com disposições biológicas e anormalidades orgânicas e mais com a organização e a realização da atividade laboral (THOMAZ JUNIOR, 2011; LOURENÇO, 2009 e 2011).

Só assim chegaremos ao indicativo de que a discussão sobre a degradação do trabalho-saúde do trabalhador está sintonizada com a irreformabilidade do metabolismo social do capital e, portanto com a discussão de uma sociedade emancipada, socialista e para além do capital.

De fato é extremamente coerente retomarmos aquilo que Mészáros argumenta sobre as saídas para a crise estrutural do capital que só pode vislumbrar sucesso com a erradicação do sistema do capital na sua inteireza, “em que se troque o círculo vicioso das mediações intertravadas de segunda ordem do capital por uma alternativa positiva sustentável” (MÉSZÁROS, 2002, p.215). Pensar a saúde do trabalhador e uma geografia da degradação do trabalho também deve perpassar esses objetivos.

Ou seja, não bastam reformas ou conquistar somente o poder político, é muito mais do que isso, é erradicar o metabolismo social do capital por inteiro colocando “algo em seu lugar” (MÉSZÁROS, 2007 p.79).

Essa não pode ser uma afirmação esvaziada e sem sentido concreto, pois para o autor está claro: o capital é irreformável, incontrolável e altamente destrutivo. O sistema do capital e suas mediações é antagonico até o mais fundo de seu âmago porque sobrevive de uma contradição fundamental: a subordinação do trabalho ao capital. E vejamos pouco mais da formulação presente em Mészáros (2007, p.58-59):

E precisamente porque o antagonismo é estrutural o sistema do capital é – e deve permanecer – irreformável e incontrolável. O fracasso histórico da socialdemocracia reformista fornece um testemunho eloquente da irreformabilidade do sistema; e a crise estrutural cada vez mais profunda, com seus perigos para a própria sobrevivência da humanidade, coloca em acentuado relevo a sua incontrolabilidade.

Ou seja, o autor está nos alertando que não adianta mais apostarmos nas reformas como o que se convencionou chamar de social-democracia ou até mesmo o Estado pós-capitalista soviético. Isso, “porque o domínio do capital – ainda que de uma forma bem diferente – persistiu também no sistema pós-capitalista de tipo soviético” (MÉSZÁROS, 2007

p.73).

A posição do autor da qual compartilhamos é de que o capital é um modo de controle sociometabólico com seu antagonismo estrutural fundante: subordinação do trabalho ao capital. É um sistema orgânico, portanto não é mera questão de “derrubada”, pois as variedades historicamente conhecidas do capitalismo podem ser derrubadas, e em alguns contextos limitados, isso já aconteceu (MÉSZÁROS, 2007).

Mas, mesmo na União Soviética pós-revolução, na sua variedade stalinista, o trabalho continuou subordinado porque “permaneceu preso na armadilha das restrições estruturais alienantes do capital como tal, ainda que tenha instituído *um modo pós-capitalista de extração do trabalho por meios diretamente políticos (...)*” (MÉSZÁROS, 2007, p.168, *grifo nosso*).

Assim, esses dois exemplos, a social-democracia do Ocidente e sua pretensão em reformar o capitalismo bem como o Estado pós-revolucionário soviético tinham uma autocontradição, pois “procuravam ‘reestruturar’ a ordem existente sem transformar sob nenhum aspecto sua estrutura de comando hierárquica e exploradora” (MÉSZÁROS, 2007, p.168).

O denominador comum de todas essas tentativas fracassadas - a despeito de suas diferenças principais - é que *todas elas tentaram atingir seus objetivos dentro da base estrutural da ordem sociometabólica estabelecida*. Entretanto, como penosas experiências históricas nos ensinam, *nosso problema não é simplesmente a “derrota do capitalismo”* (MÉSZÁROS, 2011, p.10, *grifo nosso*⁴²)

Logo é preciso que a alternativa histórica viável seja para além do capital e não meramente ir além do capitalismo. É preciso erradicar o metabolismo social do capital e suas mediações reificadoras, porque é “impossível ir além do capital sem superar radicalmente a subordinação estrutural hierárquica do trabalho a toda e qualquer força controladora estranha (...)” (MÉSZÁROS, 2007, p.62).

Pois é demasiado simplista vislumbrar a instituição da ordem hegemônica alternativa do trabalho à ordem de reprodução social do capital por meio da tomada política do Estado capitalista. Essa é *reversível* como a dolorosa evidência histórica mostra, e somente pode ser uma parte da tarefa transformadora. Pois o desafio histórico consiste em ir *para além do capital* no sentido pleno do termo, englobando todas as suas dimensões do complexo emancipatório, incluindo todas as suas dimensões ontológicas sociais que remontam um passado muito distante (...) (MÉSZÁROS, 2009, p.223).

⁴² Texto base da conferência promovida por István Mészáros na abertura do II Encontro de São Lázaro, em 13 de junho de 2011 na Universidade Federal da Bahia. Disponível em <http://www.ffch.ufba.br/IMG/pdf/Conferencia_Mezzaros.pdf>. Acesso em: 12 set. 2012.

A subordinação estrutural do trabalho ao controle hierárquico do capital (mediações de segunda ordem) pressupõe que na sociedade em que vivemos não se pense em promover a saúde dos trabalhadores, pois, os objetivos se consolidam em torno da maior lucratividade possível. E, o lucro/mais-valia usurpado dos trabalhadores seja pela mais-valia relativa ou absoluta resulta em condições de trabalho extremamente degradantes que impactam na saúde não são compatíveis com o ambiente de trabalho saudável e seguro, ou com a promoção da saúde dos trabalhadores. Portanto, as abordagens tradicionais da MT e SO já não permitem compreender essa noção sendo necessário pensar sob o enfoque da saúde do trabalhador.

Por esse motivo vamos constatar em vários territórios de labor os impactos nefastos deste na saúde dos trabalhadores. Os ritmos intensos, a pressão psicológica pelo alcance das metas, a destreza de movimentos, produtividade, entre outros, são as condições do trabalho impostas pela estrutura hierárquica de controle do capital. Ou seja, o processo de trabalho é que tem relação direta com as doenças e acidentes de trabalho. Por isso, são territórios da degradação do trabalho.

O trabalho sob as imposições da segunda ordem de mediações deve então ser erradicado para que tenhamos um metabolismo social radicalmente novo, baseado na produção dos trabalhadores livremente associados.

Dessa forma que assimilamos um nexos entre a discussão de István Mészáros, do metabolismo social do capital com a degradação do trabalho e a relação trabalho-saúde. Esse debate perpassa todas as evidências apresentadas pelas estatísticas, pesquisas e casos concretos anteriormente citados dos impactos do trabalho na saúde e vida dos trabalhadores.

Portanto cremos que em meio a essa pluralidade de acidentes/doenças/mortes em diferentes territórios do labor formuladores de uma geografia da degradação do trabalho, a alternativa viável está na erradicação do metabolismo social, com suas mediações reificadoras, uma tarefa histórica e coletiva dos trabalhadores. O que não significa apostar apenas em reformas reconciliadoras que impossibilitam a emancipação humana do jugo do capital.

E é por isso, que não podemos nos distanciar desses objetivos quando estamos lutando contra a degradação do trabalho, que impacta na saúde e vida dos trabalhadores, desde a planta da Sadia em Toledo (PR) até aos bancos em São Paulo, etc.

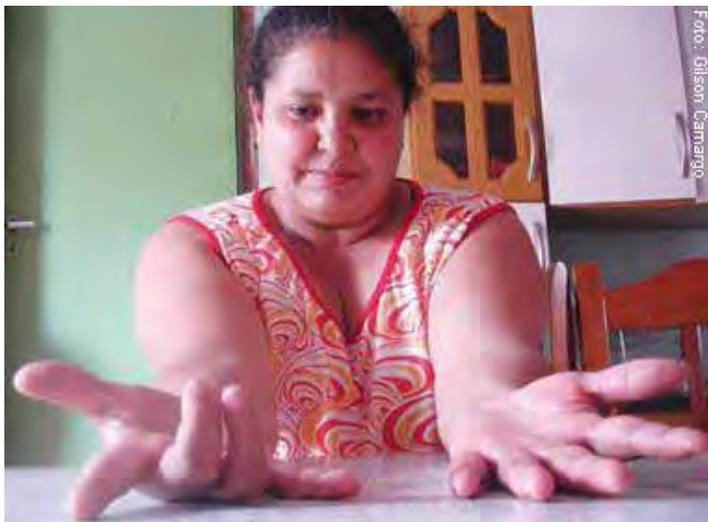
Isso pressupõe como questão de método colocarmos sob o crivo da crítica radical as mediações de segunda ordem impostas historicamente pelo capital. Como diz Mészáros (2009, p.285) “(...) não pode haver dúvida a respeito de uma ordem de mediações não antagônicas como alternativa histórica viável”.

Portanto é pela negação do capital na sua inteireza, recusando o seu metabolismo social hierárquico de controle, denegando o trabalho alienado e enfatizando uma alternativa socialista é que poderemos ter uma “luz no fim do túnel” para uma alternativa viável aos trabalhadores, inclusive no que tange aos preceitos de promover a saúde dos trabalhadores.

Enquanto a tirania do capital imperar é praticamente impossível convivermos com ambientes de trabalho/territórios do labor seguros que garantam saúde aos trabalhadores, pois a intensificação de extração da mais-valia é o que importa e os acidentes/doenças/mortes relacionados com o trabalho continuarão acontecendo.

É por isso que estamos enxergando a geografia da degradação do trabalho que se expressa em diferentes espaços, lugares e territórios, ou seja, na sua pluralidade de marcas/registros e dinâmicas territoriais. Essa é uma concepção que busca localizar as marcas territoriais do trabalho, mas com foco central nos sujeitos e as consequências do trabalho para estes. Portanto, é muito mais do que localizar o emprego no espaço.

Assim, com referência na centralidade do trabalho (ontológica e política), na concepção de uma classe trabalhadora ampliada e no entendimento do metabolismo social do capital historicamente imposto ao conjunto dos trabalhadores que estamos a construir a geografia do trabalho no âmbito do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).



Loreci, 40 anos, aguarda aposentadoria: depressão, dor e imobilidade das mãos (SINPRO-RS.ORG.BR).



Funcionário da Seara desde 2004, Antônio Martins Santana denuncia que foi “abandonado pela Marfrig” (MUNDO SINDICAL.COM.BR).



Valdirene da Silva funcionária da Seara: invalidez aos 35 anos (DAUROVERAS.COM.BR) A trabalhadora também dá um depoimento ao documentário Carne Osso da Repórter Brasil.

Darina dos Santos, 47 anos, está enfrentando uma batalha judicial para encaminhar sua aposentadoria por invalidez por doença que lhe paralisou os ombros (SINPRO-RS.ORG.BR).



CAPÍTULO 2

Território da degradação do trabalho: a Sadia em Toledo (PR)

A violência do trabalho é também a violência do sistema que naturaliza a nocividade do trabalho, que enxerga no trabalhador apenas uma peça da engrenagem que estragada pode ser facilmente substituída. A debilidade da saúde é vista singularmente e mostra o quanto a humanização pelo trabalho vai ficando cada vez mais distante, nesta sociedade, que preza pelo supérfluo, aliás do ponto de vista do capital, não apenas os objetos são supérfluos, mas também os sujeitos que os produzem. Os impactos destrutivos das transformações do trabalho contemporâneo deixam as suas marcas nos corpos (corpo e mente) dos trabalhadores, reduz a força de trabalho à força sucateada “imprestável” para as exigências de produtividade. (LOURENÇO, 2009, p.226)

“(…) eu to encostada eu passo pela médica do trabalho eu conheço muitas pessoas lá, ali não é um açougue de carne ali é um açougue de gente”. (Trabalhadora da Sadia de Toledo-PR).

“Os trabalhadores é que estão sendo desossados não os frangos”. (Depoimento de trabalhador disponibilizado pelo Procurador Dr. Sandro Eduardo Sardá).

“Eles só querem produção, não importam se você está doente. Quando a gente se machuca eles mandam a gente alegar que machucamos em casa, para não dar acidente de trabalho, e esconder no banheiro até que pare de sair sangue... é uma vergonha o que acontece nesta empresa” (Trabalhador da Seara de Forquilha-SC).

“(…) pra marcar uma consulta vamos supor, a gente marca, daí tu vem ali (consultório), daí sempre todo mundo quase tem a mesma coisa, que é por nervo, tensão muscular, nem sei o que, todo mundo usa o mesmo remédio né, paracetamol essas coisas” (Trabalhador da Aurora Maravilha-SC).

Neste capítulo, enfatizamos de maneira mais central as fontes que utilizamos na pesquisa. Informações relacionadas ao trabalho em frigoríficos no Oeste Paranaense, na Sadia de Toledo (PR), através das entrevistas e demais subsídios coletados junto ao MPT em Cascavel.

Procuramos demonstrar os dados disponíveis através da construção dos mapas, tabelas e gráficos para exemplificar a concentração do emprego no Sul do Brasil até o destaque ao Oeste Paranaense e ao município de Toledo (PR), quando se trata de empregos na frigorificação/processamento de carne de frango e suínos.

Buscamos nos pautar no debate crítico com autores que têm priorizado nas suas análises associar o desenvolvimento da região Oeste Paranaense com a geração de emprego e renda protagonizada pelos frigoríficos. Esse debate só foi possível devido à contribuição de inúmeras outras pesquisas já realizadas anteriormente e também das informações que coletamos na nossa observação.

Assim, priorizou-se também, discutir a cadeia produtiva do frango/suínos, enfatizando a participação dos trabalhadores do campo e da cidade. A contribuição de pesquisas sobre o assunto foi imprescindível para o entendimento necessário do funcionamento da cadeia produtiva suinícola/avícola e suas contradições explícitas através das condições de trabalho intensas e degradantes, das granjas aos frigoríficos.

O que se percebeu é que há mecanismos de dominação na produção “integrada” às indústrias, o adoecimento dos trabalhadores nas granjas de matrizes, o que demonstra que além do frigorífico, no campo, também há condições de trabalho que podem impactar na saúde dos trabalhadores. Assunto, inclusive que aponta para temáticas de investigações posteriores.

Enfaticamente, apresentamos as informações da pesquisa documental sobre as condições de trabalho na Sadia. Como será perceptível ao leitor, nosso referencial principal nessa discussão é a Ação Civil Pública nº 01428-2010-068-09-00-5, que se encontra em andamento, contra a Sadia de Toledo (PR). Esse é um material riquíssimo de informações para nossa pesquisa e pode contribuir para a visibilização da degradação do trabalho em território fabril, algo que é central para a presente investigação.

Somado à análise documental, entrevistamos também 22 trabalhadores da linha de produção da fábrica da Sadia em Toledo (PR), que abatem frangos/suínos, mas, também realizam/realizaram atividades de processamento da carne como produção de linguiças, bacon, entre outras. As entrevistas se somam com as evidências dos dados de que o processo de trabalho é degradante. Mas, o que foi possível apreender é que os resultados do trabalho na

Sadia trouxeram impactos para a saúde e vida dos trabalhadores que entrevistamos, por vezes, irreversíveis.

2.1 Produção, exportação, e distribuição espacial do emprego em frigoríficos de frangos e suínos

O Brasil é o maior exportador de carne de frango do mundo, mesmo destinando apenas 30,2% da sua produção para exportações em 2011 (UBABEF, 2011). O país é o terceiro do *ranking* de produção de carne de frango congelada do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos e China (Gráfico 1).

A produção brasileira de frangos teve um crescimento de 118% no período de 2000-2011, sendo que o Paraná se tornou o maior produtor com 28,1% do abate de frangos do país. E a exportação brasileira de frangos no mesmo período cresceu 330% (Gráfico 2). Ou seja, em 2011 o Brasil produziu 11,750 milhões de toneladas de carne de frango (Gráfico 1) e destas exportou 3,450 milhões de toneladas (Gráfico 2)⁴³.

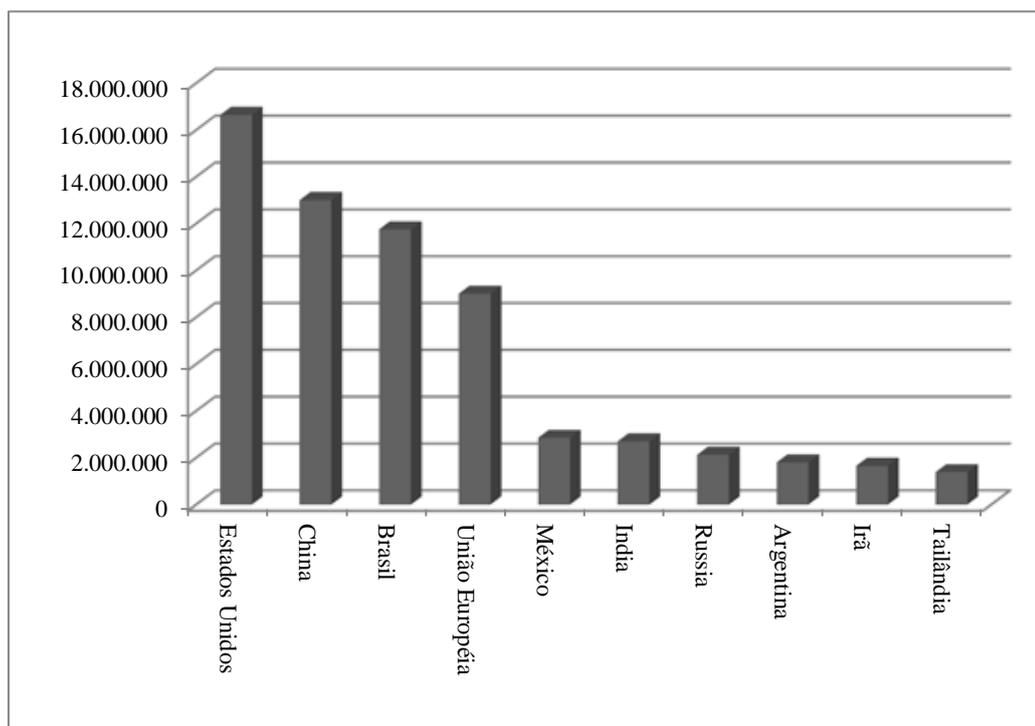


Gráfico 1 - Produção de Carne de Frango Mundial: dez principais países (2011)

Fonte: USDA 2011 a partir de dados da EMBRAPA/CIAS.

⁴³ Há uma diferença entre os dados da USDA e da UBABEF, pois a produção em 2011 de carne de frango foi de 13,058 milhões de toneladas e as exportações foram de 3,942 milhões de toneladas, segundo a UBABEF, para os gráficos abaixo utilizamos os dados da USDA.

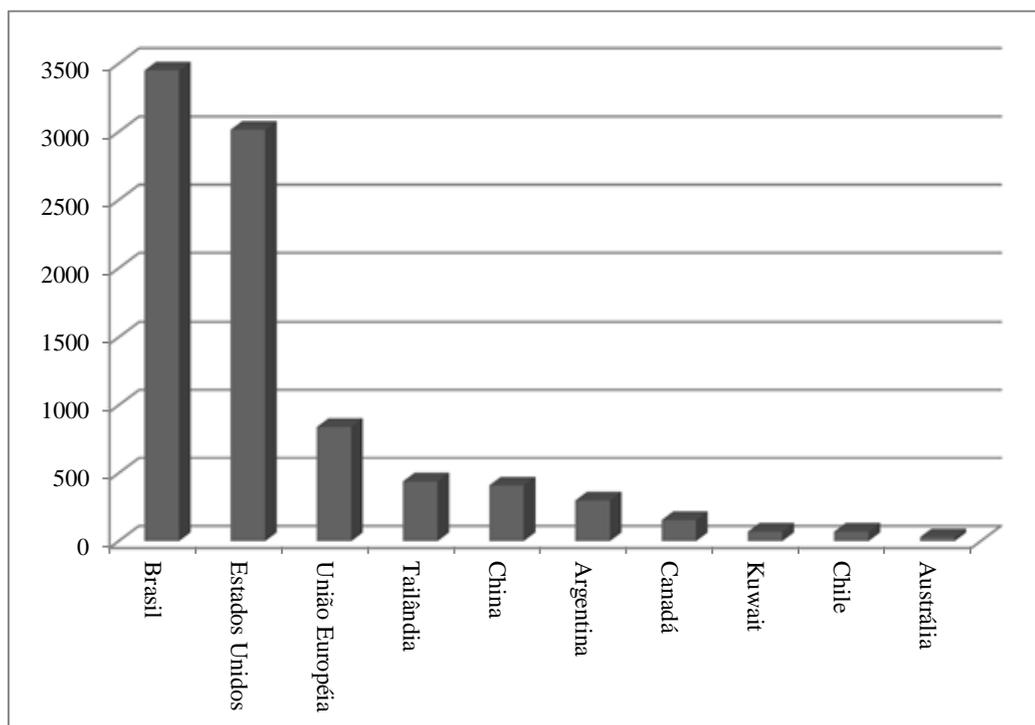


Gráfico 2 - Exportação de Carne de Frango Mundial: dez principais países (2011)

Fonte: USDA, 2011 a partir de dados da EMBRAPA/CIAS

As exportações alcançam mais de 150 países do mundo. O principal destino da carne de frango brasileira é o Oriente Médio com 35,8%; em seguida vem a Ásia com 28,9%; África 12,6%; União Européia 12,3%; Américas 7,3%; Europa (extra União Européia) 2,7%; e Oceania 0,07% (UBABEF, 2011).

Em escala nacional, para 2011, a Região Sul concentrou 62% de todo o abate de frangos nacionais, seguido do Sudeste com 21,7%, Centro-Oeste 14,2%, Nordeste 1,9% e Norte 0,8% (Tabela 1). Percebe-se que o abate de frangos recai com maior destaque no Sul do país. O Paraná é o principal centro de abate de frangos, com 28,1%, seguido de Santa Catarina, com 18,7%, e Rio Grande do Sul, 15,2% (Tabela 1).

Tabela 1- Abate de Frangos por UF (2011)

Região	Estado	Abate Percentual
Sul	Paraná	28,1
	Santa Catarina	18,7
	Rio Grande do Sul	15,2
	Sub-total	62
Sudeste	São Paulo	14,3
	Minas Gerais	6,9
	Espírito Santo	0,5
	Rio de Janeiro	0
	Sub-total	21,7
Centro Oeste	Goiás	6,2
	Mato Grosso	3,9
	Mato Grosso do Sul	2,9
	Distrito Federal	1,2
	Sub-total	14,2
Nordeste	Bahia	1,2
	Pernambuco	0,3
	Paraíba	0,4
	Alagoas	0
	Sergipe	0
	Rio Grande do Norte	0
	Maranhão	0
	Piauí	0
	Ceará	0
	Sub-total	1,9
Norte	Pará	0,5
	Tocantins	0,2
	Rondônia	0,1
	Amazonas	0
	Acre	0
	Roraima	0
	Amapá	0
	Sub-total	0,8
Total		100

Fonte: UBABEF/MAPA, 2011.

A carne suína brasileira também ocupa lugar de destaque, pois o Brasil é o 4º colocado em termos de produção com 3,260 mil toneladas (Gráfico 3) e o 4º colocado em exportação 640 mil toneladas (Gráfico 4).

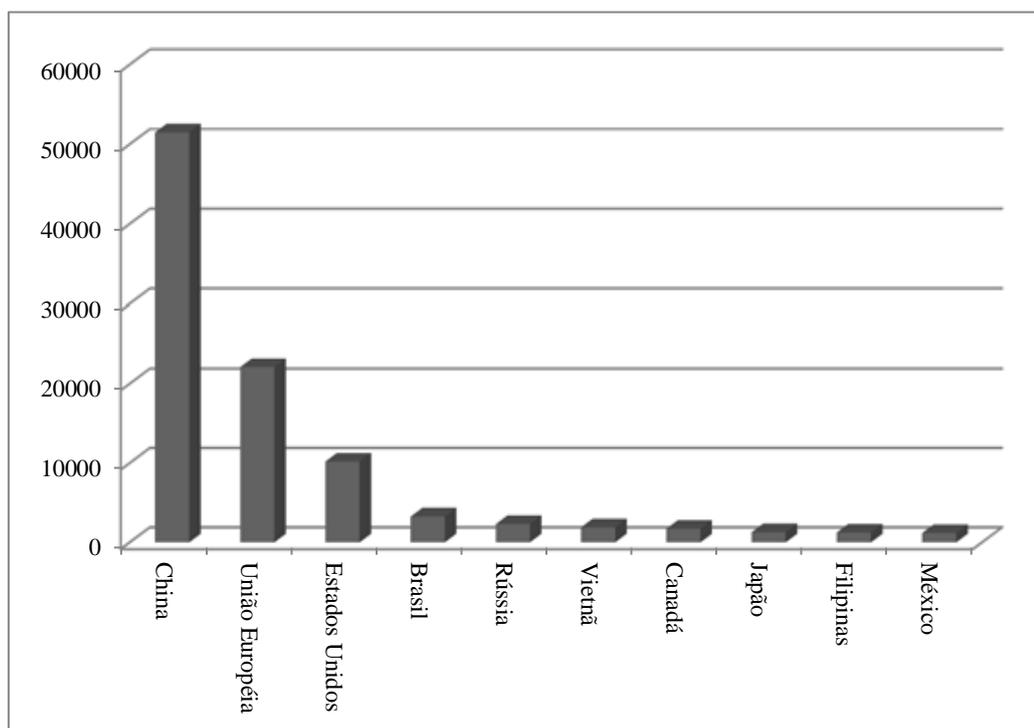


Gráfico 3 - Produção de Carne Suína Mundial: dez principais países (2011)

Fonte: USDA, 2011, a partir de dados da EMBRAPA/CIAS

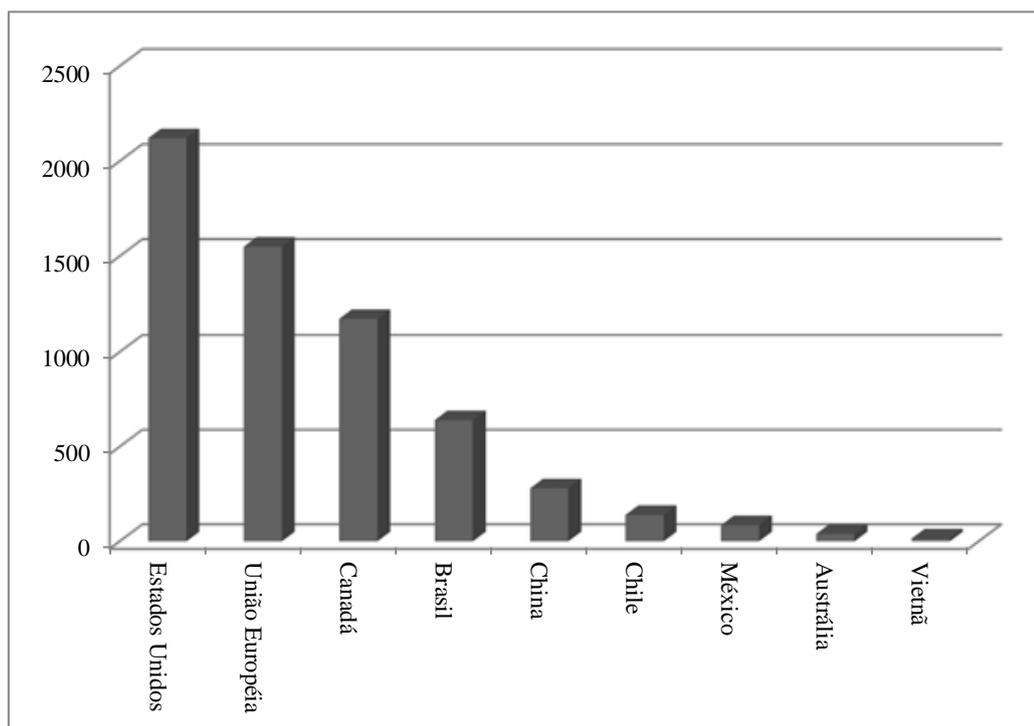


Gráfico 4 - Exportação de Carne Suína Mundial: dez principais países (2011)

Fonte: USDA, 2011, a partir de dados da EMBRAPA/CIAS

A produção brasileira de carne suína teve um crescimento de 31% entre 2000-2011, conforme os dados da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIPECS).

Foram produzidos no Brasil 3.362.000 toneladas de carne suína, em 2011, e o mercado interno brasileiro consumiu 84,6% da produção. Já o mercado externo absorveu 15,3% (ABIEPCS, 2011).

As exportações da carne suína alcançaram cerca de 130 países no mundo e os principais destinos em toneladas exportadas no ano de 2011, foram: Hong Kong 25,1%, Rússia 24,4%, Ucrânia 11,9%, Argentina 8,1%, Angola 7,3%, Cingapura 4,6%, Uruguai 3%, Venezuela 2,2%, Albânia 1,7%, Geórgia 1,2% e outros que somaram 9,9% (ABIEPCS, 2011).

O abate em escala nacional se concentrou na Região Sul, com 65% dos abates em 2011; seguido do Sudeste, com 17%; Centro Oeste, 15%; Nordeste, 1%; e Norte, 0,03% (IBGE, 2011). A concentração de abate de suínos se localiza no Sul do país sendo que Santa Catarina é o principal centro de abate de suínos, com 26%; seguido do Rio Grande do Sul, 21%; e Paraná, 18,8% (Tabela 2).

Tabela 2 - Abate de Suínos por UF (2011)

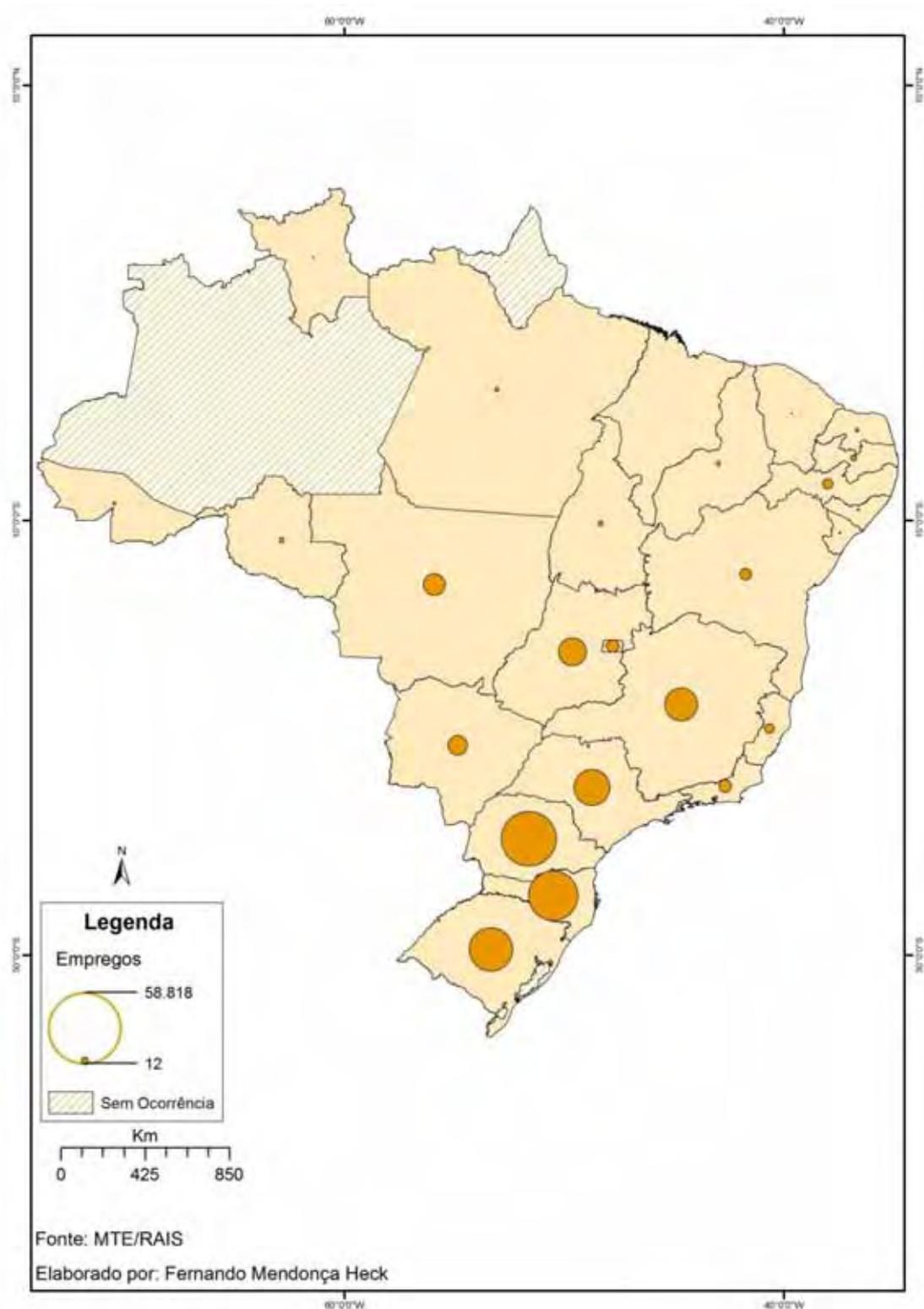
Região	Estado	Abate Percentual
Sul	Santa Catarina	26
	Rio Grande do Sul	21
	Paraná	18,8
Sub-total		65,8
Sudeste	Minas Gerais	11,8
	São Paulo	4,9
	Espírito Santo	0,4
	Rio de Janeiro	0,03
Sub-total		17,13
Centro Oeste	Mato Grosso	5,9
	Goiás	5,6
	Mato Grosso do Sul	3
	Distrito Federal	0,6
Sub-total		15,1
Nordeste	Ceará	0,3
	Pernambuco	0,3
	Bahia	0,2
	Alagoas	0,1
	Piauí	0,1
	Maranhão	0,05
	Rio Grande do Norte	0,04
	Sergipe	0,02
	Paraíba	0,01
Sub-total		1,12
Norte	Pará	0,02
	Acre	0,01
	Rondônia	0
	Amazonas	0
	Tocantins	0
	Roraima	0
	Amapá	0
Sub-total		0,03
Total		100

Fonte: IBGE/SIDRA – Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, 2011.

Percebemos então que o Brasil está entre os 4 principais países do mundo na produção e exportação de carnes de suínos e frango. Mais de 60% dos abates nacionais se referem à Região Sul. Isso caracteriza a grande concentração de empresas frigoríficas, numa região em que a atividade de frigorificação de carne (principalmente de frango e suíno), tem papel destacado na economia.

O emprego no setor, conseqüentemente, irá repercutir numa grande centralização locacional na Região Sul com 60% dos empregos nacionais para o ano de 2010, segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)⁴⁴. O Paraná é o líder na geração de emprego em abate de aves e suínos, com 24,8%; seguido de Santa Catarina com, 20,1%; e Rio Grande do Sul com, 15,4% (Mapa 1).

⁴⁴ A variável que utilizamos é (CNAE-1012) Abate de suínos, aves e outros pequenos animais. Disponível em: <http://www.cnae.ibge.gov.br/classe.asp?codclasse=1012-1&TabelaBusca=CNAE_200@CNAE%202.0@0@cnae@0>. Acesso em: 12 set. 2012.

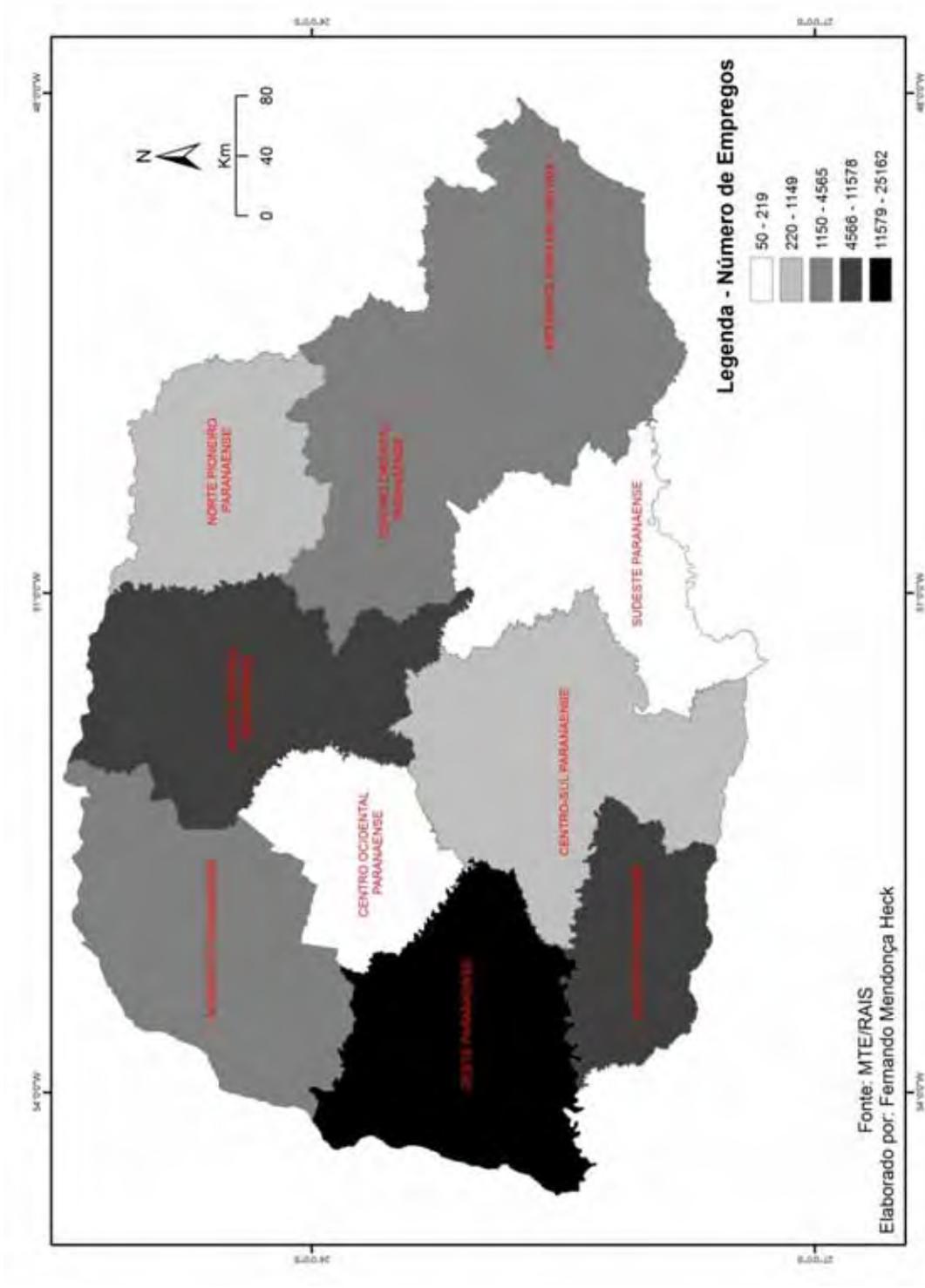


Mapa 1 - Emprego em Abate de Frangos e Suínos por UF (2010)

Fonte: MTE/RAIS, 2010.

A concentração do emprego no Paraná é evidente, mas se observarmos em escala de Mesorregiões, encontrar-se-á duas principais porções empregadoras, ou seja, Oeste Paranaense e Norte Central Paranaense. Dentre as Mesorregiões do Paraná somente o Oeste Paranaense concentra 42% de todo emprego em frigoríficos paranaenses, seguido do Norte

Central Paranaense, com 19,6%. Isso demonstra uma grande concentração de empregos em frigoríficos no Oeste Paranaense, concentrando quase a metade para o estado do Paraná (Mapa 2).



Mapa 2 - Emprego em Abate de Frangos e Suínos por Mesorregião Paranaense (2010)
Fonte: MTE/RAIS, 2010.

Na região encontram-se 25.162 empregados em frigoríficos de aves e suínos, no ano de 2010, segundo a RAIS. Isso equivale a 65,8% de todo o emprego para o mesmo ano em indústrias alimentícias⁴⁵ e a 34% da indústria da transformação⁴⁶. As indústrias de alimentos representam o setor que mais emprega na região.

Sendo assim pode-se perceber que do total dos empregos para a indústria no Oeste do Paraná, 34% está no setor de frigoríficos de frangos e suínos. O emprego em frigoríficos é maior que os demais setores industriais pertencentes à indústria da transformação, menos os empregos para indústrias alimentícias dos quais correspondem a mais da metade. Assim, constata-se que o emprego nesse setor ocupa lugar de destaque na região Oeste Paranaense (Gráfico 5).

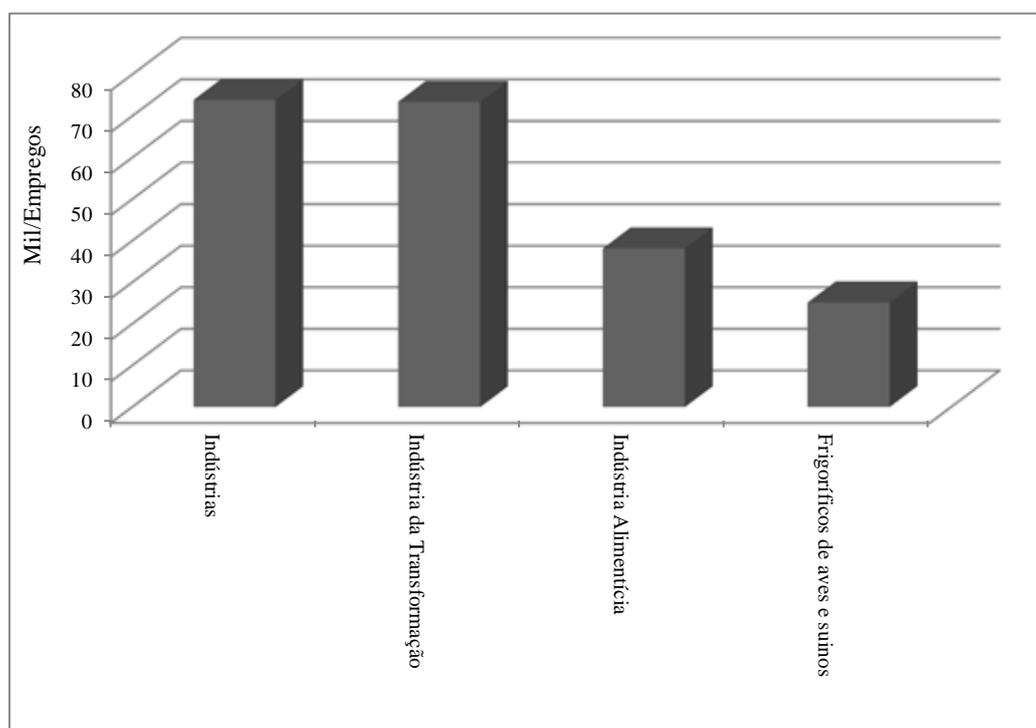


Gráfico 5 - Emprego Industrial no Oeste Paranaense (2010)

Fonte: IPARDES/RAIS, 2010.

⁴⁵ Para ser mais exato a variável que tratamos corresponde a – Empregos – Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebida e Álcool Etílico.

⁴⁶ A indústria da transformação corresponde ao emprego de quase todos os setores industriais do Oeste Paranaense, em 2010. De todas as variáveis disponíveis, somente a indústria de extração de minerais não foi incluída na indústria da transformação.

A Mesorregião Oeste Paranaense tem posição de destaque inclusive na escala nacional com relação ao emprego em frigoríficos, ocupando a segunda colocação, perdendo apenas para o Oeste de Santa Catarina (Tabela 3).

Tabela 3 - Emprego em Frigoríficos de aves e suínos: dez principais Mesorregiões brasileiras (2010)

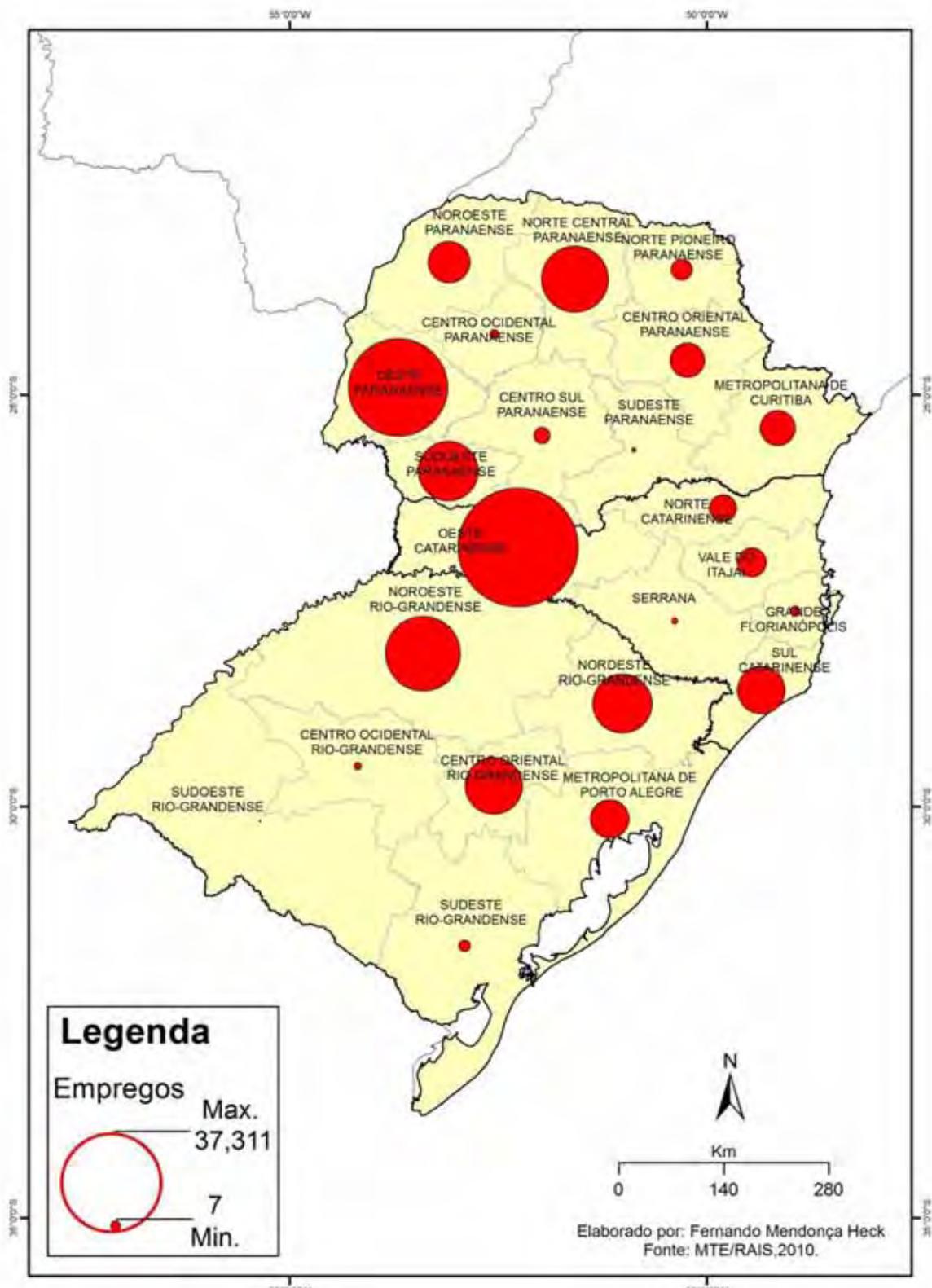
Mesorregião	Empregos
OESTE CATARINENSE	37.311
OESTE PARANAENSE	25.162
NOROESTE RIO-GRANDENSE	14.619
SUL GOIANO	12.113
NORTE CENTRAL PARANAENSE	11.578
TRIANGULO MINEIRO/ALTO PARANAIBA	9.588
SUDOESTE PARANAENSE	9.136
NORDESTE RIO-GRANDENSE	9.116
CENTRO ORIENTAL RIO-GRANDENSE	8.450
NORTE MATO-GROSSENSE	6.707

Fonte: MTE/RAIS, 2010

Das dez mesorregiões observadas, sete localizam-se no Sul do Brasil. Três delas são paranaenses, e obviamente, além de se destacar nacionalmente, representam também as principais regiões empregadoras em frigoríficos de aves e suínos do Paraná.

Portanto tendo em vista o trabalho em frigoríficos temos observado que este se localiza a base de 60% na Região Sul, bem como a produção e exportação de frangos e suínos também se concentram no sul do país com marcas maiores do que 60%.

Vejamos agora, então, a distribuição/localização do emprego em abatedouros de aves e suínos por Mesorregiões da Região Sul (Mapa 3).



Mapa 3 - Emprego em Abate de Frangos e Suínos por Mesorregião: Sul do Brasil (2010)

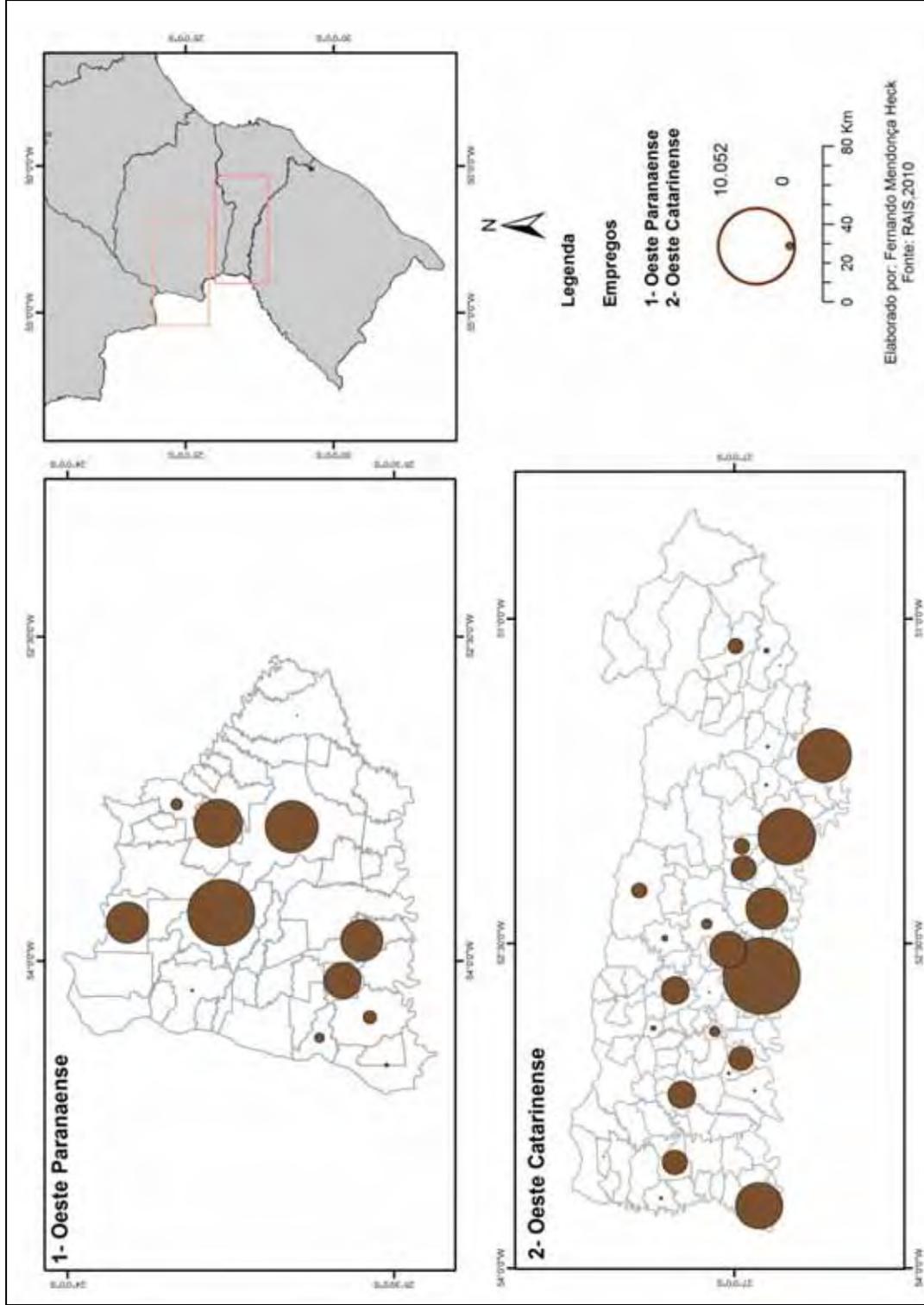
Fonte: MTE/RAIS, 2010.

Percebe-se que a distribuição espacial do emprego se dá em quatro Mesorregiões principais com mais de 10.000 empregos. Em primeiro lugar o Oeste Catarinense, com 37311; seguido do Oeste Paranaense, 25162; Noroeste Rio-Grandense, 14619; e Norte Central Paranaense, 11578.

Somente essas quatro Mesorregiões somam 61,9% de todo o emprego em frigoríficos de aves e suínos do Sul. E apenas o Oeste Paranaense e o Oeste Catarinense representam quase a metade (43,6%), de todo o emprego em frigoríficos sulistas.

Dessa forma é perceptível que a maior concentração nacional de emprego em abates de aves e suínos está nessas duas Mesorregiões. E para chegarmos até a escala local (Toledo-PR), percebemos que considerando o emprego em frigoríficos nas regiões existem determinados municípios que se destacam com relação ao emprego em frigoríficos (Mapa 4)⁴⁷.

⁴⁷ Percebe-se um erro nos dados específicos para a Mesorregião Oeste do Paraná, pois o município de Marechal Cândido Rondon aparece com apenas 12 empregos, mas, esse município emprega cerca de 1600 trabalhadores no frigorífico avícola da Copagril. Ver no site da empresa: <<http://www.copagril.com.br/unidades/uia.html>>. Acesso em: 12 set. 2012.

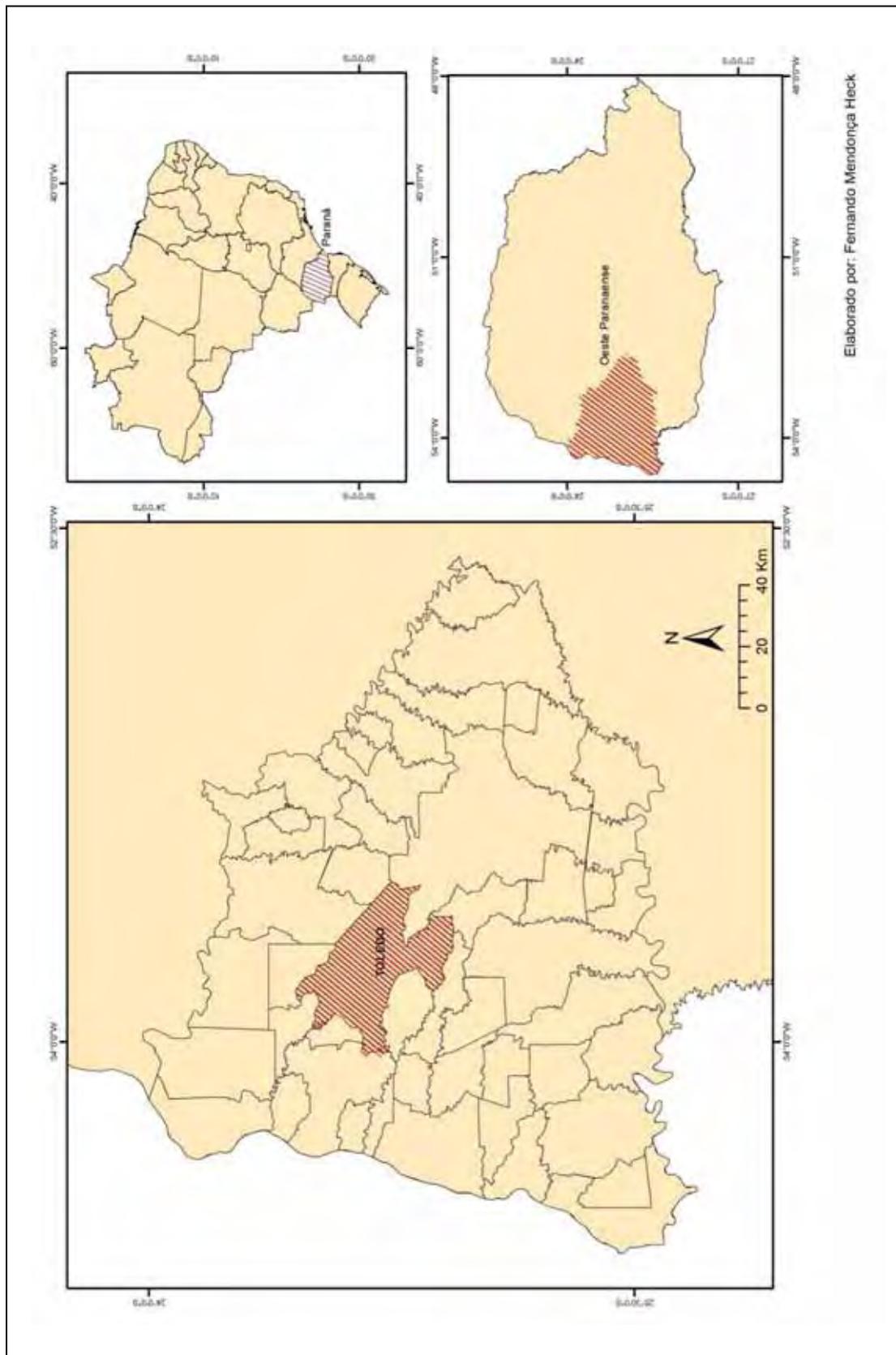


Mapa 4 - Emprego em Abate de Frangos e Suínos: duas principais regiões empregadoras do Brasil (2010)
Fonte: MTE/RAIS, 2010.

Dois municípios têm destaque principal nas Mesorregiões: Chapecó (SC) e Toledo (PR). Isso também se refere à escala nacional, pois os dois são líderes no emprego em frigoríficos de aves e suínos, sendo que Chapecó emprega 10.052 trabalhadores e Toledo 7.546.

Portanto a escolha por estudar a degradação do trabalho em território fabril na Sadia em Toledo (Mapa 5 e Figura 1) é justificada pelo seu destaque local, regional, nacional e internacional⁴⁸, no setor de frigorificação de carnes de frangos e suínos. Somente essa empresa emprega cerca de 7.400 trabalhadores que representa cerca de 19% de todo o mercado de trabalho municipal, e 30% do emprego em frigoríficos do Oeste Paranaense, sendo também a cidade líder na geração de empregos em frigoríficos de aves e suínos com relação aos dados para o estado do Paraná.

⁴⁸ A Sadia hoje integra a Brasil Foods S/A resultado da fusão com entre a empresa e a Perdigão. A BRF, opera 61 fábricas no Brasil distribuídas por mais de 11 estados brasileiros e 7 fábricas no exterior (Argentina, Reino Unido e Holanda), tem mais de 20 escritórios comerciais no exterior e tem cerca de 119 mil funcionários. Teve faturamento líquido de R\$25,7 bilhões em 2011. Fonte: <<http://www.brasilfoods.com/paginas.cfm?area=0&sub=27>>. Acesso em: 12 set. 2012. E quando surgiu a BRF a transnacional brasileira foi noticiada com números impressionantes: “A nova empresa nasce com os apostos de décima maior empresa de alimentos das Américas, segunda maior indústria alimentícia do Brasil (atrás apenas do frigorífico JBS Friboi), maior produtora e exportadora mundial de carnes processadas e terceira maior exportadora brasileira (atrás de Petrobras e da mineradora Vale).” Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u568088.shtml>>. Acesso em: 12 set. 2012.



Mapa 5 - Localização do Município de Toledo no Paraná.
Fonte: IBGE.



Figura 1 - Vista Parcial da Fábrica da Sadia em Toledo (PR)

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

A relevância dos dados de emprego, produção e exportação do setor de frigorificação de carnes para o Oeste Paranaense e Toledo tem motivado diferentes abordagens em trabalhos científicos. Por um lado, estão as análises que veem no capital frigorífico e sua cadeia produtiva o desenvolvimento e o progresso. Por outro, há pesquisas que se dedicam a desconstruir esse desenvolvimento e progresso, estudando principalmente as condições de trabalho degradantes impostas aos trabalhadores no território fabril.

Na primeira perspectiva analítica, a territorialização do capital frigorífico na região e a formação de um *cluster*, que agrupa além dos frigoríficos outras atividades que se relacionam a essa principal, têm incentivado a ideia do desenvolvimento regional a partir dessa atividade econômica. A argumentação se baseia geralmente na geração de emprego e renda, o retorno fiscal que as empresas dão aos municípios e a sua capacidade de agrupar outras atividades relacionadas à atividade frigorífica (transporte, assistência técnica, etc.).

Aqui não se nega a capacidade de gerar empregos dessas empresas. Mas, se discute a qualidade do emprego gerado, e nesse ponto, temos percebido que a especificidade dos frigoríficos está em “gerar” inúmeros adoecidos e inválidos do trabalho.

Por isso são pertinentes alguns questionamentos: será que a territorialização do capital frigorífico no Oeste Paranaense se traduz em desenvolvimento e progresso? Geração de emprego, capacidade de encadeamento formando *cluster* são elementos suficientes para qualificar como desenvolvimento a atividade frigorífica?

2.2 Desenvolvimento e progresso?

Os dados de produção, exportação, abate e empregos em frigoríficos no Oeste Paranaense têm levado então um conjunto de autores à compreensão de que tais indicadores revelam o desenvolvimento regional.

Enfrentar essa questão apenas pela positividade dos dados de emprego é o que tem levado autores como Rippel; Lima e Borges (2007); Ostroski e Medeiros, (2004); Dalla Costa e Silva, (2007), entre outros, associarem de forma linear as taxas de crescimento no emprego e produção com o desenvolvimento regional.

Tais estudos têm indicado a concentração da atividade e uma especialização técnica do emprego na economia regional, com desempenho superior ao Paraná e do Brasil, que formam um *cluster* produtivo (DALMÁS; STADUTO; WILLERS, 2007a). Os mesmos autores em outra publicação argumentam que a região evoluiu de fronteira agrícola para fronteira agroindustrial (DALMÁS; STADUTO; WILLERS, 2007b). Numa versão mais “radical” Ostroski e Medeiros (2004, p.5) afirmam que a concentração da atividade de frigorificação de carnes “induz o desenvolvimento desta localidade”.

A formação de um *cluster* de atividade se dá pelo “agrupamento de atividades, independente do tamanho das unidades produtivas e da natureza da atividade desenvolvida” (OSTROSKI e MEDEIROS, 2004, p.1).

Dessa forma, o Oeste Paranaense pode ser considerado um *cluster* que concentra principalmente a atividade de criação/abate de frangos e suínos. Inúmeras outras empresas prestadoras de serviços também vieram se instalar na região a partir da atividade de frigorificação de carnes, o que tem gerado empregos diretos e indiretos, ou como se denomina, de efeito em cadeia (RIPPEL; LIMA; BORGES, 2007).

Sobre o encadeamento de tais atividades argumenta Rippel; Lima e Borges (2007, p.9):

[...] os administradores via de regra passam a priorizar tais atividades, pois sabem que quanto maiores os efeitos em cadeia maiores as possibilidades de estímulos ao surgimento de atividades complementares concatenadas, que podem repercutir em maior arrecadação fiscal, aumento da geração de empregos, instrumentos que possibilitam alavancar o desenvolvimento de um país ou de uma região, fato que efetivamente deu-se em Toledo.

Portanto baseando-se no efeito em cadeia que surgiu através da Sadia, em Toledo, que articulou outros setores da economia Rippel; Lima e Borges (2007) realçam a ideia de que a vinda desta empresa desenvolveu o município, pois permitiu novos encadeamentos econômicos gerando emprego e renda. Fica clara na argumentação dos autores a ligação entre “o efeito em cadeia” e o desenvolvimento. Ou seja, qualifica-se como desenvolvimento a possibilidade de maior arrecadação fiscal e o aumento na geração de empregos que “alavancam” o desenvolvimento algo que para os autores é fatídico no município de Toledo.

Percebe-se então, que a argumentação se limita aos dados estatísticos de geração de emprego. Em seu estudo Rippel; Lima e Borges (2007) não leva em consideração a qualidade do emprego gerado, ou não se preocupa com as consequências deste para os trabalhadores que atuam nessas linhas de produção. Gerar empregos é suficiente para atestar o desenvolvimento.

Nessas perspectivas analíticas o trabalho não é discutido como categoria central. Para os autores parece que a relação tipicamente capitalista (o trabalho reduzido a emprego) é suficiente. Assim, as condições de trabalho em frigoríficos, as perspectivas dos trabalhadores são pormenorizadas ou inexistentes nesses estudos citados.

Em tais referenciais, parece que não há irregularidades com os empregos gerados em frigoríficos. Basta apresentar dados relevantes de empregos/empregabilidade e exportações que “matou-se a charada”, e nada tem mais a discutir sobre a situação dos trabalhadores. A Sadia e outras empresas do ramo se tornam importantes e o discurso da geração de emprego e renda é adjetivado de desenvolvimento, que, inclusive, deve ser incentivado pelo Estado.

Souza (2008) defende claramente esse posicionamento ao final de sua dissertação de mestrado:

(...) o Estado deve primar por estimular as atividades que possuem os mais importantes efeitos de encadeamento na economia, maximizando os benefícios gerados pelos programas de desenvolvimento. Isso

porque em geral os recursos para tais programas, em geral, são escassos. Desse modo, se houver uma política de desenvolvimento para regiões deprimidas do Paraná, *os setores de produção e de abate e processamento de frangos de corte são merecedores de incentivos, visto que, além de sua importância intrínseca em termos de produção, renda e emprego, são atividades-chave, ou seja, possuem efeitos de encadeamento maiores que a média dos setores da economia* (SOUZA, 2008, p.78, grifo nosso).

Em Souza (2008) percebe-se que o argumento se limita na produção, renda e emprego. Em nenhum momento se diz que os salários decorrentes dessa geração de emprego são aviltados, geralmente muito próximos ao salário mínimo, ou, que a possibilidade de uma pessoa desenvolver uma tendinite numa linha de desossa de frango é 743% superior que em outros setores, segundo dados do Ministério da Previdência Social. Tudo se resume ao raciocínio reducionista, ou seja, geração de emprego = desenvolvimento.

Por trás desses trabalhos há uma intencionalidade política que considera apenas o “lado” do capital. Os referenciais teóricos desses pesquisadores não se respaldam na teoria crítica da sociedade do capital. Portanto, geração de empregos vira progresso e tem de ser apoiada e incentivada pelo Estado e deve ser aceita pelos trabalhadores e sociedade em geral.

É por isso que não se tece qualquer comentário sobre as condições de trabalho impostas aos trabalhadores do campo e da cidade nestes estudos. Simplesmente, se aborda o “dado pelo dado”, ou seja, um raciocínio positivista pautado na insígnia gerar maiores números de postos de trabalho será encarado prontamente como desenvolvimento. É como explica Bosi (2011a, p. 78):

Em síntese, as condições de vida da classe trabalhadora, quando aparecem nesses estudos, são absolutamente subordinadas aos imperativos do desenvolvimento econômico regional, restando-lhe acomodar-se em tabelas estatísticas e médias aritméticas que se tiverem uma tendência “ascendente” e “estável”, atestarão seu bem-estar.

Entretanto, numa outra abordagem estão autores como Bosi (2011a; 2011b), Varussa (2006; 2012a; 2012b), Carvalhal (2007; 2010), Finkler (2007), Cêa e Murofuse (2008, 2009, 2010), Gemelli (2011), Neli (2006), Zen (2009), Souza (2012) Silva (2010) Pereira (2011) Grando (2011) entre outros. Nestes estudos, de autores com distintas formações (ciências sociais, geografia, história, pedagogia, enfermagem) a preocupação está com as condições de trabalho no campo e na cidade.

E, a partir desses trabalhos, pode-se perceber que gerar empregos não é suficiente ou sinônimo de desenvolvimento. Varussa, já em 2006 chama atenção para a “qualidade” do emprego gerado pelo setor alimentício, ou na atividade de frigorificação de carnes do Oeste Paranaense:

O setor industrial instalado na região, notadamente no setor alimentício, tem se caracterizado justamente pelo emprego de trabalhadores com algumas daquelas características identificadas entre os “trabalhadores informais”; baixos salários (o piso se situava em R\$400,00 em 2005), pouca exigência de qualificação (a ampla maioria dos empregos criados situam-se nas linhas de produção no denominado “serviço geral”) e com intensa rotatividade, neste caso, dadas as condições insalubres do serviço, promotor, em muitos casos, de doenças funcionais.

Neli (2006), conclui na sua pesquisa que a característica principal do emprego em frigoríficos se refere ao ambiente de trabalho hostil, desumanizado e angustiante. Para ele, é necessária a tomada de medidas efetivas imediatas que reduzam a intensidade laboral, pois constatou também um grande adoecimento físico e mental.

Cêa e Murofuse (2008), estudando um frigorífico do Oeste Paranaense encontraram condições de trabalho precárias no âmbito da planta fabril, como: os trabalhadores devem eviscerar 14 frangos por minuto, cortar 25 asas de frango por minuto, retirar 19 pontas de asa por minuto e refilar filés em até 10 segundos, o que coloca a sua saúde em risco.

Gemelli (2011) também constatou ao final de sua dissertação de que o emprego em frigorífico é baseado na superexploração do trabalho. Isto é:

(...) pudemos verificar a rapidez com que os trabalhadores foram afetados por doenças e lesões que, na maioria dos casos, são irreversíveis, impossibilitando os trabalhadores de realizarem funções simples do dia-a-dia, tornando-os descartados para o trabalho (GEMELLI, 2011, p.246).

Todas essas constatações nas pesquisas citadas demonstram que o emprego gerado pode promover sérios problemas de saúde aos trabalhadores. E o salário também não é tão relevante, não ultrapassando o mínimo regional.

Em 2010 o salário em frigoríficos continuava na faixa de um mínimo regional e as condições de trabalho promotoras de doenças ocupacionais continuavam presentes (SILVA, 2010). Uma particularidade muito importante da pesquisa de Silva (2010) é investigar até que ponto o ingresso no emprego em frigoríficos representou mudanças

nas condições econômica e social para os trabalhadores. Conforme, Silva (2010, p.147, *grifo nosso*):

(...) a condição econômica e social *não apresenta alterações bruscas*, de modo que outros empregos poderiam propiciar as mesmas condições vivenciadas pelos trabalhadores dos frigoríficos no que se refere à garantia e estagnação da renda. *Mudança, aliás, terá se este trabalhador contrair alguma doença ou grave problema de saúde.*

Ou seja, percebe-se que não há melhorias bruscas mesmo se tratando em condições de remuneração.

O território fabril continua sendo penoso e ao mesmo tempo promotor de doenças ocupacionais, pois a única mudança, de fato, que afirma Silva (2010), se refere à grande possibilidade do trabalhador adoecer.

Isso significa que adoecer e baixo salário são características do emprego na atividade frigorífica, o que também constatamos na nossa pesquisa.

A elevada rotatividade ou *turnover* também é algo que impressiona. Esta teve altas taxas seja para o Paraná ou Toledo para as funções de Abatedor e Magarefe (específicas de frigoríficos), da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (Tabela 4).

Tabela 4 - Rotatividade (*turnover*) dos Trabalhadores (Magarefes e Abatedores) Paraná/Toledo (Janeiro de 2007 à Fevereiro de 2012).

Período: Janeiro de 2007 a Fevereiro de 2012	Admissão	Desligamento	Desligamento a Pedido do Trabalhador	Saldo
Paraná	128.724	117.045	66.146	11.679
Toledo	6.828	7.003	2.480	-175

Fonte: RAIS/CAGED. Dados correspondentes à soma de admissões e desligamentos das ocupações Magarefe (848520-CBO) e Abatedor (848505-CBO).

No período de janeiro de 2007 a fevereiro de 2012 os desligamentos a pedido dos próprios trabalhadores foi equivalente a 51% de todos os desligamentos para as funções de abatedores e magarefes, no Paraná e 34,5% em Toledo. Isso, ao que parece nos indica um movimento de rejeição, por parte dos trabalhadores, ao emprego em frigoríficos, como constatado também em estudos de Varussa (2012), Walter (2012) e Bosi (2011b), sobre o trabalho no setor. Outra comparação possível e que demonstra dados expressivos do *turnover* é que com relação ao total de admitidos no período, 90%

dos trabalhadores no Paraná pediram desligamento das atividades e 102% em Toledo, o que gerou saldo negativo no município no período (Tabela 4).

Essas informações, têm nos levado a pensar que, as condições de trabalho penosas, impostas no território fabril, têm levado os trabalhadores a se desligarem dessas atividades.

As pesquisas tem indicado a grande probabilidade dos trabalhadores adoecerem no trabalho como acima indicamos. Nessa perspectiva, há estatísticas relevantes sobre acidentes de trabalho para o Paraná, no setor de frigoríficos (Tabela 5), mesmo se tratando de um banco de dados em que a subnotificação se faz presente, um “nó crítico” (LOURENÇO, 2011).

Tabela 5 - Acidentes de Trabalho na variável Abate de Suínos, Aves e Outros Pequenos Animais (2006-2010) - Paraná

	Ano	Acidente			Acidentes Sem/CAT	Total
		Acidente Típico	de Trajeto	Doença do Trabalho		
Paraná	2010	1640	189	222	629	2680
	2009	1962	174	245	725	3106
	2008	1808	194	111	824	2937
	2007	1466	161	51	420	2098
	2006	1379	-	58	-	1437
Total do período		8255	718	629	2598	12258

Fonte: Ministério da Previdência Social, Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho (AEAT - InfoLogo), 2012.

Conforme a Tabela 5, no quinquênio analisado houve 12.258 acidentes/doenças do trabalho relacionados aos frigoríficos de aves e suínos no Paraná. A título de especulação, se comparássemos este número com o total de empregos no ano 2010 (58.818), teríamos que *20% dos trabalhadores sofreram algum tipo de lesão ou doença*.

Ainda, com relação à Tabela 5 temos que os frigoríficos são responsáveis por: 1) 5,5% de todos os acidentes registrados sem CAT (**1º lugar no PR**); 2) 27,4% de todas as doenças do trabalho (**1º lugar no PR**); 3) 3% dos acidentes de trajeto (**3º lugar no PR**); 4) 4,9% de todos os acidentes típicos (**2º lugar no PR**); e 5) 5% de todos os

acidentes de trabalho (**2º lugar no PR**). Ou seja, mesmo os dados subnotificados colocam os frigoríficos como líderes no tocante ao adoecimento.

Portanto, denominar desenvolvimento regional como expressão da geração de emprego e renda a atividade de frigorificação de carnes, é um argumento muito limitado e irreal. Isso porque, as pesquisas têm demonstrado o elevado percentual de adoecimento no setor, bem como, um grande índice de acidentes de trabalho e altíssima rotatividade em pequenos períodos de tempo é constatável mesmo em banco de dados em que a subnotificação é presente.

Assim, nosso argumento vai à contramão dos autores que qualificam como desenvolvimento regional a atividade frigorífica no Oeste Paranaense. Os resultados da nossa pesquisa empírica, quando observamos a realidade social do trabalho na Sadia, em Toledo (PR) através das entrevistas com trabalhadores, sindicalistas, procuradores do MPT e as análises da Ação Civil Pública nº 01428-2010-068-09-00-5, que se encontra em andamento, têm nos levado a entender o território fabril frigorífico como território da degradação do trabalho, com sérios impactos na saúde e vida dos trabalhadores.

2.3 Cadeia produtiva, suas contradições e condições de trabalho do campo à cidade

A cadeia produtiva do setor de carnes de frango e suínos se estende do campo à cidade. Baseia-se, principalmente na “integração” entre a indústria e camponeses (suinocultores e avicultores).

Mas, tudo se inicia com a produção de grãos, principalmente milho e soja, que são a base para a fabricação da ração aos animais. E quanto a isso, o Oeste Paranaense também se destaca com uma grande produção de soja e milho. A Mesorregião concentra 23,8% da produção de soja e 24,6% da produção de milho segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), ocupando a liderança no estado.

Tal produção de grãos é basilar das atividades ligadas à criação de aves e suínos, pois vai garantir a produção de ração. Tais atividades realizadas no campo, obviamente são a base para que nas cidades se territorializem os frigoríficos de abate e processamento da carne que irá ser destinada ao mercado interno e externo.

O funcionamento da cadeia produtiva e as contradições que se referem às condições de trabalho desde o campo até a cidade, abate, desossa e frigorificação nos possibilita entender as tramas territoriais do trabalho. Ou seja, não temos o objetivo apenas de “descrever” a cadeia produtiva, mas, sobretudo enfatizar que há trabalhadores e que existem formas diversas de dominação/exploração do capital sobre o trabalho que vai do campo à cidade⁴⁹. Tais exemplos nos aproximam dos referenciais que acreditam na irreformabilidade do capital e sua falência enquanto modelo societal, pois o trabalho degradante se encontra no campo e na cidade nas suas especificidades ocupacionais.

A cadeia começa com a produção de grãos (milho e soja) e seu armazenamento em silos para a preparação da ração. Em seguida a ração é encaminhada para as granjas de matrizes onde se encontra as galinhas poedeiras para a produção de ovos antes de encaminhar ao incubatório e produtores integrados (Figuras, 2 e 3).



Figura 2 - Vista Parcial de Granja de Matrizes em Toledo (PR)

Fonte: Arquivo pessoal do autor

⁴⁹ Antonio de Pádua Bosi partiu de pressupostos parecidos com os nossos, discutindo as relações de trabalho presentes ao longo da estruturação da cadeia produtiva avícola. Ver seu artigo intitulado *História das relações de trabalho na cadeia produtiva avícola no Brasil (1970-2010)* publicado em 2011 na Revista de História Regional.



Figura 3 - Foto Aérea das Granjas de Matrizes, em Brotas (SP)

Fonte: Globoaves.

Nos aviários de matrizes há o emprego de trabalhadores que estão subordinados às condições de trabalho extremamente degradantes, como pode-se constatar no trabalho de Finkler (2007) e nas entrevistas que realizamos, junto aos dirigentes sindicais, procuradores do MPT, trabalhadores envolvidos nessa atividade, bem como de documentos fornecidos pelo MPT.

A pesquisa de Finkler (2007) assinala que a repetitividade, posturas corporais incômodas, metas, ritmo de trabalho intenso, estão presentes nas granjas, incubatório, fabricação de embalagens, lavanderia, higienização, além do frigorífico da Sadia.

Embora não seja nosso foco principal na investigação da pesquisa, entrevistamos também trabalhadores da granja de matrizes. Edilson que trabalha há mais de 25 anos e ainda hoje desempenha funções no aviário de matrizes de aves da Sadia explica:

(...) nós tá trabalhando lá agora rapaz com pouca gente e a postura⁵⁰ lá agora tá alta cara dando oito mil 9 mil ovos (...) tem vez que nós trabalha mas só em dois cara catando ovo (Edilson, informação verbal).

⁵⁰ A postura estar alta significa que o número de ovos a serem coletados está alto. Ou seja, uma postura alta indica que os trabalhadores têm de catar muitos ovos por dia.

Edilson ainda fala das metas de produção que têm de cumprir diariamente e da postura corporal para catação de ovos:

(...) é bandejinha assim de 30 ovos ali você põe a quantidade assim que você quer, se você quer catar quatro se põe se quiser catar cinco você põe se quiser catar três você cata né, só que tem que ficar catando, você tem que catar e *é agachado o dia inteiro cara (...) se o cara não tiver a coluna boa aí não agüenta não* (Edilson, informação verbal, grifo nosso).

Moacir é um exemplo dos impactos na saúde e vida após o trabalho na granja de matrizes. Ele trabalhou mais de 10 anos na granja e hoje se encontra afastado. Sua saúde foi extremamente prejudicada desde problemas na coluna, depressão e problemas no intestino por ter de ingerir remédios muito fortes diariamente. Nas palavras de Moacir:

Quando eu entrei na empresa eu tava bom e hoje eu me encontro nessa situação, eu tomo esse remédio aqui todos os dias pra tirar a dor porque eu não aguento por causa da coluna e também tomo e já tomei muito fluoxetina que é pra depressão tomei faixa preta pra dormir que não conseguia dormir e hoje to fazendo tratamento fisioterapia até hoje desde a época que eu parei de trabalhar (...) *então dessa época pra cá até hoje to fazendo tratamento, tomo remédio, faço fisioterapia e se eu parar eu não consigo pelo menos andar mais sossegado né normal e os remédios um pouco eu compro um pouco eu pego no posto a consulta é maioria particular porque a Sadia não deu o plano então hoje (...) a maioria das consultas e os remédios são comprados* (Moacir, informação verbal, grifo nosso).

Para qualificar ainda mais as palavras de Moacir e Edilson, citamos recente decisão judicial datada de 12/06/2012, de primeira instância da Vara do Trabalho de Toledo. O processo foi movido por Antonio Pereira de França que trabalhou em granja da Sadia e teve uma série de doenças ocupacionais. A Sadia negou que as enfermidades de Antonio tivessem nexos com o trabalho. Mas, a perícia médica concluiu que houve o nexo concausal entre o trabalho e a Lombociatalgia e Tendinopatia de tensão supra espinhoso/bursite de ombro direito, responsáveis pelas dores crônicas do trabalhador. Os peritos avaliaram que as condições de trabalho exigiam postura inadequada, contratura estática, gestos repetitivos e que as patologias que o autor possui foram agravadas pelo trabalho, o que gerou a concausa⁵¹.

⁵¹ Ver mais no *site* do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região <www.trt9.jus.br>, onde é possível acessar o inteiro teor da decisão judicial digitando o número do processo: 1911-2010-68. Acesso em: 12 set. 2012.

O que relatam Moacir e Edilson como fontes orais, também é constatado na decisão judicial do processo de Antonio. Percebe-se que as condições de trabalho degradantes motivadoras de doenças funcionais/ocupacionais, começam desde as granjas de matrizes. Após esse trabalho penoso na coleta dos ovos estes últimos são encaminhados ao incubatório.

No caso das aves o incubatório é onde serão chocados os ovos e donde serão encaminhados os pintinhos para os produtores integrados. Estes terão o papel de engordar os animais em período determinado, que varia de 35 a 60 dias (ZEN, 2009).

Na produção “integrada”, indústria/frigorífico e camponeses firmam um contrato para os lotes de animais que serão entregues em data pré-determinada, num processo em que o capital industrial subordina (sujeita) a renda da terra camponesa. Ou seja, não precisa necessariamente ser proprietário da terra, apenas subordina a sua renda, sendo que a terra continua sob o controle do camponês, caracterizando o que Oliveira (2001) denomina de monopolização do território.

Isso significa que o proprietário da terra continua sendo o camponês (avicultor suinocultor), mas a renda obtida com os lotes de aves e suínos está subordinada aos ditames do capital (cumprimento do contrato).

Mizusaki (2009) estudando avicultores integrados no Mato Grosso do Sul afirma: o capital sujeita a renda da terra camponesa em território de relações não-capitalistas, pois é o avicultor e o trabalho da sua família quem produz essa renda.

Essa é a forma, por excelência do capital se expandir no campo brasileiro, subordinando a renda da terra, e implementando a monopolização do território (OLIVEIRA, 2001).

Embora a produção camponesa se configure por relações não-capitalistas, através da integração com o capital, o cumprimento dos contratos, o controle do preço pago aos integrados e as inúmeras exigências que recaem sobre os trabalhadores⁵² precariza seu trabalho e diminui o controle que têm sobre a renda da terra.

Mas, é importante lembrar que essa subordinação ao capital não é total (FABRINI, 2007). Embora, o capital pratique a dominação no campo através da integração, há também relações não-capitalistas no território camponês como a produção para subsistência (STORTI, 2010).

⁵² É importante demarcar que não entendemos os camponeses como “de fora” do universo do trabalho; para nós eles são parte da classe trabalhadora. Cf. THOMAZ JUNIOR, 2009.

Assim, o que se percebe também é a existência de relações não-capitalistas praticadas pelos camponeses (garantia importante da reprodução camponesa), bem como, a dominação pelo capital através da subordinação da renda da terra (relação de integração). Esses assuntos são temáticas de inúmeros trabalhos na Geografia Agrária brasileira. Entretanto, o que nos interessa no momento é compreender como a dominação do capital tem se expressado também no campo sobre os trabalhadores (avicultores-suinocultores) integrados às indústrias.

Zen (2009) revela através da sua pesquisa com produtores integrados da Sadia em Toledo (PR), que os insumos chegam a abocanhar parte de 50% da renda obtida com lotes de frango. Sem contar também que as condições de trabalho se precarizam, pois, o cuidado com os animais tem de ser constante e praticamente 24 horas por dia.

Também, percebeu Zen (2009) que os avicultores se subordinam não somente ao capital industrial, mas também financeiro (trabalho duplamente explorado, conforme a autora), pois são “os bancos que financiam a compra dos equipamentos, a construção de novos aviários, entre outros” (ZEN, 2009, p.117).

Percebe-se então que a subordinação da renda da terra camponesa é o sistema mais rentável de exploração do trabalho dos avicultores (BOSI, 2011b) e suinocultores. É a forma que o capital encontrou para conseguir obter a carne de suínos e frangos sem necessariamente se envolver diretamente com o criatório, engorda, que fica sob a responsabilidade dos camponeses.

Com certeza, isso traz mudanças nas condições de trabalho, mesmo que a mão-de-obra seja da família e existam relações não-capitalistas. Queremos dizer com isso que não existe um movimento unilateral de dominação completa do capital no campo, mas, ao mesmo tempo, é preciso também compreender que a integração ao capital pode precarizar o trabalho dos camponeses expressando a dominação do capital.

Assim, o que se percebe nas condições de trabalho a partir da integração é que o trabalhador camponês tem de se submeter ao cumprimento do contrato com a empresa. Isso, o leva a inúmeras obrigações mesmo que no plano formal a relação indústria x camponês esteja dada na aparente igualdade. Quando se analisa de fato esses contratos firmados percebe-se que as obrigações para os trabalhadores são muito onerosas, o que os faz trabalhar 24 horas, ou ainda, abocanham 50% da sua renda final com o lote (ZEN, 2009). Portanto é inegável que o capital através da avicultura/suinocultura industrial, precariza o trabalho do camponês, mesmo que ele

certamente, também, mantenha a sua autonomia no território, pois, a produção de subsistência, o trabalho familiar ainda persiste na sua propriedade (STORTI, 2010).

É em meio a essas relações contraditórias impostas no território camponês dos avicultores/suínocultores integrados, que os animais são engordados no prazo de 30 a 65 dias.

Após esse período de engorda feito pelo trabalho camponês, o frango e suíno chega até o frigorífico para ser abatido/processado por inúmeros trabalhadores nas linhas de produção do território fabril. E após o abate e processamento da carne (que adoecem inúmeros trabalhadores) há a distribuição para, redes de supermercados, restaurantes, nacionais e internacionais. Portanto, estamos tratando de uma cadeia em que há a presença de muitos trabalhadores (Figura 4).

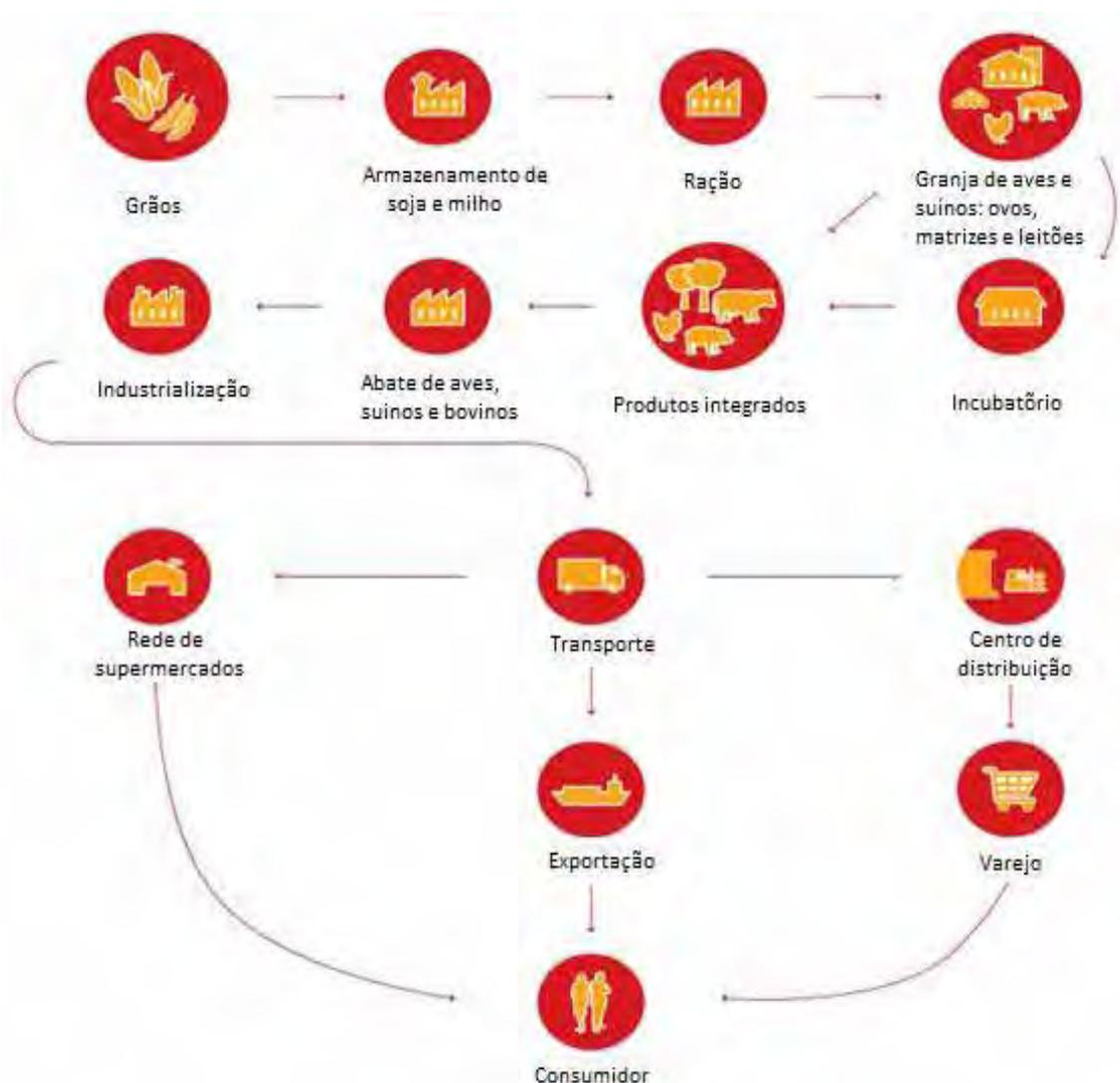


Figura 4 - Cadeia Produtiva de Frangos e Suínos

Fonte: Brasil Foods.

Assim, o que se percebe com relação às considerações sobre a cadeia produtiva da carne de frango e suínos, é que as condições de trabalho impostas pelo capital degradam o trabalho. Com base no organograma da Figura 4, partindo de uma análise com centralidade nas condições de trabalho que compõem essa cadeia produtiva podemos afirmar que está-se diante de um modelo de sociedade estruturalmente injusta com base no predomínio de mediações de segunda ordem que degradam o trabalho, seja no campo ou na cidade.

Nas granjas de matrizes temos o ritmo intenso que pode adoecer os trabalhadores. Na produção integrada com as indústrias os contratos firmados, oneram absurdamente os produtores e o fazem trabalhar sem controle do tempo (24 horas por dia) para entregar os lotes finais de animais. E nos frigoríficos o ritmo intenso aliado ao frio e a pressão por produtividade mutila/adoece inúmeros trabalhadores.

Dessa forma, entendemos que mesmo antes de chegar ao território fabril, às condições de trabalho impostas aos trabalhadores do campo é precária, podendo inclusive adoecer, o que põe novos problemas de pesquisa que poderão ser fruto de futuras investigações. Vejamos agora as condições de trabalho impostas no território fabril da Sadia em Toledo (PR), objeto central da nossa investigação.

2.4 A degradação do trabalho na Sadia e frigoríficos do Oeste do Paraná: análise de Relatórios de Fiscalização do MPT, Termos de Ajustamento de Conduta e Ação Civil Pública

A observação/análise documental ocupou lugar central na pesquisa. Através dos documentos disponibilizados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) pudemos observar as relações penosas e degradantes que estão expostos os trabalhadores que abatem e processam aves e suínos diariamente na fábrica da Sadia e outros frigoríficos sob investigação pelo MPT.

Observamos, primeiramente, Procedimento Investigatórios (PI) de outros frigoríficos da região Oeste do Paraná e um do Sudoeste Paranaense, que estão sob investigação do MPT. Essas informações foram construídas por nós quando do trabalho de campo na sede do MPT em Cascavel, tabulamos esses dados a partir do acesso aos documentos que integravam os PIs.

Nesta análise não podemos citar os nomes das empresas por estarem em

processo de investigação, mas é possível destacar as informações quantitativas. Os dados investigados, para dois frigoríficos das regiões, resultaram: o primeiro (localizado no Sudoeste Paranaense), com cerca de 1000 trabalhadores, teve 909 benefícios previdenciários concedidos entre (2004-2011). Destes números as doenças osteomusculares (CID⁵³-M) e os transtornos mentais (CID-F) têm parte de 28% dos benefícios concedidos. O segundo (localizado no Oeste Paranaense) com cerca de 3350 trabalhadores o número de benefícios por auxílio-doença entre 2006-2008 fez um total de 503 afastamentos. Destes os “Auxiliares de Produção” ocuparam 67% dos afastamentos.

Isso nos revela que há um adoecimento mais generalizado no setor, embora os dados estejam subnotificados como nos informa o MPT nesse trabalho de campo e haja muitas dificuldades na fiscalização no Oeste Paranaense como um quadro pequeno de funcionários.

Mas, com relação aos objetivos propostos na pesquisa e tendo em vista o plano de trabalho do nosso projeto de mestrado, fomos mais a fundo nos dados da Sadia em Toledo (PR).

Após tratar dessas informações disponibilizadas pelo MPT tivemos acesso à Ação Civil Pública nº01428-2010-068-09-00-5 (que continua em andamento), que recai sobre a Sadia de Toledo (PR), junto à Vara do Trabalho, em Toledo. Documento que passamos agora a analisar, juntamente com o Relatório de Fiscalização realizada por auditores fiscais do trabalho, no período de 11 de agosto de 2009 a 14 de agosto de 2009.

O documento é fruto de denúncia feita pela Associação dos Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos (AP-LER), pelo descumprimento de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) já assinado pela empresa com o MPT e AP-LER no dia 18 de fevereiro de 2008⁵⁴.

Nesse TAC (que tivemos acesso através da AP-LER) são assegurados 24 pontos essenciais a serem cumpridos pela Sadia S/A nas suas filiais de Toledo, Cascavel, Ponta Grossa e Dois Vizinhos.

Todos eles têm relação com as condições de trabalho e saúde, pois se referem à adequação ergonômica, instauração de pausas para atender a Normativa Regulamentadora nº17, do Ministério do Trabalho e Emprego, manter atualizado o

⁵³ Classificação Internacional de Doenças.

⁵⁴ Consultar Anexo B.

Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e relacionar esse com o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Destacamos dois pontos essenciais do documento:

- 1- O ponto nº6 que diz: “apresentar no prazo de 90 (noventa) dias, laudo ergonômico atualizado, devidamente elaborado por profissional qualificado, das condições ambientais de trabalho e em especial dos setores de produção da empresa, abordando, dentre outros aspectos estipulados na NR-17, a análise postural, de esforço físico, de avaliação de riscos de lombalgias, de avaliação de risco de LER/DORT, devendo conter cronograma de ações das melhorias e/ou soluções a serem adotadas no ambiente de trabalho.
- 2- O ponto nº 9 que diz: “nas atividades onde houver exigência postural, repetitividade, sobrecarga muscular estática e/ou dinâmica instituir pausas regulares e micro-pausas, objetivando a recuperação física e mental dos trabalhadores (NR 17, item 17.6.3,b).

Estes foram pontos cruciais do TAC afirmado entre empresa e MPT com a participação da AP-LER. O que ocorreu é que novamente a AP-LER denunciou ao MPT o descumprimento dessas cláusulas do TAC firmado onde houve um novo pedido de fiscalização na unidade da Sadia em Toledo.

O relatório de fiscalização apontou a lavratura de 23 Autos de Infração, o que levou o MPT a instaurar a ACP no valor total de R\$50 milhões. Nessa fiscalização os Auditores Fiscais do Trabalho deram prioridade para:

(...) verificação das condições de trabalho no ambiente industrial, inclusive quanto à duração das jornadas, descansos, pausas, ritmo e cadência do trabalho, incidência de doenças ocupacionais, bem como excesso de jornada, não concessão de descanso semanal remunerado, intervalos interjornadas e intrajornadas inferiores ao legal, entre outros (SRTE-Relatório de Fiscalização, p.1).

As constatações dos Auditores Fiscais alertam para condições de trabalho inadequadas, bem como PPRA que não atende aos preceitos da Normativa Regulamentadora nº 9 e “portanto não pode ser considerado um programa eficiente de prevenção de riscos originados no trabalho” (SRTE-Relatório de Fiscalização, p.4). O PCMSO também está ausente o “caráter de diagnóstico precoce dos agravos à saúde” dos trabalhadores (SRTE-Relatório de Fiscalização, p.7).

A avaliação da Análise Ergonômica do Trabalho recomendou modificação imediata ou o quanto antes possível nos postos de trabalho com alto risco de desenvolvimento de patologia osteomioarticulares (SRTE-Relatório de Fiscalização, p.10). Também se constatou que as recomendações do MTE para que “a empresa efetue pausas de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados deixaram de ser considerados” (SRTE-Relatório de Fiscalização, p.11).

O sistema de controle da jornada de trabalho revelou falhas e os Auditores constataram “a existência de escalas de trabalho com jornadas semanais maiores que 44 horas, sem o pagamento devido das horas extras” (SRTE-Relatório de Fiscalização, p.11). Houve a lavratura de um dos Autos de Infração a partir dessa constatação sob o número de 016398254.

Constatou-se também que há casos em que os trabalhadores perfazem jornadas superiores há 12 horas o que é um dos fatores que contribui para o adoecimento físico e mental. Nas palavras dos Auditores, “fica evidente que a prorrogação da jornada normal de trabalho deveria ser proibida nesse tipo de atividade” (SRTE-Relatório de Fiscalização, p.12), pelo fato de haver uma enorme repetitividade nas funções desempenhadas no ambiente de trabalho com pressão e ritmo intenso que contribuem para os adoecimentos físicos e mentais.

Ainda na questão da jornada de trabalho verificou-se como em outras fiscalizações a “não concessão regular do descanso semanal remunerado, desrespeito ao intervalo mínimo de 11 horas entre duas jornadas de trabalho e não concessão regular de intervalos para repouso e alimentação” (SRTE-Relatório de Fiscalização, p.12). Isso culminou na lavratura de outros quatro Autos de Infração (nº 016397614, 016397631, 016397649 e 016397657).

Há também a questão salarial, pois diversas parcelas não estão sendo pagas aos trabalhadores decorrentes dos problemas no sistema de controle de ponto e por isso “o empregador está se apropriando, indevidamente, de valores que deveriam ser pagos” (SRTE-Relatório de Fiscalização, p.13).

E, outra adoção indevida é o Banco de Horas. A empresa adotou isso em acordo assinado com o sindicato da categoria. Mas, isso se deu sem as formalidades devidas a partir de Novembro de 2011 e não foi registrado no Acordo Coletivo no MTE. E, de maneira inexplicável, até 14 de agosto de 2009 o Acordo de Flexibilização de Jornada firmado com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de

Toledo (PR) – STIA-Toledo, ainda não tinha sido registrado (SRTE-Relatório de Fiscalização, p.13).

Através desse acordo há o mecanismo de compensação das horas extras, não tendo essas, pois, que necessariamente serem pagas aos trabalhadores, podendo ser compensados com folgas, etc. Como não foi notificada a adoção desse Acordo ao MTE, sem apresentação de justificativa plausível e motivos para a implementação do Banco de Horas, os auditores lavraram o Auto de Infração nº016399773, considerando irregular o Banco de Horas firmado entre Sadia e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Toledo (STIA-Toledo).

E mais, na visão do Ministério Público do Trabalho “no caso da Sadia a adoção do sistema do banco de horas e da compensação de jornada toma proporções desastrosas” (ACP nº01428-2010-068-09-00-5, p.128). Por isso, “não precisa ser muito inteligente para entender que as horas extras, praticadas por meio do sistema banco de horas ou de compensação de jornada, são extremamente prejudiciais aos trabalhadores (...)” (ACP nº01428-2010-068-09-00-5, p.128).

A lavratura de todos esses autos de infração configurou também o descumprimento do TAC firmado em 2008 e levou ao ajuizamento da ACP. Este documento é rico de informações para nossa pesquisa, pois constam registros muito importantes para evidenciar aquilo que denominamos como degradação do trabalho com impactos na saúde e vida dos sujeitos que vivem do labor. Somado com as entrevistas que realizamos nos trouxe importantes pistas para o pleno curso da pesquisa de Mestrado. Os pedidos pleiteados pelo MPT e AP-LER podem ser apreciados no (Quadro 2), e percebe-se que questões relacionadas à saúde do trabalhador são as mais frequentes.

Quadro 2 - Constatações e Pedidos na ACP movida contra a Sadia (2009)

Pontos relacionados ao Ambiente de Trabalho	Desrespeito a Legislação Trabalhista	Pontos Relacionados aos Impactos na Saúde do Trabalhador
<p>-inadequação do mobiliário;</p> <p>-jornadas exaustivas;</p> <p>-meio ambiente do trabalho sadio, seguro e equilibrado como um direito fundamental;</p> <p>-constitucionalismo e meio ambiente de trabalho;</p> <p>-legislação infraconstitucional protetora do meio ambiente de trabalho;</p>	<p>-intervalos ambientes artificialmente frios Art. 253 da CLT;</p> <p>-repouso semanal remunerado intervalos intrajornadas e interjornadas;</p> <p>-comissão interna de prevenção de acidentes – CIPA e programa de prevenção de riscos ambientais – PPRA;</p> <p>-responsabilidade dos juízes, procuradores e advogados;</p> <p>-horas extraordinárias – compensação de jornada – banco de horas – doenças ocupacionais;</p> <p>-não preenchimento da cota legal com beneficiários da Previdência Social e/ou com portadores de deficiência;</p> <p>-omissão no pagamento da remuneração devida;</p> <p>-ilicitudes no sistema de controle de frequência dos empregados;</p> <p>-natureza do provimento jurisdicional perseguido;</p> <p>-dano social</p> <p>-antecipação dos efeitos da tutela requisitos legais</p> <p>-tutela antecipada</p>	<p>-falta de adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores;</p> <p>-não observância de pausas nas atividades que exijam sobrecarga muscular estática ou dinâmica do pescoço, ombro, membros superiores e inferiores;</p> <p>-fundamentalidade das pausas como medida de proteção à saúde;</p> <p>-fixação de pausas de recuperação de fadiga;</p> <p>-doenças ocupacionais;</p> <p>-adoecimento de jovens trabalhadores;</p> <p>-custos sociais do adoecimento de trabalhadores;</p> <p>-saúde mental;</p>

Fonte: ACP nº01428-2010-068-09-00-5.

Percebe-se nos pedidos da ACP que a questão dos impactos do trabalho em território fabril, na saúde dos trabalhadores, perfaz as principais reivindicações do

documento. Daí o porquê da discussão que estamos priorizando estar relacionada com a degradação do trabalho que impacta na saúde e vida dos trabalhadores. E também o motivo de pensar a Sadia e os frigoríficos como territórios da degradação do trabalho com sérios impactos (por vezes irreversíveis) à saúde física e mental dos trabalhadores, parte de uma geografia da degradação do trabalho.

Há também que ressaltar que foi pedida a tutela antecipada indeferida pela juíza do trabalho de Toledo (PR). A argumentação do MPT, partindo das provas levantadas ao longo da ACP atesta “uma prova inequívoca, hábil a comprovar a verossimilhança das alegações” (ACP, nº01428-2010-068-09-00-5 p.175). Os pedidos que deveriam ser cumpridos pela Sadia de imediato antes mesmo do trânsito completo do processo se a antecipação de tutela fosse concedida estão no (Quadro 3).

Quadro 3 - Pedidos de Antecipação de Tutela (2009)

Medidas Imediatas para Imposição de Limites ao Ritmo Intenso de Trabalho	Aspectos Relacionados à Jornada de Trabalho	Aspectos Relacionados à Ergonomia dos Postos de Trabalho
<p>1) adequar o ritmo de trabalho adotado atualmente na empresa com as características psicofisiológicas dos empregados, de modo que os trabalhadores das atividades que exijam sobrecarga osteomuscular do pescoço, do tronco, dos membros superiores e inferiores desenvolvam, no máximo, 30 ações técnicas por minuto;</p> <p>2) instituir pausas de 10 (dez) minutos a cada 50 (cinquenta) minutos trabalhados, nas atividades que exijam sobrecarga osteomuscular do pescoço, do tronco, dos membros superiores e inferiores, em todas as atividades assim descritas no laudo ergonômico da ré, computando esses intervalos como trabalho efetivo, nos termos do disposto no subitem 17.6.3, alínea “b”, da NR-17 da Portaria 3.214/78, não calculado o tempo destinado à ginástica laboral a este título e assegurando aos trabalhadores local adequado para fruição dessas pausas;</p> <p>3) garantir pausas de 20 (vinte) minutos de repouso após cada período de 1 (uma) hora e 40 (quarenta) minutos de trabalho contínuo, para os trabalhadores cujas atividades são exercidas em ambientes artificialmente frios, computados esses intervalos como de trabalho efetivo, de acordo com o disposto no art. 253 da CLT;</p> <p>9) conceder semanalmente o repouso remunerado, conforme exigido pelo art. 7º, XV, da Constituição Federal e a Lei nº 605/49;</p> <p>10) conceder intervalo para repouso e alimentação de, no mínimo, 1 hora e, no máximo, 2 horas, em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda de 6 horas;</p> <p>11) conceder intervalo de 15 (quinze) minutos para repouso e alimentação, quando a duração do trabalho ultrapassar de 4 (quatro) horas e não exceder de 6 (seis) horas</p>	<p>4) abster-se de exigir dos seus empregados lotados em Toledo/PR a prorrogação da jornada de trabalho, inclusive mediante acordo de compensação ou banco de horas, a fim de que sejam minimizados os efeitos nocivos do labor nas condições narradas e mantida a saúde do trabalhador, salvo expressa autorização do Ministério do Trabalho e Emprego em razão de força maior/serviços inadiáveis;</p> <p>7) sucessivamente, caso não seja deferido o pedido feito no item 4 acima, abster-se de exigir dos seus empregados carga horária de trabalho superior a 44 horas semanais, observada a limitação diária de 10 horas;</p> <p>8) conceder período mínimo de 11 horas consecutivas para repouso entre duas jornadas de trabalho, nos termos do art. 66 da Consolidação das Leis do Trabalho;</p>	<p>5) prover assentos nos postos de trabalho com encosto ajustável e dimensões suficientes para o apoio das costas e com forma adaptada ao corpo para proteção da região lombar, conforme subitem 17.3.3, alínea “d”, da NR-17;</p> <p>6) dotar as bancadas e nóreas com características dimensionais que possibilitem posicionamento e movimentações adequados aos segmentos corporais, nos moldes do subitem 17.3.2 alínea “c” da NR-17, observando-se as recomendações feitas no auto de infração n. 016399293 (fls. 1538/1559)</p>

Fonte: ACP, nº01428-2010-068-09-00-5 (grifo nosso).

Como se percebe os pedidos se refere a uma tentativa de garantir medidas pontuais para evitar o adoecimento de mais trabalhadores na Sadia em Toledo (PR). Mas, tais pedidos para efeitos de antecipação de tutela, foram indeferidos pela juíza do trabalho local.

Entretanto, as provas colhidas pelo MPT expressas pela ACP revelam uma situação grave no que se refere à saúde dos trabalhadores na Sadia. Por exemplo, há atividades na empresa que excedem duas vezes mais os limites considerados seguros em pesquisas realizadas para manutenção do padrão de saúde e segurança no trabalho (Tabela 6).

Tabela 6 - Movimentos repetitivos realizados pelos trabalhadores em três funções da Sadia em Toledo (2009)

ATIVIDADE	NÚMERO DE MOVIMENTOS/MINUTO	NÚMERO DE MOVIMENTOS/HORA	NÚMERO DE MOVIMENTOS/JORNADA
Refile de peito	Mão direita: 75 ações/minuto Mão esquerda: 80 ações/minuto	4.800 ações/hora em cada mão	36.000/38.400 ações por dia em cada mão
Desossa de coxa e sobrecoxa (perna)	Mão direita: 46 ações/minuto Mão esquerda: 46 ações/minuto	2.700 ações/hora em cada mão	22.000 ações por dia em cada mão
Evisceração (retirada de coração)	Mão direita: 140 ações/minuto Mão esquerda: 140 ações/minuto	8.400 ações/hora em cada mão	67.000 ações/dia em cada mão

Fonte: ACP nº01428-2010-068-09-00-5.

O MPT foi taxativo na sua argumentação sobre estes números, pois eles geram “carga biomecânica e mental, *incompatíveis com a saúde e dignidade humana*” (ACP nº01428-2010-068-09-00-5, p.11, *grifo nosso*).

Também há pesquisas que ressaltam e demonstram que não se deve exceder 33 movimentos repetitivos por minuto quando se quer manter um padrão de saúde e segurança no trabalho.

Kilbom (1994) *apud* Sardá; Ruiz e Kirtschig (2009a, p.61) afirma que “o número de 25 a 33 movimentos por minuto não deveria ser excedido quando se deseja evitar transtorno aos tendões”. No caso da Sadia de Toledo estamos falando em **duas vezes mais** os limites cientificamente permitidos para manter um padrão de saúde e segurança do trabalho.

Ou seja, o capital além de explorar os trabalhadores retirando a mais-valia está desrespeitando e descumprindo a legislação trabalhista e trazendo danos irreparáveis à saúde dos trabalhadores. Como atesta o MPT na ACP:

A adoção de um ritmo de trabalho incompatível com a saúde e dignidade humana, gerador de doenças ocupacionais num ritmo tão acelerado quanto à velocidade da nórea⁵⁵ na linha de produção denota a *exclusiva preocupação da empresa com a geração de lucros a qualquer custo*, conduta anti-social que afronta valores acolhidos pela Constituição Federal e, portanto, deve ser prontamente coibida pelo Poder Judiciário Trabalhista (ACP nº01428-2010-068-09-00-5, p.17-18, *grifo nosso*).

Essa despreocupação com a saúde dos trabalhadores não é exclusividade da Sadia em Toledo (PR), mas também em outros frigoríficos brasileiros ou ainda do mundo afora como citamos em estudos realizados na França, Estados Unidos e Itália, bem como em outros setores da economia (como observado no item 1.2). Isso está, a nosso ver, correlacionado com o trabalho reduzido à condição do emprego na sociedade do capital. O que nos leva a refletir “as condições de trabalho e saúde como dimensão prioritária das formas de exploração e dominação vigentes” (THOMAZ JUNIOR, 2011a, p.322).

A função subordinada e reduzida do trabalho enquanto produtor de valores de troca que têm de auferir uma taxa de lucro cada vez maior aos capitalistas é a essência do acontecimento de acidentes/doenças do trabalho. Por isso a importância em discutir as mediações de segunda ordem que impõem a condição do trabalho reduzido à (des) realização/alienação-estranhamento, enquanto imposições hierárquicas consolidadas historicamente, o que não as torna eternas e imutáveis (MÉSZÁROS, 2009; 2002).

O ponto de partida para o entendimento do adoecimento dos trabalhadores na Sadia, que expressa à degradação do trabalho no território fabril, se dá na perspectiva de compreender as condições de trabalho impostas. Pois, “o ‘adoecer’ no trabalho está diretamente relacionado ao modo como se organiza o trabalho e a forma como se dão as condições de trabalho – horizontais e verticais – no executar das tarefas” (ALBUQUERQUE, 2007, p.31).

Deste modo descumprir a legislação, impor ritmos extremamente acelerados e colocar em risco a saúde dos trabalhadores é uma prática do capital, pois o território fabril é voltado exclusivamente ao lucro. Isso por que:

⁵⁵ Correia que transporta os animais na linha de produção para os trabalhadores abater e processar a carne.

O afastado por doença do trabalho, na maioria das vezes, é a vítima de todo um sistema de trabalho (des) organizado. O pouco tempo para ir ao banheiro, a proteção insuficiente contra o frio, a pressão por produção, o exacerbado assédio moral, a política de horas extras, entre outros são indícios dessa (des) organização (ALBUQUERQUE, 2007, p.31).

Talvez um ponto crítico possa ser encontrado com relação ao que Albuquerque (2007) chama de trabalho (des) organizado, embora toda a sua argumentação seja válida para entender que o trabalhador é vitimado pela lógica do capital. Se partimos do pressuposto de que a degradação do trabalho que atinge a saúde dos trabalhadores é fruto de um emprego formal, supostamente com direitos garantidos, é preferível interpretar esse fenômeno enquanto organização perversa do trabalho, pois o adoecimento é esperado ou como chamamos no título dessa dissertação, é anunciado.

E tal organização perversa do trabalho se verifica pelo trabalho reduzido a condição de emprego, para a produção da mais-valia. O trabalho abstrato/estranhado (mediações de segunda ordem) é a base fundante dessa organização perversa do trabalho que resulta nos impactos na saúde dos trabalhadores. Os ritmos, horas extras, assédio moral, pressão por produção, entre outros, são evidências do trabalho reduzido à dimensão de emprego, com o objetivo de produzir valores de troca, que degradam a saúde dos sujeitos que laboram.

É por isso que temos pensado a questão da saúde dos trabalhadores na dimensão da crítica radical à sociedade do capital, pois o metabolismo social imposto pelas mediações de segunda ordem é o elemento crucial para o adoecimento dos trabalhadores. Pois, é da condição de reduzir o trabalho à mercadoria, de objetivar a produção de valores de troca impostos historicamente pelo metabolismo social do capital e sua segunda ordem de mediações que abroham as condições de trabalho degradantes que culminam em ritmos intensos, pressão por produção, desrespeitos à legislação, impactando na saúde dos trabalhadores como temos constatado na Sadia em Toledo.

Assim, não nos causa surpresa, quando observamos que além de impor ritmo de trabalho extremamente acelerado, a Sadia “vem submetendo seus empregados, de forma habitual, a jornadas superiores a 10 horas, com duração da carga diária de trabalho de até 19 horas e 22 minutos” (ACP nº01428-2010-068-09-00-5, p.48). Na fiscalização do MTE os auditores do trabalho elencaram 70 exemplos de trabalhadores que efetuaram jornadas maiores do que 10 horas.

Também, existe a prática de não-concessão de repouso semanal remunerado, submetendo trabalhadores até 32 dias de trabalho consecutivos. Os auditores do trabalho constataram na fiscalização 95 exemplos do pessoal da produção que trabalharam mais de 14 dias consecutivos (ACP nº01428-2010-068-09-00-5, p.53).

Os intervalos interjornadas (entre duas jornadas de trabalho de no mínimo 11 horas) e intrajornadas (pausas para o almoço de no mínimo 1 hora prevista por lei) não estão sendo observados. Há trabalhadores que tiveram apenas 5 horas e 1 minuto de intervalo entre duas jornadas. Constatou-se 161 exemplos de trabalhadores “que demonstram a reiteração da prática da não concessão do intervalo mínimo de 11 horas entre duas jornadas de trabalho (...)” (ACP nº01428-2010-068-09-00-5, p.55).

No caso dos intervalos intrajornadas há exemplos de pausas de apenas 7 minutos. Na fiscalização constatou-se “126 exemplos de intervalos menores que uma hora” (ACP nº01428-2010-068-09-00-5, p.61).

Essas práticas reiteradas de descumprimento da legislação trabalhista, através da não concessão de repouso semanal remunerado, horas extras não pagas, intervalos intrajornadas e interjornadas irregulares, combinada com a alta repetitividade (até 2 vezes mais movimentos/minuto do que o considerado seguro), inadequação do mobiliário, pressão por produção, ambiente artificialmente frio, tem levado os trabalhadores ao adoecimento físico e mental (Tabela 7).

Tabela 7 - Trabalhadores da Sadia de Toledo (PR) acometidos por Doenças osteomusculares (CID-M) e Transtornos mentais (CID-F) 2006-2008

ANO	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS CONCEDIDOS (GRUPOS M E F)
2006	235
2007	208
2008	217
TOTAL	660

Fonte: ACP nº nº01428-2010-068-09-00-5.

Conforme os dados disponibilizados para a ACP, a média de trabalhadores acometidos por transtornos osteomusculares (CID grupo M) e mentais (CID grupo F)⁵⁶ é de 220 ao ano. Numa analogia estatística se pensarmos nessa média, temos que em 10 anos 2200 pessoas podem estar doentes se as tendências se confirmarem. Isso

⁵⁶ Ainda que tenha diminuído, os registros obtidos por meio das entrevistas indicam que essas informações estão subdimensionadas.

equivaleria a cerca de 30% dos funcionários (hoje) da Sadia.

Dos 436 afastamentos (2006-2008) superiores há 15 dias, relacionado às doenças osteomusculares (CID-M), 36,9% dos trabalhadores “encostados⁵⁷” até o período da ACP, estavam sem data de retorno. Os 224 afastamentos superiores há 15 dias relacionados às doenças psicológicas, quanto aos transtornos mentais (CID-F), 14,7% dos trabalhadores não retornaram.

Então dentre os benefícios previdenciários concedidos por doenças osteomusculares e psicológicas, cerca de 30% dos trabalhadores estavam sem data de retorno ao trabalho.

Outro dado agravante exposto pela ACP é que “cerca de 40% dos trabalhadores da ré, que apresentam doenças osteomusculares, têm menos de 30 anos de idade” (ACP nº01428-2010-068-09-00-5, p.96).

Por isso, o MPT chama a atenção: “o resultado do descumprimento generalizado às normas de saúde e segurança é uma verdadeira epidemia de doenças ocupacionais nos trabalhadores da ré” (ACP nº01428-2010-068-09-00-5, p.66).

Todos os casos relatados pela ACP, desde os problemas osteomusculares até os transtornos mentais, podem estar relacionados com o trabalho, pois:

O nexa causal entre as condições de trabalho e os transtornos mentais que acometem os trabalhadores é presumido, inclusive em relação aos casos de depressão (CID F32), às atividades econômicas da ré (CNAE 1012) (ACP nº01428-2010-068-09-00-5, p.109, grifo nosso)

Portanto, não nos resta dúvida de que os trabalhadores têm adoecido física e psicologicamente na Sadia em Toledo (PR). Adoecendo pela organização perversa do trabalho imposta pelo capital e não por culpa de seus próprios atos como querem alguns analistas conservadores (baseados na perspectiva analítica da MT e SO). Ora, os movimentos repetitivos, a prática reiterada de horas extras, a pressão por produção e o assédio moral são evidentes e por óbvio que essas práticas culminam no adoecimento dos trabalhadores.

E, por mais que estes dados da ACP sejam subnotificados como nos alerta a entrevista com a Procuradora do Trabalho, eles já expressam uma realidade extremada da degradação do trabalho.

⁵⁷ Palavra utilizada pelos próprios trabalhadores quando estão afastados pelo INSS do trabalho.

Outra prova que demonstra o trabalho degradante na Sadia são as demandas ajuizadas na Vara do Trabalho em Toledo. Conforme consta na ACP:

A Vara do Trabalho em Toledo tem pleno conhecimento da situação fática acima narrada. Prova disso é que se excluindo as demandas ajuizadas em 2010 existiam até maio deste ano 566 (quinhentos e sessenta e seis) processos em andamento em face da Sadia. Deste número, 265 (duzentos e sessenta e cinco), ou seja, 47% (*quarenta e sete por cento*) abrangiam pedidos de indenizações decorrentes de doenças adquiridas no trabalho (ACP nº01428-2010-068-09-00-5, p.110, *grifo nosso*).

Destas ações trabalhistas em andamento, para um período de três anos percebe-se que a empresa tem negligenciado a legislação trabalhista e que os trabalhadores também têm buscado fazer valer seus direitos pela via judicial⁵⁸.

O montante de 47% dos processos serem relacionados a demandas referentes a doenças adquiridas no trabalho nos mostra que o adoecimento é uma marca do trabalho na Sadia. E, além desses processos em andamento, há para o mesmo período 2007-2009, 221 outros processos já arquivados. Em 94,5% dos casos houve acordo entre as partes, 4,5% houve a sentença e 1% resultou em acórdão.

Alemão e Soares (2009) já alertaram para as retóricas referentes à conciliação, pois na visão dos autores, através das conciliações na Justiça do Trabalho, não se reconhece a disputa desigual entre “as partes”, e aquele que tem maior poder (mais capital econômico, político e cultural) pode ter posição vantajosa ao que detém menos. Ao que parece, no caso da Sadia, fica claro esse argumento defendido pelos autores. A mesma leitura faz o MPT:

[...] analisando-se os valores das condenações e das homologações de acordo, verifica-se que os primeiros são muito maiores, o que implica na constatação de que a Sadia além de ser negligente no gerenciamento da mão-de-obra, pois não adota medidas preventivas efetivas, *vem se utilizando do processo e da necessidade de sobreviver dos seus ex-empregados, agora doentes, para reduzir os valores das ações a que têm direito* (ACP nº01428-2010-068-09-00-5, p.127, *grifo nosso*).

Com os dados que se referem ao ajuizamento de processos com demandas, sob o tema doença ocupacional, temos que: em 2007 houve uma demanda a cada 3,2 dias,

⁵⁸ Entendemos o espaço da Justiça do Trabalho enquanto local de conflitos. Dessa forma, não se pode compreendê-la como lugar apenas onde os dominantes mandam e desmandam, mas também que os trabalhadores à acionam na busca de fazer valer seus direitos e que por vezes podem conquistar resultados importantes que pode fazer com que os dominantes revejam suas ações.

em 2008 uma a cada 2,2 dias e em 2009 1,9 a cada dia. Assim, em 2009 “chegou a impressionantes 185 (cento e oitenta e cinco processos), ou seja, *uma demanda a cada dois dias* (ACP nº01428-2010-068-09-00-5, p.126, *grifo nosso*).

Todos esses dados constatados para a Sadia de Toledo, nos demonstram que a degradação do trabalho é a marca territorial do trabalho na empresa.

Portanto a análise documental junto ao MPT nos proporcionou compreender empiricamente, através de dados da Sadia em Toledo (PR), o adoecimento dos trabalhadores, o descumprimento da legislação (e a busca dos trabalhadores em fazer valer seus direitos) e a imposição de um ambiente de trabalho no território fabril que põe em risco a saúde dos seus trabalhadores que têm adoecido física e mentalmente, aquilo que estamos entendendo sob o conceito de degradação do trabalho.

Vejam agora como são os relatos dos trabalhadores quanto ao trabalho desempenhado em território fabril. As suas narrativas expressam que a degradação do trabalho é também uma degradação vivida e amarga para estes que agora estão impossibilitados para a sua vida!

2.5 As condições de trabalho no território fabril na perspectiva dos trabalhadores

A trajetória dos trabalhadores demonstra que, sobretudo os mais “velhos” (acima de 35 anos) migraram do campo para a cidade e encontraram no frigorífico a única opção de emprego formal.

(...) eu morava lá no Paraguai antes e antes de ir morar no Paraguai eu morei aqui no Paraná, numa cidade no norte do Paraná, depois aí meu cunhado comprou umas terras lá meu tio também comprou, aí nós fomos embora pra lá, moramos 10 anos lá, depois voltamos pra cá Toledo, meu cunhado veio na frente comprou uma casa ali perto da (...) aí mudou, aí com dois anos que ele mudou, nós viemos pra cá também, aí to na Sadia até hoje (Paulo, informação verbal).

Muitos desses trabalhadores tiveram na Sadia o seu primeiro emprego. E, na visão dos que hoje estão adoecidos foi no território fabril que desenvolveram as doenças que hoje os acometem.

[...] os (*serviços*) mais difícil à gente ia lá fazia porque a gente trabalhava na roça né, conhecia o trabalho pesado, então eu não sinto nada de bom eu só tenho tristeza sabe (*com relação à experiência de*

ter trabalhado na Sadia), aonde que eu vim com uma saúde de ferro eu nunca fui num médico até eu casei vim pra cidade, eu fui no médico a primeira vez na cidade com 39 anos e hoje eu to com 48. Então, nunca fui num médico. *De lá pra cá minha vida não sai mais de médico né, fisioterapia, médico, tratamento, remédio né tu tem que toma devido esse trabalho que a gente fez que hoje eu não faria mais (...)* (Entrevistado, Fabrício, informação verbal *grifo nosso*).

Fabrício explana que a experiência do trabalho em território fabril devido às condições de trabalho impostas o levou a adoecer. Isso porque no campo ele não era tocado por um ritmo intenso, como ele mesmo diz:

(...) tu trabalhava, descansava tinha o ritmo da gente, aqui (Sadia) não, aqui são máquinas, por mais que você faça você não faz o suficiente, é aí que chegou ao ponto que as pessoas tão doentes e ninguém faz nada tá todo mundo adoecendo (Entrevistado, Fabrício, informação verbal, *grifo nosso*).

Percebe-se que a cadência do trabalho fabril é diferente de um ritmo de trabalho camponês, realizado anteriormente por Fabrício. Ele demonstra que no sítio havia um certo controle sobre o seu ritmo, tinha mais autonomia para trabalhar, todavia em território fabril esse controle muda de mãos, não mais lhe pertence. E, esse ritmo intenso, muito rápido, repetitivo, com muita pressão por produção, têm levado muitos “Fabrícios” ao adoecimento.

Nas 22 entrevistas, a nós concedidas por trabalhadores, não houve um testemunho sequer afirmando que a doença (mesmo quando não reconhecido o nexo causal com o trabalho pelo INSS ou médicos da empresa), não tenha sido resultado do emprego desempenhado na linha de produção da Sadia. Isso nos apontou que os trabalhadores tem consciência de que foram as condições de trabalho que os levou ao encontro das doenças, mesmo quando não reconhecidas por profissionais da saúde.

Portanto percebe-se que as condições de trabalho impostas hierarquicamente no território fabril é que têm levado os trabalhadores ao adoecimento. As entrevistas é que apontam esse dado que não seria encontrado numa abordagem de caráter mais técnico-quantitativo em que as subjetividades dos sujeitos geralmente estão excluídas (daí o porquê de combinarmos a análise quantitativa e qualitativa na pesquisa).

No âmbito das condições de trabalho neste território foi possível perceber que o ritmo é muito acelerado, movimentos muito repetitivos, há muita pressão por produção, realização de labor extraordinário, intensa rotatividade de trabalhadores. Ou seja, os testemunhos confirmam e corroboram para as constatações obtidas através das

fontes documentais que anteriormente analisamos e estatísticas analisadas no item 2.3.

Como analisa o procurador do Ministério Público do Trabalho:

(...) não só na Região Oeste, mas em todo o Brasil, e todos os locais que tem esse tipo de atividade econômica, o meio ambiente de trabalho ele necessita realmente de adequação. Não só naquela parte física que aí seriam todas as questões ligadas à ergonomia, mas também na questão da ergonomia num sentido mais amplo não simplesmente de adequar um “postinho” de trabalho para a pessoa sentar, mas a questão de tudo isso que eu te falei, da jornada, dos próprios postos que às vezes acontece isso também, que às vezes a adequação simplesmente de um posto já melhora as condições de trabalho, mas não se esgota nisso, alcançando a questão das pausas, da jornada dentre outros elementos (Procurador do Trabalho-MPT, informação verbal).

Esse depoimento do procurador do MPT demonstra como o trabalho no setor frigorífico ou mesmo na linha de produção de alimentos industrializados (no caso da Sadia) é degradante. Isso porque se admite que o meio ambiente de trabalho necessita de readequação. O que significa que as empresas estão descumprindo a lei (como vimos anteriormente) e estão impondo condições de trabalho no território fabril que levam os sujeitos ao adoecimento.

O ritmo tem que ser alterado porque eu não sei quantos frangos por minuto isso é óbvio que o ritmo ele tem que ser adequado e como qualquer outro setor econômico o que o empreendimento busca é o lucro, então o ritmo é bem forçado e a gente acredita que esse é um ponto que tem que ser alterado para poder prevenir o adoecimento no setor (Procurador do Trabalho-MPT, informação verbal).

Essa fala transparece que o grande problema do adoecimento está na estrutura social do capital (vide capítulo 1). Ora, a busca desenfreada pelo lucro é que impõe os ritmos extremamente velozes no território fabril. É essa lógica que (des)realiza o trabalho no território fabril e que resulta no sofrimento e inúmeros adoecidos do trabalho.

Esse é um dos motivos que nos leva a pontuar que se está diante do metabolismo social do capital fundado no trabalho estranhado/alienado e nas mediações de segunda ordem, a grande problemática a ser enfrentada pelos trabalhadores quando se quer o não adoecimento relacionado ao trabalho⁵⁹.

⁵⁹ Desenvolvemos essa temática no primeiro capítulo da dissertação e ao longo do texto iremos sempre reforçar essa ideia de que a luta por saúde, contra a degradação do trabalho no território fabril deve ser encarada como uma luta anti-capital e pelo socialismo.

Mas, voltemos às condições de trabalho na Sadia, para notarmos o que Carlos revela: a meta era desossar três frangos por minuto e por vezes ele e seus colegas não conseguiam vencer o trabalho.

Tinha vez que vinha cheio a linha e nós ficava só em dois num lado só, aí tinha que pegar um largar um, pegar um aí depois um saía, aí tinha que desossa sozinho, aí eu mesmo não vencia, de vez em quando eu deixava fora né, não vencia não conseguia. (Carlos, informação verbal).

Carlos diz que as dificuldades não se limitavam a ele e aos colegas da linha de produção. Até os fiscais se apuravam para tirar os frangos, pois “tinha hora que vinha cheio, você pegava um largava outro né, mas até vim cheio, daí tem uma ‘ganchera’ né se tava cheia eles colocavam na ‘ganchera’” (Carlos, informação verbal).

João que trabalha ainda hoje no frigorífico de aves demonstra a velocidade das suas tarefas atualmente:

Lá no cone não muda muito né, cada um tem a sua tarefa pra fazer né, que nem a minha tarefa é meia hora eu penduro frango nos cones⁶⁰ 38 por minuto (...) que daí eu retiro asa e refilo peito e esses daí também é 38 por minuto, é a mesma meta (João, informação verbal).

Fernanda demonstra que separar miúdos de frango também é uma tarefa que exige movimentos rápidos:

(...) eu comecei no miúdo era separação de miúdos né eu trabalhava nos movimento é rápido como sempre pelo que eu continuo vendo as meninas comentam e depois eu fui pra máquina de moela que era uma situação bem corrida também aí como eu já não aguentava mais no miúdo então eu resolvi assumir a máquina né, daí eu fui pra máquina (Fernanda, informação verbal).

Também existe muita pressão na linha de evisceração. Paula afirma que não podia “perder” coração na linha de produção que é um produto caro e exportado. Os ganchos corriam a 180 frangos por minuto e “você tinha que ser bem rápida pra pegar né senão passava” (Paula, informação verbal). E se você perdesse corações você já escutava. Nas palavras de Paula:

(...) teve semanas que a gente perdeu coração assim a semana inteira *porque a gente não aguentava pegar tantos ganchos que passava* aí o que aconteceu aí o supervisor chama lá pra perguntar o que está

⁶⁰ Na esteira existem espécies de cones onde você pendura o frango. Esse é o setor de cones no frigorífico de aves.

acontecendo, porque que está acontecendo isso, porque está perdendo tantos miúdos, que o coração é um produto caro que é exportado não pode perder (...) (Paula, informação verbal, *grifo nosso*).

Roberta, que trabalhou fazendo “pacotinhos” de miúdos de frango⁶¹ nos diz que por vezes ela e os colegas não conseguiam preencher a tempo os “pacotinhos” e por isso acabavam tendo de ouvir reclamações por parte dos superiores do setor:

Às vezes faltava porque a gente, uma loucura ali de trabalhar com as duas mãos você não tinha como ficar olhando se o coração tava ali no fígado ou não né simplesmente você ia pôr o produto ali (Roberta, informação verbal).

Era rápido assim hoje eu até nem lembro mais quantos pacotinhos fazia por minuto né, mas era muito rápido nossa ali fazia uma grade ali de 36 caixas (Roberta, informação verbal).

As tarefas rápidas e intensas que João, Fernanda, Carlos, Roberta e Paula realizaram também eram muito repetitivas. Os movimentos que realizam diariamente, certamente geram sobrecarga biomecânica para seus corpos. O caso de João é mais expressivo, pois ele fala que realiza 38 movimentos repetitivos por minuto diariamente, o que é incompatível com a manutenção de condições de trabalho seguras, pois excede o limite de 25 a 33 movimentos repetitivos considerados minimamente seguros (SARDÁ; RUIZ; KIRTSCHIG, 2009a). Portanto é evidente que o capital está colocando em risco a saúde dos trabalhadores para alcançar patamares mais elevados de acumulação.

No abate de suínos também há indicações de um trabalho que exige rapidez. Mas as funções que exigem força também são frequentes no setor. Até porque as peças de suínos são maiores e mais pesadas. Angela laborou na papada que era pesada e grande e “você tem que cortar e jogar pro lado” (Angela, informação verbal). Fabrício também nos diz que tinha de juntar carcaças sem vísceras que pesavam de 100 a 120 quilos e colocar num carrinho de metal e “às vezes caía 10, 12, 15 por dia” (Fabrício, informação verbal).

Fabrício trabalhou também arrancando banha de porco na mão, coreando paleta, eviscerando, barbeando, desnucando, tirando mãozinha, dentre outros e diz que o serviço é intenso.

⁶¹ Aqueles pacotes que vão junto com o frango, quando este é vendido inteiro. Ele vem com um pacote de miúdos.

Olha o abate todo tem em torno de, desde o recebimento, dá umas 140 pessoas e hoje tá abatendo 3000, 3300 a 3400 por dia, tão na média 450 por hora. É bastante apurado viu (...) (Fabrício, informação verbal).

Márcia diz que a pressão por produção e qualidade e os movimentos repetitivos eram constantes no seu dia-a-dia.

Bom, eu levantava três e meia da manhã né e já ia pro “batente” quatro e vinte já começava o período né e a gente trabalhava na desossa de pernil (...) então na desossa tinha a separação das peças o pernil do porco você sabe que é essa peça então tem o osso e você desossa e tem as peças tem o patinho coxão mole, duro, alcatra e também tem as peças e eu refilava isso daí (...) *movimentos repetitivos constantemente*. (Márcia, informação verbal, *grifo nosso*).

É acelerado não só o movimento assim a qualidade porque pediam produtividade e qualidade, ou seja, você tem que dar rendimento aquele refile aquelas gordurinhas não podia tirar muito porque pesava muito a tua banha então era uma certa cobrança assim *tinha o trabalho com esforço repetitivo mas tinha tipo uma certa cobrança assim pro rendimento ser grande pra empresa* (Márcia, informação verbal, *grifo nosso*).

Expressando também o ritmo muito acelerado, Joana nos diz que no setor onde se fabricam os empanados os trabalhadores têm de acompanhar a cadência das máquinas:

Ali no empanado eu trabalhei quase três anos ali e foi pouco tempo que eu fiquei nesses outros lugares, olha rapaz é trabalhado, é máquina é tudo máquina *você tem que vencer a máquina*, a máquina traz, a máquina faz, a máquina bate e *você tem que aguentar é muito ligeiro* (...) (Joana, informação verbal, *grifo nosso*).

No caso de Joana, o trabalho mais pesado de empurrar carrinhos com carne, com aproximadamente setenta quilos, também fazia parte do seu cotidiano quando trabalhou no setor de fabricação de linguiças:

Você não aguenta os braços você tem que ter força e daí eu caí uma loucura daí depois você vai lá põe aqueles lá assim ai cabem lá numa máquina de linguiça lá e cabe mais (...) põe a tripa lá e a linguiça tá saindo e *você tem que ser rápida* tem que pegar aqueles lá assim e ficar colocando e depois pesando que nem uma louca (...) (Joana, informação verbal, *grifo nosso*).

(...) aí você vai puxar a linguixa? Não acha a ponta da linguixa estoura tudo na sua cara de tanto vareio⁶² mas eles não param, eles não tá nem aí pra você, você que se dane o vareio tá comendo e eles tão gritando pra você “*vamo seus morcego vai trabalhar*” você não tá aguentando a cansera tá uma loucura, *porque a gente é ser humano rapaz a gente cansa né* (...) (Joana, informação verbal, grifo nosso).

Joana nos mostra além da força, grande velocidade e destreza que tem de dispender nos movimentos, que a pressão por parte dos superiores (encarregados de setor e supervisores) é frequente. Ela mesma atesta “você trabalha muito, você tem que ser muito ágil ou você é ágil ou você dá vareio”, ou ainda que “na Sadia nunca não tem vareio” (Joana, informação verbal).

Teresa que laborou na produção de *bacon* em seu depoimento deixa claro também que o serviço exige muita rapidez:

Era bem, assim, é bem puxado, porque igual eu falei pra você têm máquinas, só que a gente tem que acompanhar o ritmo das máquinas, pra fazer a produção né, por exemplo, do dia lá né, fazer tantos mil quilos lá, então eles programam a máquina numa velocidade que é pra sair aquilo, que nem no nosso, no bacon era por par né, ah! Tem que fazer 30 pares no dia, então ó, às vezes, trabalhava direto, hora do almoço, uma turma ia almoçar, vinha, a outra ia pra não parar as máquinas pra poder vencer a produção e você tinha que dar conta (...) (Teresa, informação verbal).

Os testemunhos colhidos e que apresentamos alguns trechos por ora aqui, demonstram que o trabalho rápido, repetitivo, intenso e com pressão por parte da chefia imediata é frequente no território fabril nas diversas funções requeridas no processo de trabalho.

Os trabalhadores também demonstram que com o passar do tempo o trabalho foi se tornando mais intenso. O depoimento de Roberto é significativo de tal situação:

[...] aí me colocaram numa linha de desossa, parte de desossa de perna de frango nós começamos a desossar frango, perna de frango, com 28 segundos, 28 segundos por perna e daí passando uma semana daí veio de 28 caiu pra 26, aí foi passando os meses aí foi diminuindo pra 25, aí de 25 foi diminuindo, veio diminuindo pra (...) de 25 pra 23 de 23 pra 20 e pra 18 aí veio diminuindo aí chegou até de 18 veio pra (...) quando eu vi que eu não aguentava trabalhar mais aí comecei a pegar ficha⁶³, ficha, ficha, vi que eu não aguentei mais daí eu encostei (...)

⁶² Vareio é a palavra que os trabalhadores usam quando não estão dando conta do serviço, eles estão “tomando vareio”. Isso se dá geralmente quando acumula carne na esteira ou também (tendo em vista o grande *turnover* no setor) quando estão desfalcados por colegas e tem de dar conta das funções em menor número de pessoas.

⁶³ A ficha é o pedido para se afastar temporariamente do trabalho por algum motivo. Na maioria dos casos se refere às dores sentidas pelos trabalhadores.

no último e tal eu tava fazendo desossa com 15 segundos desossando uma perna a cada 15 segundos uma perna pra exportação então dali pra cá foi ali que eu encostei né (...) (Roberto, informação verbal, grifo nosso).

Roberto estava desossando 4 pernas de frango por minuto. Na Sadia conforme a ACP, no setor de desossa são 46 movimentos repetitivos em cada mão por minuto, quase duas vezes mais do que o padrão considerado seguro. Roberto é uma evidência empírica das consequências desse descumprimento por parte da empresa, pois hoje se encontra aposentado por invalidez e tem 45 anos de idade.

O documentário “Carne Osso”, produzido pela ONG Repórter Brasil expõe na fala do auditor fiscal do trabalho, senhor Paulo, o excesso de movimentos no setor de desossa de perna de frango. Para ele são 12 cortes em 15 segundos, mais 6 outros movimentos, o que chega a 18 movimentos a cada 15 segundos, para desossar uma perna de frango⁶⁴. Se somarmos isso temos 72 movimentos repetitivos por minuto, obviamente o adoecimento, embora frequentemente negado pelas empresas e seus apaniguados, possui nexos com o trabalho desempenhado.

Aqui cabe uma questão curiosa. Francisco Turra o presidente executivo da União Brasileira de Avicultura (UBABEF) disse em nota publicada no dia 05 de outubro de 2011⁶⁵, no *site* da instituição patronal, que “as empresas brasileiras são constantemente visitadas e auditadas por missões internacionais que acompanham o processo produtivo, e em nenhuma há indicações da necessidade de mudanças tão impactantes nas indústrias brasileiras⁶⁶”.

Um indicativo da possível resposta advém das nossas entrevistas. Talvez as “missões internacionais” compareçam em dias que os empresários encenam o processo de trabalho e diminuem o ritmo de trabalho. Ao menos, os registros obtidos em entrevistas concedidas a nós pelos trabalhadores da Sadia nos levam a crer nisso. Conforme segue abaixo:

⁶⁴ Fonte: Documentário Carne Osso duração 65 minutos, direção Caio Cavechini e Carlos Juliano de Barros. Mais informações: <<http://reporterbrasil.org.br/carneosso/>>. Acesso em: 12 set. 2012. Indicamos também para maior aprofundamento sobre o trabalho em frigoríficos o documentário *Linha de Desmontagem* dirigido por André Constantin e Daniel Herrera disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=BYHel1oZ62o&feature=related>>. Acesso em: 12 set. 2012.

⁶⁵ Fonte: <<http://www.abef.com.br/ubabef/exibenoticiababef.php?notcodigo=2950>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

⁶⁶ Por outro lado, Siderlei de Oliveira presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Agroindústrias, Cooperativas de Cereais e Assalariados Rurais (CONTAC), denuncia que Francisco Turra assinou uma carta negando a existência de doenças no setor, publicada em 27/09/2011 no site da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Disponível em: <<http://www.cut.org.br/ponto-de-vista/artigos/4552/a-agroindustria-o-custo-social-e-a-nr-dos-frigorificos-en>>. Acesso em: 12 set. 2012.

Aí começa a trairagem, *eles reduzem a velocidade da linha*, daí pra enganar os japoneses eles abaixam a temperatura lá embaixo 6 graus, pra enganar eles, *começa a faltar frango é uma beleza trabalhar* só o problema é o frio, eles abaixam a temperatura que é uma loucura, mas é uma beleza trabalhar (João, informação verbal, *grifo nosso*).

E quando tem supervisão que entra lá dentro, que nem os fiscal, os de verde, *a linha para vem bem devagarzinho* (Angela, informação verbal, *grifo nosso*).

Tem que alguém filmar ali dentro enquanto tá trabalhando pra ver como que é a linha rápido e o vareio (...) (Angela, informação verbal). (...) só não tem vareio na Sadia quando vai o cara lá fazer, igual meu irmão, quando perito vai lá eles descobrem faz aquela “calmera”, uma vez nós tava lá, *a minha supervisora falou hoje todo mundo vai trabalhar bem devagar porque hoje nós vamos ter uma perícia dentro da empresa* então o dia que tem perícia nossa é aquela lentidão sabe, parece assim que eles enganam sabe *eles querem enganar pra mostrar que não é daquele tipo e a hora que vira as costas rapaz ó vamo, vamo, vamo que nós só tá lá com 16 pale⁶⁷ nós tem que fazer mais 16, vamo, vamo, hoje vai ser só meia hora de almoço, vamos trabalhar, vamos trabalhar, vamos revezar os almoços* é desse tipo que funciona (...) (Joana, informação verbal, *grifo nosso*).

Dessa forma percebe-se que a estratégia de diminuir o ritmo da linha de produção quando há perícia e visitas pode ser uma forma de escamotear o ritmo de trabalho intenso. Portanto, talvez seja por esse motivo que as “missões internacionais” citadas por Turra não notam tantos problemas no setor.

Esconder o ritmo de trabalho da fiscalização, das “missões internacionais” nos faz concordar ainda mais com as argumentações da ACP de que a empresa não adota conduta compatível com as características físicas e psíquicas dos seus trabalhadores.

Esse fato também foi constatado na pesquisa de Walter (2012), tratando sobre a repetitividade no trabalho e as metas a serem atingidas em frigoríficos do Rio Grande do Sul. Ele apontou que quando as empresas são visitadas há alterações no ritmo da nória, melhoria da higiene, mais respeito às normas de segurança no trabalho, “(...) obrigando os funcionários a adotar duas formas de trabalhar, e conseqüentemente, *eram dissimulados a mentir*” (WALTER, 2012, p.108, *grifo nosso*).

Nossos depoimentos, em conjunto com as constatações de Walter (2012) pesquisando trabalhadores do mesmo setor no Rio Grande do Sul, problematiza o argumento de Francisco Turra e mostra que os empresários buscam uma forma de “maquiar/enganar” os visitantes das linhas de produção, o que bem resumiu a trabalhadora Joana.

⁶⁷ Espécie de caixa.

Outra questão que nas entrevistas constatamos se refere às horas extras. Essa é uma questão crucial, pois o labor extraordinário pode amplificar o risco de adoecimento. Isso porque conforme o procurador do trabalho “(...) quando há um labor extraordinário acima daquilo que é permitido em lei, há inclusive risco de acidente típico de trabalho e não só de doenças decorrentes do exercício do trabalho” (Procurador do Trabalho-MPT, informação verbal).

Por isso o MPT pediu na ACP que a empresa deixe de exigir labor extraordinário, principalmente no setor de produção, por perceber que o risco é agravado.

Se isso será cumprido ou não somente o tempo irá dizer. Mas o fato é que muitos dos nossos entrevistados realizaram horas extras. Como Cláudia asseverou quando perguntada se fazia muitas horas extras:

(...) acontecia de eu chegar nove horas da manhã na sexta, eu pegar nove da manhã e eu ir a noite inteira, quando eu ficava uma hora da manhã eles diziam, Cláudia você ainda tá aqui você já passou da hora você tem que ir embora, eles falavam pra mim né, eu falava onde é que eu vou? Não tem circular eu morava lá no Europa né, aí eu ia até uma e meia do sábado *pra vocês vê das nove da manhã até uma e meia do outro dia no sábado trabalhando* (...) (Cláudia, informação verbal, *grifo nosso*).

Cláudia também expressa certa desconfiança sobre o devido pagamento das horas extraordinárias que realizou:

(...) sempre fazia bastante hora é tanto que aquele papel do acerto lá tem um monte de hora, mas eles não enxerga porque aqueles “numerinho” pequenininho tá lá o papel com o Luciano⁶⁸ lá aqueles papel lá né ali eles não entende nada tá tudo apagado vai entender o que né lá deve ter as horas tudo que eu fiz ou às vezes nem põe as horas. Eu acho que não, eu fico admirada (...) (Entrevistada, Cláudia, informação verbal, *grifo nosso*).

Se a desconfiança de Cláudia não é possível de ser comprovada pelo seu testemunho, o Relatório de Investigação na empresa com a lavratura de Autos de Infração percebeu que as horas extras não estão sendo devidamente pagas aos seus funcionários⁶⁹.

⁶⁸ Nome fictício, ela estava se relacionando ao nome do seu advogado.

⁶⁹ O Auto de Infração número 016398254 lavrado contra a empresa diz “constatamos horas trabalhadas e horas extras não pagas (...)” (p.7). Esse relatório encontra-se em anexo à ACP nº01428-2010-068-09-00-5.

(...) nós fazia dez horas onze horas às vezes vinha embora e não batia o cartão eles não deixavam bater porque passava das horas né, *eu chegava pegar sete horas da manhã e sair de lá às vezes dez e meia da noite, então eles não deixavam bater o cartão porque podia dar multa pra eles né que passava tantas horas por dia né* (Fabrício, informação verbal, *grifo nosso*).

Fernando - Então você fazia bem mais de dez horas às vezes?
É, dez, doze, treze horas. Tinha dia que eu entrava duas e meia da manhã e saía às quatro horas da tarde (...) (Valdir, informação verbal).

(...) há muitos anos atrás nós trabalhava de domingo a domingo.
Fernando – Eita! Fazia mais de dez horas às vezes?
Era hora extra e hora dobrada direto, direto, direto.
Fernando – Chegou a trabalhar dez horas?
Exatamente, dias assim ó de domingo a domingo.
Fernando – De não ter final de semana?
Não ter final de semana, nada, eu encarava.
Fernando – O mês inteiro?
O mês inteiro, o ano inteiro, era assim. (Teresa, informação verbal).

Fernando – E você já chegou a cumprir jornadas maiores de 8 horas e 48 minutos que eles promulgavam ali?
Passado horário?
Fernando – é.
Ixe! Quantas vezes!
Fernando – Muitas vezes?
Depois que mudou pra dois turnos que parou mas antes era direto, tinha vezes que eu saía de manhã e voltava só quando tava escurecendo de novo (Aparecida, informação verbal).

Fernando – E nessa época você fazia bastante hora extra essas coisas?
Fazia. Ah! eu fazia bastante hora, principalmente de sábado e domingo (...)
Fernando – Chegou a trabalhar mais de dez horas?
Ixe! Muitas vezes (Luis, informação verbal).

O que apreendemos dessas narrativas é que mesmo que se trate de ex-trabalhadores da Sadia a exigência de labor extraordinário era frequente, inclusive sem “bater o cartão” como diz Fabrício.

As constatações da ACP corroboram para exigência de horas extras e o não pagamento das mesmas com a lavratura de Auto de Infração, até mesmo no ano de 2009.

Isso demonstra que a prática recorrente em exigir labor extraordinário ocorre no território fabril. Tal exigência é extremamente prejudicial à saúde, pois como temos constatado o trabalho na linha de produção é extremamente penoso, com ritmos intensos e risco de doenças ocupacionais. Obviamente, a exigência de horas extras coloca ainda

mais em risco a saúde dos trabalhadores, pois aumenta a exposição ao número de movimentos repetitivos e intensos que terão de realizar diariamente.

Tais condições de trabalho, impostas no território fabril tem, provocado, efeitos como a frequente rotatividade/*turnover* de trabalhadores como vimos anteriormente. Essa intensa rotatividade parece nos demonstrar um movimento de rejeição por parte dos trabalhadores ao emprego em frigoríficos (VARUSSA, 2012; WALTER, 2012; BOSI, 2011a). Bosi (2011b, p.425) também argumenta que a rotatividade da mão de obra “identifica uma resistência dos trabalhadores nativos ao trabalho industrial”.

Concordamos com essas análises, até porque as condições de trabalho degradantes, com possíveis impactos na saúde dos trabalhadores que laboram no território fabril, não são nem um pouco atraentes. Somado a isso é possível ponderar que a grande maioria dos trabalhadores que ouvi se empregaram na Sadia por não ter outra opção.

Mas, se por um lado à rotatividade, que indica a rejeição dos trabalhadores ao emprego, configurando uma resistência, por outro pode significar também a intensificação do trabalho no território fabril. Pois, como faltam muitos trabalhadores todos os dias na Sadia, os que ficam têm de “dar conta” do serviço mesmo em menor número, ficando ainda mais susceptíveis a acidentes e ao adoecimento.

Paula, inclusive, relatou isso aos seus superiores (no setor de evisceração de aves), pois perder/deixar passar corações na linha era algo inaceitável pela chefia. Tanto é, que quando isso acontecia o supervisor chamava a atenção e perguntava o porquê tal situação estava acontecendo. A trabalhadora dizia: “(...) isso aí a gente sempre falava: tá faltando gente, *não tem como a gente trabalhar pela pessoa que está faltando né*” (Paula, informação verbal, *grifo nosso*).

A narrativa de Paula expressa bem, a nosso ver, esse duplo movimento da rotatividade. Por um lado representa a resistência, pois os trabalhadores rejeitam o emprego e por outro, para os que ficam na linha de produção, o trabalho se torna ainda mais intenso, aumentando o risco de adoecimento.

Joana parece seguir à mesma perspectiva de Paula:

“(...) você se mata de trabalhar e eles não colocam gente, *sai gente, sai gente e o povo que tá lá ó tem que trabalhar por três, quatro, cinco que saiu dez*, eles não tão nem aí, enquanto tá dando se mata o povo, é assim (Joana, informação verbal, *grifo nosso*).

Na perspectiva dos trabalhadores não há culpabilização da intensificação do trabalho destinada aos seus colegas que se demitem. Pelo contrário, eles parecem entender que os trabalhadores não “aguentam o serviço”. E, portanto a crítica recai sobre a empresa que não oferece condições de trabalho adequadas para a perspectiva deles. E aos que ficam trabalhando, o principal motivo se refere a outras “obrigações”, como o medo de ficar sem emprego, ter uma família para sustentar, etc.

Dessa forma, a rotatividade pode ser sim encarada como uma resistência dos trabalhadores e ao mesmo tempo a intensificação aos que ficam. Mas, não pode ser compreendida culpabilizando os trabalhadores que negam sistematicamente pela intensificação aos que ficam. O grande responsável por esses dois processos é o frigorífico.

A frequência da rotatividade também é apreendida por João que ainda hoje trabalha na Sadia. O entrevistei no dia 10 de fevereiro de 2012, uma sexta-feira e ele disse que na semana anterior haviam entrado cinco trabalhadores na linha onde trabalha, e até o dia 09 de fevereiro já haviam saído dois. Ele ainda argumenta “menino jovem, menino novo não fica, menino novo tem vezes de chegar trabalhar uma hora e sair” (João, informação verbal).

Rogério que também continua empregado na Sadia relata que o entra e sai de trabalhadores é grande, “(...) é assim dez, doze funcionários assim, com pouco tempo aqueles que entraram ali já não ficam, ficam só três, quatro o resto vai tudo” (Rogério, informação verbal).

Fernanda e Roberta também não desaperceberam a rotatividade de trabalhadores e relacionam essa recusa por parte dos seus colegas com as condições de trabalho:

(...) já deu vez de dez ou seis pessoas sei lá ter entrado e estar com dois, três dias, nove, dez dias de serviço que já tá pedindo pra sair, nem as médica, as enfermeira, não acreditam que a pessoa male mal entrou e já tá querendo sair porque não aguenta, e continua corrido porque eu tenho as minhas amigas que trabalham lá dentro e continua a mesma coisa corrido, serviço do mesmo jeito (Fernanda, informação verbal, grifo nosso).

Nossa teve gente lá que entrou num dia e no outro já tava chorando pra sair uns meninos lá entraram num dia lá e foram trabalhar nas linhas lá, no outro dia o cara tava lá chorando porque eles queriam sair e o chefe não queria né e até que depois ele foi embora num dia e não voltou mais, *muitas pessoas é assim tem pessoas que entra lá e não aguenta.* (Roberta, informação verbal, grifo nosso).

Essa avaliação de que os trabalhadores não aguentam as condições de trabalho degradante impostas no território fabril parece ser então um motivo para a rejeição por parte dos trabalhadores ao emprego.

Tal situação se torna um problema para os empresários locais (não somente na Sadia) que buscam formas de não perder os trabalhadores e conquistar novos. Luis percebe algo muito importante na sua narrativa, à ação das mídias locais algo relativamente “novo” a seu ver:

(...) antigamente assim era difícil pra você entrar e fácil pra sair devido o tanto de gente que procurava o serviço ali né, mas, devido tudo os problemas que a Sadia tem ali, param muito poucas pessoas ali e põe anúncio no rádio, na televisão procurando gente (...) (Luis, informação verbal).

Luis com certeza não desenvolveu tese errônea. O Jornal do Oeste, que circula em Toledo (PR), do dia 19 de janeiro de 2012, ressalta os supostos benefícios de trabalhar na Brasil Foods (Sadia), de Toledo: como a bonificação de assiduidade – trabalhador que não falta ao trabalho recebe um extra – vale alimentação, plano de assistência médica e ortodôntica, seguro de vida, previdência privada, participação nos lucros e resultados da empresa e outros⁷⁰.

Essa notícia cumpre exatamente o papel que Luis ressalta na sua narrativa. Através dela, a Sadia anuncia que está procurando novos trabalhadores e deixa transparecer que as condições de trabalho são adequadas. É como se fosse “um mar de rosas”, o emprego nesta empresa e pasmem: com diversos benefícios.

Mas, se a mídia local quer construir essa “imagem” do emprego na empresa, deixa no ar uma questão latente. Por que bonificar com “um extra” os trabalhadores que não faltam ao trabalho?

Isso para nós, longe de ser uma ação caridosa por parte do capital, se encontra na preocupação, em conseguir novos trabalhadores o que está se tornando um problema para os empresários do setor de toda região (SOUZA, 2012). Isso porque os trabalhadores não estão aguentando o trabalho intenso e repetitivo na empresa que se expressa no grande *turn over*, representativo da rejeição ao trabalho em frigoríficos.

A partir das narrativas de João, Rogério, Luis, Fernanda e Roberta que vivem/vivenciaram o emprego no território fabril, pensamos que a bonificação por assiduidade, antes de ser um benefício, exprime a situação difícil que o capital enfrenta

⁷⁰ Disponível em: < <http://www.jornaladooeste.com.br/cidade/brf-brasil-foods-oferece-vagas-de-emprego-em-diversos-setores-15787/>>. Acesso em: 12 set. 2012.

com relação à falta de mão de obra, devido à intensa degradação imperante no processo de trabalho.

Utilizam-se da mídia como instrumento de dominação, escondendo as condições de trabalho extremamente degradantes que têm feito inúmeros trabalhadores adoecerem e por isso os mesmos estão rejeitando se empregar na Sadia e outros frigoríficos.

Essas são as condições de trabalho na perspectiva dos nossos entrevistados. Um trabalho repetitivo, com movimentos que ultrapassam o limite considerado seguro para manter o padrão de segurança e saúde no trabalho, muito rápido, pressionado pelos supervisores, com realização de labor extraordinário (nem sempre pago e que aumenta o risco do adoecimento), com intensa rotatividade e grande possibilidade de acidentes e doenças.

É possível então presumir que o resultado das relações impostas no território fabril é o adoecimento. O que se pressupõe é isso, mas como veremos a seguir, os impactos na saúde nem sempre são reconhecidos pela empresa, seus médicos ou pela Previdência Social e seus peritos, gerando ainda mais sofrimento para os trabalhadores.

2.6 Os impactos das condições de trabalho degradantes na saúde e vida dos trabalhadores

As discussões que realizamos nos tópicos anteriores, sobre as condições de trabalho impostas no território fabril da Sadia, não nos deixa dúvidas de que estamos frente a um processo de trabalho que lesiona e mutila inúmeros sujeitos. E é por isso que estamos defendendo a ideia de pensar esse território enquanto território da degradação do trabalho, com impactos na saúde e vida dos trabalhadores.

Mas, mesmo que as constatações pareçam muito convincentes, os médicos da empresa e peritos da Previdência Social, por vezes, não têm reconhecido o nexo causal da enfermidade com o trabalho.

Nossa intenção agora é demonstrar a partir das narrativas dos trabalhadores como os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais impactam na sua saúde e vida. A experiência do labor em território fabril pode significar a doença crônica incurável, do acidente típico pela negligência ou até da morte. Por isso, então, pensar como território da degradação do trabalho, pois o que deveria ser fonte de humanidade se transforma,

na (des) realização do sujeito que trabalha e especificamente, na degradação da saúde física e mental dos sujeitos que se empregam no território fabril.

Sabemos que o trabalho sob muita pressão leva ao adoecimento físico, principalmente através das inúmeras LER/DORT que atingem os trabalhadores, mas há também a dimensão do sofrimento mental.

O Projeto Integrado de Saúde do Trabalhador Avícola (PISTA)⁷¹, realizado em 2006 por meio da Federação dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul (FTIA-RS), estudou as condições de trabalho em frigoríficos avícolas nesse estado. Foram realizados 1.200 questionários com trabalhadores do setor de 12 empresas situadas em 12 municípios⁷². Os resultados que alcançaram é que cerca de 80% dos entrevistados fazem uso de analgésicos, anti-inflamatórios e antibióticos, e pelo menos 20% utiliza remédios de tarja preta. Ou seja, trata-se de impactos na saúde física e mental a partir do emprego nos frigoríficos avícolas.

Embora a fábrica da Sadia localizada em Toledo (PR) não seja somente um frigorífico avícola, mas também de suínos e fábrica de industrializados, o adoecimento físico e mental encontra-se presente.

Quando solicitado ao procurador do trabalho para falar sobre as doenças frequentes no território fabril dos frigoríficos do Oeste Paranaense, foi ressaltada não somente a dimensão física, mas também psíquica:

(...) um outro aspecto também do ambiente de trabalho que a gente verifica é que como se trata de um trabalho muito desgastante, então a gente verifica a existência do assédio moral, ou seja aspectos ligados a saúde mental do trabalho não se esgotando nas repercussões nos aspectos físicos (Procurador do Trabalho-MPT, informação verbal).

Tal relato indica que os impactos das condições de trabalho impostas no território fabril atingem a dimensão física e mental dos trabalhadores.

Lúcia se esforçava muito no trabalho e o resultado disso foram dores constantes no braço. Tais dores começaram após seis anos de trabalho sendo que continuou trabalhando mesmo com dores. Quando percebeu que já não aguentava mais as dores começou a procurar os médicos. Nas palavras de Lúcia:

⁷¹ Do projeto surgiu o livro “Doenças do Trabalhador: a irresponsabilidade social do capital” organizado por Paulo Peixoto de Albuquerque e publicado pela editora Nova Harmonia, no ano de 2007.

⁷² Cidades e Empresa: Lajeado (Avipal e Minuano), Marau (Perdigão), Montenegro (Doux-Frangosul), Caxias (Doux-Frangosul, Penasul, Nicolini e Frinal), Passo Fundo (Doux-Frangosul), Pelotas (Cosulati), Estrela (Languiru), Encantado (Cosuel), Roca Sales (Penasul), Erechim (Aurora), Porto Alegre (Avipal), São Sebastião do Caí (Agrosul).

Agora não dá mais, aí eu comecei a procurar o médico, só o que, que os médicos faziam, faziam infiltração davam esses antibióticos pra tirar a dor, mas você tomava um comprimido e eles te davam dois dias, três dias, ou às vezes nem davam porque muitas vezes eu não queria ficar de ficha, tomava o remédio e voltava a trabalhar eu era muito “caxias” da empresa (Lúcia, informação verbal)

Do depoimento de Lúcia pode-se compreender muitos pontos que se repetem, inclusive entre os nossos entrevistados. Um primeiro se refere a trabalhar sob efeito da utilização de remédios. Tal prática pode aliviar a dor momentaneamente, mas conforme constatou Walter (2012, p.151, *grifo nosso*) na sua pesquisa “a medicalização no trabalho foi um *fator de risco identificado*, pois o uso de analgésicos *bloqueia os receptores da dor*, ao *dificultar a percepção do avanço de doenças como as LER/DORTs*”.

E Lúcia não é a única a trabalhar sob o efeito de remédios, correndo risco ainda maior de adoecer, ou mesmo, com dores. Carlos diz que já tinha o problema relacionado aos movimentos repetitivos desde 2002, mas só foi perceber mesmo em 2006, “(...) já tinha acontecido (*o problema de saúde*), só que eu tava segurando ainda né, eu sentia dor, só que tava relevando, relevando né” (*grifo nosso*, informação verbal). O medo de perder o emprego, pois era a única renda familiar de Cláudia, fez com que continuasse trabalhando mesmo com dores:

(...) eu trabalhava com dor e com medo de pegar ficha direto (...) eu ganhar a conta, que era só eu que trabalhava pra cuidar dos meus filhos né, aí te dava aquele medo, *eu trabalhava doente, quantas vezes eu trabalhava doente* (Cláudia, informação verbal, *grifo nosso*).

Flávia fala que tinha uma “farmácia” na sua bolsa devido a grande quantidade de remédios que carregava sempre por causa das dores que sentia. E, ela nos relata que:

(...) eu ia direto naquele departamento médico tomar remédio pra dor, voltava, andava, eu tinha uma farmácia ambulante dentro da minha bolsa sabe, *tinha que levar remédio pra dor direto, assim, tá tomando, pra suportar a pressão né, tinha que trabalhar né* (Flávia, informação verbal, *grifo nosso*).

Apreende-se destas entrevistas que a prática de trabalhar consumindo remédios é recorrente. Isso pode amenizar momentaneamente o problema, mas é apenas uma solução paliativa. Os trabalhadores continuarão desempenhando atividades repetitivas em ritmos intensos, mesmo com as dores amenizadas pelo efeito dos remédios, o que

certamente agravará a sua saúde ainda mais. A história de Flávia é significativa desse processo:

(...) daí até que um dia eu resolvi procurar um médico, procurei um médico da empresa mesmo, daí ele me falou assim, ah! mas, já faz tempo que você vive com essas dores é melhor partir pra um ortopedista né, isso era o médico da empresa que falou, aí foi quando eu fui procurar, daí quando eu fui procurar, mas daí assim, *a minha situação já tava bem séria* (Flávia, informação verbal, *grifo nosso*).

Ou seja, Flávia representa através da sua narrativa muito daquilo que ouvi dos outros entrevistados. Trabalhou utilizando-se de remédios para aliviar as dores, fazendo o mesmo movimento sob a mesma pressão por produtividade num ritmo intenso e quando as dores aumentaram ainda mais, procurou o médico que já atesta ser sua situação muito séria, um caso crônico.

O segundo apontamento, a partir da fala inicial de Lúcia, refere ao “perfil” dos trabalhadores adoecidos. Geralmente nas entrevistas que realizei, são aqueles que se auto intitularam os mais dedicados ao trabalho. E como resultados desse esforço não encontraram necessariamente uma promoção, algo que as teorias do “empreendedorismo” que ressalta, o esforço individual como garantia de sucesso, sempre enfatizam (apoiadas nas teses liberais). Ou seja, ao invés de “dignificar o homem” o trabalho adoeceu.

(...) não tem nem o que fazer é tantos anos trabalhado rapaz eu sempre trabalhei certinho sempre fiz o que pude ali, trabalhava dava o meu couro sabe quando você é besta que você quer trabalhar quer mostrar serviço sabe, a gente é meio bobo a gente tem que mostrar serviço, a gente é trabalhadora, a gente às vezes acaba se lascando porque eu mostrei tanto serviço, mostrei que eu queria trabalhar fiz o que pude, ajudei a empresa na hora em que ela precisou, a hora que eu precisei dela infelizmente ela (...) eu tive que brigar, eu tive que procurar médico, pagar médico, os ortopedistas daqui me mandando eu acostumar com a dor (...) (Joana, informação verbal).

O esforço despendido no trabalho não resultou em qualquer ascensão, mas sim no adoecimento. Portanto, caem por terra as teorias liberais do esforço individual para alcançar o sucesso. Típicas, da ideologia do empreendedorismo e do trabalho que dignifica o homem. Esse “espírito do capitalismo” que culpabiliza as pessoas pelo seu “insucesso” não passa de uma grande falácia e Joana é uma das muitas provas vivas disso.

Tanto é que muitos outros trabalhadores ao invés de encontrar o “sucesso” no trabalho, estão encontrando no território fabril as doenças e mutilações. É por isso que o trabalho sob as condições impostas pela sociedade do capital, nas suas inúmeras manifestações territoriais expressará a degradação/precarização do sujeito que trabalha.

Na especificidade do fenômeno espacial dos frigoríficos uma forma evidente da degradação do trabalho se refere aos impactos físicos e psicológicos deste nos trabalhadores. No caso de Cláudia o trabalho também não significou sucesso, e até suas colegas perceberam isso:

(...) as meninas que trabalharam comigo hein? Vem aqui e falou assim “Cláudia o jeito que você trabalhava na Sadia você fazia o serviço de quatro nós olhava você, você trabalhando, trabalhando, tudo eles paravam (...) lá eles falavam de mim, o tanto que essa mulher trabalha, pra hoje eu estar numa situação dessa, eles enrolando pra pagar, ela fica admirada vendo (...) *ela falou assim ó, é uma injustiça, né quanto tempo quando eu tava boa eu fazia e quanto mais fazia mais eu queria fazer e hoje eu to desse jeito e tá difícil até de conseguir o acerto* (Cláudia, informação verbal, *grifo nosso*).

Cláudia não tem dúvidas de que os impactos na sua saúde foram em decorrência do trabalho desempenhado na Sadia. Em outra parte da sua entrevista explica:

(...) às vezes eu fazia quatro serviços ao mesmo tempo eles aproveitavam porque quanto mais eu fazia eles ofereciam mais serviço e assim foi indo, foi indo, quando foi ver eu não voltei mais, chegou uma hora que eu não aguentei (...) (Cláudia, informação verbal)

Esse também foi o resultado do trabalho para Carlos que após exercer funções no setor de desossa teve desgaste de cartilagem devido aos movimentos repetitivos. Até mesmo as cirurgias e infiltrações não estão funcionando. Nas palavras de Carlos “(...) já fiz cirurgia, já fiz aplicação, tudo, mas, não está dando certo, agora no mês onze (*ano de 2011*) que passou, eu fui fazer uma ressonância e deu (...), tá desfiando o tendão de novo” (Carlos, informação verbal, *grifo nosso*).

Fernanda também teve como herança do trabalho na Sadia tendinite e bursite pelo movimento repetitivo que levou ela a fazer cirurgia. É a mesma história do pai de Vinicius que teve tendinite crônica. E, de Márcia, com tendinopatia do supraespinhoso de Angela, de Aparecida e de tantos outros que se submeteram ao emprego na Sadia. É também, a análise que faz João, dos colegas que viu sair doentes do frigorífico de aves “(...) Suponhamos aqui que nos últimos 10 anos ali no cone, uns 40% saiu com

problema, e o problema é o mesmo né, tudo tendinite aguda, bursite e tendinite” (João, informação verbal).

Mas, é importante ressaltar que essa realidade do adoecimento, não se refere somente ao setor de abate de aves. Praticamente em todos os setores da empresa desde o aviário de matrizes à indústria, encontraremos o adoecimento e formas de dominação do capital sob o trabalho, conforme vimos trabalhando ao longo desse capítulo.

Márcia que trabalhou no frigorífico de suínos teve inclusive ganho de causa em processo movido contra a empresa e foi constatado no seu laudo que as doenças possuem nexos com o trabalho. Aparecida do mesmo setor, também teve consequências desastrosas dos movimentos repetitivos para sua saúde.

(...) comecei pelos braços, começava a sentir aquela queimação, queimação, aí eu, eu fazia mais era fisioterapia né, aí ia na (...), aí começou a coluna, aí começou a travar e você não conseguia mais andar, aí fiz exame da coluna e deu né (Aparecida, informação verbal).

Sentir dores, queimação nos braços, formigamento, dormência, sensação de peso, fadiga, fraqueza, repuxamento, choque, são sintomas das LER/DORT (MAENO, 2001).

Esses são sinais que aparecem em todas as entrevistas. A fadiga é o que relatam João e Rogério que ainda hoje laboram no território fabril. Rogério diz que o movimento continua repetitivo e correm 120 frangos por minuto na nória e quando perguntado se a saúde está em ordem ele responde: “ah! um pouco a gente sente né, não tá muito bem, desde quando entrei lá na empresa” (Rogério, informação verbal). João, que realiza 38 movimentos repetitivos por minuto relata que sente algumas dores, inchaços nas mãos e cansaço, embora nunca tenha adoecido pelo trabalho.

João e Rogério mostram sinais importantes de estratégias defensivas, conforme a literatura da psicologia, principalmente da psicodinâmica do trabalho, vem contribuindo através de inúmeros estudos. As estratégias defensivas conforme Dejours (1992) são mecanismos com os quais os trabalhadores tentam minimizar o sofrimento no trabalho como o conformismo, individualismo, negação de perigo, entre outros. Para João o que se reserva ao seu futuro próximo é a possibilidade de se aposentar e por esse motivo principal ele diz que irá aguentar um pouco mais o trabalho na Sadia:

(...) que nem eu estava falando, você vai sair fazer uma caminhada você já percebe né? Incha as mãos, que nem você falou pode ser

algum desgaste que já está vindo né, mas acho que dá pra aguentar mais uns dias aí (João, informação verbal).

A “negação dos riscos” por parte dos supervisores e o medo de pedir atestados, de ir ao médico, de descobrir alguma doença é o que fez Lúcia ir trabalhando até o seu limite:

(...) mas aí eu fui trabalhando eu era uma pessoa assim que não gostava de ir em médico, não gosto até hoje, se eu contar meu relato pra você, você vai falar meu deus do céu como é que pode (risos) aí eu não procurei médico eu fui trabalhando, trabalhando, trabalhando até o limite sabe (Lúcia, informação verbal).

As estratégias defensivas podem afirmar a dominação ou também se caracterizar como resistências individuais ou coletivas. Para Seligmann-Silva (2011) as estratégias de defesa, são aquelas que visam se “defender” do sofrimento e podem se caracterizar ou não como resistências. Para a autora “todas as ações voltadas para o combate de condições que agridem a dignidade são também ações de resistência” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p.393).

Dessa forma “aguentar o trabalho” pode ser um mecanismo de defesa que não se configura numa resistência, pois pode vir, em muitos casos, a negar o sofrimento ou maquiagem uma realidade como estratégia individual de defesa da condição de trabalho adoecedora. Por outro lado, pequenas estratégias defensivas como “não trabalhar tanto” podem vir a se configurar em resistências numa dimensão mais coletiva.

Vinicius é exemplar de uma estratégia de defesa individual que pode vir a construir solidariedades. Nas palavras dele “(...) aí eu falei bom, já entrei com o pensamento, vou entrar trabalhar até a hora que eu ver que não me estouro totalmente” (Vinicius, informação verbal).

Essa é uma estratégia de defesa que tem no fundo um conteúdo crítico com relação à condição de trabalho vivida. É exemplar daquilo que diz Bosi (2011a) que viver uma condição de trabalho degradante não significa necessariamente consentir com esta. Vinicius, ao ter uma perspectiva de “não se estourar completamente” nos apresenta um mecanismo de defesa individual frente ao sofrimento no trabalho, mas com forte conteúdo crítico ao trabalho desempenhado. Ou seja, o trabalhador expressa não “consentir” com o trabalho degradante desempenhado e por isso se utilizar da estratégia de “não trabalhar tanto”.

Nesse ponto temos certo desacordo com o que diz Walter (2012) sobre a estratégia de “não trabalhar tanto”. Para o autor essa não se trata de uma “(...) estratégia solidária de resistência às pressões da gestão sobre os corpos e a subjetividade operária, mas uma estratégia perversamente utilizada em benefício individual” (WALTER, 2012, p.132). Talvez essas estratégias de não trabalhar tanto não sejam necessariamente perversas, somente porque são utilizadas individualmente. Elas podem esconder esse conteúdo crítico não apagado da subjetividade dos trabalhadores quando se utilizam de tais mecanismos de defesa. Essas pequenas estratégias, podem nos apontar que os trabalhadores são sujeitos críticos com relação ao trabalho desempenhado e “não trabalhar tanto” pode se rum indicativo importante disso.

Tanto é que estas estratégias defensivas podem nos indicar que há o sentimento por parte dos trabalhadores de construir estratégias de resistência coletiva com relação ao trabalho, pois ao “não trabalhar tanto”, expressam conteúdo crítico com a condição de trabalho vivida.

Seja como for, é certo que há mecanismos de defesa que podem vir a afirmar o capital, como outros que podem vir a negá-lo se constituindo em resistências. Mas, é certo também pensar que “a resistência e o enfrentamento das pressões organizacionais dificilmente poderão ser solitários” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p.392). Daí o porquê iremos discutir no terceiro capítulo a construção de resistências coletivas através de uma Associação de lesionados pelo trabalho.

Diante desse quadro exposto é possível dizer também que a partir das falas de João e Rogério, que a fadiga expressada pelos trabalhadores, o cansaço, podem vir a constituir também primeiros sinais da degradação do corpo com relação ao trabalho desempenhado no frigorífico, por mais que os trabalhadores relatem nunca ter adoecido.

Como as LER/DORT são doenças que os sintomas vão aparecendo vagarosamente (MAENO, 2001) o cansaço e os movimentos repetitivos que João e Rogério continuam fazendo diariamente podem torná-los novos “candidatos” ao adoecimento.

Vejam nas narrativas dos trabalhadores o que sentiam/sentem após o emprego em território fabril. Lúcia fala “menino eu tava ao extremo mesmo, eu tava que eu não aguentava mais, sabe o que é você sentir dores 24 horas por dia?” (Lúcia, informação verbal). Carlos tinha dores e “queimava nos lado assim né, no braço” (Carlos, informação verbal). Joana argumenta “as mãos da gente formiga eu chegava em casa sentindo as mãos formigar, formigar, parecia que tinha um monte de bichinho

andando na minha mão (...)" (Joana, informação verbal). Fabrício "(...) sentia um pouco de dor, mas não ia atrás né, fui deixando, fui deixando até chegar onde chegou né, quando eu fui pro médico fui pra fazer cirurgia já (...)" (Fabrício, informação verbal). Cláudia, "(...) eu tenho tendinite nos nervos, tem que operar e eu não aguento de tanta dor, dias e noites sem dormir (...)" (Cláudia, informação verbal). Fernanda que antes da Sadia trabalhava de doméstica diz "eu nunca tive assim, problema de reclamar de dor em perna dor no corpo nada (...)" (Fernanda, informação verbal). José "hoje eu vivo praticamente 24 horas com dor (...)" (José, informação verbal). Elis se referindo aos braços "dói, amortece, começa a formigar é feio (...)" (Elis, informação verbal). Paula, "eu não conseguia dormir por causa das dores" (Paula, informação verbal). Roberta "daí foi começando a doer minha coluna, começou a doer, doer, doer até que daí apresentou uma lordose, da lordose daí foi pra uma hiperlordose daí já começou a doer mais (...)" (Roberta, informação verbal). Teresa, "dor, dor nos braços e nos ombros né, sentia nos ombros, a minha parte é nos ombros e nas mãos aí por último começou a dar problema nas mãos (...)" (Teresa, informação verbal). Flávia diz que o trabalho puxado e repetitivo resultou nas inúmeras lesões, "tanto é que eu peguei todas essas lesões que eu to hoje é nos ombros (...)" (Flávia, informação verbal), e recebe pensão vitalícia conquistada na justiça por seus problemas serem crônicos e sem cura.

Todas essas falas que aparecem nas nossas entrevistas se referem ao trabalho desempenhado e são sintomas aparentes de LER/DORT. Mas, a degradação do trabalho em território fabril não se encerra somente no quadro das doenças físicas, mas também psicológicas e acidentes que tiram vidas ou membros (braços, pernas, dedos etc.) dos trabalhadores. O maquinário sem proteção/manutenção foi responsável por pelo menos três acidentes de trabalho que resultaram em mutilações. Como confirmam Cláudia, Joana e Valdir:

(...) e nesse dia eu só me acidentei, tava eu e a menina pesando, *elas colocaram esteiras novas, não colocaram a placa de metal* já tinha pegado a blusa de uma amiga minha a Larissa⁷³, tinha pegado a do Flávio⁷⁴ da tarde do segundo turno, tinha acontecido um monte de casos ali né e as meninas o pessoal tudo reclamando até que deu a maior confusão, nisso aí, *só que o técnico de segurança pra não parar e não diminuir os palet, não, não vamos diminuir não, vamos trabalhar, enquanto tá dando vamos trabalhar não tá pegando a mão de ninguém vamos trabalhar* tava pronta as placas era só colocar parar e colocar mas pra não diminuir a produção não colocaram esse dia no acidente meu, *eu trabalhando que nem uma louca lá a gente já tá*

⁷³ Nome fictício.

⁷⁴ Nome fictício.

cansado pela, pela né, pela agilidade que você tem que ter ali porque o vareio tá caindo bacon pro chão tá caindo por tudo lá, fui catar o bacon só senti que algo puxou você sabe quando você sente que dá um “baque” na hora que eu senti que deu aquele “baque” eu falei pra menina da minha frente, falei Ju⁷⁵ puxou meu dedo ela falou eu não acredito, eu falei puxou eu vou puxar porque até ir lá na frente é como daqui lá na minha casa lá, para apertar o botão de stop sabe o vermelho (...) (Joana, informação verbal, grifo nosso).

(...) a máquina vivia só quebrada aquela máquina nunca arrumava e eu falava assim chama um mecânico pra arrumar essa máquina porque ficava lá parada lá aí ligavam assim mesmo a máquina quebrada, aí foi até um dia que ele ligou e eu tava ensinando um homem né um novato lá explicando o problema que tinha naquela máquina, já tinha cortado a mão de quatro ali aquela máquina quando eu acabei de falar vou pegar as peças porque tá parada o rapaz ligou lá atrás (...) a máquina levantava uma lâmina, uma descia outra subia a minha mão ficou pendurada cortou tudo ela ficou pendurada ó até aqui, cortou o osso cortou tudo aqui parou porque eu bati na tampa dela, era tão estragada que se relasse nela ela desligava (...) (Cláudia, informação verbal, grifo nosso).

A máquina sem proteção, sem sensor de desligamento, não desligava no botão de emergência, tava “fudida” mesmo, daí eu sofri o acidente nessa máquina e tinha quatro mulheres na linha de produção comigo, quando eu sofri o acidente as quatro correram pra fora e gritavam só lá fora o cara vai morrer e ninguém vinha me acudir (...) tava rodando em cima de mim, eu fiquei ali quinze minutos preso mais ou menos ali até que alguém me achou ali, aí foi mais uns dez minutos pra me tirar da máquina, ela travou tudo entortou tudo ela entro pra dentro aqui uma parte da máquina, uma parte do meu braço quebrou e uma parte da máquina entortou. (Valdir, informação verbal, grifo nosso).

Optamos por priorizar as narrativas dos próprios trabalhadores porque o objetivo foi possibilitar seus entendimentos das condições de exploração às quais estão submetidos. A compreensão de que a única preocupação do capital é lucro fez-se transparecer nas palavras dos trabalhadores, em detrimento dos elevados casos de acidentes e adoecimentos.

A fala de Joana é emblemática nesse aspecto. A preocupação em “produzir” mesmo sem a proteção da máquina que poderia trazer risco aos trabalhadores é expressiva de que o importante é garantir a produção da mercadoria e não a saúde dos trabalhadores. E essa preocupação com a “produção” que motivou o acidente de trabalho de Joana.

Os acidentes de trabalho resultam também em mortes. Para citar um caso ocorrido em 24 de novembro de 2011, quando um elevador da Sadia que já estava com

⁷⁵ Nome fictício.

problemas, caiu em cima de Halan Farber Nascimento Júnior de apenas 20 anos de idade⁷⁶.

A negligência da Sadia com relação ao maquinário parece ser então evidente. Os acidentes de trabalho de Valdir, Cláudia e Joana resultaram em mutilações, no dedo, mão e braço. Já o de Halan resultou na sua morte, tudo isso pela aparente descuido com os equipamentos e máquinas dispostos no território fabril.

Esses fatos não são isolados da realidade dos frigoríficos a nível nacional. Walter (2012) também conta que houve um acidente fatal na empresa que estudou fruto dos equipamentos sem manutenção e uso improvisado. No fato descrito pelo autor, a esteira que conduz as caixas carregadas com frangos até a pendura, que deveria ter proteção na lateral, se encaixou no uniforme do trabalhador “(...) arrastando-o quase lhe decependo (...). A esteira foi cerrada para retirar o corpo da vítima ainda com sinais vitais e o homem foi levado para uma Unidade de Tratamento Intensivo, onde ainda sobreviveu por um curto tempo” (WALTER, 2012, p.154).

E não para por aí. Os trabalhadores adoecem também do ponto de vista mental, o que a ACP deixa claro que tem nexos com as atividades desempenhadas na Sadia.

As estatísticas da Previdência Social indicam que o trabalhador de frigorífico tem quatro vezes mais chances de desenvolver transtornos de humor. E isso tem a ver com o ambiente de trabalho, pois conforme o médico perito do MPT-RS, Luis Carlos Fujii, existe a relação entre o adoecimento mental e o meio ambiente de trabalho “(...) com falta de comunicação, monótono, repetitivo, de jornadas longas com poucas pausas e submissão do trabalhador ao ritmo de produção, entre outros fatores” (MPT-RS, 2009 p.5⁷⁷).

Outra notícia, veiculada pelo MPT-PR por meio do Informativo PRT-9, coloca que os frigoríficos são causadores de doenças ocupacionais. Dentre elas a LER/DORT e os transtornos mentais “como a depressão, ansiedade ligada à linha de produção e síndrome do esgotamento profissional (em inglês, *burnout*)” (PRT-9, 2010 p.5⁷⁸).

O representante da AP-LER demonstra que na Sadia existem casos de sofrimento mental. Comentando o fato de um trabalhador que procurou a Associação e

⁷⁶ Ver link: <<http://catve.tv/noticia/6/18671/dia-de-sensibilizacao-sindicatos-alertam-contra-acidentes-de-trabalho>>. Acesso em: 12 set. 2012. Na matéria pode se constatar o depoimento da mãe de Halan, a senhora Maria Elza Ramos da Silva, que diz que o próprio filho, antes de morrer, havia dito que o elevador estava com problemas.

⁷⁷ Disponível em: <http://www.prt4.mpt.gov.br/pastas/boletim/boletim_pdf/boletim09/Boletim%20Out-Dez.pdf>. Acesso em: 12 set. 2012.

⁷⁸ Disponível em: <http://www.prt9.mpt.gov.br/Boletim/Informativo_26.pdf>. Acesso em: 12 set. 2012.

que hoje está há mais de 10 anos afastado para tratamento de esquizofrenia. Ele teve esse adoecimento por causa da pressão que a Sadia fazia para atingir a exportação:

(...) o cara ficou querendo se suicidar trabalhou dez anos e aí já está uns dez anos afastado pra tratamento de esquizofrenia nem na AP-LER não voltou mais (...) (Representante da AP-LER, informação verbal).

Fabrizio, num questionamento crítico com relação à experiência de ter trabalhado na Sadia expõe: (...) “o medicamento que existe não tem cura né, remédio pra tendão, nervo, depressão vai amontoando tudo e essa pressão psicológica que a gente sofre você vai aonde (...)” (Fabrizio, informação verbal). Aparecida também relata seu sofrimento mental relacionado ao trabalho:

(...) que nem uma época quando eu tava boa até falei pra ele (*filho*) assim na época de férias era trinta das trinta eu pegava vinte só pra não pegar trinta que eu gostava né daquilo que fazia, *só que depois eu comecei a sentir dor, humilhação também né* (...) que *meu chefe começou a encher o saco aí atacou o pânico também*, através disso atacou o pânico, eu comecei, eu ia lá falava que, tinha médico que falou pra mim, o perito falou pra mim que eu não tinha nada, mesmo com o exame, aí eu comecei né, imagina, aí já começa a cabeça, começa você tá com dor tá vendo que não pode trabalhar ali. Aí chega uma hora que você (...) (Aparecida, *grifo nosso*, informação verbal).

A condição de se sentir inválido para desempenhar o trabalho e mesmo atividades cotidianas, a partir das doenças físicas, levam também os trabalhadores a adoecer mentalmente. Comentando sobre as doenças mais frequentes na Sadia, o representante da AP-LER nos diz:

Hoje é braço que é as tendinite, bursite e as coluna né e tem os casos raros que é cardiopatia depressão tem muito também junto com essas doenças vem a depressão (...) vem junto né que o cara já tá meio deprimido (...) (Representante da AP-LER, informação verbal).

Angela expressa o que sente ao adentrar na empresa para as consultas médicas que agora tem de realizar tendo em vista seus problemas nos braços “(...) eu ultimamente quanto eu estou indo no médico *eu nem saio na porta, eu dali eu vou embora, me dá desespero quando eu entro lá dentro*” (Angela, informação verbal, *grifo nosso*).

Ou seja, estamos falando de problemas físicos e mentais decorrentes do trabalho desempenhado no território fabril. E por mais que isso pareça ser claro

(principalmente através das constatações das condições de trabalho discutidas no item 2.5), nem sempre os trabalhadores têm o nexó reconhecido com o trabalho desempenhado, seja por médicos da empresa, ou peritos da Previdência Social.

Obviamente isso gera sofrimento para os trabalhadores, pois são eles que sentem as dores e sabem que antes de ter trabalhado na Sadia nada disso os acometia. Em que pese à afirmação acima é o que conseguimos constatar nas entrevistas realizadas, pois nenhum trabalhador relatou que as doenças não teriam nexó com o trabalho desempenhado na Sadia.

E relatam que quando estavam com boa saúde a relação com a empresa era uma, mas depois que adoeceram e precisaram se afastar a coisa mudou completamente:

(...) não tem nem o que falar eles tinham que valorizar mais o funcionário eles não valorizam não, não tem valor nenhum, nenhum *só tem valor quando você tá bom, você ficou doente pegou uma ficha um atestado você não tem valor pra eles* (...) (Joana, informação verbal, grifo nosso).

(...) né daí foi o que eu falei pra ele (*supervisor*) falei assim a gente dá prioridade a gente tenta ajudar vocês, mas vocês não sabem ajudar a gente *enquanto os funcionários tá bom vocês tratam de boa quando os funcionários praticamente já não estão prestando aí vocês não estão nem aí* (...) (Fernanda, informação verbal, grifo nosso).

(...) quando a gente tá lá trabalhando dando o suor da gente lá todo mundo tá elogiando agora enquanto que a gente começa a pegar atestado ficar doente né então já começa aqueles olhares diferentes (...) (Paula, informação verbal)

(...) mas agora coisa ruim, é que quando você fica doente tipo eles te abandonam eles não te dão vamos dizer assim uma segurança, não te ajudam naquilo que eles sabem que é direito do funcionário (...) (Teresa, informação verbal).

O que se constata é que a relação dos trabalhadores com a empresa muda após o adoecimento. As dúvidas da doença, a relação com os médicos começa a gerar conflitos que certamente contribuem para o adoecimento dos trabalhadores.

Inaugura-se uma busca nova e constante para os trabalhadores que agora estão doentes: provar que o nexó com o trabalho existe, seja para a empresa ou INSS. Em geral percebemos que os médicos da empresa e peritos do INSS não têm reconhecido o nexó com o trabalho, salvo alguns casos. Dessa forma, muitos trabalhadores buscam médicos particulares (que não tenham convênio com a empresa), por desconfiarem dos diagnósticos destes.

Márcia conta que quando começou a sentir as dores no ombro estava sendo diagnosticada com fibromialgia e depressão, pelos médicos da Sadia, o que não era o caso. Nas palavras dela:

(...) porque essa dor era psicológica você imagina é que era fibromialgia eu pedi um raio-x um diagnóstico eles (*Sadia*) nunca podiam dar, e raio-x eu acho muito pouco provável e daí apertavam nuns 50 lugares e queriam que eu tivesse o diagnóstico de fibromialgia coisa que eu não tinha (...) aí fui procurar a AP-LER e encontramos um cara lá que estava na mesma situação que eu e falou assim porque você não paga um exame? Pega numa clínica assim, assim, assado, que você vai ter o resultado, *daí eu fui, mas não me identifiquei que era funcionária da Sadia fui particular mesmo paguei do meu bolso um ultrassom nos braços e deu que eu tinha tendinopatia no supra-espinhoso que é uma doença degenerativa de tanta inflamação tendinite, tendinose, enfim meu quadro tava agravado* (...) (Márcia, informação verbal, *grifo nosso*).

Ao que tudo indica Márcia, o setor médico vinculado à empresa não identificou o seu verdadeiro problema de saúde. Lúcia também tinha diagnóstico por parte da Sadia como fibromialgia. Procurou outro médico que através dos exames disse que seu caso era para ser qualificado como Auxílio Doença Acidentário (B-91) e não como Auxílio Doença Previdenciário (B-31)⁷⁹. Mas, o departamento médico não reconheceu, pois “(...) ela (*médica*) só pegou aquele papel (*exame de outro médico*) olhou assim e dobrou do jeito que tava e falou assim, que pra ela o que vale (...) é o que está lá e que eu tenho é fibromialgia⁸⁰” (Lúcia, informação verbal, *grifo nosso*).

E Lúcia ainda fala “(...) desconsiderou que pra ela o que está lá é a fibromialgia que foi do início que o médico da Sadia ele não ia por outra doença mesmo né, ela sabia que ia prejudicar a própria empresa (...)” (Lúcia, informação verbal, *grifo nosso*).

Valdir que sofreu acidente de trabalho tendo 30% de perda de mobilidade no braço e passou por reabilitação em outro setor, mas não conseguiu exercer as novas atividades, está, na visão dos médicos da empresa, apto para voltar ao trabalho.

(...) aí dali da sela de entrada deu uma artrose no braço de novo, fiquei nove meses, agora to retornando de novo só que aí eles tão querendo

⁷⁹ A diferença entre o B-31 e o B-91 é que o primeiro é concedido ao segurado do INSS doente, mas que não tenha nexos com o trabalho e o segundo exige a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e possui nexos com o trabalho desempenhado. Mais informações no próprio site da Previdência Social <www.previdencia.gov.br/>. Acesso em: 12 set. 2012.

⁸⁰ Práticas médicas parecidas foram denunciadas no programa Repórter Record exibido no dia 21/10/2012 intitulado “Perigos da Carne” e disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=XaWJQue1myY>> que além disso traz depoimentos de trabalhadores nas mesmas condições que aquelas constatadas na nossa pesquisa. Acesso em: 06 nov. 2012.

colocar eu dentro da fábrica de novo só que aonde que eu trabalhava já não posso fazer mais né (...) até inclusive eu falei com a doutora ela é médica né, médica do trabalho, e ela escreveu no papel lá que eu até queria ter pego uma cópia daquele papel, apto para manipulação de alimentos (Valdir, informação verbal, grifo nosso).

E mais à frente, na entrevista com Valdir, quando perguntado se o pessoal da empresa é doido pra pedir pra ele voltar trabalhar com 30% de perca no braço, a resposta foi a seguinte: “(...) diz à doutora que ela quer que eu trabalhe com o braço esquerdo né” (Valdir, informação verbal).

Percebe-se então que os trabalhadores têm certa desconfiança com o departamento médico da empresa. Inclusive, a ACP explana que a partir do Procedimento Investigatório na empresa, perceberam-se condutas médicas inadequadas⁸¹.

É a mesma desconfiança quando se trata do INSS. As perícias, na visão dos trabalhadores, representam um sofrimento, pois a dúvida quanto ao seu adoecimento é tarefa dos peritos. Os trabalhadores que já estão doentes, fruto de um ambiente de trabalho voltado para realização do capital e que os adoeceu, sofrem agora também com a desconfiança de que suas doenças não tenham nexos com o trabalho.

A pesquisa de Walter (2012) também aponta sérios problemas (constatados também na nossa pesquisa), com relação às perícias do INSS, conforme segue em trecho retirado de suas entrevistas seguido de análise do autor:

Outro tema elencado foi o tratamento descortês da perícia médica em diversas situações, conforme evoca Stela: “Como é que eles diz (...) isso não é doença que tu não possa trabalhar. Imagina só com dor nos braços, nem roupa no varal tu não pode colocar, então como é que tu vai trabalhar?” *Ignora-se a palavra do sujeito com dor incapacitante ou minimiza-se a gravidade, tendo como consequência concreta a cronificação da sintomatologia.* Além disso, houve relato de perícias sem exame físico nas consultas ou de exames que sequer são olhados pelos peritos (WALTER, 2012, p.146, grifo nosso).

Dados do MPT são extremamente pertinentes para esse momento. No período de 2003 a 2007 a Sadia pagou cerca de R\$ 40 milhões em impostos para o INSS e no mesmo período o Instituto pagou em benefícios aos trabalhadores da empresa quase R\$ 140 milhões (MPT-RS, 2009, p.5).

Será que esse grande déficit que a empresa gera para toda a sociedade é porque os benefícios pagos aos trabalhadores não possuem nexos com o trabalho? Porque então

⁸¹ ACP n°01428-2010-068-09-00-5, p.2.

há esse elevado encaminhamento de trabalhadores ao INSS por conta de ter trabalhado na empresa gerando déficit nas contas da Previdência Social? Eles estão mentindo sobre as doenças e dores, ou é o INSS e a empresa que estão sendo negligentes?

Respostas taxativas para essas perguntas não temos, mas as entrevistas têm demonstrado que os sujeitos sofrem muito para provar que antes do trabalho na Sadia nada tinham e depois que adoeceram, os peritos duvidam que seus problemas tenham nexos com o trabalho, mesmo que todos nós saibamos dos ritmos alucinantes de trabalho impostos em território fabril.

Elis argumenta que os peritos do INSS “às vezes nem olham os papéis que os médicos mandam, então é complicado” (Elis, informação verbal), o que ocorreu com ela, pois argumenta que seu caso já está na justiça. Cláudia também relata que numa das perícias o perito nem sequer havia observado a carta do seu médico e disse as seguintes palavras: “(...) eu acho que a senhora tem que voltar a trabalhar porque a senhora tá mais doente ainda (...)”. E ela respondeu: “(...) aparelho de medir dor não tem, quem geme de dor a noite é eu (...)” (Cláudia, informação verbal). A trabalhadora relata que depois que respondeu isso, o perito observou a carta e concordou que ela tinha muitos problemas mesmo e não havia condições de retornar ao trabalho.

Aparecida hoje afastada relata a negação por parte dos peritos do INSS com o seu problema. “Ah! na verdade pra eles, eles acham que eu não tenho nada”. As dores constantes impediam Aparecida até de trocar de roupa, mas o INSS sempre reprovava a trabalhadora nas perícias e mandava voltar ao trabalho. Sobre ter altas nas perícias do INSS ela diz “(...) sempre tive, aí recorria, recorria aí só que eu não aguentava entrar lá, não aguentava trabalhar, me travava tudo né, até pra trocar de roupa tinha vezes que as meninas me ajudavam, trocar de roupa” (Aparecida, informação verbal).

Mas, é o relato de Roberta que nos pareceu ser sistematizador do que sentem os trabalhadores quanto às perícias do INSS:

(...) gente isso aí nossa, é um absurdo esse negócio de INSS meu Deus do céu a gente vive assim sei lá sabe é terrível não tem nem explicação porque você a perícia vamos supor que você fez hoje daqui 30 ou 60 dias já vai vencer você tem que ficar naquela aflição até chegar esse dia de novo então assim a gente não vive uma vida em paz a gente vive uma vida atribulada (Roberta, informação verbal).

Não viver a vida em paz como diz Aparecida é um sentimento que persegue os trabalhadores doentes. O grande problema para eles é que dependem do aval do perito para poder continuar recebendo o auxílio, que por vezes é o único recurso que tem. E

que estes entendam o nexa com o trabalho ou não, o fato é que os trabalhadores estão doentes. Continuam sentindo dores ou permanecem com problemas psicológicos. E mais, em todas as entrevistas que realizei com trabalhadores não houve nenhum que dissesse não haver nexa dos problemas que hoje os assolam com o trabalho na Sadia.

Outro problema enfático que surgiu a partir das entrevistas na perspectiva dos trabalhadores se refere à ineficácia das reabilitações feitas na Sadia. Nas palavras deles:

(...) só que eu voltei a trabalhar não me colocaram no mesmo serviço, me colocaram num serviço bem levinho, mas não deu certo, porque era repetitivo né, era muito depressa separar moelinha né, era muito depressa, uma moela é quase o peso de um pregador e não deu certo, começava a queimar (...) em dois dias que eu tava já comecei a sentir aquelas dor né, daí fui uma semana, quando fez doze dias, aí eu falei amanhã eu já não vou mais. (Carlos, informação verbal).

(...) eu passei por uma reabilitação que era só pra eu cuidar das peças, aquelas peças pequenininhas né, mas depois eles já jogou eu na linha, depois eu já tava arrumando máquina aquelas “peçona” pesada da máquina eles levava e largava por lá aí tinha que arruma as máquina né (...) não era aquilo que eles prometeram lá em Cascavel eles deram treinamento pra mim que era só pra eu cuidar as peças mas só que a história mudou, aí depois disso eu fui só ficando ruim (...) (Cláudia, informação verbal).

(...) voltei a trabalhar, fui trabalhar de roupeiro pra entregar roupa sabe ali no suínos, só que ali entra 3500 funcionários por turno então para você entregar roupa pra 3500 funcionário, dobrar roupa, me colocaram pra dobrar roupa, eu não tinha como fazer, aí eu fiquei ali uns três meses e meio mas a troco de remédio, eu fazia o que tinha que fazer mas sempre no remédio tinha que tá sempre dopado lá (...) (Valdir, informação verbal).

Então assim (...) de lá pra cá eu (...) eu fiquei em torno de dois anos de afastamento, daí depois INSS começou a pedir reabilitação (...) fiz voltei na empresa pra pegar uma nova atividade pra fazer, eles me colocaram assim (...) no que o INSS prescreveu pra eles me colocarem *eles não fizeram o que o INSS pediu né, era pra mim evitar produtos, é, assim atividades repetitivas e que também não tivessem um peso muito elevado né, só que isso dois dias, três funcionou aí depois voltou pior do que era antes, sabe* (Flávia, informação verbal, *grifo nosso*).

Essas quatro narrativas nos auxiliam a compreender bem a questão das reabilitações. Quando ocorrem no território fabril, ao invés de diminuir o ritmo, colocar os trabalhadores em atividades compatíveis com a condição que agora se encontram e na perspectiva dos trabalhadores que entrevistamos a Sadia não cumpre exigências do INSS e nem o que promete aos trabalhadores. Parece realocar estes em funções incompatíveis que podem comprometer ainda mais sua saúde.

Márcia é mais um caso de reabilitação equivocada. Ela fez uma reabilitação no setor de caixaria da empresa, mas os movimentos repetitivos e intensos continuaram mesmo com seus dois braços comprometidos. Isso foi o contrário da promessa da Sadia,

(...) na verdade essa caixaria aí ela é só uma UTI quando o cara machucava lá embaixo eles jogavam lá pra cima (...) *é uma UTI (...) é pra dizer que você está se recuperando pra dizer que você não está lá embaixo (na linha de produção)*, mas assim eu fiquei oito meses fazendo essa reabilitação, mas eu não me encontrei lá dentro *porque não era aquilo que eles prometeram que eu ia fazer eu ia ficar na parte mais no almoxarifado, não foi isso, quando o “bicho pegava” tinha que voltar lá fazer caixa, empurrar jacaré, tirar estrada do lugar, empilhar caixa e então pegar fardos de caixa pra montar (...)* (Márcia, informação verbal, grifo nosso).

É possível perceber que a reabilitação feita na empresa é um grande problema, pois as atividades são incompatíveis com a condição dos trabalhadores adoecidos.

Na ACP há algo muito curioso com relação ao preenchimento da cota de 5% de trabalhadores portadores de deficiência ou reabilitados da Previdência Social. No ano de 2009 só havia na empresa 182 funcionários portadores de deficiência quando deveriam ter no mínimo 362 para cumprir o artigo 93 da lei nº 8.213/91⁸². Destes, 109 eram portadores de deficiência auditiva, 48 de deficiência física, 12 deficiência intelectual, 12 beneficiários reabilitados e 1 deficiente visual⁸³.

Tais números apontam que o trabalho na Sadia adocece e quando os trabalhadores se encontram nessa situação a empresa desampara-os. E mais, conforme a ACP a Sadia contrata a grande maioria de deficiência auditiva “obviamente por ser desnecessário alterações e adaptações no meio ambiente de trabalho para acolher tais trabalhadores⁸⁴”.

Esses números, a nosso ver, representam o raciocínio quantitativo do capital, tendo o trabalho como mera mercadoria. Isso para nós torna ainda mais evidente que para o capital não importa a garantia da saúde dos trabalhadores.

Portanto, todo esse conjunto de relações contribui para uma degradação do trabalho que ultrapassa o limite do território fabril, atingindo o cotidiano dos trabalhadores que muitas vezes sofrem nas suas próprias casas, portanto, impactos na

⁸² A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas na seguinte proporção: I- até 200 empregados 2%; II- de 201 a 500 empregados 3%; III- de 501 a 1000 empregados 4%; IV- de 1001 em diante 5%.

⁸³ ACP nº01428-2010-068-09-00-5, p.130.

⁸⁴ ACP nº01428-2010-068-09-00-5, p.130.

saúde e vida. O processo da doença possui nexos com as atividades realizadas na fábrica, mas nem sempre são reconhecidas pelos médicos da empresa e peritos do INSS. Os trabalhadores ficam então afastados e sem perspectivas, pois sabem das dores que sentem e que impactam na dimensão dentro e fora do trabalho. A degradação do trabalho atinge então o âmbito da vida das pessoas, que agora estão incapazes de trabalhar (consequência das relações impostas no território fabril) e não somente isso, mas também se incapacitam para atividades cotidianas, rotineiras do seu dia-a-dia.

Entretanto, mesmo que a empresa, INSS e outros não reconheçam o nexo entre o trabalho e as doenças dos trabalhadores, o fato é que eles têm de continuar vivendo. E a vida destes se transforma em sinônimo de grande sofrimento, pois, os trabalhadores estão impossibilitados de realizar atividades cotidianas algo que antes de laborar no território fabril não existia.

Ou seja, o trabalho degradante exercido no território fabril impactou na saúde e traz uma novidade desagradável para a vida desses sujeitos, pois o espaço da casa é o lugar onde ficam descartados e incapacitados de exercerem qualquer atividade, mesmo rotineira, pois, qualquer lavra cotidiana como lavar uma louça, roupa, segurar um copo, já não é mais possível devido à gravidade dos impactos do trabalho na saúde, o que gera muito sofrimento para esses trabalhadores.

De fato, a experiência do trabalho em território fabril foi responsável pelas dores intensas que hoje sentem os trabalhadores. Há casos que os impossibilita, inclusive, para fazer tarefas habituais como varrer a casa, segurar um filho no colo, segurar um copo, segurar uma bolsa, lavar roupa, pentear o cabelo, entre outras funções.

Carlos relata “(...) tem que cortar o cabelo direto, porque se for pentear o cabelo tem que agachar à cabeça (...)” (Carlos, informação verbal), isso porque não consegue realizar movimentos com o braço. Ou como diz Joana “(...) antes de eu entrar na Sadia eu não tinha uma dor rapaz eu não tinha uma dor no meu braço hoje eu não aguento assegurar uma bolsa nesse lado aqui (...)” (Joana, informação verbal). Valdir que teve acidente de trabalho e tem 28 anos de idade está querendo terminar os estudos, mas não consegue escrever com o braço esquerdo, e ironicamente a médica do trabalho disse a ele que está apto para manipulação de alimentos utilizando esse braço como vimos pouco acima. Márcia relata “(...) não aguento lavar roupa, não aguento fazer muita coisa mais (...)” (Márcia, informação verbal). Roberta, também fala “varrer essa casa se eu pegar essa casa pra varrer eu não consigo” (Roberta, informação verbal). E complementa:

(...) se eu for lavar uma louça e tiver umas panelas pra esfregar eu não consigo mais porque os dedos começam a remontar começa a tremer, tem dia que eu não consigo comer porque começa parece que uma tremedeira uma tremedeira assim que os meninos falam credo mãe que é isso que você tem (...) se for comer com garfo alguma coisa eu não consigo tem que comer com uma colher tem que ir devagar se eu pegar um copo pra tomar água fico derramando tudo né (...) (Roberta, informação verbal).

O caso de Cláudia, 52 anos, é, sem dúvida, dentre os demais entrevistados, o que se percebe as heranças mais nefastas do trabalho em território fabril. Infelizmente, o seu caso é representativo da degradação do trabalho que impacta na saúde e vida. Ela tem artrose nos dois braços, desgaste no osso da perna e quatro desgastes na coluna e se operar não anda. Também sofreu acidente de trabalho com máquina sem proteção que literalmente “abriu a sua mão”. E ela nos relata que não aguenta de tantas dores que sente.

O caso específico de Cláudia é exemplo do nosso posicionamento teórico sobre a degradação do trabalho. Antes de trabalhar na Sadia não tinha dores e nenhuma das doenças que citou. Trabalhando adoeceu e sofreu ainda acidente de trabalho (relação processo de trabalho sob o domínio do capital e impacto na saúde). E o resultado disso é que hoje está em casa incapacitada até de fazer atividades cotidianas. A convivência com as dores são diárias, nas palavras dela:

É difícil hein? Viver gemendo com dor a vida inteira, não tem um dia que eu não sinto dor. A única parte do meu corpo que não dói que eu ainda agradeço a Deus menos mal é minha cabeça que tá tudo certo graças a Deus o meu cérebro né, mas “vish!” dor nossa senhora tem dia que eu deito numa cama eu saio dali que tá doendo deito na outra é a mesma coisa (...) deito aqui no sofá não to aguentando, é diariamente a dor, é sem parar dói demais da conta incomoda. (Cláudia, informação verbal, grifo nosso).

Há ainda mais casos em que os trabalhadores dizem conviver com dores constantes todos os dias. Herança que os acompanha após a experiência do trabalho na Sadia. Como seguem em outros trechos de entrevistas:

(...) aí foi isso, me deu uma dor nos osso que eu não aguento, mas dói tanto sabe meu osso que eu não aguentava nem ficar sentada, nem em pé de tanta dor que eu tinha, eu chorava de dor [...] (Cláudia, informação verbal, grifo nosso).

(...) eu não sei o que é viver tem dia eu não sei cara eu gritava de dor eu ficava assim ó de meio da semana assim domingo segunda andando na sala gritando de dor, chorando de dor, de tanta dor, tanto

medicamento que eu tomava e não cortava minha dor [...] (José, informação verbal, *grifo nosso*).

(...) é complicado cara porque meu Deus eu estou numa vida eles sabem aí ó dor, dor, dor, dor, cara que “vish” eu passei dias aí ó andando aí cara gritando de dor assim que eu falava, que *eu pedia a morte de tanta dor que eu tinha* eu chegava na Sadia e os médicos mesmo o doutor eles dizem que no meu caso não tem o que fazer (...) (José, informação verbal, *grifo nosso*).

Todos os casos demonstram que os impactos do trabalho degradante atingem a esfera da vida dentro e fora do trabalho⁸⁵. Numa dimensão em que a degradação do trabalho impacta no cotidiano destes trabalhadores no espaço da casa. Portanto as sequelas do emprego em frigoríficos acompanharão muitos dos nossos entrevistados até o final das suas vidas, pois, em muitos casos, são doenças crônicas incuráveis. Essa situação extremamente degradante que os aflige se deve ao fato de um dia ter saído de casa para trabalhar num frigorífico...

Aqui faço minhas as palavras de Thomaz Junior (2011b, p.31) “(...) se a vida humana requer trabalho humano e também seu caráter contestador/emancipador, ela deve recusar o trabalho desumano que estranha e degrada o ser social”. Ou seja, é preciso negar por inteiro o trabalho sob o comando do capital e seu sistema hierárquico de controle sociometabólico que leva os trabalhadores ao adoecimento.

O resultado de toda a degradação do trabalho vivida em território fabril pode ser simbólica e materialmente vinculada aos inúmeros remédios que passam a acompanhar o cotidiano dos trabalhadores pelo resto das suas vidas (Figura 5⁸⁶).

⁸⁵ Usamos essa terminologia para expressar que as doenças e os acidentes incapacitam os trabalhadores dentro da fábrica (território da degradação do trabalho) devido às condições degradantes de trabalho e impactam na sua vida dentro e fora do trabalho no seu cotidiano, nas tarefas habituais, a “degradação vivida”.

⁸⁶ Fotografia capturada mediante autorização do trabalhador.



Figura 5 - Remédios consumidos por um trabalhador
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

O consumo frequente destes medicamentos induz a outros problemas. Com o passar do tempo às doses de remédio vão aumentando para amenizar as dores. Isso leva, por exemplo, a problemas de estômago. Como sugere Angela:

(...) e hoje em dia você toma remédio pra uma coisa o médico dá o remédio te atrapalha outra você não sabe o que você faz (...) se eu tomar esse remédio eu fico, ele é muito forte, *eu to com problema no estômago de tanto comprimido que eu já tomei, meu estômago tá cheio de ferida dentro* (...) eu tenho que fazer o tratamento junto com o gastro só que pra mim ir atrás de gastro, atrás de ortopedista e atrás de remédio e Sadia, tá sendo complicado pra mim é muito e quem banca? (Angela, informação verbal, *grifo nosso*).

Portanto, a partir da análise documental realizada em conjunto com as entrevistas, a pesquisa nos aponta resultados que permitem pensar os frigoríficos e especificamente a Sadia em Toledo (PR) como território da degradação do trabalho com impactos irreversíveis para a saúde e vida dos trabalhadores, que por sua vez resultam no sofrimento que ultrapassa os limites da fábrica, atingindo o cotidiano dos trabalhadores no espaço da casa, impossibilitando-os de realizar qualquer outra atividade, pois a dor, herança nefasta do emprego na Sadia irá se manifestar.

2.7 O que os resultados da pesquisa nos apontam?

Os resultados da pesquisa, a nosso ver se sistematizam no conceito de território

da degradação do trabalho. Isso porque os dados apresentados na análise documental demonstram que o adoecimento é a marca territorial do trabalho na Sadia. E mais, por meio das entrevistas podemos compreender o que significa para os sujeitos o labor diário na Sadia: movimentos repetitivos incompatíveis com a saúde e dignidade humana, muita pressão por produção e cumprimento de metas, adoecimento pelo trabalho (mesmo que os médicos, empresa e peritos duvidem), que muitas vezes são irreversíveis e incapacitam os trabalhadores até para suas atividades cotidianas.

Nessa perspectiva, entendemos que o território enquanto apropriação do espaço para a realização da mais-valia impõe relações de poder que sujeitam os trabalhadores a degradantes condições de trabalho que podem impactar na sua saúde. O setor frigorífico e a Sadia em Toledo (PR) são exemplos claros desses territórios da degradação do trabalho que não se resumem ao setor frigorífico.

A revisão bibliográfica sobre as condições de trabalho na cadeia do frango/suínos indicam que em todos os momentos há o trabalho degradante. No aviário de matrizes as condições de trabalho são degradantes e também podem adoecer os trabalhadores. A produção integrada de suínos e aves, embora se baseie em trabalho camponês, subordina a renda da terra camponesa e faz com que o camponês, para cumprir as exigências contratuais com a integradora, trabalhe 24 horas por dia e receba muito pouco pelos lotes vendidos. Mesmo assim, é sempre importante alertar que não há essa dominação unilateral sobre os sujeitos, pois o camponês se utiliza de estratégias de resistência que não se configuram em relações capitalistas, mesmo que sua autonomia diminua com a relação de “integração” que poderia ser facilmente sinônimo, nesse caso de dominação. O trabalho em território fabril (objeto central da investigação empírica) se apresenta como a degradação, no limite, do corpo e mente do sujeito que trabalha.

Portanto, as teses defendidas de que o setor de frigorífico/abatedouro de frango e suínos por gerar empregos, manter produtores integrados no campo e que devem por esses motivos receber benefícios do Estado, para nós, são muito limitadas e nada tem de neutras. Tais autores, não ultrapassam o raciocínio quantitativo dos dados, e não investigam as características do trabalho. Não porque não queiram, mas para a análise que se preocupam as condições de trabalho e vida dos trabalhadores, se limitam às estatísticas ascendentes de empregos que supostamente atestam o bem-estar para todos (BOSI, 2011a). Só a partir desses referenciais, é possível associar geração de emprego em frigoríficos com desenvolvimento, algo que não defendemos.

É preciso atenção para essas publicações. A articulação da identificação do *cluster* de atividades de frigorificação de carnes e sua associação com o desenvolvimento regional cumpre o papel científico que o capital quer. E, como acreditamos que ser homem-no-mundo e ser neutro é um projeto impossível, como nos faz lembrar Ruy Moreira, é preciso problematizar os defensores de tais ideias. Por isso, nos dedicamos em parte a cumprir esse papel, pois a Geografia do trabalho que estamos querendo ajudar a construir, por também se tratar de uma tomada de posição política, não se insere nessas perspectivas que privilegiam o capital.

Dessa maneira a construção do conceito de território da degradação do trabalho se insere na tentativa de desconstruir as teses que apenas privilegiam o capital. É por isso que estudamos no processo de trabalho as consequências desastrosas para a saúde dos trabalhadores envolvidos na Sadia, com o objetivo de contribuir para aqueles que ainda acreditam na crítica radical à sociedade do capital e não enxergam o desenvolvimento regional, apenas se utilizando de dados estatísticos.

Outro aspecto fundamental desse conceito é que ele só pôde ser construído a partir das perspectivas dos trabalhadores, principalmente através das suas narrativas. Daí a noção de classe do conceito de territórios da degradação do trabalho, pois foi a partir das narrativas dos trabalhadores da Sadia que entrevistamos que esse conceito pôde ser formulado, já que eles narravam a empresa como “açougue de gente” ou ainda que antes de se empregar em tal indústria nada sentiam e após esse emprego as dores se tornaram mais constantes. Assim buscou-se compreender o território na perspectiva dos sujeitos que o vivenciam. No caso, no ponto de vista dos trabalhadores e ex-trabalhadores da Sadia.

Nossa pesquisa demonstra que a geração de empregos, mesmo que significativa, impõe condições de trabalho extremamente degradantes. Isso se expressa nos resultados para os trabalhadores a partir do emprego desempenhado em território fabril: doenças incuráveis, dores e muito sofrimento.

Portanto, é certo que estamos a consumir e exportar produtos fruto de sofrimento humano, como bem relata Sandro Eduardo Sardá (2009b⁸⁷). A produção brasileira, exportação, geração de empregos, podem auferir estatísticas positivas, ascendentes e lucrativas, mas, ao mesmo tempo em que crescem o montante dos lucros empresariais, os trabalhadores na sua lavra diária no território fabril, encontram

⁸⁷ Apresentação de trabalho do procurador à Delegacia Regional do Trabalho de Porto Alegre intitulada, Meio ambiente de trabalho em frigoríficos, em novembro de 2009.

condições de trabalho que podem significar o seu adoecimento físico e mental.

É por isso que está certo Bosi (2012, p.1, *grifo nosso*) quando se refere ao trabalho na cadeia produtiva dos frigoríficos dizendo que “(...) o sucesso de tal indústria é uma verdadeira *tragédia social para os trabalhadores*”.

Assim, a transnacional brasileira que emprega 119 mil trabalhadores e exporta para mais de 140 países seus produtos, o que pressupõe pensá-la como um território-rede do período atual globalizado do capital, na ponta do seu processo fabril e também no campo, adoce, mutila e mata os seus trabalhadores nestes territórios incorporados à sua cadeia produtiva.

Outro ponto de destaque é o movimento de rejeição ao trabalho representado pelo *turnover* intenso. Isso expressa, a nosso ver, que as condições de trabalho impostas em território fabril, faz com que inúmeros trabalhadores entrem e saiam todos os dias da empresa. Resistem em trabalhar na Sadia, principalmente pelo fato de que as condições de trabalho impostas podem resultar numa doença incurável.

Tal movimento, se por um lado representa a resistência dos sujeitos ao trabalho, por outro, representa aos trabalhadores que continuam na linha de produção a intensificação do trabalho. Estes agora têm de trabalhar ainda mais correndo mais riscos de adoecer, sendo novos candidatos para as doenças físicas e psicológicas.

Isso para nós demonstra a evidência da marca territorial do trabalho em frigoríficos para os trabalhadores: por um lado se desligam do emprego por causa das condições penosas que podem adoecer e aos que ficam os ritmos intensos e a falta de trabalhadores os faz trabalhar ainda mais, o que é representativo da degradação do trabalho em território fabril e torna esses trabalhadores candidatos ao adoecimento.

E sobre esse assunto é importantíssimo apontar que os trabalhadores não visualizaram nos seus colegas que saem os “culpados” pela intensificação do trabalho. Pelo contrário, viram na indústria e suas condições de trabalho às principais responsáveis pelo adoecimento, intensificação e pela própria rotatividade que hoje é um problema aos próprios empresários (e tem se configurado em ações de resistência dos trabalhadores).

Deste modo o trabalho degradante é a marca territorial da Sadia. Mas, esse trabalho que adoce e degrada o sujeito, nem sempre tem o seu nexos reconhecido por parte da empresa, dos médicos e peritos do INSS.

Refletindo esse não reconhecimento das doenças ocupacionais é que se constrói também a defesa da Sadia na ACP. Para eles os números apresentados na ACP,

Tabela 9, são altos somente se considerados isoladamente. Nas palavras da defensoria da Sadia na ACP:

Todavia, se considerarmos o número de empregados da empresa (cerca de 8000) observa-se facilmente que não há nenhuma “epidemia” de doenças ocupacionais (ACP nº01428-2010-068-09-00-5, p.26⁸⁸).

É curioso notar que em nenhum momento falou-se da subnotificação presente em todos os dados do INSS. Não se percebeu nos argumentos da defesa que entre 2006 a 2008, pelo menos 1 trabalhador a cada dois dias teve algum benefício previdenciário concedido. Curiosamente a defesa se “esqueceu” dessa informação e tratou de julgar esses dados (de período curtíssimo de tempo) somente correlacionando ao total de empregados da empresa. Se em 3 anos foram 660 benefícios por doenças osteomusculares e mentais, imagine só no período que a empresa está instalada no município desde a década de 1970.

Esquecem-se também, os advogados de defesa da Sadia, das implicações para a vida dessas pessoas doentes o que não pode ser tratado meramente como um número. As dificuldades expressas nas narrativas dos trabalhadores é o que tentamos demonstrar através dos seus depoimentos.

Ou seja, de fato os trabalhadores estão doentes, mesmo que médicos e advogados da empresa, peritos, entre outros, não reconheçam o nexo com o trabalho. Mas, os entrevistados que tivemos acesso, demonstram que mesmo não tendo reconhecido esse nexo, nunca haviam sentido dores antes de trabalhar na Sadia.

É por isso que o emprego na Sadia pode não te deixar sadio. Aquilo que se materializou nas palavras de Joana: “(...) ali não é um açougue de carne, ali é um açougue de gente” (Joana, informação verbal).

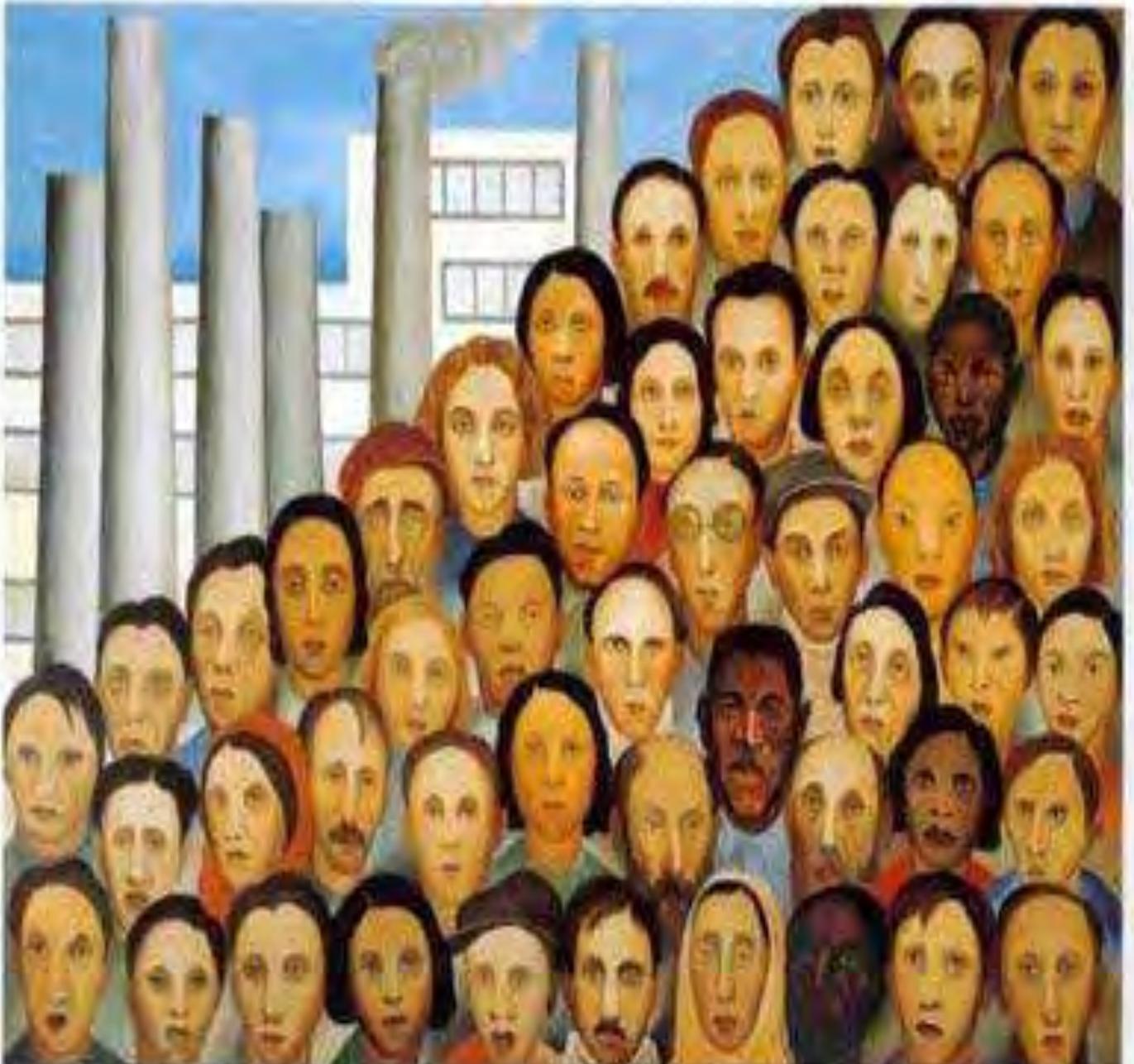
Só é um açougue de gente pelo fato de o trabalho historicamente ter se transformado em fonte de alienação pelas mediações de segunda ordem impostas (assunto discutido no primeiro capítulo). E é esse trabalho sob o mando do capital que não é fonte de humanidade, mas, sim a negação dessa que (des)realiza o ser social e degrada a sua saúde física e mental.

É por esses motivos que entendemos os frigoríficos e a Sadia como territórios de degradação do trabalho.

⁸⁸ Número de página do documento original de defesa da Sadia. Provavelmente na ACP em sua integralidade a paginação tenha alguma diferença.

CAPÍTULO 3

*As resistências dos trabalhadores
frente à degradação do trabalho no
território fabril*



Operários, obra de autoria de Tarsila do Amaral (1933) (7DASARTES.BLOGSPOT.COM.BR)

Quando abordamos no primeiro capítulo, que ao longo da dissertação, estaríamos discutindo os entendimentos sobre o trabalho degradante no território fabril e seus impactos na saúde dos trabalhadores e que isso ultrapassaria os limites da fábrica, atingindo o cotidiano, a vida dos sujeitos já adoecidos, no espaço da sua casa (espaço da reprodução), estávamos tentando apontar que as alternativas de resistência construídas pelos trabalhadores pudessem também se expressar, ganhar interlocução com o debate proposto.

Ora, estes trabalhadores que adoecem e são descartados não são necessariamente sujeitos passivos. Eles buscam de maneira individual ou coletiva, o cumprimento dos seus direitos negados e entram em conflito com o capital e com o Estado na figura da Previdência Social e Justiça do Trabalho.

Nem sempre os projetos políticos desses trabalhadores são ousados (BOSI, 2011a), mas há apontamentos da resistência importantes e que se materializam em tentativas de parar partes do processo de produção em grupos, há a negação sistemática ao trabalho representada pela rotatividade e até mesmo a busca pelos direitos negados na Justiça do Trabalho.

Na busca por esses direitos negados, e a contrária do sofrimento vivido individualmente no espaço da reprodução e não acompanhado pelos sujeitos coletivos de representação de classe (os sindicatos), que os trabalhadores lesionados começam a buscar alternativas coletivas. No caso em estudo, a AP-LER, instância organizativa, por fora da esfera sindical, se apresenta como uma importante alternativa construída pelos trabalhadores.

É dessa maneira que os resultados dramáticos das condições degradantes em território fabril, que impactam na saúde e vida, tem feito despertar um movimento dos trabalhadores lesionados organizados na AP-LER. É por essa via que têm ocorrido às primeiras ações a opor resistência mais clara ao despotismo fabril e às consequências do trabalho na região (BOSI, 2011a).

Isso se reflete em números dos associados que no início da AP-LER entre 1997 e 2004 eram majoritariamente bancários lesionados e a partir de 2005 53,6% dos associados já eram trabalhadores de frigoríficos (SCALCO, 2008). Atualmente, somente no município de Toledo há cerca de 500 trabalhadores lesionados associados à entidade (Representante da AP-LER, informação verbal).

Para nós isso representa os passos para uma resistência coletiva mais organizada no Oeste Paranaense, para enfrentar a degradação do trabalho vivenciada

nos territórios fabris dos frigoríficos e também na cadeia produtiva como um todo. E a ação da AP-LER representa uma alternativa da organização coletiva dos trabalhadores contra a degradação do trabalho que vivenciaram.

Por outro lado essa ação da AP-LER pode nos indicar outra questão: a inoperância dos sindicatos. Isso porque os próprios sindicatos da alimentação e das cooperativas (que juridicamente recebem as contribuições sindicais e legalmente são as entidades que representam os trabalhadores), não tem mostrado uma atuação intransigente na defesa dos direitos dos trabalhadores do setor frigorífico.

Não assistimos essa ação acirrada em defesa dos interesses dos trabalhadores o que leva inclusive aos depoimentos em que os trabalhadores expressam a ação sindical muito pouco combativa na região, seja pelo distanciamento com a base ou na negação de emissão de CAT's, ou ainda na desconfiança do atrelamento desses com as empresas quando os qualificam de "Sindicato da Sadia" ou "Sindicato das Cooperativas", conforme alguns relatos de trabalhadores e resultados de pesquisas nos ajudam a compreender.

E, muitos dos trabalhadores entrevistados na pesquisa têm procurado a AP-LER ao invés do STIA-Toledo, o que minimamente nos põe a questionar a ação sindical. Mas muito mais que questionar a ação específica do STIA-Toledo é preciso refletir sobre a estrutura sindical oficial, que induz a esse estado "passivo-negocial" da ação sindical.

A AP-LER tem se constituído então, a nosso ver, na organização coletiva dos trabalhadores lesionados, por fora da seara sindical, e a sua ação tem feito o enfrentamento mais direto com o capital, mesmo com limites. Deste modo, estamos percebendo aquilo que denominamos de "fissura" na luta, pois tendo em vista a retirada de cena dos trabalhadores, motivadas por lesões, com desdobramentos para a saúde e a continuidade da vida laboral e política, há impactos na capacidade de mobilização do sindicato.

As perguntas que inicialmente nos levam a pensar e tentar construir respostas segue: por que há outra forma de organização dos trabalhadores, com a AP-LER, por fora da esfera sindical oficial? O sindicato, organizado na estrutura sindical oficial está fragilizado e por isso há outra organização para defender os interesses dos trabalhadores?

Sem as respostas prontas procuraremos apresentar aquilo que conseguimos constatar através da pesquisa, com as fontes orais e documentais que tivemos acesso e que nos permitem contribuir para esse debate.

3.1 As mudanças no mundo do trabalho e a estrutura sindical em xeque!

Para entender as “fissuras” na luta dos trabalhadores de frigoríficos é extremamente importante entendermos o funcionamento da estrutura sindical, quais seus objetivos, seu surgimento na história e os limites em propor a luta anti-capital por estar vinculada ao Estado. É preciso também demonstrar que a transformação ocorrida no mundo do trabalho, através da reestruturação produtiva, também impõe alguns desafios e coloca em crise os sindicatos de estado.

Pensamos que os desafios que se põem no cenário do Oeste do Paraná as “fissuras” na luta (Sindicatos x AP-LER), *não estão descolados da crise do movimento sindical*, do seu apego à estrutura corporativa, aos limites impostos pelo reconhecimento via categorias fracionadas. Debater essas temáticas pode ser produtivo para entender essas manifestações locais.

Por conseguinte, mais do que entender essas “fissuras” que surgem no âmbito local, é preciso compreender os limites impostos historicamente ao movimento sindical, seja pela via corporativa (estrutura sindical) seja pelas transformações atuais decorrentes da reestruturação produtiva com impactos no mundo do trabalho, que se manifestam também na escala local.

É certo pensar que houve transformações importantes no mundo do trabalho em que se expandiram novas expressões do trabalho como o crescimento da informalidade é um grande exemplo. Um mundo do trabalho marcado então pela terceirização, flexibilização, precarização, expansão da informalidade, foi alvo de inúmeras interpretações⁸⁹ e obviamente põe desafios e dilemas para o movimento sindical.

Por um lado, esse cenário que emergiu na década de 1970 (HARVEY, 2008; ANTUNES, 2009), fez com que alguns autores como Claus Offe (1989) e André Gorz (1982) com as atenções voltadas para a diminuição do proletariado fabril na Europa desenvolvessem a tese de que o trabalho não seria mais a categoria sociológica central

⁸⁹ São inúmeros os estudos que tratam dessa temática, mas ver, por exemplo, as publicações de Ricardo Antunes, Giovanni Alves, David Harvey, dentre outros.

e, portanto não haveria mais sentido em apostar na revolução do trabalho. Afinal de contas o proletariado fabril estava se reduzindo e por esse motivo as teses marxistas haviam se tornado, ultrapassadas para esses autores.

Por outro lado, as reações que se deram para problematizar tais teses também ocorreram. Ricardo Antunes é certamente um dos principais autores a negar tais preposições, em *Adeus ao Trabalho?* texto de sua livre-docência defendida em 1994 e depois publicado pela Cortez no ano de 1995, o autor reafirma a centralidade do trabalho (ANTUNES, 1995). Para ele, a redução do proletariado fabril não significa necessariamente o fim do trabalho, ou da revolução do trabalho, mas tão somente que a classe trabalhadora na contemporaneidade não se limita somente ao formato clássico do “proletário puro”.

Esse mundo do trabalho mais heterogêneo e fragmentado, com novos formatos sociais do trabalho (informal, part-time, terceirizado, etc.), impõe desafios para a ação sindical e não nega a centralidade do trabalho. Os sindicatos, acostumados a representar apenas os trabalhadores com direitos, ou seja, aqueles com contratos formalizados se veem agora num paradoxo, pois sua ação “tradicional” já não dá mais conta de compreender a realidade social da classe trabalhadora contemporânea e a sua imensa heterogeneidade.

Sobre os desafios impostos pela reestruturação produtiva para a ação sindical argumenta Oliveira (2005, p. 31):

Os sindicatos, pautados na estrutura corporativista e segmentados em categorias profissionais, têm dificuldade para assimilar a horizontalização gerada pelas mudanças desencadeadas com base no modelo toyotista de organização da produção. Significa dizer que, se o sindicalismo também não se horizontalizar, não conseguirá contemplar a classe trabalhadora nesse universo fragmentado de estáveis e informais, de desempregados e subempregados.

Assim sendo, é certo que houve transformações importantes no mundo do trabalho que o tornaram mais heterogêneo. Os impactos na subjetividade (organismos de representação coletiva – sindicatos) são evidentes e colocam limites e desafios para a luta política dos trabalhadores, como apontou Oliveira (2005).

Além dessas transformações mais gerais no mundo do trabalho ensejadas pela reestruturação produtiva, no caso brasileiro a estrutura sindical oficial, também representa limites importantes para a organização coletiva dos trabalhadores, tendo em vista esse cenário heterogêneo e fragmentado do trabalho.

Sob essa estrutura corporativa apenas os trabalhadores formalizados acessam os sindicatos, isso quando se trata de sindicatos atuantes, pois ainda há outras questões importantes como a falta de legitimidade de muitos dos sindicatos que por receberem as contribuições obrigatórias (garantidas por lei), muitas vezes são ausentes para o conjunto dos trabalhadores da base tendo pouquíssimos desses associados.

Enxergamos então na estrutura sindical vertical de Estado um limite para pleitear ações contra hegemônicas e de contestação e construção de uma sociedade emancipada do capital.

Armando Boito Júnior em entrevista recente ao Jornal Voz Operária⁹⁰, disponibilizada em 20 de novembro de 2012 pelo Instituto Humanitas (Unisinos), afirmou que “Lênin dizia que o sindicalismo pode ser uma escola de guerra ou socialismo; pois bem, no Brasil ele deseduca politicamente os trabalhadores”.

Tais palavras são muito importantes, pois expõe às limitações das ações contra hegemônicas do sindicalismo no Brasil: a prática sindical legitimada pelo Estado, aquilo que o mesmo autor vem chamando de *sindicalismo de Estado* (BOITO JÚNIOR, 2005).

É preciso entender as origens históricas da estrutura sindical hoje vigente no país e suas influências, que remontam ao varguismo e foram influenciadas pelo modelo sindical do fascismo italiano (MATOS, 2009).

Para Boito Júnior (2005), a estrutura sindical surgida no período Vargas teve por objetivo disciplinar e controlar a organização da luta sindical dos trabalhadores e sua ação reivindicativa. Fato esse, representativo, pois o que motivou a criação da estrutura vertical de Estado no período Vargas, foi justamente minar as inspirações revolucionárias dos sindicatos independentes anarquistas/comunistas que já vinham atuando no país desde a República Velha (MATOS, 2009).

Para alcançar seus objetivos Vargas se utilizou de estratégias. Uma delas foi significativa para afligir o movimento sindical combativo que tratou de ligar os direitos garantidos pela legislação trabalhista, recém-nascida, somente aos sindicatos que estivessem atrelados a estrutura oficial. Portanto, os sindicatos autônomos que não se vinculavam à estrutura oficial e eram críticos a ela, não poderiam acessar aos direitos mínimos garantidos aos trabalhadores.

⁹⁰ A entrevista foi concedida ao Jornal Voz Operária órgão da Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes (CCLCP) depois de curso ministrado pelo professor em novembro de 2012. A entrevista está disponível na íntegra em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/515628-a-situacao-do-sindicalismo-no-brasil-entrevista-com-armando-boito-junior>>. Acesso em: 19 dez. 2012.

Isso certamente serviu para enfraquecer as lideranças sindicais combativas (leia-se, anarquistas e comunistas), instaurando nesses sindicatos “oficiais” a incorporação de dirigentes “pelegos”, mais ligados ao programa político varguista.

Portanto, a legalização da ação sindical teve por objetivo incorporar grande parte dos trabalhadores no projeto político do populismo varguista e só se viabilizou pela repressão aos sindicatos independentes de inspiração comunista e anarquista (CARVALHAL, 2004).

Outro ponto importante é que a própria instauração da legislação trabalhista também foi uma forma de frear o movimento sindical autônomo e combativo que organizava inúmeras greves e manifestações de confronto ao capital. Conforme Varussa (2002, p.30):

O projeto de legislação tentava assim incorporar na formulação, na defesa e na justificativa, as ações implementadas pelos trabalhadores, não lhes negando a existência, mas apresentando-as como práticas a serem superadas, como reações primitivas, instintivas, já que eram resultantes de “ímpetus naturais”, para os quais, pode-se concluir, a lei firmava-se como solução racional civilizada. Desta forma, ao buscarem firmar um significado, subvertem os significados que teriam para os trabalhadores aquelas ações.

Esses sindicatos combativos que já atuavam no Brasil desde a República Velha e se constituíram através de organizações autônomas, sem a vinculação com o Estado, tiveram, de alguma forma, algumas das suas reivindicações “atendidas” na construção da legislação trabalhista no Brasil, que por um lado buscou materializar suas aspirações na forma da lei, mas que por outro procurou frear a ação combativa, visto que a legislação se mostrava apenas na aparência como solução racional (VARUSSA, 2002). Dado importante que pode evidenciar essa atuação sindical por fora da estrutura nascente no período Vargas é exposto por Matos (2009) quando mostra que houve 24 greves entre 1888 – 1900 e 116 entre 1915-1929.

Ou seja, mesmo sem estrutura sindical os trabalhadores organizavam-se e inclusive pleiteavam greves no país. Isso mostra que os sujeitos não podem ser encarados como passivos em que há uma dominação total. Seus projetos, pautas, formas de organização são explicitados através das práticas que no decorrer da história mostram que no Brasil os trabalhadores atuaram na defesa dos seus interesses mesmo antes do período de 1930.

Por esse motivo, várias das reivindicações do movimento sindical desse período serão materializadas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943 e,

portanto, por também visar frear a ação combativa do sindicalismo de aspiração anarquista-comunista, a legislação trabalhista jamais pode ser encarada como “invenção” do suposto “Pai dos Pobres”, numa visão que a enxerga como um benefício milagroso de um sujeito “bom” que pensava pelos “pobres” e não como a garantia de um direito mínimo.

Essa atuação de sindicatos combativos do período da República Velha serve também para mostrar a diversos setores do sindicalismo que defendem a estrutura sindical, sob o argumento de que a sua dissolução poderia impor sérios limites para a atuação sindical, que mesmo sem ela os trabalhadores lutaram coletivamente.

Atualmente, muitas entidades sindicais no Brasil sobrevivem dos recursos da contribuição obrigatória, primeiramente denominado de imposto sindical em 1940 e desde 1966 chamado de contribuição sindical. Alguns representantes sindicais argumentam que defender o fim da estrutura sindical é o mesmo que estar distante da unidade dos trabalhadores. Wagner Gomes, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), defendeu essa tese no dia 27 de março de 2012, elencando que o fim da contribuição sindical é de viés liberal e tema secundário⁹¹.

A história tem mostrado que não é preciso da estrutura sindical verticalizada de Estado para os trabalhadores se mobilizarem. Os movimentos sociais do campo e da cidade, o movimento estudantil e boa parte do movimento sindical dos funcionários públicos funcionam por fora da tutela do Estado e são responsáveis por importantes mobilizações e conquistas. Por qual motivo então é preciso defender a estrutura sindical vinculada ao Estado, conforme fazem alguns representantes do movimento sindical e defensores de tal estrutura? Fala-se em unidade, mas qual unidade é essa quando vemos que boa parte dos sindicatos no Brasil que sobrevivem das contribuições obrigatórias são sindicatos fantasmas e distantes da base? É essa suposta unidade que quer se manter pela defesa da estrutura vigente?

Outro aspecto importante é que com a vinculação ao Estado, obviamente a autonomia dos trabalhadores é limitada. Exemplos claros são colocados quando na

⁹¹ No seu argumento ele expõe também que outras centrais reconhecidas pelo Ministério do Trabalho como a Força Sindical, UGT, Nova Central Sindical e CGTB defendem a contribuição que corresponde ao desconto anual de um dia de trabalho dos assalariados, repudiando a campanha que a CUT puxou. A mesma central que supostamente defende o fim da contribuição (CUT), fruto principalmente das ações que permitiram a sua criação no movimento do chamado “novo sindicalismo” tem ampla parte dos seus sindicatos apegados à estrutura oficial e é questionável a sua postura, pois ainda se mantém por dentro de tal estrutura. O artigo de opinião de Wagner Gomes está disponível em: <<http://portalctb.org.br/site/opinioao/16669-campanha-da-cut-divide-e-enfraquece-o-movimento-sindical>>. Acesso em: 19 dez. 2012.

ditadura militar houve a intervenção direta nos sindicatos expulsando os líderes mais críticos, bem como, nos dias de hoje em que o Judiciário intervém nos sindicatos para arbitrar disputas de base de eleições entre chapas rivais.

Isso, sem contar que a estrutura sindical estimula o caráter “negocial” do sindicalismo de Estado e também a manutenção de sindicatos distantes da base que resistem graças às contribuições obrigatórias, e mantém ações duvidosas na defesa dos interesses dos trabalhadores de suas bases.

A ação sindical que visa somente garantir direitos, negociar melhores salários, agir por dentro da legalidade é uma característica marcante no sindicalismo brasileiro. Tal situação, estimulada pela estrutura sindical, não permite grandes avanços rumo à superação da ordem estabelecida até porque os sindicatos são de alguma forma parte do Estado (CARVALHAL, 2000).

E como entendemos que o movimento do trabalho é antagônico ao capital é necessário que a atuação dos sindicatos não se resuma à legalidade. Ora, os sindicatos hoje atuam no território que o Estado lhe impõe (base territorial municipal), visando quando muito à manutenção dos direitos e tal situação (que é importante) não é suficiente para a tarefa histórica dos trabalhadores que é transformação da sociedade.

Se pensarmos que o papel da luta política dos trabalhadores é, a derrubada da sociedade do capital, pelo fato de que são estes que produzem toda a riqueza que na sociedade de classes é privadamente apropriada, a ação sindical pela via da estrutura imposta permite alcançar esse objetivo?

Certamente os sindicatos que teoricamente deveriam ser as entidades da classe trabalhadora com foco na transformação da sociedade e destruição do capitalismo, tem se apegado à estrutura vertical e corporativa, assumindo um nítido corte negociador com o capital que não tem avançado em lutas significativas para os trabalhadores. Portanto, não tem se transformado em “canchas de resistência ou verdadeiras escolas de socialismo e exemplos de construção revolucionária” (THOMAZ JUNIOR, 2011b, p.321).

O que estamos querendo chamar a atenção com toda essa discussão é que a ação de cunho negociador dos sindicatos e atrelada à estrutura oficial é histórica e surgiu para controlar os sindicatos combativos. Portanto é preciso pôr em xeque a estrutura sindical oficial e apostar na construção de sindicatos autônomos ao Estado e legitimados pela base para que avancemos na construção de uma sociedade emancipada.

Obviamente, em meio ao debate proposto, não podemos nos furtar de indicar alguns avanços que houve em termos da mobilização coletiva dos trabalhadores principalmente através do “*novo sindicalismo*”, por exemplo, que surgiu a partir das greves iniciadas em 1978, que culminaram na criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 (MATOS, 2009).

Estes lutaram contra a estrutura sindical vertical de Estado (por dentro e a mantiveram), por entenderem que estava na ruptura com esta à saída para a emancipação dos trabalhadores. Foi, um movimento histórico dos trabalhadores que culminou em conquistas importantes, mas, que não conseguiu acabar com a estrutura oficial dos sindicatos, que continua até hoje a representar os trabalhadores de forma fragmentada.

Conforme Santana (1999, p.111) “a proposta da alteração radical da estrutura sindical tão cara ao ‘novo sindicalismo’, cedeu lugar a uma certa acomodação e coexistência”. Ou ainda como diz Rodrigues (1995) houve um deslocamento tanto do discurso como da prática de uma crítica contundente a estrutura sindical em 1978 para uma postura mais pragmática “(...) optando-se por uma adaptação à estrutura na tentativa de transformá-la por dentro” (RODRIGUES, 1995, p.122).

Exemplo dessa passagem de uma postura de confronto para de colaboração encontram respaldos nas práticas com as experiências nas câmaras setoriais e a participação das representações sindicais em fóruns tripartites (RODRIGUES, 1995). O que expressa essa postura de colaboração, negociação e porque não de certa acomodação que ajuda a manter a estrutura sindical vigente. E, se não há o abandono total do objetivo da revolução socialista que é central para o movimento do trabalho há ao menos uma pormenorização dessa busca já que a postura assumida pelos expoentes do “novo sindicalismo” foi à manutenção por dentro da estrutura oficial.

Podemos dizer também que a estrutura sindical oficial contribui de certa forma para o distanciamento da identidade operária (alienada) com a representação do trabalho em diferentes categorias/corporações sindicais (THOMAZ JUNIOR, 1998, 2002a). A estrutura verticalizada (oficial) que se reconhece através da divisão técnica do trabalho, ou seja, não como trabalhador, mas sim pela ocupação (motorista, funcionário público, professor, químico etc.), é uma fragmentação que impõe “imensas dificuldades de articular, numa perspectiva horizontal mais ampla, a organização (e a resistência) da classe, permanecendo a categoria assalariada” (ALVES, 2000, p.114).

Como referencial de abordagem geográfica da limitação da estrutura sindical oficial na representatividade das lutas políticas dos trabalhadores, temos o caso estudado por Thomaz Junior (2002a), para o capital sucroalcooleiro:

Em resumo, como o capital sucroalcooleiro é hegemônico na delimitação da abrangência do fato econômico e sobre ele exerce gestão totalizante, os trabalhadores e os sindicatos estão emparedados nos limites da alienação provocada pela divisão técnica do trabalho legitimada pelo Estado. *Daí estarem fragmentados entre o que é urbano e o que é rural, entre as fronteiras da base territorial, entre o que é essa ou aquela categoria* (THOMAZ JUNIOR, 2002a, p.233, grifo nosso).

Ou seja, a estrutura oficial do sindicalismo desde o ponto de vista histórico-geográfico, é problemática para o avanço das lutas dos trabalhadores. Se comparada a ação do capital que se dá hegemonicamente, a resistência via categorias expressas pela divisão técnica do trabalho não contribui para a abordagem e atuação enquanto classe trabalhadora, mas sim, para uma visão parcial (corporativa), ou seja, o motorista, o professor, o coureiro, o cortador de cana, o operador de *telemarketing*, como se não fossem parte da mesma classe (perca da noção mais horizontal da classe trabalhadora).

Carvalho (2000) argumenta que essa situação é desafiadora, pois sob o capital “(...) cada vez mais tem sido suprimidas as barreiras político-administrativas, em termos mundiais, sendo que há muito tempo as divisões municipais deixaram de ser empecilho para o seu livre deslocamento” (CARVALHAL, 2000, p.9).

Por isso, os trabalhadores fragmentados por categorias e territorialmente, legitimados por uma ação negocial (tendência imposta pela estrutura sindical), dificilmente podem imprimir outro curso histórico para a emancipação da classe, se apegados a essas fragmentações. Ou seja, dificilmente poderão construir uma ação contra hegemônica da forma como estão organizados no sindicalismo de Estado.

O caso da cana estudado por Thomaz Junior (2002a) é representativo novamente, pois enquanto o capital se espalha pelo território como cana-de-açúcar plantada ou empresas sucroalcooleiras, numa ação que subverte os limites territoriais impostos pelo Estado, a fronteira municipal, o trabalho na forma da sua ação política (sindicatos) se materializa enquanto identidade corporativa, sob os desígnios do ordenamento imposto pelo Estado, delimitado pela fronteira do município, o que revela gestões territoriais diferenciadas.

E, essa ação política do trabalho fragmentada corporativamente é que tem contribuído para o surgimento de sindicatos pouco combativos, pois, distancia a identidade do trabalhador com a classe, lendo-se na delimitação da divisão técnica do trabalho. Dentre outros problemas que já apontamos no decorrer dessa problematização da ação sindical atual.

É em meio a esse cenário que buscamos compreender “os porquês” da ação sindical pouco combativa no Oeste Paranaense. O apego à estrutura oficial de Estado demonstra o corte negociador dos sindicatos com o capital aspecto relevante também na ação sindical local. Isso se materializa na ação sindical pouco combativa, pois, é como se o papel destes se limitasse a alcançar os Acordos e Convenções Coletivas com as empresas e sindicatos patronais, num “diálogo” de negociação, sendo que a luta dos trabalhadores motivados pelas mutilações e adoecimento no trabalho não fosse parte de suas preocupações.

Essa postura de negociação, de ter conquistado “o respeito da empresa” nas negociações, como nos argumenta um representante sindical, somado a certa inoperância com relação com questões locais que buscam interferir processo de trabalho que adoecem como o caso da ACP que foi fruto de inúmeras outras denúncias (da AP-LER), não pleiteadas pelo próprio sindicato, nos parece ser significativo de uma ação pouco combativa. E pensamos que essa não se resume a desafios e limites impostos localmente ao movimento sindical, mas sim, que está atrelada também a questões mais gerais como o apego a estrutura sindical que impõe limites para que o movimento sindical se “enxergue” como movimento do trabalho e da construção revolucionária.

3.2 As fissuras na luta dos trabalhadores no Oeste Paranaense

Queremos afirmar nosso firme propósito de manter e fortalecer as nossas ações de enfrentamento a todas as situações dolorosas, árduas e complexas que afetam a vida das vítimas deste processo produtivo. Porque o trabalho não deve doer, mutilar e matar. Mas sim, garantir a vida saúde e a dignidade das pessoas que vivem do trabalho (Boletim da AP-LER, 2010).

Poderíamos dizer de antemão que a AP-LER tem se mostrado atualmente, no Oeste Paranaense, enquanto resistência coletiva mais bem organizada para enfrentar a

degradação do trabalho que resulta nas doenças e acidentes de trabalho em diferentes setores, mas com especial atenção ao setor frigorífico.

A associação que luta pelos direitos dos trabalhadores acometidos por doenças ocupacionais de diversos setores, tem se colocado na defesa coletiva dos interesses também dos trabalhadores doentes, envolvidos no setor frigorífico como um todo, com associados que vão desde a granja de matrizes até a atividade industrial propriamente dita.

Essa Associação tem colocado em pauta questões pertinentes para os trabalhadores lesionados e sua atuação se dá por fora da estrutura sindical o que nos coloca elementos importantes para entender a resistência dos trabalhadores, mesmo por fora dos sindicatos. Daí um dos motivos da discussão realizada no item anterior, já que temos percebido uma ação sindical de nítido corte negociador-assitencialista no Oeste Paranaense, distante de pautas locais que defendem mudanças no processo de trabalho e buscam a luta pelo trabalho digno.

No ano de 1997 trabalhadores lesionados de diferentes setores, mas majoritariamente bancários e da telefonia, organizaram a associação com sede na cidade de Cascavel, com o objetivo de “organizar a luta coletiva pelos direitos dos trabalhadores lesionados e intervir na realidade para diminuir os casos de adoecimento em função da organização do trabalho” (SCALCO, 2008, p. 5).

A sua atuação tem se dado através de denúncias contra o capital no que tange à saúde dos trabalhadores, publicação de material informativo dos direitos destes, organização de manifestações e atenção diária aos lesionados que chegam aos montes na associação de distintos setores, hoje majoritariamente de frigoríficos.

Desde o início da atuação da AP-LER já se apontavam as dificuldades da ação sindical em representar os trabalhadores doentes. Conforme Cêa e Murofuse (2008, p. 425, *grifo nosso*):

As inúmeras dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores lesionados no início da ocorrência dos casos de LER na cidade de Cascavel revelaram as *dificuldades dos instrumentos formais de representação dos trabalhadores, especialmente os sindicatos, para o enfrentamento dos problemas com o rigor e prioridade requeridos.*

Esse é um dos motivos do surgimento da AP-LER, desde o início com o intuito de organizar os trabalhadores lesionados, para que estes compreendam o problema e a busca de soluções sob a sua ótica. Isso porque eles são vítimas do processo de trabalho

que tem contribuído para a produção e reprodução da doença (CÊA e MUROFUSE, 2008).

As denúncias das condições de trabalho degradantes e o protocolo de ações via Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região já vem sendo realizados desde 1999, quando foi feita uma ação contra o então existente Banco Banestado, que impunha ritmo de trabalho alucinante aos trabalhadores que os acometiam por LER/DORT. Também, no mesmo ano em conjunto com mais 32 entidades sindicais de Cascavel a AP-LER formalizou uma denúncia contra o INSS relacionada às perícias médicas. Conforme o Informativo da AP-LER de outubro de 1999:

Entre as situações mais graves incluíam-se a negação sistemática de direitos previdenciários, o tratamento indigno aos acidentados do trabalho, além da vinculação indevida do então supervisor-chefe (Dr. Yegor Moreira) com o INSS e com a Telepar, concomitantemente (INFORMATIVO DA AP-LER, 1999, p.1).

Em que pese que ainda hoje os peritos continuam tendo tratamentos abusivos contra os trabalhadores nas perícias, como constatamos na nossa pesquisa, a ação da AP-LER ajuda muito a defender o direito inalienável da saúde dos trabalhadores denunciando as perícias fajutas que mandam os trabalhadores mesmo doentes de volta ao trabalho. Certamente essa é uma luta importante.

No ano de 2006 a AP-LER também realizou novas denúncias contra a alta indevida autorizada pelos médicos peritos do INSS e no ano seguinte, fez uma manifestação em frente à Agência da Previdência Social de Toledo, “(...) para entrega de denúncias à Controladoria da Previdência Social e ao CRM, contra os peritos-médicos pelo não estabelecimento do Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP), maus tratos e altas indevidas aos segurados” (MATIAS, 2010, p. 9).

Com o pedido de revisão de processos, pela associação, através da implantação do Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP), e pela mobilização coletiva dos trabalhadores 80% dos casos foram reconhecidos como Auxílio-Doença Acidentário o B-91 (MATIAS, 2010).

Dentre essa atuação, especial atenção da associação está sendo dada ao setor frigorífico. Devido a grande procura de trabalhadores desse setor à AP-LER, a associação resolveu priorizar atenções para o atendimento destes.

O município de Toledo é o pioneiro na atuação da associação no que tange ao setor frigorífico, pois os trabalhadores doentes oriundos da Sadia tiveram uma grande procura à Associação o que motivou a criação de uma sede da AP-LER no município.

Isso representa, a nosso ver, o fortalecimento da organização coletiva dos trabalhadores de frigoríficos que estão, ao menos no papel, representados por sindicatos da alimentação ou de cooperativas, pouco ou nada combativos, que os leva a terem certa desconfiança com estes.

Essa fissura na luta, ganha contornos materiais como veremos em seguida com a tentativa de oposição ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Toledo (STIA-Toledo), através da expectativa de criar um novo sindicato (Sindicato dos Trabalhadores em Frigoríficos de Toledo), por não concordarem com a ação daquele sindicato que representa os trabalhadores da Sadia no âmbito do formalismo jurídico, assunto que será aprofundado posteriormente.

Mas antes, vejamos a ação da AP-LER no que tange à saúde dos trabalhadores em frigoríficos. A partir de 2005, a maioria dos associados advém do setor frigorífico, e o primeiro foco de atuação foi à organização dos trabalhadores lesionados pela Sadia em janeiro de 2006. Na ocasião a AP-LER contava com 18 associados da Sadia de Toledo que tinham diagnósticos positivo para doença na coluna lombar (M 54) e lesões nos ombros (M 75).

A AP-LER denunciou à Procuradoria Regional do Trabalho (PRT), Ofício de Toledo os casos dos associados, tendo em vista o conhecimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nº087/05, que já havia sido firmado em 11 de maio de 2005 entre o então existente PRT, Ofício de Toledo e a Sadia, no qual a referida empresa se compromete a emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) com a finalidade de obtenção de benefício previdenciário junto ao INSS.

A denúncia do descumprimento do TAC firmado foi feita em 26 de maio de 2006, momento em que a Associação delatou vários casos de trabalhadores que foram demitidos doentes ou inválidos para o trabalho, portanto sem CAT emitida, simplesmente foram descartados. Já no ano de 2007 a Associação começou a emitir CAT, mas a empresa negava a estabelecer o nexo de causalidade entre a ocupação e o agravo a saúde dos trabalhadores:

Mesmo aqueles que tinham sido acometidos por acidentes típicos tinham dificuldade em obter o reconhecimento desta fatalidade pela empresa (INFORMATIVO DA AP-LER, 2008, p.2).

Dessa forma, a atuação da associação vinha causando certo espanto aos empresários, tendo em vista que os sindicatos estavam ausentes de toda essa movimentação⁹².

Assim, em 2008 a associação conquista aquilo que considera uma das primeiras vitórias na região fruto das suas mobilizações, o Termo de Ajustamento de Conduta Aditivo nº6/2008. Neste termo, que é fruto de denúncia da Associação ao MPT há pelo menos dois anos antes, a Sadia se comprometera a cumprir itens previstos em lei, relacionados a questões do adoecimento no trabalho⁹³ e que foram negligenciados. Como segue no informativo publicado pela associação:

Considerado uma vitória decorrente das mobilizações da AP-LER, o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Aditivo 6/2007, assinado por representantes da Sadia S.A., da Procuradoria Geral do Trabalho de Toledo e de Cascavel, médicos do trabalho e AP-LER, muda aspectos importantes nas relações de trabalho na empresa. Pelo termo – fruto de denúncia e de reivindicações que vem sendo feitas pela entidade há dois anos – a Sadia compromete-se em 24 itens, a adequar questões, já previstas em lei, mas não cumpridas, relacionadas às doenças do trabalho (INFORMATIVO AP-LER, 2008, p.2).

Essa ação da AP-LER visa uma intervenção direta nas condições de trabalho impostas no território fabril que tem levado os trabalhadores ao adoecimento. Embora, se trate de pontos que já são previstos pelas NR's, não se descarta a validade dessa ação para as possíveis melhorias no ambiente de trabalho decorrentes do TAC e que se cumpridas teriam um resultado positivo para o conjunto dos trabalhadores da Sadia.

E, dessa ação pode-se perceber que embora a Sadia estabeleça no território fabril condições de trabalho penosas que adoecem os trabalhadores (o que denominamos de território da degradação do trabalho), isso não significa que estes aceitem passivamente tal situação, pois, lutam contra o capital. E, a ação da AP-LER nesse sentido tem contribuído para a construção de alternativas do ponto de vista dos trabalhadores no enfrentamento com o capital, para que estes não adoçam no trabalho.

Essa vitória para os trabalhadores em relação à disputa judicial, não surtiu o efeito esperado, pois vários itens do TAC foram novamente descumpridos, posteriormente pela empresa. Mas, não foi uma ação em vão, pois, esse descumprimento dos itens do TAC, foi denunciado pela AP-LER e culminou na

⁹² Ou ao menos a população em geral não tem visto a ação sindical fazendo esse tipo de enfrentamento. Pois, se o faz nem minimamente é noticiado na mídia e outros veículos de informação.

⁹³ Ver no Anexo B os itens que compõe esse documento.

fiscalização por oito Auditores Fiscais do Trabalho na unidade da Sadia em Toledo, onde foram lavrados 23 Autos de Infração que embasaram a prova técnica e documental para a Ação Civil Pública nº 01428-2010-068-09-00-5, no valor de R\$50.000.000,00, em andamento ainda hoje contra a Sadia.

Embora existam limites na ação pela via judicial, essa não pode ser descartada sendo que por ela se mostrou através de ampla prova documental e técnica que o trabalho na empresa pode adoecer e mutilar. Também é preciso entender a sua importância pelo histórico de denúncias da AP-LER que se estendem há alguns anos atrás, o que demonstra ser possível a organização coletiva dos trabalhadores para enfrentar o adoecimento no trabalho.

E essa ação é importante para o conjunto dos trabalhadores, pois ao menos, deu uma maior visibilidade para a realidade das doenças ocupacionais que os trabalhadores enfrentam após trabalharem na Sadia e denunciou com ampla prova documental e técnica o adoecimento e os descumprimentos às leis trabalhistas.

Todo esse percurso de denúncias foi fruto da organização coletiva dos trabalhadores em torno da AP-LER e são ações importantes para ao menos minimizar o adoecimento e dar visibilidade aos impactos nefastos à saúde dos trabalhadores envolvidos nos frigoríficos para o conjunto da sociedade.

Se pensarmos na perspectiva de Carvalhal (2008), que a luta de classes através dos sindicatos, sociedade civil e movimentos sociais pode interferir no movimento dinâmico do capital, perceberemos que a ação da AP-LER tem cumprido esse papel para os trabalhadores do setor frigorífico. E a sua ação na região tem demonstrado que é preciso denunciar/dar visibilidade ao trabalho que mutila, adocece e mata nestes verdadeiros territórios da degradação do trabalho que podem descartar para sempre os trabalhadores.

Embora saibamos que muito ainda tem de ser feito é preciso demarcar que a Geografia do trabalho pode contribuir sobremaneira para observar quais são as organizações que hoje estão colocando em xeque a sociedade do capital. No caso dos frigoríficos do Oeste Paranaense e, mais especificamente, da Sadia, não se tratam dos sindicatos de trabalhadores, mas sim da auto-organização dos trabalhadores lesionados (AP-LER) que luta contra as condições de trabalho impostas no território que degrada e mutila inúmeros sujeitos, atuando no enfrentamento com o capital.

Deste modo, essas ações de conflito mais direto com o capital, tendo em vista o cumprimento da lei e intervenção direta nas condições de trabalho, impostas no

território fabril, da Sadia, não foram protagonizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação e Afins de Toledo (PR), mas sim pela AP-LER. Isso nos leva a questionar a ação sindical local e refletir seus limites que em nosso posicionamento estão relacionados à discussão do item 3.1.

O sindicato (STIA-Toledo) ao menos nos registros que obtivemos em entrevistas e análise documental estava distante até mesmo da fiscalização, da emissão de CAT's, como obtivemos alguns relatos de trabalhadores que nos ajudaram a esclarecer:

Quando eu precisei do sindicato foi pra pedir uma CAT, portas fechadas (Lúcia, informação verbal).

(...) se acha que sindicato me ajudou? Me ajudou nada (...) aquilo ali eu acho que é 100% Sadia (...) eu acho que eles nem poderiam ser chamados de sindicato eles tinham que ser sindicato da Sadia (...) (Joana, informação verbal).

(...) eu falei com o presidente ele disse que eles não tinham condições de ajudar uma pessoa, porque tinham várias pessoas era muito grande a quantidade de gente, então eles não podiam ajudar um e não ajudar os outros, daí foi o que eu disse eu paguei 16 anos né de contribuição (...) aí eu voltei a questionar, *mas eu não tenho CAT eu to como doença e eles disseram “não CAT quem tem que abrir é a empresa não é nós”, então se negaram sempre a ajudar né* (Fabrício, informação verbal, *grifo nosso*).

Pra mostrar pra ele (*Presidente do sindicato*) e falar assim ó, você faz o favor de ir lá levar esses exames pra doutora e pegar minha CAT eu vou falar assim pra ele eu quero a minha CAT se ele disser “não mais eu não posso” ah! você não pode? Aí eu vou denunciar o sindicato se ele falar pra mim mais uma vez, ele⁹⁴ ou o próprio presidente falar que ele não pode ir atrás pra ela abrir minha CAT ou ele abrir, não quero saber quem vai abrir eu só sei que eu quero a CAT dos meus ombros (Teresa, informação verbal, *grifo nosso*).

Em que pese essas denúncias feitas por trabalhadores em registros obtidos em entrevistas, o que se percebe no que tange à ação sindical vinculada ao setor da alimentação e cooperativas, corrobora com a constatação de outros autores, quando argumentam que essa ação na região Oeste Paranaense, como um todo, é pouco combativa (BOSI, 2011a; 2011b; 2012, CÊA e MUROFUSE, 2008; 2010, VARUSSA, 2012).

⁹⁴ Essa pessoa a qual a trabalhadora se refere é a pessoa do STIA-Toledo que ajuda o pessoal com problema de saúde decorrente do trabalho que disse a ela que não poderia ajudá-la, pois o suposto problema que ela tinha não era possível de abrir a CAT. A própria trabalhadora foi atrás do seu direito e depois de quatro meses nessa batalha conseguiu que fosse aberta a CAT do problema das suas mãos, restando ainda a do ombro que ela avisa no depoimento que se o sindicato não abrir ela irá denunciá-los, conforme afirma em entrevista realizada na sua casa.

No caso dos trabalhadores da base do Sindicato dos Trabalhadores em Cooperativas Agrícola, Agropecuária, Agro-industrial de Palotina e Região (SINTRASCOOPA), que representam expressiva parte dos trabalhadores envolvidos nos frigoríficos das cooperativas⁹⁵, do Oeste do Paraná, as constatações não são diferentes.

Varussa (2012) mostra na sua pesquisa como os trabalhadores, através dos seus depoimentos, marcam a atuação ilegítima dos sindicatos “cooperativistas”, na construção de um distanciamento da entidade conceituada por um dos seus entrevistados como o “sindicato das cooperativas” e não dos trabalhadores. Para ele:

A referência dos trabalhadores ao sindicato a partir dos serviços prestados e do reajuste de salário, por sua vez, expressa *uma ausência na pauta do sindicato* e na maneira como se relaciona com a categoria (...) (VARUSSA, 2012, p.13, *grifo nosso*).

Outra ressalva importante a ser feita é que no rol de reivindicações para 2012, dos sindicatos de cooperativas, nos pontos que se referem à Medicina e Segurança do trabalho, “nenhuma referência foi feita ao quadro enfrentado pelos trabalhadores dos frigoríficos” no que tange ao grande adoecimento evidenciado no setor (VARUSSA, 2012, p.14), mesmo que os sindicatos dos trabalhadores em cooperativas “represente” quase 65% dos trabalhadores de frigoríficos da região, até porque a maioria dos trabalhadores em frigoríficos do Oeste Paranaense estão empregados em abatedouros de cooperativas.

E as condições de trabalho impostas no território fabril frigorífico das cooperativas não são diferentes do constatado nas empresas. As pesquisas de Gemelli (2011) e Silva (2010) sobre o trabalho em frigoríficos de cooperativas apontam que as condições de trabalho podem ter efeitos nefastos sob a saúde dos trabalhadores⁹⁶. É o

⁹⁵ No Oeste Paranaense temos cinco frigoríficos que abatem aves que pertencem a cooperativas: Cooperativa Agroindustrial (C-Vale) em Palotina, Cooperativa Agroindustrial Consolata (Copacol) em Cafelândia, Cooperativa Agrícola Mista Rondon (Copagril), Cooperativa Agroindustrial Lar (LAR) em Matelândia, Coopavel Cooperativa Agroindustrial (Coopavel) em Cascavel. Com base nos dados municipais de 2010 do número de empregos em abate de aves suínos e outros pequenos animais é possível chegar ao dado de 16203 trabalhadores empregados em frigoríficos de aves de cooperativas. É importante ressaltar que no caso de Marechal Cândido Rondon há problema no dado disponibilizado pela RAIS, pois nas estatísticas constam 12 empregos para a variável, sendo que no site da Copagril encontramos 1600 empregos no frigorífico de aves de Marechal Cândido Rondon. Portanto somamos 1600 ao invés de 12 empregos para chegar ao número de 16203.

⁹⁶ Em Gemelli (2011, p. 24) temos a seguinte afirmação: “Devido à rapidez na realização do trabalho, é comum encontrarmos trabalhadores que desenvolveram problemas de saúde, alguns irreversíveis, se tornando descartáveis para a realização do trabalho e para atividades cotidianas como pentear os cabelos e/ou varrer a casa”. Silva (2010, p.110) nos indica que: “Diretamente para o trabalhador é importante apontar para as condições de trabalho e implicações para sua saúde, adquirindo doenças e problemas de

que também se constata em publicações do MPT, fruto de investigações nas cooperativas, LAR e C-VALE, ambas localizadas na região:

Segundo o Procurador Enoque Ribeiro depoimentos de trabalhadores da Cooperativa (LAR) levaram ao convencimento de que estavam sendo assediados moralmente, o que ocasionou muitos pedidos de demissão. Também foram constatados *vários afastamentos de empregados por doença ocupacional, além de lesões decorrentes de esforço repetitivo* (INFORMATIVO PRT9⁹⁷, 2009, p.7, grifo nosso).

Em setembro, as procuradoras Sueli Bessa e Patrícia Patrui deram início a uma inspeção no frigorífico da C-Vale de Palotina. Segundo elas, o objetivo é averiguar questões ligadas à ergonomia, como adequação de postos, análise de dados de afastamentos, Programas Médico e de Prevenção de Acidentes, além de questões correlatas à temática, por exemplo, irregularidades relacionadas à jornada de trabalho. *Nessa inspeção, já foram identificados postos de trabalho inadequados, problemas relacionados à ausência de intervalos em setores com exposição a baixas temperaturas e pausas insuficientes* (INFORMATIVO PRT9⁹⁸, 2011, p.8, grifo nosso).

As constatações em pesquisas e investigações do MPT apontam a relação do adoecimento e as condições de trabalho impostas no território fabril das cooperativas abatedoras de aves. Mas, ironicamente, na pauta de reivindicações para 2012, dos sindicatos das cooperativas, não há, minimamente referência ao quadro de adoecimento enfrentado pelos trabalhadores do setor. Como isso pode ocorrer, tendo em vista que há apontamentos claros, através das pesquisas citadas e das constatações do MPT, de adoecimento nos frigoríficos de cooperativas?

Esse fato para nós é representativo da ação pouco combativa desses sindicatos e do que constatou Varussa (2012) para os 42 entrevistados e empregados em frigoríficos de cooperativas da base do SINTRASCOOPA. Nessa pesquisa, os resultados apontam uma suposta ilegitimidade da entidade do ponto de vista dos trabalhadores de sua base.

Uma diferença com relação à atuação dos sindicatos de trabalhadores em cooperativas é percebida ao menos em âmbito nacional através da pauta defendida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação,

saúde que em alguns casos necessitam ou necessitaram de cirurgias”. Ambos referenciais se referem a pesquisas de Mestrado realizadas com trabalhadores de dois frigoríficos de cooperativas (Copacol – Cafelândia e Copagril – Marechal Cândido Rondon).

⁹⁷ Notícia disponível em: <http://www.prt9.mpt.gov.br/Boletim/informativo_23.pdf>. Acesso em: 12 set. 2012.

⁹⁸ Notícia disponível em: <http://www.prt9.mpt.gov.br/Boletim/informativo_29.pdf>. Acesso em: 12 set. 2012.

Agroindústria, Cooperativas de Cereais e Assalariados Rurais (CONTAC), vinculada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), no que se refere à saúde do trabalhador em frigoríficos através da discussão sobre a Norma Regulamentadora específica para o setor.

O STIA-Toledo está junto com a Confederação e Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação e Afins (FTIA-PR) na luta pela aprovação da NR específica para o setor frigorífico como aparece em sua publicação intitulada, Unidos Somos Fortes de setembro/outubro de 2011, onde o Presidente expõe que “essa NR vai nos ajudar na defesa da saúde dos trabalhadores dos frigoríficos”.

No ano de 2011, houve também a “Caravana da NR dos Frigoríficos”, organizada pela FTIA-PR e seus 17 sindicatos filiados, que percorreu 17 municípios⁹⁹ no estado do Paraná, distribuindo 89.600 informativos de um total de 100.000 impressos, com informações a respeito das mazelas enfrentadas pelos trabalhadores de frigoríficos e pela necessidade de aprovação da NR para o setor¹⁰⁰ (Figura 6).



Figura 6 - Caravana da NR dos Frigoríficos em manifestação no Paraná (2011)

Fonte: CUT

⁹⁹ Jacarezinho, Arapongas, Rolândia, Jaguapitã, Umuarama, Cianorte, Cidade Gaúcha, Rondon, Cascavel, Toledo, Pato Branco, Tapejara do Sul, Dois Vizinhos, Capanema, Francisco Beltrão, Carambeí e Ponta Grossa.

¹⁰⁰ Fonte: <<http://cut.org.br/acontece/21365/caravana-da-nr-dos-frigorificos-chega-ao-final-de-sua-campanha-pelo-parana>>. Acesso em: 22 set. 2012.

O município de Toledo também foi um dos alvos das manifestações. No dia 06 de outubro de 2011 foi organizada uma carreata que saiu da frente da sede do INSS local às 9 horas da manhã e percorreu áreas centrais da cidade e se encerrou na sede do sindicato, no Jardim Panorama. Distribuiu-se também, material informativo sobre a discussão da NR em frente à Sadia no mesmo dia, no horário do almoço. Em entrevista concedida ao jornal Casa de Notícias no dia 05 de outubro de 2011, o presidente do STIA-Toledo argumentou que, com a aprovação da NR:

Os milhares de trabalhadores e trabalhadoras do setor terão uma arma a mais para combater os abusos, as péssimas condições de trabalho, as jornadas exaustivas e, conseqüentemente, reduzir os acidentes e as doenças hoje tão comuns nessas indústrias (CASA DE NOTÍCIAS, p.1, 2011)¹⁰¹.

Logo, o sindicato tem atuado atualmente discutindo a NR que é um ponto limitado, mas, se cumprido poderá ser positivo para os trabalhadores. Ou seja, é limitado porque a aprovação da NR não é garantia real de melhorias nas condições de trabalho e é positivo porque se transforma numa lei que normatiza pausas ergonômicas e outros aspectos o que pode minimizar o sofrimento dos trabalhadores, muito embora esses pontos já estejam presentes no texto de outras NR's.

Outra questão que surge é: será mesmo que a criação de uma NR específica para o setor irá mudar a situação do adoecimento? Afinal de contas, como percebemos as outras NR's já estão sendo descumpridas e é óbvio que a luta não pode se resumir a criação de novas legislações.

Mas, mesmo que essa seja uma luta válida é pouco provável que o capital irá cumprir essa nova NR, pois na lógica societal vigente não há espaço para promoção da saúde dos trabalhadores (conceito tão caro à perspectiva da Saúde Ocupacional ver item 1.4), pelo fato de ser o trabalho reduzido à mera mercadoria vendável e, enquanto essa racionalidade imperar, não haverá preocupação com a saúde do sujeito que trabalha. Daí a necessidade de lutar por NR, mas não se resume apenas a essa ação. Os sindicatos tem de ser fortes na cobrança da real efetivação dos pontos da NR e de outras legislação que garantem direitos aos trabalhadores. Além de que não podemos esquecer-nos do real objetivo do movimento do trabalho que é a emancipação do capital e a NR não tem caráter emancipatório, mas sim paliativo.

¹⁰¹ Notícia disponível em: <<http://casadenoticias.com.br/noticias/4485>>. Acesso em: 12 set. 2012.

Essa atuação, em conjunto com a FTIA-PR e com a CONTAC, tem uma postura mínima de defesa dos direitos dos trabalhadores já violados pleiteando uma nova NR para o setor que, grosso modo, tem o objetivo de instituir pausas de recuperação de fadiga de 10 minutos a cada 50 minutos de trabalho, entre outras demandas relacionadas à minimização do adoecimento no setor. Mas, o necessário que é a organização política dos trabalhadores para o enfrentamento com o capital que mutila e degrada no território fabril frigorífico continua desprivilegiado pela ação dos sindicatos no Oeste Paranaense.

Os sindicatos de trabalhadores em cooperativas, seguindo as indicações de Varussa (2012), nem ao menos nessa discussão sobre a NR, estavam vinculando às suas pautas de reivindicação (diferente dos sindicatos do ramo da alimentação).

Mas, ao mesmo tempo em que o STIA-Toledo acompanha essa ação da CONTAC, não está ao lado dos trabalhadores naquilo que hoje temos de mais relevante para a denúncia do território fabril, como promotor de doenças ocupacionais irreparáveis, que é a ACP movida contra a Sadia.

É minimamente questionável que a ação do sindicato por hora tenha aparecido na forma da luta pela aprovação da NR dos frigoríficos, mas que tenha estado distante de outras questões locais muito importantes para os trabalhadores, pleiteadas pelo menos desde 2005 pela AP-LER.

A indicação que podemos inferir no momento sobre essa postura mais crítica ao trabalho na defesa da saúde dos trabalhadores, por parte do sindicato, se apresenta para acompanhar um movimento mais forte nacionalmente pela aprovação da NR e também pela própria oposição da AP-LER que vinha construindo importantes lutas para os trabalhadores do setor mesmo antes dessa discussão sobre a NR dos frigoríficos.

Essa ação pode ser demonstrada por fatos concretos apresentados ao longo da nossa discussão, e é por isso que não discordamos quando se fala de uma ação pouco combativa dos sindicatos que representam os trabalhadores de frigoríficos no Oeste Paranaense (sejam eles de trabalhadores em cooperativas ou da alimentação). Isso porque a AP-LER foi se destacando na luta coletiva dos trabalhadores, desde 2005 e os sindicatos estiveram longe dessas ações.

A ação da AP-LER então vem sendo notória para o enfrentamento com o capital numa postura mais crítica e de intervenção direta no processo de trabalho. As suas denúncias é que tem surtido efeitos mais notáveis para confrontar-se o adoecimento relacionado com o trabalho.

Na sua trajetória relacionada ao setor frigorífico, o TAC nº 6/2008 que havia sido considerado uma vitória fruto das mobilizações da Associação no mesmo ano já foi denunciado novamente pelo seu descumprimento por parte da empresa (MATIAS, 2010).

Ao que se sabe, o STIA-Toledo esteve distante desse processo e esse é um fato importante que aponta para a compreensão da ação sindical pouco combativa na defesa intransigente do interesse dos trabalhadores que começa a apontar algumas pequenas mudanças somente depois da oposição da AP-LER.

Seja como for, os resultados que colhemos na pesquisa demonstra que os sindicatos estiveram longe das questões sobre a saúde do trabalhador em frigoríficos na região até a discussão da NR.

E, tendo em vista o descumprimento do TAC nº 6/2008 firmado entre MPT, AP-LER e Sadia foi protocolado pela associação uma denúncia e também um pedido, em 2009, de fiscalização na unidade da Sadia em Toledo ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), pela associação em que foram lavrados 23 autos de infração (material que tivemos acesso e discutimos no capítulo 2), juntamente com um pedido de fiscalização das demais unidades da Sadia em 2010.

Essas são ações valiosas na defesa dos interesses dos trabalhadores e que culminou na Ação Civil Pública nº 01428-2010-068-09-00-5, que se encontra em andamento contra a Sadia, na qual a AP-LER está no polo ativo da ação.

Ora, pela via da ACP, ao menos houve uma fiscalização nos postos de trabalho dentro da Sadia em que publicamente foi possível ter acesso a informações importantes sobre o trabalho degradante no território fabril. Por esse documento, foi possível compreender que os postos de trabalho na Sadia estão inadequados ergonomicamente e os ritmos de trabalho são alucinantes, não respeitando nem mesmo os limites biomecânicos do corpo humano.

E as denúncias que culminaram nessa ação, não foram feitas pelo sindicato que recebe a contribuição sindical, mas, sim pela AP-LER que atende os trabalhadores já acometidos pela LER/DORT que é a herança aos homens e mulheres do trabalho degradante da Sadia e de outros frigoríficos no Brasil e no mundo (assunto abordado no primeiro capítulo).

Aliás, foi descoberto um Acordo de Flexibilização de Jornada entre o STIA-Toledo e a Sadia que incorpora o Banco de Horas na empresa de forma irregular. Há ainda que questionar até que ponto é viável e importante para a base dos trabalhadores

um acordo que instaura o banco de horas. As experiências com esse tipo de Acordo demonstram que é muito mais viável para o capital o banco de horas do que aos trabalhadores. Então qual é o motivo do sindicato defender esse acordo e ainda de forma irregular?

As denúncias feitas pela AP-LER e que culminaram na ACP podem minimamente contribuir para a coletividade dos trabalhadores da Sadia, para que ao menos tenham o ritmo de trabalho diminuído, reduzindo assim as doenças ocupacionais, não foi feita pelo sindicato da categoria. A postura de negociação, assistencialismo, que é estimulado pela estrutura sindical de Estado, privilegia essa ação que pouco contribui para ações coletivas de enfrentamento ao processo de trabalho que mutila e degrada a saúde dos trabalhadores.

E as fissuras na luta entre STIA-Toledo e a AP-LER se tornaram ainda mais claras no dia 25 de julho de 2009, pois nessa data uma assembleia, que contou com cerca de 400 trabalhadores na Universidade Estadual do Oeste do Paraná *campus* de Toledo, com o objetivo de fundar um novo sindicato para representar os trabalhadores foi realizada. O ato político nem pode ser iniciado, pois como noticiou o jornal Gazeta Mundial¹⁰², no dia 26 de julho do mesmo ano, após o discurso proferido pelo diretor da AP-LER este quase foi agredido pelo presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação e Afins (FTIA-PR).

Assim, a assembleia não pôde ser realizada, mas teve uma grande representatividade, do ponto de vista da luta política dos trabalhadores (Figura 7). O que é relevante deste episódio é perceber que os próprios trabalhadores se organizaram para reivindicar um novo sindicato, visto que, avaliaram que o STIA-Toledo não estava atuando em prol dos seus interesses.

¹⁰² Notícia que tivemos acesso através da cópia impressa do Informativo produzido pela Comissão de criação do Sindicato dos Trabalhadores em Frigoríficos de Toledo.



Figura 7 - Trabalhadores da Sadia reunidos em Assembleia para a criação do Sindicato dos Trabalhadores em Frigoríficos de Toledo
Fonte: AP-LER.

Do lado do STIA-Toledo, houve a avaliação feita pelo seu presidente de que este movimento foi extremamente negativo. Na versão feita por ele, o STIA-Toledo tem várias provas de que os trabalhadores doentes não estão abandonados pelo sindicato.

É importante notar que houve um primeiro ato que representa a fissura na luta dos trabalhadores e que nos põe questionamentos importantes para a pesquisa. E temos percebido no decorrer do estudo que a trajetória de denúncias/atuação/mobilizações da AP-LER tem contribuído muito mais aos trabalhadores na reivindicação dos seus direitos, nas denúncias das péssimas condições de trabalho, do que o próprio sindicato que afinal de contas até mesmo um Acordo de Flexibilização de Jornada irregular pleiteou, algo questionável quando se pensa em benefícios a base dos trabalhadores. Como comparece no Informativo da Comissão de Criação do Sindicato dos Trabalhadores em Frigoríficos de Toledo (2009, p.4):

Desde 2005 a Sadia vem sendo denunciada pela Associação dos Portadores de Lesões por Esforço Repetitivo AP-LER, por causa das péssimas condições de trabalho e o grande número de trabalhadores doentes e acidentados pelo trabalho. Em fevereiro de 2008, foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta entre a Procuradoria do Trabalho, a Sadia e a AP-LER. Foram 24 itens a serem regularizados. Infelizmente pouco ou nada mudou e os trabalhadores continuam a ser mutilados pelas más condições de trabalho e quando não servem mais para o trabalho, são encostados como inválidos. E se

lutam pelos direitos são castigados com a demissão. A AP-LER então denunciou o descumprimento do Termo. E agora na primeira semana de agosto o Ministério enviou 8 (oito) Auditores Fiscais do Trabalho para promoverem uma fiscalização na empresa, tendo por base entre outras coisas as denúncias da AP-LER e o Termo assinado e descumprido pela Sadia. Onde estava o “Sindicato da Sadia” durante este tempo todo? É por isso que a direção da AP-LER está apoiando a criação do Sindicato dos Trabalhadores em Frigoríficos. Ninguém pode servir a dois senhores, ou defende-se os trabalhadores ou os seus exploradores.

Esta manifestação para nós é representativa da fissura que vem ocorrendo na luta dos trabalhadores. Isso é fruto dos fatos que vimos narrando anteriormente, pois, o STIA-Toledo esteve distante das questões que envolvem interferência direta no território fabril em defesa da saúde dos trabalhadores.

Por isso, percebemos que a luta na defesa da saúde dos trabalhadores, que é um elemento crucial dos resultados do trabalho, em território fabril frigorífico, só ganha força no STIA-Toledo com a oposição da AP-LER e através da luta mais geral no âmbito da CONTAC.

E, pelo menos ao que sabemos, essa preocupação tem ganhado uma maior relevância a partir da oposição da AP-LER (no caso do STIA-Toledo), ou nem ganha preocupação como no caso dos sindicatos de cooperativas. Portanto, a resistência da AP-LER é o que faz o STIA-Toledo, por exemplo, estar mais próximo da luta pela saúde dos trabalhadores envolvidos em frigoríficos, pois só se percebe isso após essas resistências por fora da seara sindical e que culmina também na luta em âmbito nacional pleiteada pela CONTAC para a aprovação da regulamentação da NR dos frigoríficos na qual o STIA também se insere.

E, é por isso que o STIA-Toledo não está distante dessa realidade, e fruto dessa ação pouco combativa é que vimos surgir um movimento por fora da seara sindical que é a AP-LER, com proposições que tem colocado em xeque mudanças estruturais, na linha de produção da Sadia (processo de trabalho) e na luta política organizada pelo trabalho digno, que só poderá ser fruto de outra forma de organização da sociedade.

Essa ação sindical pouco combativa não se restringe ao STIA-Toledo, mas inclusive a outros do ramo da alimentação e das cooperativas do Oeste Paranaense que não têm feito ações combativas ao capital, ao menos no que conseguimos apreender ao longo da nossa trajetória de pesquisa sobre o assunto que se estende desde a graduação e as contribuições de outros pesquisadores.

Essa ação pouco combativa, a nosso ver se liga às questões mais gerais discutidas no item 3.1, pois é um dos resultados da manutenção da estrutura sindical que limita a ação do movimento sindical mais combativo e que impõe um modelo de sindicato “apegado” ao legalismo e fracionado em categorias.

O surgimento da AP-LER na avaliação que conseguimos realizar no momento está intrinsecamente relacionado à ação sindical pouco combativa e, obviamente, ao número gigante de trabalhadores que se lesionam e estão desassistidos por esses sindicatos. Isso nos remonta a pensar que os próprios trabalhadores, no caso específico dos frigoríficos, atingidos por lesões irreparáveis, não têm se tornado sujeitos dóceis ao capital, construindo alternativas coletivas.

O território da degradação do trabalho que lhes causou danos irreparáveis, não conseguiu os tornar sujeitos que aceitam passivamente essa condição, visto que os trabalhadores têm se organizando coletivamente na AP-LER, por fora da seara sindical. E, através da associação os trabalhadores têm lutado contra a degradação do trabalho que impacta na sua saúde e vida, se manifestam contra o tratamento indigno nas perícias médicas e tentam fundar em 2009 um novo sindicato em Toledo.

Todo esse rol de ações dos trabalhadores lesionados em torno da AP-LER tem demonstrado que há uma fissura na luta, que atinge a capacidade de mobilização dos sindicatos do Oeste Paranaense.

E, a ação da AP-LER, continua de maneira mais abrangente com denúncias contra mais frigoríficos do Oeste e do Sudoeste do Paraná (Quadro 4).

Quadro 4 - Denúncias da AP-LER junto ao Ministério Público do Trabalho (2010)

Empresa	Denúncia da AP-LER
Cooperativa Agroindustrial (LAR)	Por não emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho CAT para três (3) de nossas associadas. Além disso, está demitindo trabalhadores que ainda estão em tratamento médico e incapacitados para o trabalho.
Cooperativa Agroindustrial Consolata (COOPACOL)	Por não custear o tratamento de trabalhadores vítimas de doenças causadas pelo trabalho.
Cooperativa Agroindustrial (COOPAVEL)	Por ter negado a emitir a CAT de uma operária acidentada em 2006 e que está até hoje na fila do SUS aguardando pra fazer uma cirurgia no joelho para recuperar a sua capacidade laboral.
Brasil Foods (SADIA)	Denúncia na unidade de Francisco Beltrão por estar demitindo trabalhadores que ainda estão em tratamento médico e incapacitados para o trabalho. Além de não emitir a CAT e custear o tratamento necessário ao pleno restabelecimento da saúde.
Kaefer Administração e Participações (GLOBOAVES)	Por não emitir CAT e não pagar o tratamento dos operários com doenças adquiridas no ambiente de trabalho.

Fonte: Informativo da AP-LER, fevereiro de 2010.

A ação da AP-LER, tem se mostrado, então, na perspectiva da defesa intransigente da saúde dos trabalhadores, lutando contra as condições de trabalho degradantes que adoecem muitos sujeitos nos frigoríficos e outros setores do Oeste Paranaense.

Outra questão interessante da luta política da AP-LER, que pode ser aprofundada em outras pesquisas, é que no seu corpo de associados não se encontram somente trabalhadores de frigoríficos, mas, também de outros setores que adoeceram tendo em vista as condições de trabalho impostas em outras ocupações. O que pressupõe também a tese que defendemos no primeiro capítulo de que sob a regência das mediações de segunda ordem há uma geografia da degradação do trabalho expressa numa pluralidade de ocupações.

Tal fato, mesmo com toda a limitação existente para a atuação da associação, mostra que a AP-LER surge numa perspectiva que tenta enxergar a representação dos trabalhadores para além da leitura fetichizada imposta pela estrutura vertical de Estado ao sindicato. Ação esta, limitada aos desígnios do ordenamento institucionalizado pelo Estado, por categoria e delimitado pela fronteira do município da base territorial sindical (THOMAZ JUNIOR, 1998).

Mas, mesmo assim sabemos das dificuldades da articulação em torno da AP-LER, uma delas é trabalhar somente no plano dos resultados nefastos do trabalho, ou seja, com aqueles que já adoeceram no trabalho. Nas palavras de um dos seus diretores:

Nós da associação só podemos ajudar os trabalhadores, infelizmente, não temos como negociar com a empresa melhores condições de trabalho. Não podemos exigir uma medicina e segurança do trabalho, não podemos exigir um plano de saúde que atenda direito, não podemos exigir insalubridade e redução do ritmo de trabalho (...) *não aguentamos mais ficar chorando com o trabalhador que está aleijado. Precisamos enfrentar o causador, que é o patrão* (INFORMATIVO DA COMISSÃO DE CRIAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM FRIGORÍFICOS DE TOLEDO, 2009, p.2, *grifo nosso*)¹⁰³.

Dessa forma, temos percebido a atuação dos trabalhadores lesionados em torno da AP-LER. A trajetória das suas ações na defesa da saúde dos trabalhadores em frigoríficos culmina na tentativa de criação do Sindicato dos Trabalhadores em Frigoríficos de Toledo.

Sabe-se de todos os problemas que existem desde o ponto de vista da representação dos trabalhadores via estrutura sindical existente e talvez a fundação de um novo sindicato não trará mudanças estruturais desde o ponto de vista de acabar com o adoecimento dos trabalhadores. Obviamente, esse não é um papel que será cumprido com a fundação de uma nova entidade, mas, sim somente com o envolvimento na luta por uma sociedade emancipada do capital, pois é o modelo de sociedade que vivemos que contribui para o adoecimento dos trabalhadores. Mas, é impossível prever se a fundação de um novo sindicato trará ou não mudanças estruturais com relação ao processo de trabalho, isso somente a história irá dizer.

Entretanto, muito ainda tem de ser feito para avançarmos no Oeste do Paraná para que o trabalho não seja significado de dor e de doenças ocupacionais. Mas, é importante destacarmos que no âmbito da resistência dos trabalhadores há ações coletivas, mesmo com limites, importantes que visam mudanças no processo de trabalho e que foram “puxadas” pela sua auto-organização e não pelas entidades formais de representação os sindicatos.

¹⁰³ Esse depoimento foi publicado no jornal Gazeta Mundial do dia 26 de julho de 2009 sob matéria intitulada “Assembleia de trabalhadores gera confusão e PM intervêm”.

3.3 Considerações para um debate inacabado!

Sendo assim, é óbvio que não podemos apresentar conclusões cabais sobre o assunto que representa as “fissuras” nas lutas dos trabalhadores no Oeste do Paraná. Mas, é importante destacar que nosso objetivo foi mostrar quais são as entidades de organização coletiva dos trabalhadores que tem contribuído para o questionamento do trabalho que mutila e degrada a saúde de um conjunto muito expressivo destes na região.

Se não há projetos “ousados” realizados pelos trabalhadores, isso não significa necessariamente que não existam resistências individuais e coletivas. As alternativas construídas pelos próprios trabalhadores lesionados tem se constituído numa luta importante para alertar os efeitos nefastos do trabalho em frigoríficos e sob o domínio do capital.

Os limites impostos ao movimento sindical, pelas transformações ensejadas pela reestruturação produtiva, ou ainda pela sua ação por dentro da legalidade da estrutura oficial, da fragmentação por categorias, da limitação da representação municipal, são desafios importantes para serem vencidos pelo movimento do trabalho. Essas características que levam muitas dessas entidades ao distanciamento com as bases pela falta de legitimidade perante os trabalhadores e estimulam o caráter “negocial” do conflito capital-trabalho, atingem os sindicatos que representam os trabalhadores de frigoríficos no âmbito formal no Oeste Paranaense. E são esses os limites que tem de ser enfrentados pelo conjunto dos trabalhadores na construção de uma alternativa do trabalho à sociedade do capital.

A construção da AP-LER parece ser representativa dessa ação pouco combativa dos sindicatos. Ou seja, essas entidades que se “acostumaram” a ter um caráter negocial e assistencialista, distanciadas da base e apegadas a legalidade da estrutura sindical, não conseguem dar respostas importantes para as questões relacionadas à saúde do trabalhador.

As narrativas dos trabalhadores relacionando o sindicato como “Sindicato da Sadia” ou como as constatadas em Varussa (2012) para o “Sindicato das Cooperativas”, são elementos importantes que representam essa falta de legitimidade dos sindicatos perante o conjunto de trabalhadores da sua base. Relacionar o sindicato dos trabalhadores como se fosse das empresas e cooperativas pode representar essa não legitimidade para as pautas e lutas dos trabalhadores. Esse pode ser um elemento crítico

importante construído pelos próprios trabalhadores nas suas narrativas e um argumento forte contra a estrutura sindical oficial.

Um dos motivos importantes dessas constatações das falas dos trabalhadores parece estar atrelado a uma crise do movimento sindical mais geral, que é essa ação priorizando a via da negociação, de caráter assistencial e distante de uma luta política organizada de enfrentamento ao capital, já que afinal de contas os sindicatos são de alguma forma “parte” do Estado (CARVALHAL, 2000).

O resgate histórico das lutas construídas pelos trabalhadores por fora da estrutura sindical é importante para demarcar que é possível mobilizar os trabalhadores de maneira autônoma à estrutura imposta pelo Estado. Dessa forma, não há o que dizer sobre unidade numa estrutura sindical que favorece a fragmentação e que não garante a unificação mais horizontal da classe trabalhadora. Argumentar que o fim da estrutura sindical é não pensar a unidade da classe é esquecer a história do movimento sindical e de tantos outros movimentos sociais que tem colocado em xeque o capital mesmo sem a tutela do Estado.

É como disse Armando Boito Júnior sobre a luta contra a estrutura sindical vigente, numa nova estrutura não poderá haver unicidade sindical, não será o Estado que irá dizer se aquele sindicato representa ou não o segmento de trabalhadores e não poderá haver contribuições sindicais obrigatórias pela imposição da lei se impondo independentemente da vontade dos trabalhadores.

A estrutura sindical vigente parece favorecer muito mais a existência de sindicatos “fantasmas”, pouco combativos e que em muitos casos sobrevivem da contribuição compulsória sem precisar ter legitimidade da base para existirem, o que é um grandioso dilema para o movimento do trabalho, e que aparece de alguma forma nos depoimentos dos trabalhadores.

Parte desses desafios atingem também as manifestações das fissuras das resistências locais, pois ao que vimos, os sindicatos estão distantes das lutas dos trabalhadores pelas mudanças no processo de trabalho que poderia efetivamente modificar o cenário da degradação do trabalho. Só se fizeram parte de algumas dessas reivindicações, após a pauta política para a aprovação da NR dos frigoríficos no caso dos sindicatos da alimentação. Ou ainda, nem parte disso fazem quando se trata dos sindicatos de cooperativas, sem tocar em qualquer ponto sobre a saúde do trabalhador em frigoríficos, apesar de representar quase 65% dos trabalhadores desse setor na região.

Mas, ao mesmo tempo em que os sindicatos da alimentação buscaram as pautas pela aprovação da NR dos frigoríficos, no âmbito local o STIA-Toledo está distante da ACP movida contra a Sadia, documento este que é fruto da mobilização coletiva dos trabalhadores lesionados em torno da AP-LER desde pelo menos 2005.

As denúncias que culminaram na ACP, não foram feitas pelo sindicato e ao menos a visibilidade do adoecimento foi mais explícita a partir dessa ACP fruto das denúncias da AP-LER. Por isso é importante perguntar: onde esteve o “Sindicato da Sadia” esse tempo todo?

Sabemos que uma ACP tem seus limites. É muito provável que o capital desrespeite essa, assim como, desrespeitou os TAC’s firmados anteriormente, já que a lógica do capital é incompatível com o respeito às normas que garantam a saúde dos trabalhadores.

Outro limite é pensarmos que ela é uma ação que se resume a se dar por dentro da legalidade tão criticada ao longo dessa dissertação. Entretanto, a sua constituição não se resume necessariamente a atuação por dentro da legalidade, é preciso entender o histórico das mobilizações que levaram a sua constituição, bem como pensar a Justiça do Trabalho como lugar marcado por conflitos. Se utilizar da Justiça do Trabalho é importante para ganhos à classe (podendo fazer inclusive os patrões reverem suas práticas), mas não pode se resumir a esse tipo de ação. Ou seja, é preciso entender a ACP como parte uma luta maior pleiteada pela AP-LER ao longo de sua existência no Oeste do Paraná, feita de manifestações, reuniões coletivas com trabalhadores e outras ações, para além da ação pela via legal.

O histórico de mobilizações dos trabalhadores lesionados construiu uma base coletiva e pautas políticas e de ação frente ao processo de trabalho que mutila e degrada a saúde. É por isso que existem alternativas coletivas sendo construídas no Oeste do Paraná frente ao adoecimento no trabalho em frigoríficos, que se não são estratégias ousadas de resistência, representam os passos iniciais para se alcançar estratégias com maior ousadia.

O discurso crítico que abre o item 3.2 é representativo do compromisso construído por esses trabalhadores lesionados de lutar pela dignidade do trabalho. Dignidade essa que deve ser encarada também pelos sindicatos e demais movimentos, para a construção de uma alternativa do trabalho a sociedade do capital. E pensar o trabalho digno é importante pensar o trabalho não-digno que é esse sob o domínio do capital, das suas mediações de segunda ordem como tratamos no primeiro capítulo. O

trabalho digno então tem de ser uma busca permanente para a emancipação dos trabalhadores da sociedade do capital e ao que parece no Oeste do Paraná alguns passos importantes estão sendo dados para a construção desse cenário de enfrentamento aos territórios da degradação do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se desde o início estamos afirmando que a luta pela saúde do trabalhador deve se posicionar contrariamente aos territórios da degradação do trabalho que impactam na saúde dos trabalhadores em múltiplas inserções laborais, é preciso pensar no âmbito da irreformabilidade do metabolismo social do capital e na dissolução das mediações de segunda ordem que asseguram a sociedade do capital (MÉSZÁROS, 2002; 2007; 2009).

Como essas formas de mediação são as que fundamentam o trabalho degradante é preciso que o movimento do trabalho esteja atento para o enfrentamento desse cenário. É o mesmo que pensar na erradicação do capital e suas formas de controle sociometabólico para que possamos alcançar o trabalho digno, o trabalho que efetiva o ser social e que não esteja sob o controle de outrem. Ou seja, pensar o trabalho para além da sua redução enquanto mercadoria vendável (MARX, 2004), condição essa que fundamenta a geografia da degradação do trabalho na contemporaneidade e que precisa ser repensada, como dizemos para além do trabalho alienado e da apropriação privada da riqueza produzida coletivamente.

Lutar pela saúde do trabalhador tem de estar atrelada a esses pressupostos emancipatórios, pois é pela via da crítica radical ao sociometabolismo do capital que nos posicionamos. Se assim não for, não há muita esperança em que exista uma preocupação central com a saúde dos trabalhadores, pois o trabalho continuará sob o mando do capital que pelo seu formato limitado induzem a degradação da saúde do ser que trabalha dos frigoríficos, às fábricas de automóveis, dos canais aos *call centers*.

Esse foi um dos motivos das discussões que perpassaram centralmente o primeiro momento dessa dissertação, alertar que a relação trabalho-saúde deve ser encarada numa perspectiva de emancipação da sociedade do capital. As estatísticas da OIT apresentadas, as constatações de mortes, doenças e mutilações em inúmeras

ocupações, inclusive para os frigoríficos, apontam para um cenário nefasto que é fruto do processo de trabalho sob o domínio do capital e sua segunda ordem de mediações.

Nessa perspectiva, os subsídios dos teóricos que tem pensado a saúde do trabalhador são muito importantes enquanto referenciais. Essa é uma perspectiva em que o conceito de trabalho é pensado historicamente, bem como, a relação trabalho-saúde é abordada para além de “adequar o meio ambiente de trabalho aos trabalhadores”. Estas são perspectivas limitadas da MT e da SO que não tocam na temática de que para se alcançar esses objetivos é necessário derrubar o sistema sociometabólico imposto historicamente. O trabalho nessa visão fica limitado ao formato subordinado pelo capital, fica reduzido ao emprego e assim, se pensa que as soluções para os problemas da relação trabalho-saúde perpassam adequar ambientes de trabalho, higienizar ambientes de trabalho, entre outras práticas, numa visão em que o conflito capital-trabalho ou a luta de classes são excluídos.

Não é possível pensar na perspectiva de que a relação trabalho-saúde deva ser entendida por fora do conflito de classe como pressupõe o referencial e as práticas construídas pela SO e MT. Afinal de contas pensar saúde do trabalhador é incluir na pauta das preocupações, forte conteúdo classista e que deve ter no horizonte a emancipação do metabolismo do capital para que se efetivem seus pressupostos. E é por isso que os referenciais que constroem esse campo são importantes para que superemos a geografia da degradação do trabalho imposta ao conjunto dos trabalhadores nas mais diversas inserções laborais.

Portanto, o campo saúde do trabalhador tem muito a contribuir para a nossa perspectiva de que os territórios da degradação do trabalho para serem transformados, devem ser submetidos à crítica radical ao metabolismo social do capital que subordina o trabalho e impõe historicamente a apropriação privada da riqueza produzida coletivamente, condição indutora dos acidentes e doenças relacionados ao trabalho.

Enquanto a tirania do capital imperar é **praticamente impossível** convivermos com ambientes de trabalho/territórios do labor seguros que garantam saúde aos trabalhadores, pois a intensificação de extração da mais-valia é o que importa e os acidentes/doenças/mortes relacionados com o trabalho continuarão acontecendo.

É por isso incompatível a promoção da saúde do trabalhador sob a regência do metabolismo social do capital, embora ações pontuais possam ser pensadas na perspectiva de minimizar o adoecimento relacionado ao trabalho. Entretanto é preciso pensar que essa temática tem de estar articulada ao movimento do trabalho e da

emancipação dos trabalhadores do jugo do capital, não somente priorizar ações pontuais e paliativas.

Ou seja, a promoção da saúde dos trabalhadores perpassa o desafio de romper com o metabolismo social do capital que hoje apresenta uma geografia da degradação do trabalho na sua pluralidade de marcas territoriais, impactando na saúde e vida dos trabalhadores, desde os canaviais, às fábricas de automóveis, dos frigoríficos aos *call centers*.

Romper com essa lógica societal é necessária para que o trabalho não seja mais promotor de acidentes e doenças, mas que reencontre o seu sentido numa sociedade emancipada do capital.

Assim, reafirmamos: é preciso lutar contra as mediações impostas pelo capital para superar o gigantesco adoecimento no trabalho. É preciso então que o movimento do trabalho se atente para a superação do capital como condição para atingirmos a promoção da saúde dos trabalhadores. É necessário erradicar o capital na sua inteireza dissolvendo a subordinação hierárquica do trabalho a qualquer força controladora estranha (MÉSZÁROS, 2007). Como bem sintetiza Antunes (2011b, p.76, *grifo nosso*):

A invenção societal de uma nova vida, autêntica e dotada de sentido, recoloca, portanto, neste início do século XXI, a necessidade imperiosa de construção de um novo sistema de metabolismo social, de *um novo modo de produção fundado na atividade autodeterminada*. Atividade baseada no tempo disponível para produzir valores de uso socialmente necessários, na realização do trabalho socialmente necessário e contra a produção heterodeterminada, que caracterizou o capitalismo, baseada no tempo excedente para a produção exclusiva de valores de troca para o mercado e para a reprodução do capital.

A discussão da degradação do trabalho realizada até o momento e evidenciada pelos impactos na saúde dos trabalhadores em frigoríficos perpassa por esse desafio. Os inúmeros exemplos do adoecimento do conjunto de trabalhadores desse setor no Brasil e no mundo são exemplares de que há uma degradação anunciada do trabalho. O que significa pensar que a condição para mutilar, adoecer e matar é estar empregado no Brasil com registro em carteira, um trabalho formalizado. Ou seja, o aquecimento do setor é pré-condição para que a formalidade continue sendo estratégia central para a degradação do trabalho.

Por isso, é necessário pensar que promover a saúde dos trabalhadores é pauta de um projeto de sociedade emancipada das mediações de segunda ordem que

caracterizam a sociedade do capital. As evidências empíricas desse processo estão em inúmeros territórios do labor constatadas em pesquisas (conforme item 1.3), seja nos campos ou nas cidades, incluindo os frigoríficos estudados nessa pesquisa, onde trabalhadores estão sendo mutilados pelo processo de trabalho.

Ora, nada tem de “natural” a imposição de metas como desossar uma perna de frango em 15 segundos, pegar 140 corações por minuto na nórea ou refilar peitos de frango com 80 ações técnicas por minuto. A relação trabalho-saúde é evidente nesse caso, mas numa perspectiva emancipatória de que o processo de trabalho tem consequências diretas na saúde dos trabalhadores.

O que dizer então dos 743% de chance, índice calculado pela Previdência Social, de trabalhadores da linha de desossa de frango adquirir uma tendinite? Ou ainda, o que dizer do déficit provocado pela empresa Sadia no período de 2003-2007 a mesma Previdência Social em R\$100 milhões de reais quando a autarquia pagou em benefícios previdenciários aos trabalhadores dessa R\$140 milhões e esta contribuiu com cerca de R\$40 milhões?

A partir dessas informações não é possível pensarmos que inexista a relação entre o processo de trabalho no território fabril e o adoecimento dos trabalhadores. Por esse motivo que estamos pensando os frigoríficos como territórios da degradação do trabalho, pois se empregar nessa atividade pode resultar numa doença incurável em pouco tempo.

Entretanto, constatamos na pesquisa através dos inúmeros depoimentos dos trabalhadores, certo descaso dos médicos e peritos da Previdência Social para com as doenças destes. Certamente, esse descaso resulta em muito sofrimento para aqueles que agora estão doentes e precisam ainda provar o nexos com o trabalho, mesmo que os dados apontem para o processo de trabalho incompatível com o funcionamento biomecânico dos tendões, ou seja, o limite do corpo humano.

Causa estranheza essas informações já que as constatações de um processo de trabalho que impõe ritmo alucinante e incompatível com a saúde humana são evidentes em publicações (nacionais e internacionais), ações do MPT, entre outros. A conduta médica inclusive é questionada pela ACP movida contra a Sadia e deve também ser questionada e combatida nas perícias médicas fajutas que muitas vezes mandam os trabalhadores retornarem a linha de produção mesmo com os problemas de saúde, levando-os para um caminho que pode induzir ao agravamento da doença.

Para muitos dos nossos entrevistados a Figura 5 é representativa das

consequências do trabalho: os inúmeros medicamentos que os acompanham, na tentativa de amenizar as dores sentidas diariamente, já que anteriormente ao emprego na Sadia não necessitavam de todos esses remédios para viver. Hoje, a pré-condição para amenizar as suas dores diárias é o consumo de inúmeros remédios, mesmo que os peritos e médicos duvidem da relação entre o processo de trabalho e adoecimento. Pensamos que essa é uma figura representativa da degradação do trabalho em frigoríficos, pois apresenta para todos aquilo que ocorre com inúmeros homens e mulheres em Toledo (PR) e certamente em outros lugares do Brasil e do mundo.

Outro ponto que se soma ao processo de trabalho degradante são os desrespeitos que ocorrem à legislação trabalhista. Na Sadia de Toledo (PR) as jornadas de trabalho são extenuantes e muitas vezes não pagas na integralidade de horas extras, bem como há o desrespeito dos intervalos entre duas jornadas e dentro de uma mesma jornada. O MTE lavrou vários Autos de Infração discutidos no item 2.5, com relação às jornadas de trabalho. E disso, é importante notarmos que há uma relação direta com o adoecimento, pois as horas extras podem agravar ainda mais as doenças, já que sabemos que o processo de trabalho é extenuante. Nota-se que além de o trabalho se pautar em ritmos alucinantes, há imposição de horas extras existindo ainda mais riscos para a saúde, sendo que estas nem sempre são pagas na sua integralidade, burlando inclusive o direito do recebimento dos valores referentes há essas horas extras.

Portanto estamos falando de cadência do trabalho que leva ao adoecimento que se soma inclusive aos desrespeitos à legislação trabalhista, colocando pautas importantes para as organizações dos trabalhadores. Lutar para que a legislação seja cumprida é parte importante das organizações dos trabalhadores, um paliativo relevante para ao menos minimizar a degradação anunciada do trabalho.

Essa é uma luta que tem ganhado notoriedade no âmbito da AP-LER, através dos TAC's firmados com empresas, denúncias ao MPT, ACP em que a entidade está no polo ativo, lutas que se não são "ousadas", são relevantes para a tentativa de interferir no processo de trabalho. Os sindicatos que representam os trabalhadores formalmente e recebem as contribuições, não tem pleiteado essas ações mais combativas. No caso dos sindicatos de cooperativas (representantes de quase 65% dos trabalhadores na região), nem na pauta de suas lutas está a discussão da saúde do trabalhador (VARUSSA, 2012).

Já no caso dos sindicatos do ramo da alimentação ligados majoritariamente à CUT, existe a discussão dos impactos do trabalho na saúde, inclusive na luta pela NR aprovada no final deste ano, pauta puxada pela CONTAC. Mas, no âmbito local o

STIA-Toledo está distante, por exemplo, da ACP contra a Sadia e das denúncias que culminaram nesta.

O próprio STIA-Toledo foi investigado por ter realizado Acordo de Flexibilização da Jornada, não registrado no MTE, em 2009. Isso pressupõe pensar que se o sindicato não participa das denúncias contra o trabalho degradante e age com Acordo tendo por objetivo “flexibilizar” a jornada instaurando o banco de horas, sua ação é questionável para o conjunto da base. Ora, até que ponto é importante para o conjunto dos trabalhadores a implantação de um banco de horas? Não é muito mais uma demanda do capital? Essas são questões que ficam, mesmo que o STIA-Toledo tenha participado da aprovação da NR dos frigoríficos, organizando inclusive carreata no município em 2011. Ao que parece, nas ações que pautam a intervenção direta no processo de trabalho e nas denúncias mais críticas ao capital o STIA-Toledo está distante, impondo um desafio para esta entidade que representa cerca de 10.000 trabalhadores em Toledo.

Sendo assim, podemos indicar que o processo de trabalho em frigoríficos é pautado pelo ritmo alucinante que ultrapassa o limite biomecânico do corpo humano. Deste modo, é um trabalho que adocece e precisa urgentemente de intervenção. O território fabril, que se para alguns representa o desenvolvimento e o progresso pelas estatísticas ascendentes de emprego, aos trabalhadores que vivenciam cotidianamente esse emprego se transformam em territórios da degradação do trabalho.

Pensamos e construímos esse conceito por acreditar que a discussão da categoria território deve ser pensada na perspectiva de classe. Ora, ao capitalista o território fabril pode ser visto como espaço privilegiado para auferir renda não importando as condições de trabalho, mas aos trabalhadores esse mesmo território pode significar uma doença incurável. Por isso, a ideia de território da degradação do trabalho é pensar essa categoria geográfica no âmbito da luta de classes.

O que dizer então, da rotatividade intensa nesse setor que pode representar a negação sistemática dos trabalhadores em se empregar nesse tipo de atividade. Entender que os trabalhadores se neguem ao emprego em frigoríficos é o mesmo que compreender que o fazem por saberem que esse território fabril para eles poderá significar o encontro com um processo de trabalho alucinante que poderá resultar em consequências nefastas para sua saúde. Por isso a formulação do território da degradação do trabalho está se pautando numa perspectiva de classe e é preciso reconhecer que nessa perspectiva não há espaço para entender a relação trabalho saúde

em visões “integradas” como se o capitalista e os trabalhadores tivessem de ceder uns aos outros, como se o trabalho e o capital já não representasse mais um conflito estrutural, mas sim que tivessem os mesmos objetivos já que a luta de classes é relegada para um segundo plano de preocupação. A preocupação da formulação é uma tentativa de construção no plano teórico da perspectiva dos trabalhadores, reconhecendo que capital e trabalho são antagônicos e nunca terão o mesmo objetivo.

Outro ponto importante da pesquisa se refere ao não reconhecimento das doenças ocupacionais denunciadas por várias entrevistas. Estas heranças nefastas do trabalho, nem sempre são reconhecidas com o nexos relacionado ao trabalho, por médicos das empresas e peritos da Previdência Social. Ou seja, geram ainda mais sofrimento aos trabalhadores agora doentes pelo processo de trabalho. Essa é uma luta importante às organizações dos trabalhadores, serem críticos às perícias fajutas através da denúncia e da mobilização coletiva.

Para acompanhar esse cenário, também há o desrespeito à legislação trabalhista, conforme constatamos. É preciso que as organizações dos trabalhadores também se atentem para essa temática, já que se a legislação trabalhista (NR's, CLT) for cumprida poderá minimizar o adoecimento. Esse é outro ponto importante para os trabalhadores organizados coletivamente.

Não se pode esquecer também da intervenção no processo de trabalho. Não é possível mais aceitar que tantos homens e mulheres adoecem por trabalhar em frigoríficos no Brasil e na Sadia em Toledo (PR). E, para isso uma NR não é suficiente. Os trabalhadores tem que estar organizados ao ponto de propor intervenções diretas no processo de trabalho, algo que só poderá ocorrer com a organização coletiva. O ritmo de trabalho tem que mudar para que não adoecem ainda mais homens e mulheres em frigoríficos.

E, para isso não basta apostar somente em ações paliativas. De nada valerá todas essas ações paliativas se o horizonte histórico do movimento do trabalho não pensar na emancipação do capital. Afinal de contas, modificar o processo de trabalho para que este não adoça significa “mexer” nas estruturas que sustentam o capital principalmente pela apropriação de trabalho não pago. Essa é uma luta importante, um horizonte histórico necessário ao movimento do trabalho, já que o capital é irreformável.

É preciso pensar então, que o adoecimento relacionado ao trabalho em frigoríficos é fruto de um sistema sociometabólico imposto historicamente e que se

estamos a trabalhar na perspectiva de que são necessárias mudanças no processo de trabalho, é preciso pensar em mudanças radicais, por um trabalho que tenha sentido aos trabalhadores, onde os ritmos estejam de acordo com os limites humanos e por isso essas transformações apontam para a construção de novas formas de mediação diferentes daquelas impostas pelo capital, já que por dentro da estrutura social do capital é impossível alcançarmos esses objetivos.

Um novo metabolismo social, uma nova sociedade, eis o desafio para o movimento do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. **Doenças do trabalhador: a irresponsabilidade social do capital**. 1 ed. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2007.

ALEMÃO, I. SOARES, J. L. Conciliar é “legal”? uma análise crítica da aplicação da conciliação na Justiça do Trabalho. **Revista Justiça do Trabalho**, Porto Alegre, v.26, n.306, p.1-19, jun. 2009.

ALMEIDA, I. M. Acidentes de trabalho e a repolitização da agenda da saúde do trabalhador. In: MINAYO GOMEZ, C. MACHADO, J. M. H. PENNA, P. G. L. (orgs.). **Saúde do trabalhador na sociedade contemporânea brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2011, p. 203-226.

ALVES, G. Do “novo sindicalismo” à “concertação social” ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. [s.n.], n.15, p.111-124, nov. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782000000200008>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Precarização do trabalho e saúde do trabalhador no Brasil: uma perspectiva crítica. In: INÁCIO, J. R. SALIM, C. A. (orgs.) **O vestir e o calçar: perspectivas da relação saúde e trabalho**. Belo Horizonte: Crisálida, 2010, p.351-367.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** (ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho). 1 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed., 10. reimp. rev. e ampl., São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

_____. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, R. BRAGA, R. (orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009, p. 231-238.

_____. O sistema de metabolismo social do capital e seu corolário, a alienação na obra de István Mészáros. In: JINKINGS, I. NOBILE, R. (orgs.) **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, p. 75-86.

_____. **O continente do labor**. 1 ed., São Paulo: Boitempo Editorial, 2011b.

ARIAS, A. R. L. (et al.) Utilização de bioindicadores na avaliação de impacto e monitoramento da contaminação de rios e córregos por agrotóxicos. Rio de Janeiro, **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n.1, p.61-72, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232007000100011&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 set. 2012.

ASHDOWN, T. Industria avícola. In: BERKOWITZ, D. E. (org.) **Enciclopedia de salud y seguridad en el trabajo**. 3ª ed. España: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales; 2001. p.67.20-67.25.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA PRODUTORA E EXPORTADORA DE CARNE SUÍNA. Exportação brasileira de carne suína. Disponível em: <<http://www.abipecs.org.br/pt/estatisticas/mercado-externo/exportacoes.html>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

BECKER, S. Trabalhadores da indústria de alimentação promovem carreta pela aprovação da NR 35. **Casa de Notícias**, Toledo, 05 out. 2011. Disponível em: <<http://casadenoticias.com.br/noticias/4485>>. Acesso em: 12 set. 2012.

BOCCHINI, B. Depressão síndrome do pânico, doenças cada vez mais comuns em quem trabalha com teleatendimento. **Agência Brasil**, Brasília, 12 out. 2012. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-10-12/depressao-e-sindrome-do-panico-doencas-cada-vez-mais-comuns-em-quem-trabalha-com-teleatendimento>>. Acesso em: 12 set. 2012.

BOITO JÚNIOR, A. **O sindicalismo na política brasileira**. 1 ed. Campinas: UNICAMP, 2005.

BOSI, A. **Precarização e Intensificação do Trabalho no Brasil recente**: ensaios sobre o mundo dos Trabalhadores. 1. ed. Cascavel: Edunioeste, 2011a. p.141.

_____. História das relações de trabalho na cadeia produtiva avícola no Brasil (1970-2010). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v.16, n.2, p.400-430, 2011b. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/3016/2496>>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Trabalhadores e relações de trabalho na cadeia avícola no Oeste do Paraná (1970-2010). In: VIII Seminário do Trabalho. **Anais...** Marília: Rede de Estudos do Trabalho, 2012, p.1-13.

BRAGA, R. Infotaylorismo: o trabalho do teleoperador e a degradação da relação de serviço. **EPTIC**, Aracaju, v. 8, n.1, ene-abr 2006. Disponível em: <<http://www.eptic.com.br/arquivos/Revistas/VIII,n.1,2006/Eptic-VIII-1.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2012.

BRASIL FOODS. BRF, uma das maiores empresas de alimentos do mundo. Disponível em: <<http://www.brasilfoods.com/paginas.cfm?area=0&sub=27>>. Acesso em 12 set. 2012.

_____. Cadeia produtiva de carnes. Disponível em: <<http://www.brasilfoods.com/ri/>>. Acesso em: 12 set. 2012.

CARNE OSSO: um mergulho no mundo dos frigoríficos brasileiros. Produção de Caio Cavechinni e Carlos Juliano de Barros. Coordenação Caio Cavechinni. São Paulo: Repórter Brasil, 2011. 1 DVD (65 min.). DVD,son., color.

CARVALHAL, M. D. **A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo**: a ação dos sindicatos. 2004. 346 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Trabalho, sindicatos e gestão territorial da sociedade. **Pegada**, Presidente Prudente, vol.1, n.1, 2000. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA11/marcelov1n1set2000.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2012.

_____. O emprego em Marechal Cândido Rondon/PR na dinâmica geográfica do capital. **Pegada**, Presidente Prudente, v.8, n.1, jun. 2007. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA81/3TextoMarcelo.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. O trabalho e a dinâmica territorial do capital. **Pegada**, Presidente Prudente, vol. 9, n.1, p.123-135, out. 2008. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/07-9-1-MarceloDornelisCarvalho.pdf>> Acesso em: 12 set. 2012.

_____. A (re) centralidade do trabalho e a dinâmica territorial capitalista: a vingança de Taylor no Oeste do Paraná. In: VII Seminário do Trabalho. **Anais...** Marília: Rede de Estudos do Trabalho, 2010, p.1-20.

CATVE. Dia de sensibilização: sindicatos alertam contra acidentes de trabalho. **Jornal da CATVE**, Cascavel, 27 abr. 2012. Disponível em: <<http://catve.tv/noticia/6/18671/dia-de-sensibilizacao-sindicatos-alertam-contra-acidentes-de-trabalho>>. Acesso em: 12 set. 2012.

CÊA, G. S. S. MUROFUSE, N. T. Associação dos portadores de LER (AP-LER) na luta pelos direitos dos trabalhadores de frigorífico do Oeste do Paraná. In: TUMOLO, P. S. BATISTA, R. L. (orgs.) **Trabalho, economia e educação: perspectivas do capitalismo global**. Maringá: Práxis; Massoni, 2008, p.421-436.

_____. Trabalho, educação e saúde: evidências e potencialidades de uma experiência. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.18, n.1, jan.-abr. 2009. Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/405/606>>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Processo de trabalho em frigoríficos e as possibilidades de constituição de novas sociabilidades na luta coletiva pela saúde do trabalhador. In: VII Seminário do Trabalho. **Anais...** Marília: Rede de Estudos do Trabalho, 2010, p.1-19.

CINTAS, M. D. Trabajadores en el matadero: la seguridad y salud en la industria cárnica y avícola norteamericana, una asignatura pendiente. **Periodistes.org**, Barcelona, 06 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.periodistes.org/entblog/44876>>. Acesso em: 12 set. 2012.

CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS. CNAE 1012-1 Abate de suínos, aves e outros pequenos animais. Disponível em: <http://www.cnae.ibge.gov.br/classe.asp?codclasse=1012-1&TabelaBusca=CNAE_200@CNAE%202.0@0@cnae@0>. Acesso em: 12 set. 2012.

COHIDON, C. (et al.) Psychosocial factors at work and perceived health among agricultural meat industry workers in France. **Int Arch Occup Environ Health**, v.82, n. [s.n.], p.807-818, 2009. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs00420-009-0430-9#page-1>>. Acesso em: 06 dez. 2012.

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL COPAGRIL. Unidades/Unidade Industrial de Aves (Institucional). Disponível em: <<http://www.copagril.com.br/unidades/uia.html>>. Acesso em: 12 set. 2012.

CRESPO, S. G. Suicida da Foxconn trabalhava 11 horas por dia, a US\$ 1 a hora. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 07 jun. 2010. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/radar-economico/2010/06/07/suicida-chines-trabalhava-11-horas-por-dia-a-us-1-a-hora/>>. Acesso em: 12 set. 2012.

DALLA COSTA, A. SILVA, I. M. A Sadia e a internacionalização do agronegócio paranaense. In: V Encontro de Economia Paranaense. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2007, p.1-23.

DALMÁS, S. R. P. STADUTO, J. A. R. WILLERS, E. M. A identificação de cluster na atividade de abate de frangos na Mesorregião Oeste do Paraná. In: XLV Congresso de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...** Londrina: UEL, 2007a, p.1-21.

_____. Da fronteira agrícola a fronteira agroindustrial: uma análise da concentração das empresas de abate e de processamento da carne de frango no Oeste do Paraná. **RDE**, Salvador, ano IX, n.16, p.48-60, dez/2007b. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1015/793>> Acesso em: 12 set. 2012.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DONNANGELO, M. C. F. **Saúde e Sociedade**. 1 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1976. p.124.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Central de Informações de Aves e Suínos. Disponível em: <<http://www.cnpsa.embrapa.br/cias/dados/mapa.php>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

FABRINI, J. E. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, vol.10, n. 11, p.8-32, 2007. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/11/6_Fabrini_n_11.pdf>. Acesso em: 12 set. 2012.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. Trabalhadores de frigoríficos buscam aprovação de NR. Disponível em: <http://www.ftiapr.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=428:trabalhadores-de-frigorificos-buscam-aprovacao-de-nr&catid=46:saiu-na-imprensa>. Acesso em: 12 set. 2012.

FINKLER, A. L. **Os problemas de saúde dos trabalhadores e a relação com o processo de trabalho em frigoríficos**. 2007. 94 f. Monografia (Enfermagem) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.

FOLHA ONLINE. Perdigão e Sadia confirmam megafusão que cria a Brasil Foods. **Folha de São Paulo**, 19 mai. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u568088.shtml>>. Acesso em: 12 set. 2012.

FRANCO, T. DRUCK, G. SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v.35, n.122, p. 229-248, 2010. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/rbso/BancoAnexos/RBSO%20122%20Novas%20rela%20E7%F5es%20de%20trabalho.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2012.

GABRIEL, J. Organizing the jungle: industrial restructuring and immigrant unionization in the American meatpacking industry. **The Journal of Labor and Society**, v. 9, n [s.n.], p.337-359, 2006. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1743-4580.2006.00116.x/pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2012.

GEMELLI, D. D. **Mobilidade territorial do trabalho como expressão da formação do trabalhador para o capital: o frigorífico de aves da Copagril de Marechal Cândido Rondon/PR**. 2011. 263 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

GEORGE, P. **Sociologia e Geografia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1969. p. 202.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 198 p.

GLOBOAVES. Unidades/Granjas/Granja de matrizes em Brotas-SP. Disponível em: <<http://www2.globoaves.com.br/listaunidades.php?tipo=granja>>. Acesso em: 12 set. 2012.

GOMES, W. Campanha da CUT divide e enfraquece o movimento sindical. **CTB**, 27 mar. 2012. Disponível em: <<http://portalctb.org.br/site/opiniao/16669-campanha-da-cut-divide-e-enfraquece-o-movimento-sindical>>. Acesso em: 19 dez. 2012.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GRADELLA JÚNIOR, O. Sofrimento psíquico e trabalho intelectual. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v.13, n.1, p.133-148, 2010.

GRAIN. La enorme industria de la carne crece por el Sul. **GRAIN**, 14 out. 2010. Disponível em: <<http://www.grain.org/article/entries/4092-la-enorme-industria-de-la-carne-crece-por-el-sur>>. Acesso em: 12 set. 2012.

GRANDO, G. D. Experiência operária e trabalho industrial: uma análise da vivência dos trabalhadores do setor alimentício em Marechal Cândido Rondon – PR (1990-2010). In: Marx e o marxismo 2011: teoria e prática. **Anais...** Niterói: NIEP, 2011, p.1-12.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais...** São Paulo: USP, 2005, p.6774-6792.

HARRES, M. M. História Oral: algumas questões básicas. **Anos 90**, Porto Alegre, v.15, n.28, p.99-112, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/28/28art5.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2012.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HECK, F. M. **Dinâmica territorial do capital e a expansão das indústrias alimentícias no Oeste Paranaense**: relações de trabalho precárias e ilegalidades frente à legislação trabalhista em Marechal Cândido Rondon/PR. 2010. 110 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Base de dados agregados (SIDRA) Pesquisa Trimestral do Abate de Animais (2011). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1093&z=t&o=24>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

_____. Base de dados agregados (SIDRA) Produção Agrícola Municipal (2010). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PA&z=t&o=11>>. Acesso em: 11 set. 2012.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. A situação do sindicalismo no Brasil. Entrevista com Armando Boito Júnior. **IHU ONLINE**, 20 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/515628-a-situacao-do-sindicalismo-no-brasil-entrevista-com-armando-boito-junior>>. Acesso em: 19 dez. 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Base de dados do Estado. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 10 set. 2012.

JACOBS, M. M. KRIEBEL, D. TICKNER, J. Safe food from workplaces: protecting meat and poultry workers. In: KRIEBEL, D. JACOBS, M. M. MARKKANEN, P. TICKNER, J. (orgs.). **Lessons Learned**: solutions for workplace safety and health. Lowell: University of Massachussets – Lowell Center of Sustainable Production, 2011, p. 99-117.

JOBIM, P. F. C. (et al.) Existe uma associação entre mortalidade por câncer e uso de agrotóxicos? Uma contribuição ao debate. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.277-288, 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000100033>. Acesso em: 12 set. 2012.

JORNAL DO OESTE. BRF Brasil Foods oferece vagas de emprego em diversos setores. **Jornal do Oeste**, Toledo, 19 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.jornaladooeste.com.br/cidade/brf-brasil-foods-oferece-vagas-de-emprego-em-diversos-setores-15787/>>. Acesso em: 12 set. 2012.

LACAZ, F. A. C. **Saúde do trabalhador**: um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical. 1996. 432 f. Tese (Doutorado em Medicina) – Universidade Estadual de Campinas.

_____. O campo saúde do trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23, n.4, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n4/02.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

LAURELL, A. C. NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde**: trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec, 1989.

LAURETH, W. C. Investigação sobre os acidentes de trabalho no setor automotivo da região metropolitana de Curitiba. **Revista ABET**, São Paulo, v.7, n.1, p.20-34, 2008. Disponível em: <<http://www.abet-trabalho.org.br/docs/revista/revabet08v07n1.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2012.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. rev. e ampl. Ijuí: ed. Unijuí, 2007.

LESSA, S. TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LINHA de Desmontagem: pausa para o humano. Direção de André Constantin e Daniel Herrera. Caxias do Sul: MPT-RS TEM, 2011. (22 minutos). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=BYHel1oZ62o&feature=related>>. Acesso em: 12 set. 2012.

LOURENÇO, E. A. S. **Na trilha da saúde do trabalhador**: a experiência de Franca. 1. ed. Franca: UNESP, 2009.

_____. Agravos à saúde dos trabalhadores no Brasil: alguns nós críticos. **Pegada**, Presidente Prudente, v.12, n.1, p.3-33, jun. 2011. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewArticle/927>> Acesso em: 12 set. 2012.

MAENO, M. **Cadernos de Saúde do Trabalhador**: Lesões por esforços repetitivos – LER. São Paulo: Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST), 2001.

MARQUES, R. A. G. Caravana da NR dos frigoríficos chega ao final de sua campanha pelo Paraná. **Central Única dos Trabalhadores**, 17 out. 2011. Disponível em: <<http://cut.org.br/acontece/21365/caravana-da-nr-dos-frigorificos-chega-ao-final-de-sua-campanha-pelo-parana>>. Acesso em: 12 set. 2012.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **Manuscritos econômicos filosóficos**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MATIAS, L. V. **Da “saúde dos produtos” à saúde do trabalhador: como melhorar as condições de vida e trabalho em setores do agronegócio**. Apresentação Oficina. Cuiába, 2010.

MATOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. **Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

_____. A reorientação marxiana do método. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, v. [s.n.], número especial, p. 5-20, ago. 2010. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38e/art01_38e.pdf>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Crise estrutural necessita de mudança estrutural. Conferência de Abertura. In: II Encontro de São Lázaro. Disponível em: <http://www.ffch.ufba.br/IMG/pdf/Conferencia_Mezzaros.pdf>. Acesso em: 12 set. 2012.

MINAYO-GOMEZ, C. THEDIM-COSTA, S. M. F. A construção do campo saúde do trabalhador: percursos e dilemas. **Cadernos de Saúde Pública**, v.14, sup.2, p.21-32, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v13s2/1361.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/rais/estatisticas.htm>>. Acesso em: 22/08/2012.

_____. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Perfil do Município). Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em: 11 set. 2012.

_____. Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/saibaMais.jsf>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/aeat/>>. Acesso em: 11 set. 2012.

_____. Saúde e segurança ocupacional. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=39>>. Acesso em: 12 set. 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. 28 de abril – dia mundial em memória às vítimas de acidente de trabalho. **Ministério da Saúde**, Brasília, 28 abr. 2007. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=25608>. Acesso em: 12 set. 2012.

MIZUSAKI, M. Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. 1.ed. Dourados: Editora da UFG, 2009.

MOREIRA, R. **O círculo e a espiral: a crise paradigmática do mundo moderno**. 1. ed. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1993.

_____. Teses para uma geografia do trabalho. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, v.2, n.22, p.19-23, ago. 2002.

_____. Trabalho e movimentos sociais no Brasil: um diálogo possível no âmbito da luta emancipatória? **Pegada**, Presidente Prudente, v.4, n.1, p.41-62, jun. 2003. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewArticle/816>>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. 1. ed. 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2009.

NAVARRO, V. L. O trabalho e a saúde do trabalhador na indústria de calçados. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.17, n.2, p.32-41, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a05v17n2.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2012.

NELI, M. A. **Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador: um estudo com os trabalhadores de uma indústria avícola**. 2006. 100 f. Dissertação (Mestrado em Medicina Social) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental? **Trabalho & Sociedade**, vol. 2, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, G. S. Superexploração e *mal estar* do trabalho no corte da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema-SP. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 11, n.2, p.77-94, dez. 2010. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA112/04GERSON1102.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2012.

OLIVEIRA, S. A agroindústria, o custo social e a NR dos frigoríficos. **Central Única dos Trabalhadores**, 27 set. 2011. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/ponto-de-vida/artigos/4552/a-agroindustria-o-custo-social-e-a-nr-dos-frigorificos-en>>. Acesso em: 12 set. 2012.

OLIVEIRA, A. M. S. As mudanças no mundo do trabalho e movimento sindical no Brasil (uma breve reflexão). **Pegada**, Presidente Prudente, v.6, n.1, p.27-36, jun. 2005. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1293/1289>>. Acesso em: 29 dez. 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Tendências mundiais e desafios para saúde e segurança do trabalho. **Organização Internacional do Trabalho**, Brasília, 12 set. 2011. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/xix-congresso-sobre-seguran%C3%A7a-e-sa%C3%BAde-no-trabalho-discute-constru%C3%A7%C3%A3o-de-locais-de-trabalho-m>>. Acesso em: 12 set. 2012.

OSTROSKI, D. A. MEDEIROS, N. H. *Cluster* agroindustrial: fortalecimento e competitividade para a cadeia suinícola do município de Toledo. In: XLII Congresso de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...** Cuiabá: UFMT, 2004, p.1-20.

PALMA, D. C. A. **Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde-MT**. 2011. 104 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

PEREIRA, F. G. Entre a propaganda do progresso econômico e a experiência dos trabalhadores: um estudo sobre o trabalho agroindustrial em Marechal Cândido Rondon (2000-2010). 2011. 60 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

PIGNATI, W. A. MACHADO, J. M. H. Riscos e agravos à saúde e à vida dos trabalhadores das indústrias madeireiras de Mato Grosso. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.10, n.4, p.961-973, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000400019>. Acesso em: 12 set. 2012.

PIGNATI, W. A. MACHADO, J. H. CABRAL, J. F. Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde-MT. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n.1, p. 105-114, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n1/10.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A geografia está em crise: via a geografia! **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 55, p.1-12.

PRAZERES, T, J. NAVARRO, V. L. Na costura do sapato, o desmanche das operárias: estudo das condições de trabalho e saúde das pespontadeiras da indústria de calçados de Franca, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.27, n.10, p. 1930-1938, out. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v27n10/06.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2012.

PRESSANTI, C. **Les risques professionnels en aviculture: synthese des donnes bibliographiques**. 2007. 109 f. These (Docteur Veterinaire) Ecole Nationale Veterinaire Toulouse – Université Paul Sabatier, Toulouse.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. Inferno Frio: a vida por trás da linha de produção dos frigoríficos. **Notícias da Procuradoria Regional do Trabalho do RS**, Porto Alegre, v.9, n.3, p.4-5, out-dez 2009. Disponível em: <http://www.prt4.mpt.gov.br/pastas/boletim/boletim_pdf/boletim09/Boletim%20Out-Dez.pdf>. Acesso em: 12 set. 2012.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO. Procuradoria em Foz combate irregularidades trabalhistas em cooperativa frigorífica. **Informativo PRT9**, Curitiba, v.10, n.23, p.7, abr 2009. Disponível em: <http://www.prt9.mpt.gov.br/Boletim/informativo_23.pdf>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Frigoríficos inadequação do ambiente de trabalho traz riscos à saúde. **Informativo PRT9**, v.11, n.26, p.4-5, ago. 2010. Disponível em: <http://www.prt9.mpt.gov.br/Boletim/Informativo_26.pdf>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. MPT quer redução de doenças psicológicas e acidentes em frigoríficos. **Informativo PRT9**, 12, n.29, p.5, jul. 2009. Disponível em: <http://www.prt9.mpt.gov.br/Boletim/informativo_29.pdf>. Acesso em: 12 set. 2012.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO. Ministério Público aperta a fiscalização contra os maiores frigoríficos brasileiros por desrespeito às leis trabalhistas. **Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina**, Florianópolis, 13 fev. 2012. Disponível em: <http://www.prt12.mpt.gov.br/prt/noticias/2012_02/13_02.php>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Sadia S.A. terá que conceder pausas de recuperação de fadiga e não demitir empregados doentes. **Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina**, Florianópolis, 29 set. 2010. Disponível em: <http://www.prt12.mpt.gov.br/prt/noticias/2010_09/2010_09_29.php>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Brasil Foods S/A de Capinzal é multada em quase R\$ 5 milhões por descumprir decisão da Justiça do Trabalho. **Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina**, Florianópolis, 12 dez. 2011. Disponível em: <http://www.prt12.mpt.gov.br/prt/noticias/2011_12/12_12.php>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Justiça do trabalho em Goiás condena Brasil Foods a indenização de R\$ 5 milhões. **Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina**, Florianópolis, 12 abr. 2012. Disponível em: <http://www.prt12.mpt.gov.br/prt/noticias/2012_04/19_04.php>. Acesso em: 12 set. 2012.

QUANDT, S. A. (et al). Illnesses and injuries reported by latino poultry workers in Western North Carolina. **American Journal of Industrial Medicine**, v.49, n. [s.n.], p.

343-351, 2006. Disponível em: <<http://www.ncfh.org/pdfs/6200.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANIERI, J. **Trabalho e dialética**: Hegel, Marx e a teoria social do devir. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011a. p.171.

_____. Acerca das chamadas “determinações-da-reflexão”: o lugar do pensamento na produção do real. In: JINKINGS, I. NOBILE, R. (orgs.) **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011b, p.63-74.

RIPPEL, R. LIMA, J. F. BORGES, R. G. Cadeias produtivas no desenvolvimento regional: o caso de Toledo no Oeste do estado do Paraná. In: V Encontro de Economia Paranaense. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2007, p.1-21.

RIGOTTO, R. (org.) **Agrotóxico, trabalho e saúde**: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

RODRIGUES, I. J. O sindicalismo brasileiro da confrontação à cooperação conflitiva. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n.3, p.116-126, 1995. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v09n03/v09n03_15.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2012.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTANA, M. A. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.14, n.41, p.103-120, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1754>>. Acesso em: 19 dez. 2012.

SARDÁ, S. RUIZ, R. C. KIRTSCHIG, G. Tutela jurídica da saúde dos empregados de frigoríficos: considerações dos serviços públicos. **ACTA FISIATRÍCA**, São Paulo, v. 16, n.2, p.59-65, 2009a. Disponível em: <<http://www.actafisiatrica.org.br/v1/frmMostraArtigo.aspx?artigo=1249>>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. **Meio ambiente de trabalho em frigoríficos**. Apresentação Delegacia Regional do Trabalho. Porto Alegre: DRT, novembro de 2009b.

SCALCO, D. C. **A luta pela saúde do trabalhador: um histórico da Associação de Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos (AP-LER)**. 31 f. 2008. Relatório (Pesquisa de Iniciação Científica) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, G. R. **A pobreza e a dinâmica espacial do trabalho nos frigoríficos de aves no Oeste Paranaense**. 2010. 184 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

SILVA, M. A. A morte ronda os canaviais paulistas. **Revista da Abra**, Taubaté, v.33, n.2, p.1-25, ago/dez, 2006.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E, GOMES, P. C. C. CORRÊA, R. L. (orgs.) **Geografia conceitos e temas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.77-114.

SOUZA, E. C. **Os setores de produção e de abate e processamento de frangos de corte e seus impactos na economia paranaense**. 2008. 85 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

SOUZA, A. D. Entre a propaganda empresarial e a realidade do trabalho: um estudo sobre os elementos ideológicos do crescimento industrial em Marechal Cândido Rondon. In: VIII Seminário do Trabalho. **Anais...** Marília: Rede de Estudos do Trabalho, 2012, p.1-9.

STORTI, I. **As estratégias de existência camponesa entre os avicultores vinculados à Copagril**. 2010. 97 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

THOMAZ JUNIOR, A. “Leitura” geográfica e gestão política na sociedade de classes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v.[s.n.], n.24, p.31-42, 1998.

_____. **Por trás dos canaviais os nós da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira**. 1. ed. São Paulo: Annablume Fapesp, 2002a.

_____. Por uma Geografia do Trabalho (reflexões preliminares). **Scripta Nova**, Barcelona, v. 6, n. 119 (5), p. 2-21, 2002b. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-5.htm>>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JUNIOR, A. CARVALHAL, M. D. BRUMATTI CARVALHAL, T. (orgs.) **Geografia e Trabalho no Século XXI (vol.2)**. 1. ed. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2006, p.130-167.

_____. Não há nada de novo sob o sol num mundo de heróis! (A civilização da barbárie na agroindústria canavieira). **Pegada**, Presidente Prudente, v. 8, n. 2, p. 5-25, dez. 2007. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA82/1Texto-Thomaz.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI** (limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos) vol.1. 2009. 501 f. Tese (Livre Docência em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 307-329, out. 2011a. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/viewFile/176/RAE25>>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Sinal dos tempos do capital: irreformabilidade e emancipação! In: THOMAZ JUNIOR, A; PONTE, K, F. ALVES, J. (orgs.) **Geografia e Trabalho no Século XXI (vol.6)**. 1 ed. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2011b, p.11-37.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TURRA NETO, N. Pesquisa Qualitativa em Geografia. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. **Anais...** Belo Horizonte: AGB, 2012, p.1-10.

UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA. UBABEF defende NR dos frigoríficos em harmonia com interesses de indústrias e trabalhadores. **UBABEF**, São Paulo, 05 out. 2011. Disponível em: <<http://www.abef.com.br/ubabef/exibenoticiaubabef.php?notcodigo=2950>>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Informe da UBABEF dados do setor. Disponível em: <<http://www.abef.com.br/ubabef/exibenoticiaubabef.php?notcodigo=3148>>. Acesso em: 12 set. 2012.

VARUSSA, R. J. **Legislação e trabalho: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Jundiaí-SP, décadas de 1940 a 1960)**. São Paulo, 2002. 208 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____. Industrialização, trabalhadores e Justiça do Trabalho no Oeste do Paraná (década de 1990): algumas considerações. **Tempo da Ciência**, Toledo, v.13, n.25, p. 145-156, 2006. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/1534>>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Trabalhadores e frigoríficos na Justiça do Trabalho: Oeste do Paraná, décadas de 1990 e 2000, 2012a (mimeo).

_____. Sindicalismo e trabalhadores em cooperativas no Oeste do Paraná (décadas de 1990 e 2000). **Mundos do Trabalho**, v. 4, n.7, 2012b. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/25833>>. Acesso em: 07 dez. 2012.

VENCO, S. Quando o trabalho adoce: uma análise sobre o teleatendimento. **Interfacehs**, São Paulo, v.3, n.3, p. 1-18, ago/dez, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/view/125/141>>. Acesso em: 12 set. 2012.

VISCIOTTI, G. (et al.) Rischio da patologie lavoro-correlate agli arti superiori, in uno stabilimento industriale finalizzato alla macellazione e lavorazione delle carni avicole.

In: 4° Seminario di Aggiornamento dei Professionisti CONTARP Il sostegno dell'INAIL alle aziende: Dall'assicurazione alla prevenzione. Il ruolo della CONTARP. **Anais...** Assisi: Istituto Nazionale Per L'assicurazione Contro Gli Infortuni Sul Lavoro (INAIL), p.377-383.

WAISSMANN, W. Agrotóxicos e doenças não transmissíveis. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.20-21, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232007000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 set. 2012.

WALTER, L. I. **A saúde por um fio**: submissão voluntária de afastados de frigoríficos de aves. 1.ed. Porto Alegre: Abecer, 2012. 192, p.

ZEN, R. T. **O processo de trabalho dos avicultores parceiros da Sadia S.A**: controle, mediações e autonomia. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.

Cópias de documentos específicos para pesquisa em versão impressa e digital

COMISSÃO DE CRIAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM FRIGORÍFICOS DE TOLEDO. **“Sindicato da Sadia” tenta evitar criação do Sindicato dos Trabalhadores**, 2009. (Cópia Impressa).

INFORMATIVO AP-LER. Ano 1, n. 1, outubro de 1999 (Cópia Impressa).

INFORMATIVO AP-LER. Ano 9, Edição especial, março de 2008 (Cópia Impressa).

INFORMATIVO AP-LER. Ano 12, n. 12, fevereiro de 2010 (Cópia Impressa).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Ação Civil Pública 01428-2010-068-09-00-5 em face da Sadia S/A de Toledo (PR)**. Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região: 2010. (cópia impressa).

_____. Termo de Ajustamento de Conduta Aditivo nº 6/2008. (Cópia Impressa).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO PARANÁ. **Relatório de Fiscalização da empresa Sadia S/A de Toledo**. (Cópia Impressa).

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIAO. **Processo nº 1911-2010-68**. Disponível em: <www.trt9.jus.br>. Acesso em: 12 set. 2012.

UNIDOS SOMOS FORTES. Sindicato entra na luta pela aprovação da NR dos frigoríficos. STIA-Toledo, setembro/outubro,2011 (Cópia Impressa).

ANEXOS

ANEXO A – Modelo do documento entregue a todos os entrevistados**DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA**

Declaramos que o senhor _____ participou da entrevista, vinculada à pesquisa de Mestrado intitulada “Precarização anunciada do trabalho formal na Sadia em Toledo (PR)” sob a responsabilidade do mestrando Fernando Mendonça Heck.

Essa atividade prevista no Plano de Trabalho faz parte do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP campus de Presidente Prudente, sob orientação do Professor Dr. Antonio Thomaz Júnior. O objetivo central desse questionário é: compreender o ambiente de trabalho na fábrica da Sadia em Toledo (PR); e observar como os trabalhadores interpretam suas experiências e vivências com relação ao trabalho na Sadia.

Garante-se **completo anonimato** nas informações prestadas e firma-se o compromisso de divulgar aos entrevistados os resultados da pesquisa.

Respeitosamente

Fernando Mendonça Heck
Mestrando em Geografia

ANEXO B – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ADITIVO Nº6/2008



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9.ª REGIÃO
OFÍCIO DE TOLEDO/PR

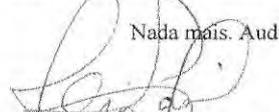
TERMO DE AUDIÊNCIA

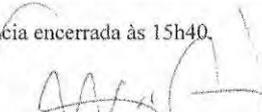
Às 14h20 do dia 18 de fevereiro de 2008, na sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 9.ª Região – Ofício de Toledo, com a presença da Exm.ª Sr.ª Procuradora do Trabalho, **Dr.ª Cinthia Passari von Ammon**, do Exm.º Sr. Procurador do Trabalho, **Dr. Enoque Ribeiro dos Santos**, e do **Dr. Elver Andrade Moronte**, médico do trabalho, compareceu a empresa **Sadia S/A**, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.730.099/0007-80, situada na Av. Senador Atílio Fontana, 4.040 – Vila Pioneiro – CEP 85900-800 – Toledo/PR – Tel. (45) 2103-4156, representada pelo **Sr. Eduardo Luiz Bonett**, gerente, CI/RG n.º 518.493/SC e CPF n.º 347.357.989-00, pela **Sr.ª Bárbara Palmero**, gerente de pessoas, pelo **Sr. Marcelo Gomes Peres**, engenheiro, pela **Sr.ª Deisy Marcia G. Gradiski**, médica, pelo **Sr. João Lanzziotti**, médico, acompanhados pelo **Dr. André Dalanhhol**, advogado, OAB/PR n.º 11.288, e a **AP-LER – Associação dos Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos de Cascavel**, situada na Av. Brasil, 6.300 – Sala 106 – Centro – Cascavel/PR – Tel. (45) 3035-2083, representado pelo **Sr. Laerson Vidal Matias**, diretor, CI/RG n.º 1.856.580-3/SSP-PR e CPF n.º 463.124.049-00, para instrução dos **Procedimentos Investigatórios ns. 7/2005, 104/2006 (Toledo) e 101/2005 (Cascavel)**:

Pelos Procuradores do Trabalho foi, inicialmente, esclarecido aos presentes o motivo da realização da presente, bem como da matéria a ser tratada.

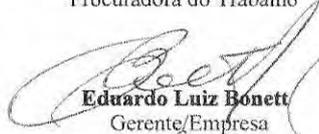
Proposta a celebração de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Aditivo, esta foi aceita, sendo o instrumento lavrado e assinado em separado.

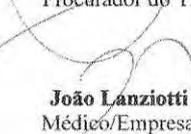
Nada mais. Audiência encerrada às 15h40.

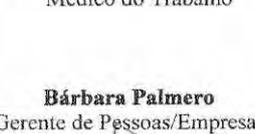

Cinthia Passari von Ammon
 Procuradora do Trabalho


Enoque Ribeiro dos Santos
 Procurador do Trabalho

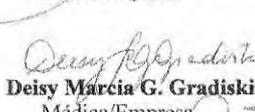

Elver Andrade Moronte
 Médico do Trabalho


Eduardo Luiz Bonett
 Gerente/Empresa

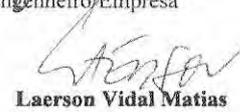

João Lanzziotti
 Médico/Empresa


Bárbara Palmero
 Gerente de Pessoas/Empresa


Marcelo Gomes Peres
 Engenheiro/Empresa


Deisy Marcia G. Gradiski
 Médica/Empresa


André Dalanhhol
 Advogado/Empresa


Laerson Vidal Matias
 Diretor/AP-LER


Gladimir de Lara Franceschi
 Diretor de Secretaria/PRT9.ª Região



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9.ª REGIÃO
OFÍCIO DE TOLEDO/PR

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ADITIVO
N.º 6/2008

Procedimentos Investigatórios ns. 7/2005, 104/2006 (Toledo) e 101/2005 (Cascavel)

Pelo presente instrumento, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985, combinado com o art. 876 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, na redação que lhe deu a Lei n.º 9.958/2000, de um lado, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, representado neste ato pela Exm.ª Sr.ª Procuradora do Trabalho, **Dr.ª Cinthia Passari von Ammon**, pelo Exm.º Sr. Procurador do Trabalho, **Dr. Enoque Ribeiro dos Santos**, e do **Dr. Elver Andrade Moronte**, médico do trabalho, e, de outro lado, a empresa requerida **Sadia S/A**, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.730.099/0007-80, situada na Av. Senador Atílio Fontana, 4.040 – Vila Pioneiro – CEP 85900-800 – Toledo/PR – Tel. (45) 2103-4156, representada pelo **Sr. Eduardo Luiz Bonett**, gerente, C/IRG n.º 518.493/SC e CPF n.º 347.357.989-00, pela **Sr.ª Bárbara Palmero**, gerente de pessoas, pelo **Sr. Marcelo Gomes Peres**, engenheiro, pela **Sr.ª Deisy Marcia G. Gradiski**, médica, pelo **Sr. João Lanzioffi**, médico, acompanhados pelo **Dr. André Dalanhof**, advogado, OAB/PR n.º 11.288, celebram este **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, nos seguintes termos:

A requerida compromete-se, **nas suas filiais de Cascavel, Toledo, Ponta Grossa, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos** a:

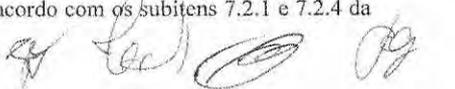
1. Fazer constar, no prazo de 90 (noventa) dias, no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) o cronograma de ações, nos termos dos itens 9.2.1 e 9.2.3 da Norma Regulamentadora NR-9, contendo medidas que viabilizem a realização de melhorias para as situações de risco levantadas na avaliação do programa, em especial para os riscos ergonômicos levantados.

Parágrafo único - A requerida compromete-se a, até 12 (doze) meses a contar do término do prazo previsto no *caput*, implementar as medidas previstas no cronograma de ações mencionado no *caput* desta cláusula. 

2. Fazer constar, no prazo de 90 (noventa) dias, no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), os riscos, em especial o ergonômico, levantados na avaliação ambiental do PPRA, nos termos do item 7.2.4 da Norma Regulamentadora NR7. 

3. Elaborar, implementar e manter atualizado o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) de modo a atender as prescrições contidas na Norma Regulamentadora – 9 da Portaria nº 3.214/78 c/c o artigo 157 da CLT. 

4. Elaborar, implementar e manter atualizado o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) de modo a atender as prescrições contidas na Norma Regulamentadora – 7 da Portaria nº 3.214/78 c/c o artigo 157 da CLT, privilegiando o instrumental clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre a saúde e trabalho. 

5. Assegurar que o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) estejam articulados entre si e com as demais normas, em particular com a NR-17, de acordo com os subitens 7.2.1 e 7.2.4 da NR-7 e subitem 9.1.3 da NR-9. 



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9.ª REGIÃO
OFÍCIO DE TOLEDO/PR

6. Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, laudo ergonômico atualizado, devidamente elaborado por profissional qualificado, das condições ambientais de trabalho e em especial dos setores de produção da empresa, abordando, dentre outros aspectos estipulados na NR-17, a análise postural, de esforço físico, de avaliação de riscos de lombalgias, de avaliação de risco de LER/DORT, devendo conter cronograma de ações das melhorias e/ou soluções a serem adotadas no ambiente de trabalho.

Parágrafo único - A requerida compromete-se a, até 12 (doze) meses a contar do término do prazo previsto no *caput*, implementar as medidas previstas no cronograma de ações mencionado no *caput* desta cláusula.

7 - Proporcionar o bom funcionamento do comitê de ergonomia na empresa, com garantia de participação permanente dos trabalhadores no processo, visando a contínua reavaliação dos ambientes e processos de trabalho e acompanhamento das melhorias implantadas conforme cronograma de ação.

8. Promover treinamento periódico dos trabalhadores integrantes da CIPA, do Comitê de Ergonomia e SESMT sobre ergonomia, a fim de que os mesmos possam efetuar com eficiência, e de forma global, a prevenção e o diagnóstico precoce e específico dos agravos à saúde, nos diversos setores da empresa. A periodicidade do treinamento deverá estar contida no PPRA..

9. Nas atividades onde houver exigência postural, repetitividade, sobrecarga muscular estática e/ou dinâmica, instituir pausas regulares e micro pausas, objetivando a recuperação física e mental dos trabalhadores (NR 17, item 17.6.3, b).

10. Apresentar, quando solicitado, inclusive durante as inspeções e/ou fiscalizações, escala de pausas e micro pausas detalhadas, por postos e/ou setores de trabalho (NR-1, 1.7 "a").

11. Nas atividades onde houver exigência postural, repetitividade, sobrecarga muscular estática e/ou dinâmica, instituir rodízio entre as funções, proporcionando alternância das exigências dos diferentes grupos musculares, e possibilitando alternância da postura *em pé para sentada*.

12. Garantir iluminação adequada, natural ou artificial geral ou suplementar, apropriada à natureza da tarefa, conforme subitens 17.5.1, 17.5.3, 17.5.3.1, 17.5.3.2 da NR-17.

13. Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, avaliação, contendo cronograma de ações, dos locais de trabalho com possibilidade de alternar a posição sentada com a posição em pé, em especial dos setores de produção da empresa, a fim de que sejam implementados assentos adequados nos postos de trabalho que proporcionem aos trabalhadores condições de boa postura, visualização e operação, atendendo-se, no mínimo, ao disposto no subitem 17.3.2, da NR-17.

Parágrafo único - A requerida compromete-se a, até 12 (doze) meses a contar do término do prazo previsto no *caput*, implementar as medidas previstas no cronograma de ações mencionado no *caput* desta cláusula.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9.ª REGIÃO
OFÍCIO DE TOLEDO/PR

14. Apresentar, a cada 120 (cento e vinte) dias, os trabalhos realizados/executados relativamente as melhorias quanto às condições de saúde e segurança dos trabalhadores acordadas neste Termo, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

15. Garantir aos empregados, a qualquer momento da jornada de trabalho, a saída do posto de trabalho para que satisfaçam suas necessidades fisiológicas (ir ao banheiro), sob pena de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por trabalhador encontrado em situação irregular.

16. Diagnosticar, de forma precoce, as doenças e os agravos à saúde relacionados ao trabalho, e afastar o empregado do trabalho sobre o qual haja suspeita de estar acometidos de doenças ocupacionais, custeando integralmente o respectivo tratamento (ou pagamento de forma integral que cubra tais despesas), sob pena de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para cada caso em que se comprove a omissão da empresa em providenciar a identificação, o diagnóstico e o correspondente tratamento.

Parágrafo único - Em caso de denúncia quanto ao descumprimento no disposto no *caput* desta cláusula, a empresa será notificada para, no prazo de 15 (quinze) dias, prestar esclarecimentos ao MPT sobre os fatos denunciados no sentido de avaliar, mediante justificativa prévia, o descumprimento ou não do disposto na cláusula acima.

17. Notificar as doenças profissionais e/ou ocupacionais comprovadas ou objeto de suspeita encaminhando o trabalho à Previdência Social (INSS) para avaliação e, se for o caso estabelecimento do nexo epidemiológico na forma da nova legislação, tudo sob pena de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para cada caso não notificado.

18. MULTA. Pelo descumprimento das obrigações assumidas, com exceção das cláusulas 14, 15, 16 e 17, a requerida sujeitar-se-á ao pagamento de multa no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por cláusula inadimplida.

Parágrafo único - O valor da multa será atualizado pelos mesmos índices utilizados para a correção dos débitos trabalhistas, a contar da data de assinatura do presente Termo de Compromisso, revertendo o montante apurado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nos termos dos artigos 5.º, § 6.º, e 13 da Lei n.º 7.347/85. As multas serão aplicadas sem prejuízo de outras legais e convencionais cabíveis à espécie.

19. A cobrança da multa não desobriga a requerida do cumprimento das obrigações contidas no termo.

20. Os prazos mencionados no presente Termo para cumprimento das obrigações assumidas poderão ser prorrogados mediante requerimento fundamentado da empresa, devidamente protocolado na Procuradoria Regional do Trabalho – Ofício de Toledo.

21. O presente Termo não substitui aqueles firmados sob os ns. 87/2005 do PI 007/2005 (Toledo) e n.º 221/2007 do PI n.º 101/2005 (Cascavel), cujas cláusulas permanecem válidas e eficazes, com exceção das cláusulas 1.ª, 2.ª e 6.ª do FCAC n.º 221/2007 do PI n.º 101/2005 (Cascavel) que ficam neste ato revogadas.

22. O presente Termo de Compromisso é passível de fiscalização pela Delegacia Regional do Trabalho e/ou pelo Ministério Público do Trabalho.

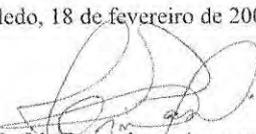
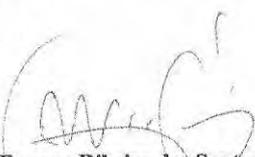
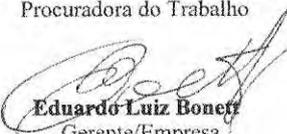
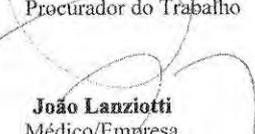
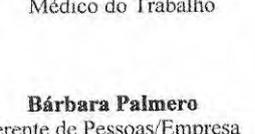
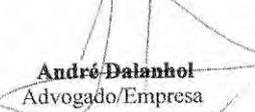
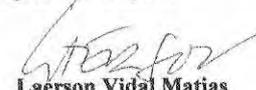


MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9.ª REGIÃO
OFÍCIO DE TOLEDO/PR

23. Aplica-se ao presente Termo de Compromisso o disposto nos artigos 10 e 448 da CLT, de modo que qualquer alteração que venha a ocorrer na estrutura jurídica da empresa não afetará exigência do seu integral cumprimento.

24. O presente Termo de Compromisso produz efeitos legais a partir da data de sua celebração e terá eficácia de título extrajudicial, conforme disposto nos artigos 5º, § 6º da Lei 7347/85 e artigo 876 da CLT.

Toledo, 18 de fevereiro de 2008.

 Cinthia Passari von Ammon Procuradora do Trabalho	 Enoque Ribeiro dos Santos Procurador do Trabalho	 Elver Andrade Moronte Médico do Trabalho
 Eduardo Luiz Bonetti Gerente/Empresa	 João Lanzotti Médico/Empresa	 Bárbara Palmero Gerente de Pessoas/Empresa
 Marcelo Gomes Peres Engenheiro/Empresa	 Deisy Marcia G. Gradiski Médica/Empresa	 André Dalanhol Advogado/Empresa
 Laerson Vidal Matias Diretor/AP-LER	 Gladimir de Lara Franceschi Diretor de Secretaria/PRT-9.ª Região	